

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

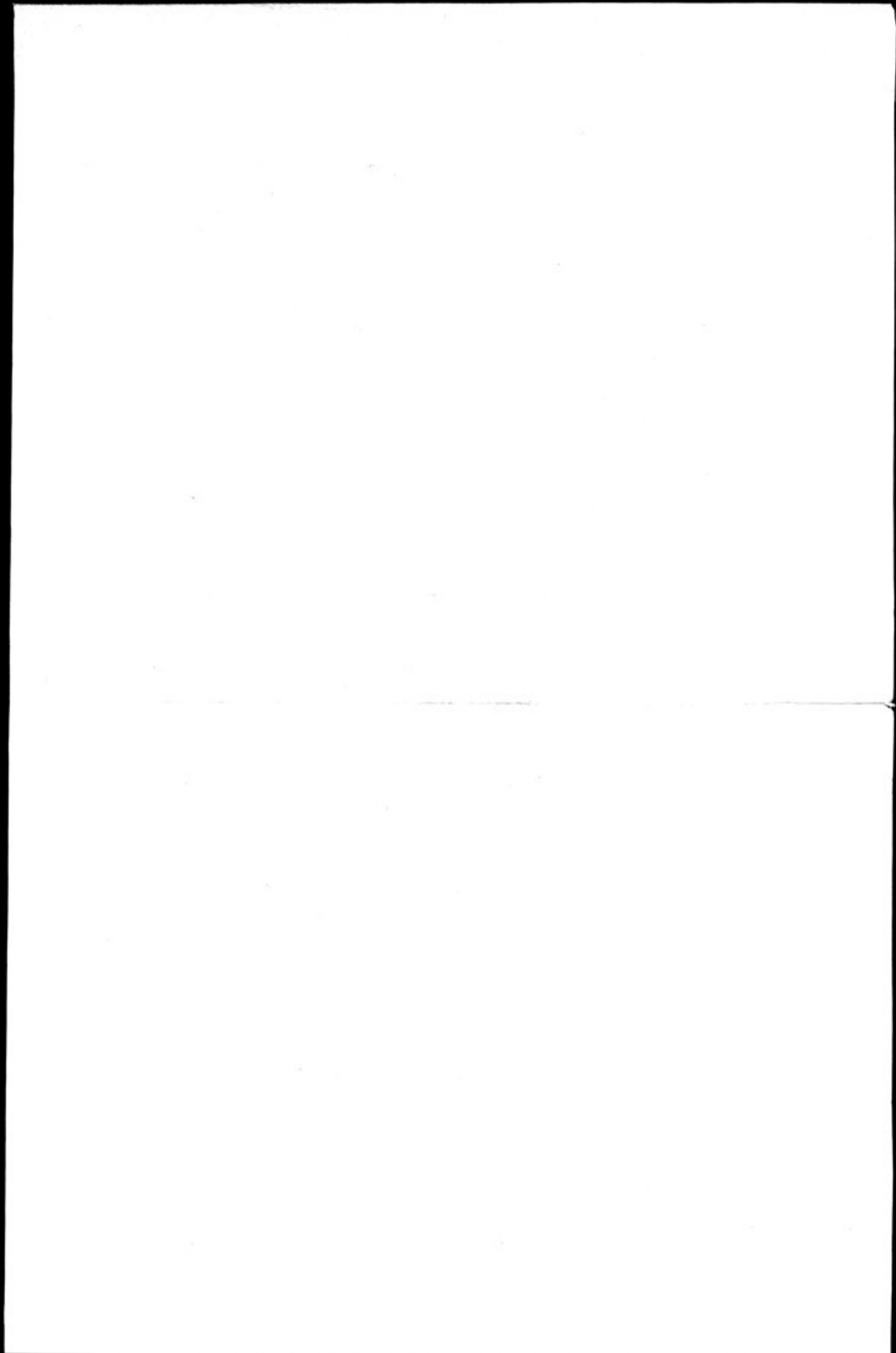
(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO)

VOLUME 91.º



COIMBRA

1937



O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 91.º



NÚMERO I

COIMBRA
1937

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A.—*Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.—*Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

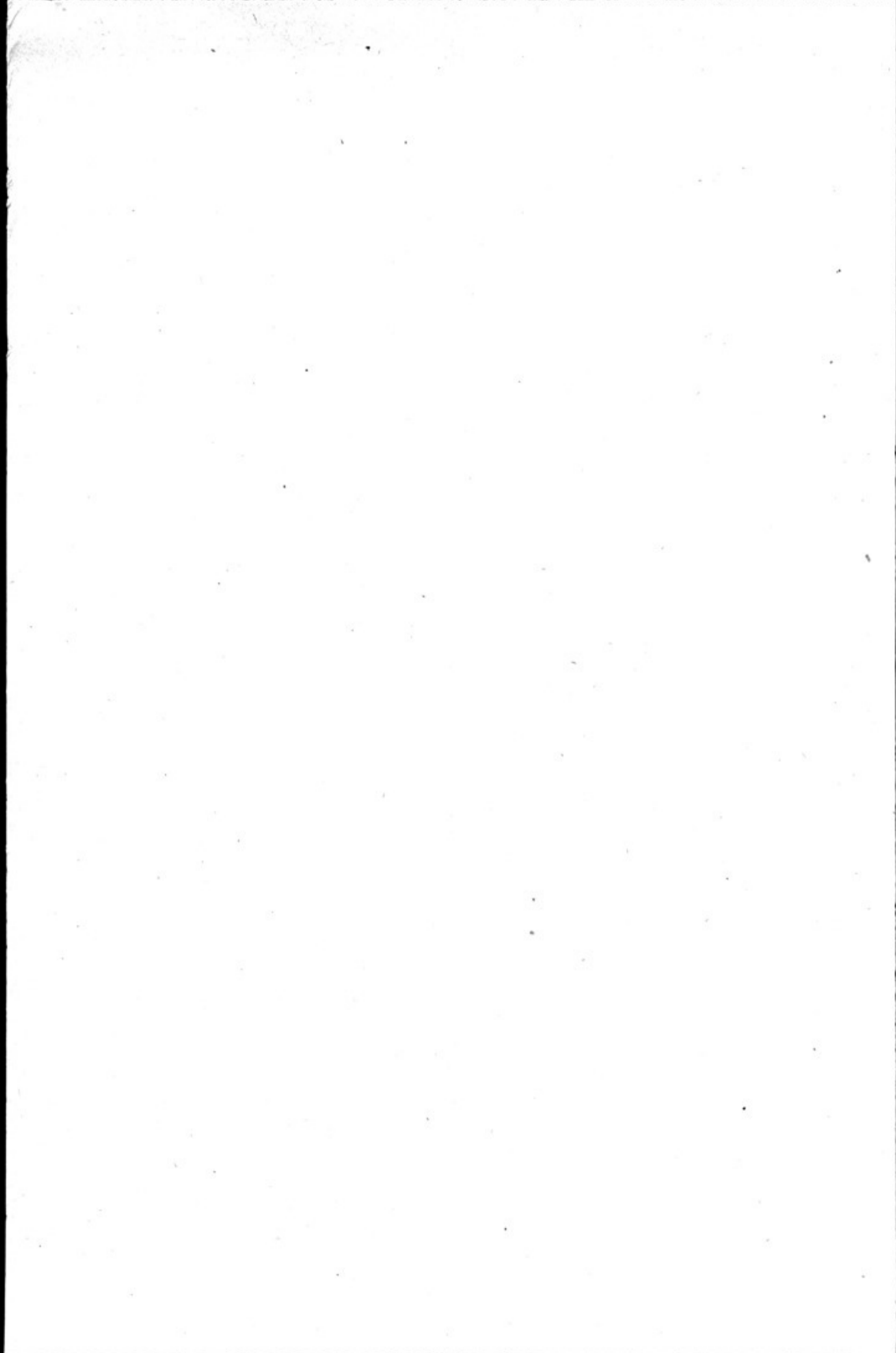
SUMÁRIO

<i>A inspiração platónica e cristã na «Stanza della Segnatura» de Rafael no Vaticano</i> , por Deoclécio Redig de Campos . . .	5
<i>Hidrogénio industrial—Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país</i> , por Manuel Gaspar de Barros . . .	25
<i>Ibsen e Grieg</i> , por Maria Josefina Pires da Bandeira de Vasconcelos Abreu Andersen	49
<i>Vicomte de Guichen, La Guerre de Crimée (1854-1856) et l'attitude des puissances européennes. Étude d'histoire diplomatique</i> , por Amadeu Ferraz de Carvalho	81
<i>Gaubier de Barrault</i> , por João Jardim de Vilhena	91

O INSTITUTO



VOLUME 91.º



O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 91.º



FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1937

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

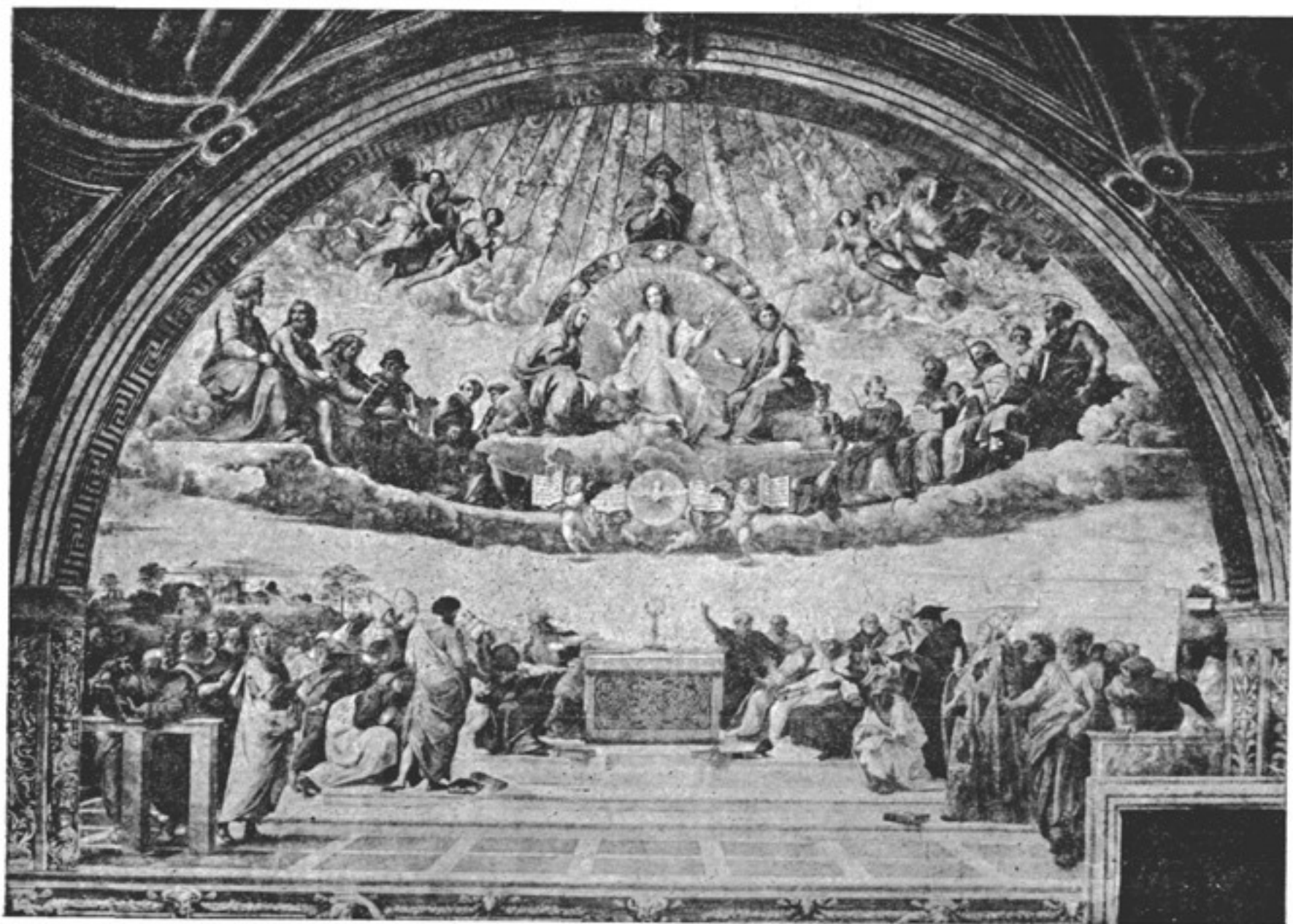
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

A INSPIRAÇÃO PLATÓNICA E CRISTÁ NA «STANZA DELLA SEGNATURA» DE RAFAEL NO VATICANO

Êste breve ensaio não tem a pretensão de oferecer um estudo histórico-crítico, fundado em documentos e indagações eruditas, sôbre as fontes literárias ou filosóficas que inspiraram as pinturas da «Stanza della Segnatura». Apenas nêle procurou o autor deduzir, das representações que cobrem as paredes da célebre sala vaticana, a idea directriz que guiava a mão de Rafael, quando dela iam nascendo aquelas obras primas de um simbolismo tão complexo e profundo.

Pela perfeição altíssima da arte e do pensamento que nela se revelam, a «Stanza della Segnatura» é considerada como um dos grandes santuários do espirito humano. Não é ela uma criação da maturidade do pintor de Urbino⁽¹⁾; antes, é apenas a primeira das suas obras maiores e, em certos pormenores, mostra ainda nitidamente a marca da ingénua escola de Perugino. Entretanto, daqueles muros luminosos, abertos sôbre a glória do Paraíso e povoados

(1) Rafael Sanzio (Urbino 1483—Roma 1520) pintou as salas que têm hoje o nome de *Stanze di Raffaello*, de 1508 a 1512. A *Stanza della Segnatura* foi começada em Junho de 1509 e terminada antes do mês de Novembro do ano 1511 (THIEME-BECKER *Künstlerlexikon*, art. *Santi, Raffaello*, de O. FISCHER).



RAFAEL — A «Disputa do Sacramento» (Stanza della Segnatura)

de santos, poetas, artistas, sábios e deuses, desprende-se uma fascinação tão misteriosa e viva, que nas suas outras composições—embora de maior perfeição—não mais se encontrará com a mesma grandiosa intensidade.

Como a Divina Comédia, a Sixtina, a Nona Sinfonia e pouquíssimas outras criações excelsas, os frescos da «Segnatura» trazem à memória a bela lenda do anjo que terminou uma Madona de Fra Angélico, o monje pintor, absorto na oração diante do seu esboço. Parecem obras saídas da mão de Deus, e por isso são chamadas «divinas».

O encanto singular que surge destas paredes e que faz celebrar o nome de Rafael por aquêles mesmos que nunca viram suas obras, é certamente devido em parte à grande idea que a anima. Crê-se que o poeta Ariosto⁽²⁾ ajudou o artista com seus conselhos e sugestões na escolha dos personagens da «Disputa do Sacramento», e se pode razoavelmente considerar como certo que as ideas para as outras pinturas da mesma sala lhe tenham sido indicadas pelo douto grupo de humanistas e teólogos que florescia na côrte de Júlio II.⁽³⁾ Ainda menos do que em qualquer outra criação estética, convém, entretanto, nesta separar a idea, da obra de arte em que ela se incarna e se exprime, porque esta idea não é senão uma vasta síntese do espírito humano nos seus vários aspectos naturais e sobrenaturais, e o que lhe dá um valor imperecível e uma existência como símbolo eterno do espírito, é justamente a arte com que ela aqui aparece formulada e transfigurada em beleza viva.

(2) Veja-se EUGÈNE MÜNTZ *Raphael, Sa Vie, son Oeuvre et son Temps*, Paris, Hachette, 1914, pág. 165.

(3) Entre outros: Giovio, Della Casa, Sannazzaro, Navagero, Calvi, Inghirami, Sadoleto, Bembo, Castiglione, Conti (MÜNTZ, *op. cit.*, pág. 220).



RAFAEL.—A «*Escola de Atenas*» (Stanza della Segnatura)

Não se sabe para qual uso era primitivamente destinada a «Stanza della Segnatura»; crêem alguns que para sede do fôro eclesiástico do mesmo nome, outros pensam que nela quisesse o Pontífice instalar a sua biblioteca particular. É, porém, evidente que a sua decoração melhor convém a uma sala de estudos do que a um tribunal, pois constitui, em tôdas as suas partes, uma verdadeira apologia do livro (4).

Nesta sala Rafael ilustrou em vários modos os três aspectos fundamentais, ou faculdades, da alma humana, correspondentes às três supremas Ideias ou Essências Universais platónicas do Verdadeiro, do Bom e do Belo; Ideias essas adoptadas pelo pensamento cristão que lhes juntou a noção da Verdade teológica e sobrenatural, revelada por Deus, como complemento e coroa da verdade filosófica e natural.

À faculdade intelectual, ou noética, relativa à Idea do Verdadeiro, são aqui dedicadas—como à mais nobre—as duas composições de maior importância e tamanho: a «Escola de Atenas» e a chamada «Disputa do Sacramento», que ornaram as duas paredes principais da sala.

Na primeira quis Rafael simbolizar o conhecimento que surge naturalmente da razão, seja que esta—na filosofia—escreve a si mesmo e ao universo na sua essência e nas causas primeiras, seja ainda que se limite—na ciência—à investigação das causas secundárias, em procura da

(4) A respeito das duas teses contraditórias, consulte-se: WICKHOFF, em *Jahrbuch der Preussischen Kunstsammlungen*, XIV, pág. 49, e KLACZKO, *Jules II*, Paris, 1898, pág. 245. É provável que a sala, decorada para servir de biblioteca, fôsse em seguida destinada para sede do tribunal que lhe deu o nome actual.

ordem lógica do mundo fenomenal e das leis que lhe governam o curso.

Sob uma tríplice arcada, que lembra a da Basílica de Constantino e a que sustenta a cúpula monumental de São Pedro em Roma⁽⁵⁾, aparecem, no centro da composição, o idealista Platão, a indicar com o dedo elevado o Céu das Ideias, e o realista Aristóteles, com a mão estendida entre o céu e a terra; gestos estes que resumem admiravelmente a índole das duas máximas inteligências da velha Grécia. Na opinião da Idade Média o grande Peripatético era tido comumente como a maior expressão filosófica da razão humana; os Escolásticos, quando o citavam em seus tratados, diziam simplesmente *Philosophus*, sem outra determinação, e Dante, na Divina Comédia, chama-lhe *Maestro di color che sanno*. A ele junta a Renascença Platão, novamente descoberto pelos humanistas, cristianizado pela Academia florentina de Marsilio Ficino⁽⁶⁾, Christovão Landino e Pico della Mirandola, lido e comentado com apaixonada veneração no erudito grupo de amigos do *Magnifico Lorenzo dei Medici*, e na cômte de Urbino, onde Rafael recebera a sua primeira formação. Foi notado que neste quadro Aristóteles cedia a direita a Platão; sinal dos tempos novos que antepunham o idealista ao realista. Talvez ainda, com essa precedência, quisesse o artista mostrar que honrava

(5) O sonho dos architectos do Renascimento, sonho realizado por Bramante e por Miguel Ângelo em São Pedro, foi sempre o de colocar uma cúpula como a do Panteon sobre quatro arcos iguais aos da Basílica de Constantino, no Fôro Romano.

(6) Lorenzo *il Magnifico* pretendia que era difícil ser bom cidadão e bom cristão sem conhecer a doutrina de Platão. Sobre o neo-platonismo florentino veja-se BURCKHARDT, *Die Kultur der Renaissance in Italien*, Leipzig, Kröner, 1925, pág. 201.

no primeiro sobretudo a universal doutrina da natureza, celebrando no segundo a pura especulação metafísica e o pensador-poeta das Ideias, aqui glorificadas pelo seu pincel.

Aos lados deles vêem-se os mais afamados entre os filósofos e os sábios da Grécia antiga, como Pitágoras, Arquimedes, Arquitas, Sócrates, Diógenes e muitos outros, agrupados de maneira a formar quasi uma história figurada do pensamento helénico.

No meio desta multidão reconhecem-se os retratos de vários entre os melhores artistas contemporâneos de Rafael. Talvez para não contrariar de mais a tradição, não ousou êle colocá-los abertamente entre os sábios da «Escola de Atenas»; fê-lo porém de maneira velada mas clara, dando a alguns destes últimos a fisionomia de pintores, escultores e architectos universalmente conhecidos.

O que levou Rafael a dar um lugar entre os filósofos e sábios aos que se destacaram nas artes do desenho, parece-nos que foi uma interpretação mui subtil e justa, se bem que absolutamente pessoal, da visão platônica do mundo espiritual. Uma interpretação ainda mais platônica do que a própria doutrina do Mestre, o qual excluía os artistas da sua República ideal, por ser a arte, na sua opinião, cópia imperfeita da natureza—esta imagem infiel do mundo das Ideias—e afastar o espírito da contemplação daquelas realidades metafísicas, isto é, do seu verdadeiro fim. Para Rafael, ao contrário, o artista parte da verdade aparente, como o sábio; mais do que a aparência retrai, porém, a Idea das coisas, no sentido que dava Platão a esta palavra, entrando assim nos domínios dos filósofos, e ligando a terra ao céu, na indissolúvel unidade da criação estética. As duas grandes estátuas de Minerva e de Apolo que dominam, do alto, a grandiosa cena, indicam ainda mais

explicitamente esta fusão entre a Verdade e a Beleza, eterno sonho dos classicismos de todos os tempos.

Entre os artistas da «Escola de Atenas» reconhecemos, logo à direita do espectador, Bramante,—o architecto poderoso da Basílica Vaticana—sob o aspecto de Arquimedes, rodeado de discípulos, a desenhar figuras geométricas sôbre uma ardósia posta no chão. Reconhecemos também Leonardo da Vinci—engenho universal—sob os traços do divino Platão; e, num canto à direita, vemos Rafael que se pintou a si mesmo, modestamente, em companhia de António Bazzi que com êle trabalhara na decoração dos aposentos de Júlio II.

¿Será possível que falte Miguel Ângelo neste areópago? Não nos parece tal. Certamente não era para agradar ao irascível pontífice a exclusão tão ostensiva do seu artista predilecto e ligado a êle por tantas afinidades morais, a omissão de quem êle apaixonadamente defendia contra o ódio e as intrigas da sua côrte, humilhada pelo desprezo do menos cortesão dentre os homens! E' verdade que naqueles mesmos anos Miguel Ângelo pintava as cenas bíblicas da Capela Sixtina em concorrência com Rafael, e que a inveja de Bramante tudo fazia para aumentar a inimizade entre êles. Mas se Miguel Ângelo não gostava do jovem pintor de Urbino, não consta que êste, em sua breve existência, tenha jamais alimentado um sentimento de rancor para quem quer que fôsse; e tão profundas eram nêle a natural brandura e a benignidade da alma, que não causaria surpresa a ninguém uma homenagem prestada por êle ao tríplice génio do grande rival, a quem tanto devia a sua própria arte.

E' justamente nesta composição que a influência do escultor florentino começa a tornar-se mais sensível. Mani-

fecha-se ela quasi de repente, inesperadamente, naquêlê enigmático pensador, sentado, só, no meio da cena, com a cabeça apoiada na robusta mão. Há nessa figura uma



RAFAEL—A «Escola de Atenas» (Stanza della Segnatura)—o retrato ideal de Miguel Ângelo.

impressão de pêso marmóreo e uma solidez plástica muito diferentes da vaporosa elegância das outras, e bem digno daquêlê que, mesmo quando decorava a imensa abóbada

da Sixtina, não cessava de proclamar-se escultor!(7) Na atitude dêste filósofo solitário—que alguns querem que seja Arquesilaus, outros Heráclides—revela-se aquela forte harmonia de ritmos, planos e linhas contrastantes, em que se exprime a alma atormentada das trágicas criaturas de Miguel Ângelo.

Na feição e pelo espírito parece um irmão do grandioso Jeremias, o sombrio profeta das Lamentações, que, na Sixtina, ao lado da primeira cena do «Genesis», chora em silêncio sôbre o comêço do mundo.

Como em Platão personificou Rafael a Leonardo, e a Bramante em Arquimedes, conforme afinidades morais finamente intuídas, assim quer-nos parecer que no triste pensador quizesse êle evocar a Miguel Ângelo Buonarroti, não só dando-lhe os traços do seu rosto, como também imitando, e quási copiando, a sua maneira de pintar. A testa muito larga, os zigomas salientes e o nariz achatado(8), são característicos da sua fisionomia, e a idade aparente corresponde bem à época em que Miguel Ângelo, com trinta e cinco anos, povoava de gigantes heróicos a Capela de Sixto IV (9).

No grande desenho preparatório, da «Escola de Atenas», desenho conservado na Biblioteca Ambrosiana em

(7) Miguel Ângelo, que nunca havia pintado a fresco, foi obrigado, por ordem de Júlio II, a executar a decoração da abóbada da Capela Sixtina. Foi Bramante, architecto do Vaticano, que, com mêdo das críticas de Miguel Ângelo, obteve do Papa que o escultor florentino fôsse escolhido para tão difícil tarefa, na esperança de um insucesso que o livrasse do perigoso rival!

(8) Pelo sôco de Torrigiani, um escultor, seu condiscípulo e homem invejosíssimo (veja-se VASARI, *Vite*).

(9) Não existe nenhum retrato de Miguel Ângelo desta época.

Milão, falta este personagem que só mais tarde fôra acrescentado, a fim de dar à vasta composição um centro claramente visível. O referido facto lembra uma curiosa anedota, cuja autenticidade tem, aliás, sido posta em dúvida. Conta Vasari que, durante uma ausência de Miguel Ângelo, Bramante levara Rafael a ver de perto os frescos ainda não terminados da Sixtina, e que aquela visão sobrehumana de tal forma o empolgara, que o levou a modificar inteiramente o seu próprio estilo. Tal mudança é, de facto, evidente nas pinturas da «Segnatura» que se seguem a esta em ordem cronológica, ou seja na «Justiça» e no «Parnaso».

A parede em frente desta é dedicada à celebração da Verdade no seu aspecto sobrenatural e revelado, isto é, à teologia que completa a filosofia.

Essa grande composição oferece a síntese do universo debaixo do ponto de vista religioso. No alto abre-se o Paraíso, onde a Igreja Triunfante adora a Trindade divina; na parte inferior a Igreja Militante, em tórno de um altar, adora Deus em terra: a Eucaristia, incompreensível mistério e verdade revelada, à qual não atinge a razão humana, mas somente a Fé. Dante, celebrado como teólogo no Médio-Evo, vê-se junto a São Tomaz de Aquino, São Gregório o Grande e muitos outros Doutores e pensadores da Igreja, entre estes o próprio Savonarola.

Do que acaba de se dizer, vê-se que o título de «Disputa do Sacramento», dado em geral a esta composição, não exprime adequadamente o seu conteúdo ideológico. Melhor seria designá-la como «Triunfo da Igreja», considerando esta última como a íntima união entre Deus e os fieis.

À faculdade moral, ou ética, correspondente à Idea platónica do Bom, foi destinada a parede de fundo desta sala, conhecida em geral como a parede da «Justiça».

Acha-se essa Idea representada aqui no seu princípio subjectivo: a Virtude, simbolizada pela personificação das Virtudes Cardiais, e no seu princípio objectivo: a Lei. Esta,



RAFAEL.—*Três Virtudes* (Stanza della Segnatura)

por sua vez, está representada sob o aspecto civil, no fresco em que «Justiniano entrega as Pandectas a Treboniano», e sob o aspecto eclesiástico na cena onde «Gregório IX, com os traços de Júlio II, entrega a um advogado concistorial o código das *Decretales*».

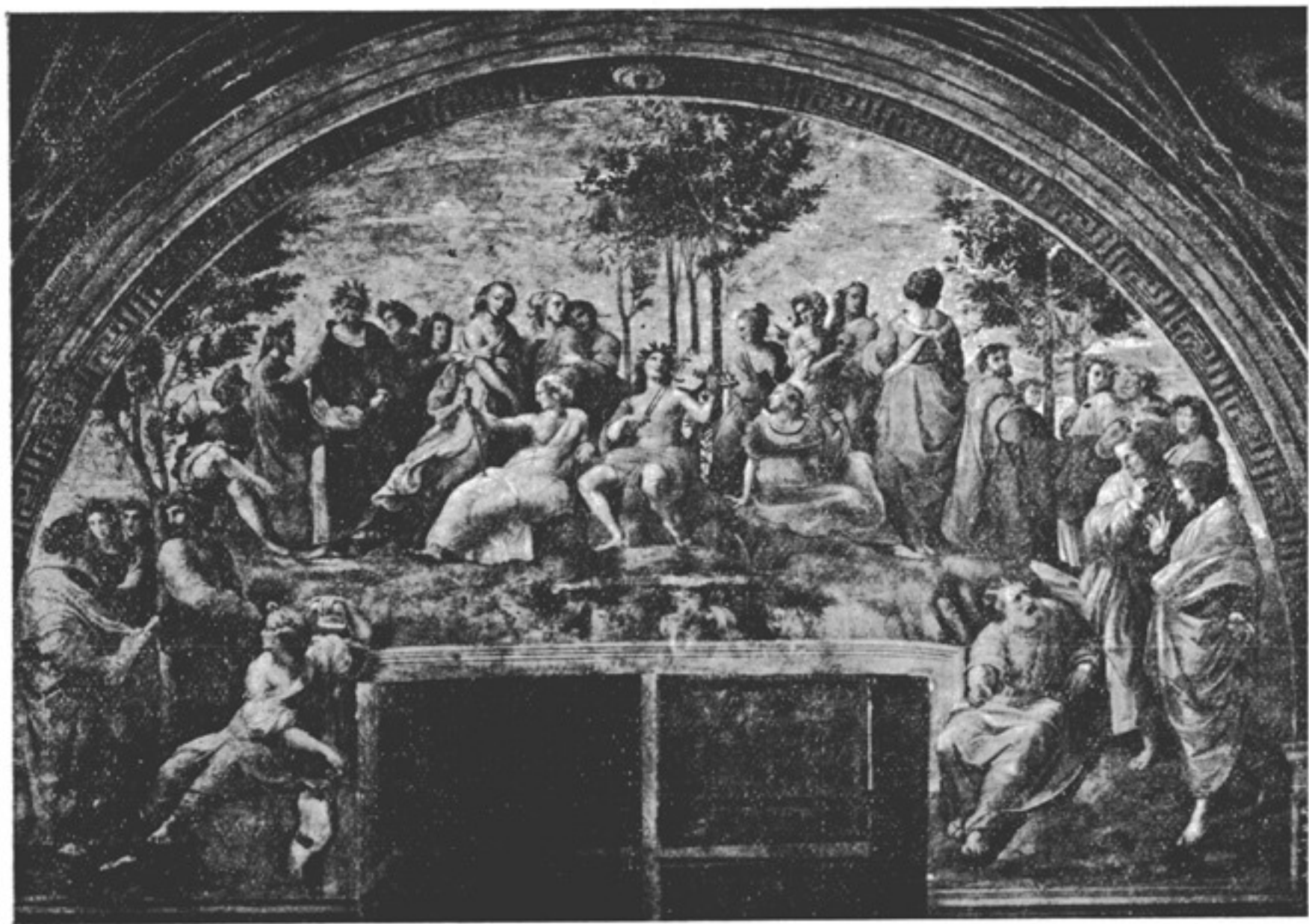
As figuras femininas que representam as Virtudes têm uma fôrça escultural e um correr de planos e linhas muito semelhantes aos das criações de Miguel Ângelo, mas como

que atenuados pelo génio suave e gentil de Rafael. O impeto de admiração surpreendida que tornava quasi servil a sua primeira imitação do Mestre da Sixtina no pensador solitário da «Escola de Atenas», já nos aparece agora disciplinado pela invencível serenidade da sua indole.

Note-se com que tacto soube Rafael conciliar, na figura da «Prudência», as exigências didácticas da alegoria com as necessidades estéticas da obra de arte. Representou essa Virtude sob o aspecto de uma formosa jóvem que se está olhando em um espelho, como símbolo do *nosce te ipsum*, e é bifronte, qual o antigo Janus—mostrando um perfil de mulher para a frente e um de velho encanecido para o lado da nuca—a significar o conhecimento do passado, indispensável para a prudente previsão do futuro. Esse engenhoso e ingénuo motivo alegórico antes parece conveniente a uma rude gravura medieval do que à arte acabada do pleno Renascimento; Rafael, entretanto, resolveu genialmente o difficilimo problema, dando à cabeça de velho o perfil aproximativo de um penteado feminino, de modo que só mesmo um olhar muito atento consegue descobrir-lhe o ser verdadeiro.

As outras duas Virtudes, «Fôrça» e «Temperança», são figuradas, a primeira com um ramo de carvalho em lugar da coluna tradicional—alusão ao emblema heráldico dos Della Rovere—a segunda com suas rédeas habituais. A quarta e última Virtude Cardial, a Justiça, vê-se fora dêsse grupo, num dos medalhões que guarnecem a abóbada da sala, medalhões que serão ilustrados mais tarde.

Emfim a última parede, acima da janela, foi reservada à glorificação da faculdade artistica ou estética, correspondente à Idea platónica do Belo.



RAFAELI — *O «Parnaso»* (Stanza della Segnatura)

Formando a cõrte de Apolo estão reünidos, sôbre o Parnaso, as Musas, as Graças, e vários entre os maiores poetas da Antiguidade e dos tempos modernos, como Homero, Ennius⁽⁹⁾, Virgilio, Dante, Petrarca, Sannazzaro, Boccaccio e muitos outros, cuja identificação ainda não foi feita com segurança.

Do ponto de vista do conteúdo ideológico das pinturas da «Segnatura», o fresco do «Parnaso» não oferece, na sua admirável simplicidade e transparência de intenção, muita matéria para considerações particulares. É só repetir-se, modificando um pouco a vèlha frase latina: *tolle et aspice*. É, todavia, interessante notar-se como Rafael introduziu aí pela segunda vez a figura de Dante, como poeta, quando já na «Disputa» lhe havia dado um lugar como teólogo. Parece-nos isto um delicado artifício do pintor para unir discretamente as duas composições vizinhas. União essa não só necessária esteticamente,—como parte essencial da beleza—que surge do harmonioso conúbio entre a unidade e a multiplicidade—mas ainda como figura daquela unidade fundamental do espírito humano, de que as faculdades são sòmente diferentes aspectos.

E de facto, entre tãdas as pinturas da «Segnatura» encontram-se traços de união semelhantes; a estátua de Apolo e os artistas presentes na «Escola de Atenas» ligam esta composição à do «Parnaso»; na parede da «Justiça», Justiniano fica ao lado da «Escola de Atenas» para mostrar como as leis civis tiram sua fôrça e origem da razão natural, ao passo que Gregório IX está perto da

(9) Sôbre o retrato de Ennius consulte-se D. R. DE CAMPOS, *Ritratto del poeta Ennio nel «Parnaso» della Segnatura*, na revista *Roma*, 1935, número 5.



RAFAEL—*Simbolos e Alegorias das Faculdades do Espirito* (na abóbada da Stanza della Segnatura)

apoteose da teologia, em alusão aos fundamentos e justificações divinas do Direito Canônico.

A consideração desses preciosos matizes da arte de Rafael, leva-nos a fazer outra observação que não deixa de ter um interesse mui particular para o tema especial do presente ensaio. Acima das quatro composições fundamentais dessa sala, na abóbada, vêem-se quatro medalhões com figuras simbólicas alusivas às mesmas Ideas ou faculdades já em baixo ilustradas. Sobre a «Escola de Atenas» temos a «Filosofia»: uma deusa sentada num trono ornado com a imagem da Diana efesina que figura a Natureza, e com a veste de quatro côres simbolizando os Elementos; ao seu lado um pequeno gênio mostra uma taboleta com as palavras: *causarum cognitio*. A «Teologia», no medalhão sobre a «Disputa», faz o seu trono das núvens e veste as côres simbólicas das Virtudes Teologais: branco pela Fé, verde pela Esperança e vermelho pela Caridade, a fim de nos lembrar que o conhecimento das verdades reveladas sem a prática das virtudes, é uma ciência morta; um anjinho traz a inscrição: *divinarum rerum notitia*. Sobre a parede dedicada à «Justiça», aparece essa Virtude, personificada conforme à tradição, com a espada e a balança, e com a lenda: *jus suum unicuique tribuit*. Emfim, sobre a composição do «Parnaso», admira-se a «Poesia»: formosa figura alada, com um livro e uma lira, que parece estar a ouvir, enlevada, uma voz espiritual só por ela entendida: *numine afflatur*.

Entre esses medalhões, nos cantos da abóbada, outras quatro composições rectangulares, com alegorias inspiradas no mito ou na Sagrada Escritura, referem-se às mesmas Ideas já comentadas nos grandes frescos e nos meda-

lhões. A alegoria da Verdade natural é o «Primeiro Movimento»: um anjo—*angelus rector*—que dá o impulso inicial à esfera astral: figura do princípio divino na série causal daquele universo astronómico que primeiro atraíu as especulações científicas e filosóficas ainda rudimentais da humanidade. À Verdade sobrenatural corresponde um quadrinho com «Adão e Eva», pois com a *felix culpa* do Pecado Original teve origem a Redenção dos homens e a revelação da maior parte das verdades que formam os argumentos dos teólogos. À Justiça alude a cena do «Juízo de Salomão»: exemplo de imparcialidade, e ainda mais daquele perfeito conhecimento das reacções do coração humano, que, ao bom juiz, torna possível encontrar no labirinto contraditório da alma os fundamentos para a sua sentença clarificadora. À Idea do Belo, representada já no «Parnaso», refere-se o episódio final da luta sem piedade travada entre «Apolo e Marsyas», a mostrar que no templo da arte não há lugar para mediocres.

Essas composições menores, dizíamos, apresentam para o tema aqui tratado um interesse muito particular. Com efeito, se Rafael, como parece evidente, construiu toda a decoração da «Segnatura» sobre um conceito fundamentalmente platónico, não é possível imaginar-se uma ilustração mais genial da teoria do filósofo grego sobre as Ideas e suas relações com o mundo fenomenal e sensível, do que a que se nos depara no conjunto dessas pinturas: as Ideas, a princípio veladas e como pouco perceptíveis na realidade quotidiana da *História*—representada pelas grandes composições das paredes—se vão aos poucos clarificando nos grupos mais reduzidos das *Alegorias*—os quadrinhos rectangulares—até aparecerem, enfim, personificadas, como indivíduos e em toda a sua pureza essen-

cial, nos *Símbolos* dos quatro medalhões que figuram o Céu platónico das Ideas ou Essências Universais.

E nesta mística ascensão do intelecto, neste *crescendo* de abstracção, nestas três variações sôbre quatro temas, a intenção da arte e a do pensamento que as anima aparecem unidas substancialmente e de modo quási milagroso; numa união que os génios mais altos só raríssimas vezes logram realizar em obras únicas, em criações que a humanidade venera religiosamente para todos os séculos, como manifestações sobrehumanas, como sumas e completas expressões do seu mais íntimo ser, com o sentimento invencível de que elas não são meras criações de arte, mas criações, igualmente, de bondade e de intelecto no mesmo grau admirável e sumo.

Como o divino Platão nos seus Diálogos, onde não sabemos se é maior o poeta ou o pensador, assim Rafael, na «Stanza della Segnatura», cristalizou em forma de perfeita beleza uma atitude vitoriosa do espírito humano na sua luta sem fim, naquela luta que é a própria essência e significação da vida terrena, e que as gerações, ao passarem pela existência, vão transmitindo umas às outras, como a tocha ardente dos corredores de Lucrécio.

Claramente refulge nestas pinturas o sinal de nobreza que separa o génio do talento. A obra de arte, aqui, ultrapassa os limites da sua espécie, levantando-se para outro valor mais alto e mais universal. A «Segnatura» é uma dessas obras que deixam nos que as contemplam um sentimento de inquebrantável certeza, que oferecem uma verdade segura e um ponto de apoio e de repouso; obras que assinalam uma conquista e são uma promessa de infalível vitória; obras cujo contacto purifica a alma de todo desânimo e covardia,

incitando o homem cansado a prosseguir o seu rumo até à meta suprema que nelas se espelha, como numa miragem suscitada pela bondade de Deus para confortar a fraqueza da criatura.

Roma, 8.X.1936.

DEOCLÉCIO REDIG DE CAMPOS

HIDROGÉNIO INDUSTRIAL (1)

POSSIBILIDADES TÉCNICAS E ECONÓMICAS DO SEU FABRICO NO NOSSO PAÍS

«A característica principal dos aparelhos «Fauser» para a electrólise da água reside sobretudo na presença dum duplo diafragma que permite obter uma perfeita separação dos gases produzidos.

As propriedades eminentemente explosivas das misturas de hidrogénio e oxigénio fazem da electrólise da água uma indústria perigosa, porque pequenas porções dum gás no outro bastam para provocar formidáveis explosões.

Como se sabe, a separação dos gases no electrolisador é efectuada por um «diafragma poroso», permeável aos líquidos, mas impermeável aos gases. Ora mesmo os melhores diafragmas não podem garantir a separação dos dois gases duma maneira absoluta.

Com efeito, se se produzem fendas, os gases anódicos penetram no compartimento ao lado e ficam misturados aos gases catódicos e o mesmo acontece inversamente com estes. Como os dois gases são muito difusíveis, mesmo se as lacerações dos diafragmas forem de dimensões reduzidas, a mistura alcança facilmente os limites perigosos.

Mas a mistura explosiva pode-se formar também inde-

(1) Cont. do n.º 5, vol. 90, pág. 458.

pendentemente do estado da boa conservação dos diafragmas.

Se com efeito o nível do electrólito, por uma razão qualquer, viesse a descer abaixo do bôrdo superior das telas de amianto, de maneira que elas não ficassem completamente mergulhadas no líquido electrolítico, então os diafragmas tornar-se-iam permeáveis mesmo aos gases e estes misturar-se-iam rápidamentee.

E ainda se um dos canais de saída dos gases se obstruisse, o que sucede vulgarmente por causa das incrustações produzidas pela água quando esta não é excessivamente pura, o gás seria obrigado a filtrar através do amianto, invadindo a célula do lado com o resultado de produzir misturas detonantes. Para eliminar radicalmente estes inconvenientes, cada electrodo da célula «Fauser» é munido dum diafragma só para êle; concebe-se que com esta disposição nenhuma mistura explosiva se possa formar, porque o gás que se escapa dum compartimento não pode penetrar no compartimento ao lado, e percorrendo o espaço entreposto entre os dois diafragmas, vai-se dispersar na atmosfera.

Não se deve julgar, como parece à primeira vista, que esta disposição exige o emprêgo dum pêso duplo de diafragmas e aumenta excessivamente a resistênciã do electro-lisador. Com efeito, enquanto que os aparelhos de diafragma único necessitam de empregar um tecido de amianto de trama muito apertado e de forte espessura, ao contrário as rêdes empregadas nas células Fauser são muito delgadas e porosas, de maneira que a sua resistênciã total à passagem da corrente é menor. É evidente que a disposição adoptada permite obter gases duma grande pureza, mesmo com tecidos de amianto mediocres, porque as pequenas

bôlhas gasosas que conseguem eventualmente insinuar-se nos meatos do diafragma não se vão misturar aos gases do compartimento ao lado.

Uma outra característica dos electrolisadores «Fauser» reside numa circulação intensa do electrólito, a qual permite reduzir a concentração gasosa no líquido e por consequência a sua resistência óhmica. Para compreender a importância desta particularidade, é preciso considerar que durante a electrólise os dois gases se desenvolvem nos dois electodos respectivos sob a forma de muito numerosas e extraordinárias pequenas bôlhas que ficam difusas no líquido, dando-lhe, sobretudo com uma alta intensidade de corrente, um aspecto turvo e leitoso. Por outras palavras, o electrólito transforma-se numa espécie de emulsão de gás e líquido, a qual tem naturalmente uma resistência maior à passagem da corrente, visto que o gás não é um condutor. Ora, é evidente que este inconveniente se manifesta sempre mais à medida que se reduz o espaço entre os electodos e se aumenta a sua altura, porque nas zonas superiores, além dos gases desenvolvidos pelos correspondentes electodos vão-se acumular também os que provêm das zonas abaixo. Concebe-se facilmente que com electodos muito altos e muito próximos, e com fortes intensidades de corrente, nas zonas superiores a concentração se eleva de uma tal maneira que o processo electrolítico fica completamente perturbado.

Para reduzir a concentração gasosa seria então necessário diminuir a altura dos electodos e a densidade da corrente, mas estas condições estão em antagonismo com a necessidade de construir electrolisadores de grande potência, de preço limitado e de dimensões reduzidas.

Pelo contrário, na célula «Fauser» conseguiu-se redu-

zir a concentração gasosa realizando uma circulação enérgica de baixo para cima do electrólito que se encontra em contacto com os electrodos; desta maneira a corrente ascendente tem por consequência que as bôlhas de gás esparsas na massa do liquido são mais rápidamente levadas à superfície.

A circulação do liquido é obtida automaticamente pelos próprios gases que se desenvolvem; tem também por efeito assegurar uma temperatura e uma concentração igual em todos os compartimentos da célula.

Com efeito, num electrolisador onde não há nenhuma circulação de electrólito, especialmente quando a produção toma proporções importantes, como nos aparelhos de grande intensidade, pode suceder que se produza uma concentração do electrólito em volta dum electrodo, o que dá lugar a um aumento da resistência do circuito.

CONSTRUÇÃO

A célula «Fauser» é representada pela Fig. 9. Comporta um reservatório A de forma paralelepipedica em fôlha de ferro, contendo uma solução a 25% de potassa cáustica.

No banho são mergulhados os electrodos D, alternadamente positivos e negativos, contidos em sacos de rede de amianto H, que servem a impedir a difusão dos gases que se produzem nos electrodos. Os anodos são recobertos galvanoplásticamente duma espessa fôlha de níquel, para os proteger da oxidação. Cada electrodo compõe-se de duas fôlhas de ferro chatas e paralelas afastadas dum pequeno espaço F. As bôlhas de gás desenvolvem-se sobre a superfície externa dos electrodos quando da passagem da

corrente, sobem e são recolhidas no cimo por pequenas caixas G, mergulhadas no liquido.

Em consequência da presença de bôlhas de gás, o electrólito contido no espaço B compreendido entre um electrodo e o diafragma, torna-se especificamente mais

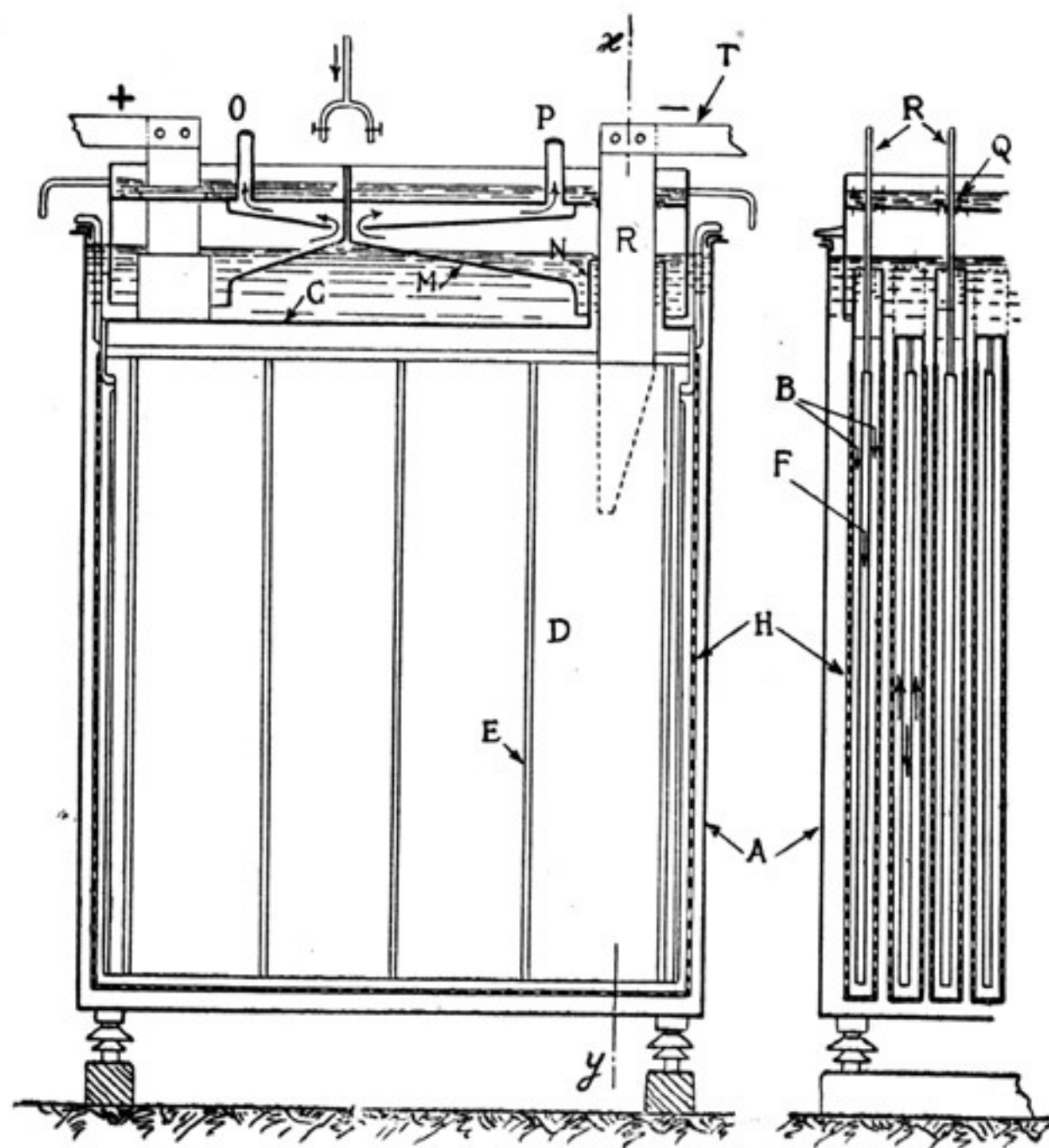


Fig. 9

leve, por se encontrar nas condições duma emulsão formada de gás e de liquido. Estabelece-se portanto uma diferença considerável entre o seu peso específico e o do liquido situado no espaço interior F, que é subtraído à acção da electrólise. Isto dá origem a uma circulação enér-

gica no sentido indicado pelas setas; a intensidade da circulação aumenta por causa da produção do gás. As bôlhas gasosas recolhidas nas caixitas G são dirigidas pelas chaminés N à campânula colectora M dividida em dois compartimentos, um ligado à conduta do hidrogénio e o outro à do oxigénio.

Em conseqüência dum rompimento duma tela de amianto não há formação de mistura explosiva, porque o gás que se escapa dos orifícios do diafragma não pode penetrar no diafragma do lado, mas percorre o espaço livre entre duas caixitas adjacentes e espalha-se na atmosfera.

Da mesma forma, se o nível do liquido electrolítico baixasse até ao bôrdo inferior das campânulas M, os gases escapar-se-iam livremente na atmosfera sem nenhum perigo.

A corrente eléctrica é conduzida aos electrodos pelos condutores R, atravessando as caixitas onde se recolhem os gases; a travessia da parede faz-se pelas juntas isoladas e estanques Q.

Os condutores R estão situados nas extremidades laterais dos electrodos, a fim de reduzir ao minimo o comprimento das barras de cobre T que ligam dois elementos adjacentes.

E' preciso ainda notar uma outra particularidade importante das células electrolíticas «Fauser»: a superficie do banho é quasi inteiramente coberta pelas campânulas M, de maneira que a carbonação é reduzida ao minimo. A parede superior das campânulas é arrefecida com o auxilio duma circulação de água, de maneira a condensar a maior parte do vapor arrastado pelos gases produzidos, que devem sair pelos tubos O e P.

Da rápida exposição feita nota-se a simplicidade da construção, a independência dos diferentes electodos na célula, a facilidade de vigilância e de montagem.

A falta de paredes intermédias metálicas e a disposição dos electodos permitem submeter o electrolisador «Fauser» a um trabalho intensivo, sem sofrer nenhuma variação na pureza dos gases e sem nenhum dos inconvenientes que habitualmente se verificam nos electrolisadores tipo filtro-prensa quando a tensão e a intensidade ultrapassam certos limites:

Todos os mais pequenos detalhes foram cuidadosamente estudados, a fim de reduzir o preço de fabricação e de assegurar um funcionamento impecável.

CARACTERÍSTICAS

A potência do electrolisador «Fauser» pode variar entre largos limites; podem-se ligar as células em série até atingir as tensões de 600-700 volts, com intensidades de 12.000-14.000 amperes, quer dizer, uma potência de quasi 10.000 Kw. por bateria.

Compreende-se que com o duplo diafragma se possam obter facilmente gases puros; com efeito, a pureza do oxigénio é normalmente de 99,5% e a do hidrogénio atinge 99,8% e mesmo 99,9% sem purificação catalítica.

As baterias «Fauser» adaptam-se bem a regimens muito variáveis, de maneira a utilizar as sobras de energia eléctrica disponíveis durante a noite.

O diagrama da Fig. 10 mostra como varia a intensidade da corrente com a variação da diferença do potencial nos bornes da célula.

Vê-se que esta intensidade pode variar entre largos limites, e a esta variação corresponde um aumento ou uma diminuição do consumo de energia para a produção do hidrogénio.

Por exemplo, o mesmo electrolisador que absorve

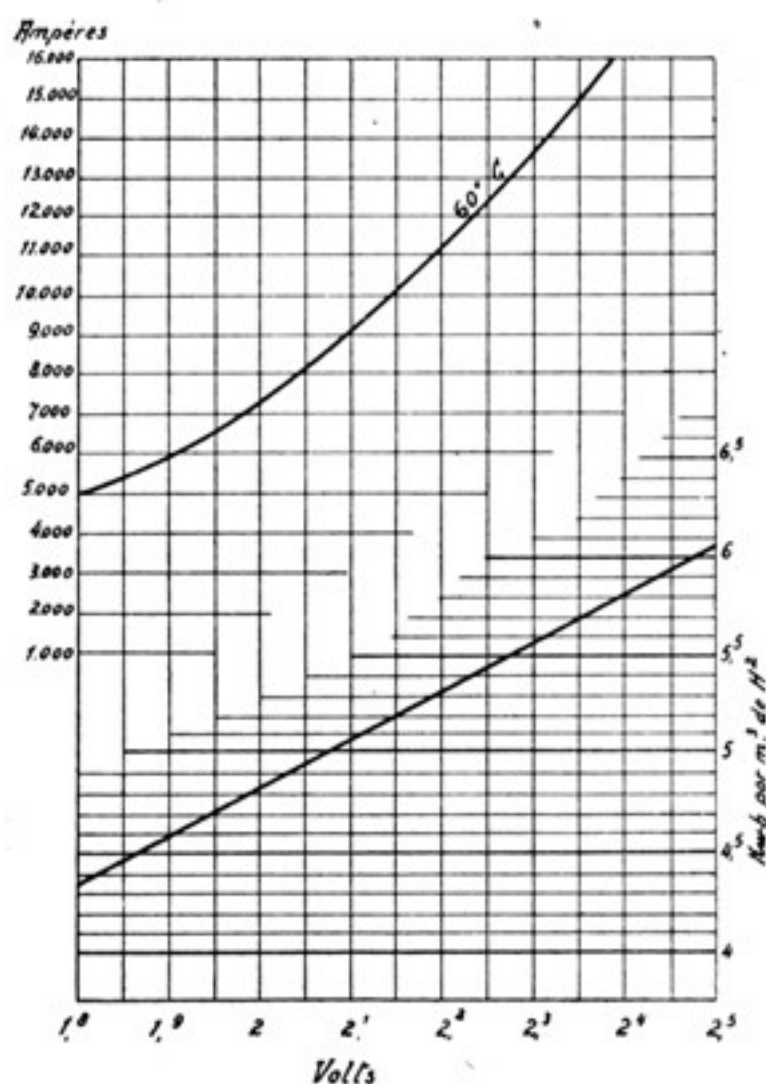


Fig. 10

14.000 amperes com uma diferença de potencial de 2,32 volts, se se reduz o potencial a 2 volts, absorve sòmente 7.300 amperes, mas, pelo contrário, a energia gasta, que no primeiro caso era de 5,56 Kw por m³ de hidrogénio, calculado a 0° e 760^{mm}, reduz-se a 4,9 Kw por m³.

A alimentação de água dos electrolisadores faz-se

automaticamente, o que simplifica a vigilância.

PREÇO DE CUSTO DA PRODUÇÃO DO HIDROGÉNIO

O preço de custo da produção do hidrogénio depende sobretudo do preço da energia eléctrica; por consequência o rendimento do electrolisador deve ser fixado segundo um cálculo do máximo da economia.

Se a corrente é cara, há vantagem em instalar uma bateria de grande rendimento, a-pesar-do seu preço mais elevado; se, pelo contrário, a corrente é barata, escolher-se-á uma bateria consumindo mais energia, mas cujo preço é mais baixo.

Por outro lado é ainda necessário ter em conta se se trata de utilizar energia periódica, porque a solução mais económica é fornecida pela instalação, cuja amortização, junta à despesa anual da corrente, forma um mínimo.

O diagrama da Fig. 11 mostra a variação do preço duma instalação electrolítica sistema «Fauser», para a produção de 1:000 metros cúbicos de hidrogénio por hora, calculado a 0° e 760^{mm} de mercúrio, segundo o consumo de energia por m³ de gás.

Se a corrente eléctrica está disponível sob a forma alternada, é preciso juntar ainda o preço da central de transformação e conversão da corrente alternada em corrente continua. Estes preços estão indicados na Fig. 11 pela linha pontuada.

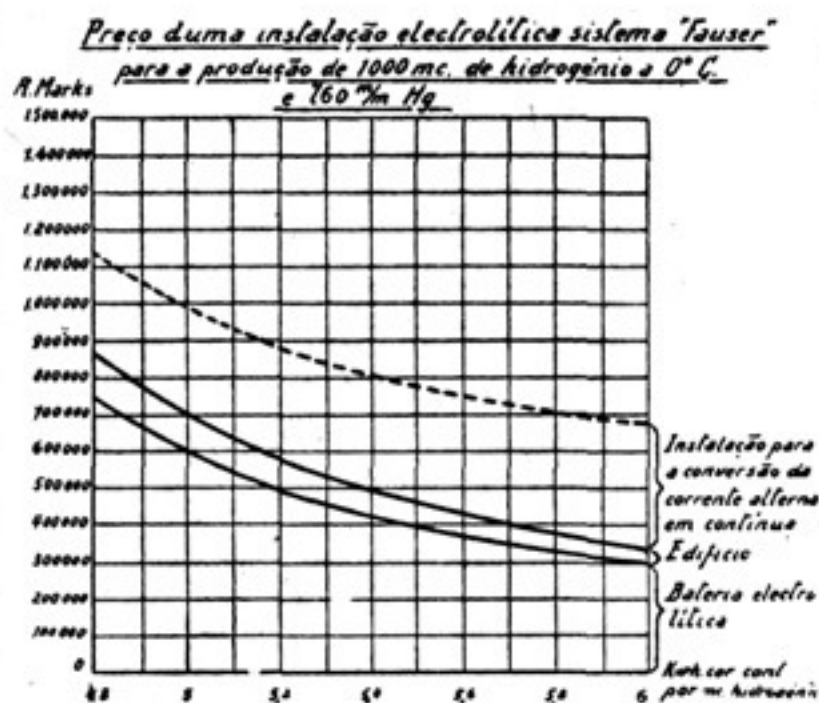


Fig. 11

Os diagramas das figuras 12 e 13 permitem ver a influência do preço do kw-h sobre o preço de custo da pro-

dução do hidrogénio e estabelecer qual é a solução mais económica.

Os diagramas da figura 12 referem-se à utilização directa de corrente contínua; é o caso mais freqüente se a instalação electrolítica está instalada na proximidade da central hidráulica.

Estabelecemos os juros à razão de 7% sobre o preço total da instalação e a amortização à razão de 8% sobre o valor da bateria e 5% sobre o valor dos edifícios.

Não demos nenhum valor ao oxigénio, considerando que este sub-produto só dificilmente encontraria mercado, a não ser que as fábricas fiquem instaladas num grande centro metalúrgico.

Preço de "revent" do mc. de Hidrogénio a 0° e 760 mm Hg
com corrente contínua

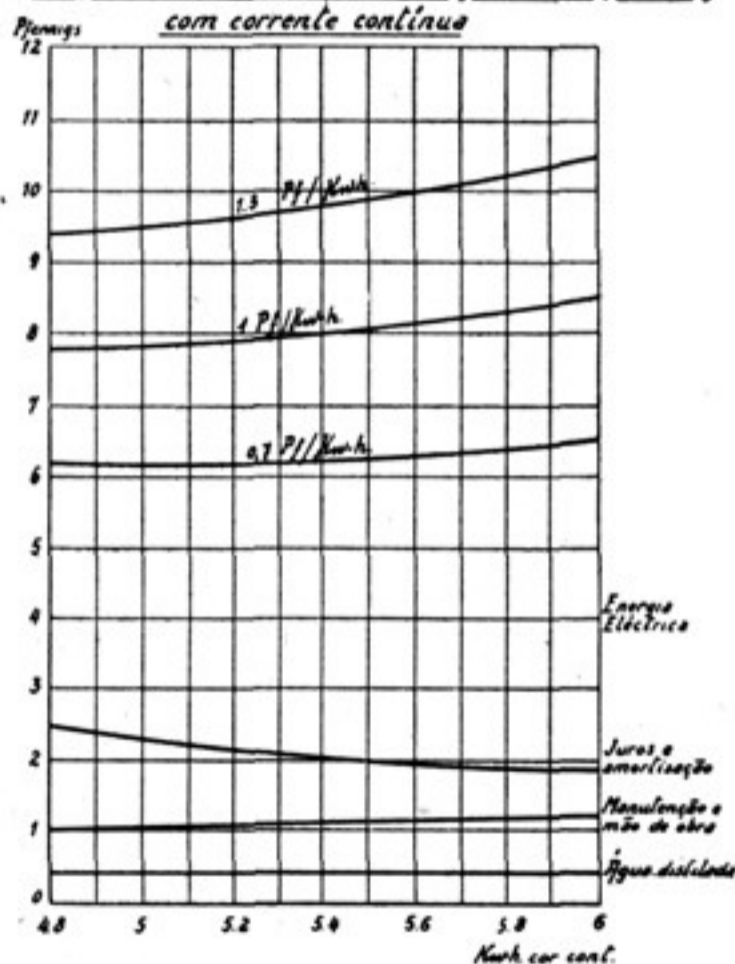


Fig. 12

quando a fábrica de síntese está afastada da central hidráu-

Os diagramas da figura 13 referem-se ao hidrogénio produzido com a corrente alternada, admitindo um rendimento global de conversão de 91%. Vê-se que neste caso o preço de custo da produção do hidrogénio aparece sensivelmente mais elevado que no caso precedente.

Concebe-se, por consequência, que é sempre preferível,

lica, transportar o hidrogénio com uma tubagem, em lugar da energia eléctrica. Realizaram-se já transportes de hidrogénio a grande distância, e a experiência mostrou que as perdas de gás são insignificantes. Pelo contrário, para transportar a energia é preciso primeiro elevar a tensão à partida, reduzi-la de novo à chegada, para a transformar em corrente contínua; isto exige despesas consideráveis de primeiro estabelecimen-

to e uma perda de energia total que não é inferior a 15%».

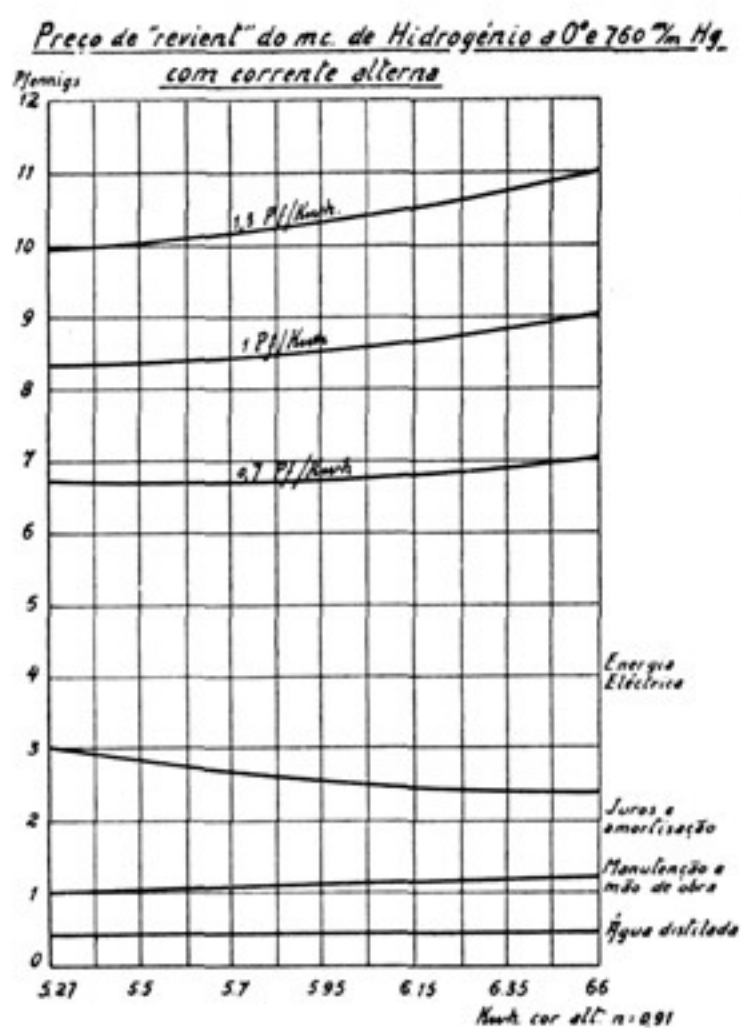


Fig. 13

CAPÍTULO III

**COMO SE PÕE A QUESTÃO DO HIDROGÉNIO
EM PORTUGAL**

No estado actual do fabrico do hidrogénio pelos diferentes processos que acabamos de passar em revista, teremos em Portugal duas vias diferentes a seguir para produzir este gás.

I—A PARTIR DOS CARVÕES

Para produzir o hidrogénio a partir dos carvões podem-se teòricamente prever vários processos dos que usualmente fabricam os chamados gases industriais.

Se examinarmos uma tabela de composição média destes gases, verificamos que quatro dentre eles possuem uma alta percentagem, em volume, de hidrogénio.

Dois pertencem ao grupo dos gases ricos: o gás de iluminação, com 51 % de hidrogénio e o gás dos fornos de coque, com 50 %. Os outros dois pertencem ao grupo dos gases completos: o gás de água, com 49 % e o gás duplo com 45 %.

O gás de iluminação não serve economicamente para se obter a partir dele o hidrogénio.

O gás dos fornos de coque é um sub-produto do fabrico do coque. Só interessará, portanto, em Portugal fabricar hidrogénio a partir dos gases dos fornos de coque, no dia em que fôr criada a indústria do coque no nosso país. Nessa eventualidade o processo de separação física de Claude seria o aconselhável para obter um hidrogénio puro.

Restam-nos pois o gás de água e o gás duplo.

Os carvões portugueses da bacia carbonífera do Douro foram os que mereceram à Comissão do Azote maior atenção e de todos estes as antracites do Pejão, pelo seu menor custo de extracção, pareciam ser as mais indicadas para o fabrico do hidrogénio pelo processo do gás de água ou do gás duplo.

As análises que em 1926 nos foram comunicadas e que tinham sido feitas no Laboratório do Instituto Superior Técnico pelo professor Lepierre, tinham a seguinte composição:

I

Matérias voláteis	6,61	%
Carbono fixo.	78,72	
Cinzas	<u>14,67</u>	
	100,00	

Poder calorífico: 6.700 cal.

II

Matérias voláteis	8,35	%
Carbono fixo.	69,00	
Cinzas	<u>22,65</u>	
	100,00	

Poder calorífero: 6.216 cal.

Como o carvão grosso tinha muita importância, conforme se verá adiante a propósito dos estudos sobre gaseogénios queimando estes carvões, a que a Société L'Air Liquide mandou proceder nas casas especialistas, a Empresa Carbonífera do Douro, L.^{da}, informou-nos, em consequência de prévia consulta nossa, que a percentagem desses carvões nas Minas de Germunde e de Pejão variavam, conforme as camadas, entre 10 e 30 %.

Nas análises dos mesmos carvões que veem publicadas no livro sobre combustíveis do engenheiro Perpétuo da Cruz, encontram-se as composições mínimas e máximas seguintes:

Matérias voláteis. . . .	4,02	a	10,64	%
Carbono fixo	51,96	a	89,64	
Cinzas	5,50	a	38,52	
Enxôfre	0,62	a	1,52	

Poder calorífero: 3.860 a 7.392 cal.

O exame das análises destes carvões mostra que a percentagem de cinzas é bastante elevada se se atender a

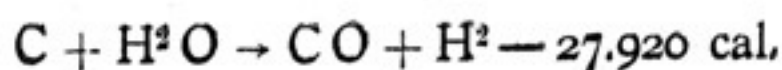
que um bom carvão não deve exceder 7 % de cinzas. Sob este aspecto estas antracites são mediocres. Mas o que seria útil, seria conhecer a composição destas cinzas para se avaliar o seu grau de fusibilidade. O carbono fixo tem um valor baixo e só as matérias voláteis estão dentro dos valores normais.

A cinzas põem o problema das grelhas. Pôr este problema em equação é importante e fundamental se se quiser empregar as antracites da bacia do Douro, que são meúdas e com forte percentagem de carvão em pó.

A indústria portuense, por exemplo, para utilizar as antracites das minas de S. Pedro da Cova, emprega uma grelha especial: a grelha Wilton. E' claro que esta grelha, tôda tapada, é uma grelha para caldeira, mas o facto de se ter de estudar para cada carvão uma grelha especial é que é de reter. A casa Graham, do Porto, usa um outro tipo de grelha nas suas caldeiras, mas este tipo foi especialmente estudado para as antracites portuguesas pela casa Babcock & Wilcox e é do tipo mecânico.

Estes exemplos só mostram que para o emprêgo racional das nossas antracites, em gasogéneos destinados ao fabrico do hidrogénio, haveria necessidade de estudar cuidadosamente o problema da grelha, para um tipo de gasogéneo próprio.

Uma vez esse aspecto fixado, creio que a marcha a seguir no fabrico do gás de água seria, em lugar de proceder à catalise do CO, como fazem as fábricas alemãs, fazer a separação do hidrogénio pelo processo de liquefacção Claude. No fabrico do gás de água podemos-nos fixar na seguinte reacção:



Estas 27.920 cal. negativas resultam da diferença entre as 57.360 calorías do calor latente de decomposição do vapor de água e as 29.440 calorías do calor de formação do óxido de carbono.

Como 1 quilograma de carbono produz 8.166 calorías, para cobrir as 28.000 calorías negativas seriam necessários 3,5^{kg} de carbono. Desta maneira seriam necessários 15,5^{kg} de carbono em lugar de 12. E como a água no estado líquido exigiria 68.080 calorías em lugar das 57.360 do vapor de água, seriam necessários mais 1,3^{kg} de carbono.

Portanto teremos: $12 + 3,5 + 1,3 = 16,8$ Kg. de carbono.

O volume do gás produzido nestas condições é de 2,65 m³ por Kg. de carbono.

Adaptando, por exemplo, estes dados teóricos ao carvão do Pejão da análise I que tem 78,72 % de carbono fixo, temos:

$$1 \text{ Kg. de carvão dá } 2,65 \times 0,78 = 2,06 \text{ m}^3 \text{ de gás.}$$

Com a amostra II teremos:

$$1 \text{ Kg. de carvão dá } 2,65 \times 0,69 = 1,82 \text{ m}^3 \text{ de gás.}$$

O poder calorífico deste gás calculado teoricamente corresponde a 2.820 calorías. Na prática este valor deve ser inferior 10 %, ou sejam 2.540 calorías.

De uma maneira geral, o gás de água é fabricado a partir do coque. Só excepcionalmente se usam os carvões do tipo hulha, antracite ou linhite. Isso mesmo se vê no

capítulo onde são referidas as negociações com os representantes de Ammonia Casale Cy. As casas especialistas consultadas: a «Rumbacher Huttenwerke» e a «Linde», foram de opinião desfavorável e só a própria Ammonia Casale é que achava viável o emprêgo das antracites portuguesas, depois de prévios ensaios laboratoriais no próprio laboratório do Dr. Luigi Casale, em Terni, e nesta conformidade pediu amostras para ensaios em grande. Estas amostras não puderam chegar a ir. Mas foram as que pediu a Société L'Air Liquide, que encarregou das experiências entidades também especializadas em gasogénios, e cujo resultado foi favorável, conforme se verá no mesmo capítulo.

Teòricamente o gás de água deveria apresentar 50 % de óxido de carbono e 50 % de hidrogénio, praticamente o gás apresenta, porém, a seguinte composição:

Oxido de carbono	40	%
Hidrogénio	50	%
Anídrido carbónico	5	%
Azote	<u>5</u>	%
	100	

No gás proveniente das hulhas e das antracites o hidrogénio é em dose superior a 50 % e aparece também a metana e porventura outros carbonetos.

Por exemplo, o gás que Strong obteve, em 1875, nos primeiros gasogénios por êle criados para fabricar o gás pobre destinado a ser utilizado como combustível de aquecimento das fábricas americanas, tinha a seguinte composição:

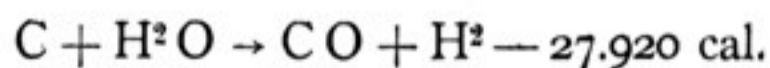
Oxido de carbono	35,90	%
Hidrogénio	52,80	
Anidrido carbónico	2,00	
Metana	4,10	%
Azote	4,43	
Oxigénio	<u>0,77</u>	
	100,00	

Num outro gasogénio montado por Strache, na Austria, e que queimava linhite, o gás produzido tinha a seguinte composição :

Oxido de carbono	40	%
Hidrogénio	50	
Anidrido carbónico	4	
Azote	5	
Metana	<u>1</u>	
	100	

Este gás tinha de ser purificado pela passagem sobre o coque num *scrubber* e depois através de cubas de óxido de ferro para eliminar o hidrogénio sulfurado.

A transformação do C pode-se fazer com vapor de água, sem ar, desde que se possua uma fonte de calor correspondente ao calor absorvido pela reacção :



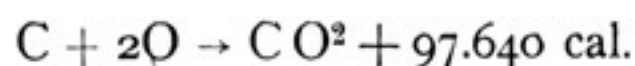
Na prática procede-se da maneira seguinte :

O gasogénio é primeiro aquecido por combustão com o ar, depois, numa fase seguinte e alternada, é que se in-

troduz o vapor. O grande inconveniente desta forma de marcha consiste na perda dos gases produzidos na fase de aquecimento. Isto pode, porém, corrigir-se utilizando estes gases para motores a gás.

Esta questão do aquecimento do gasogénio por introdução de ar numa fase alternada é, de resto, não só importante como delicada. Senão vejamos.

As duas principais reacções de gaseificação no gasogénio de gás de ar são:



Donde é fácil concluir que é preferível a primeira para o aquecimento do gasogénio de gás de água. Simplesmente cada uma daquelas reacções tem condições especiais de produção, e assim nas grandes espessuras de combustível, em longos períodos de contacto, o que se produz primeiro é o CO. Os gases produzidos nesta fase são mais ricos deste gás do que de CO² e as perdas são portanto grandes sob o ponto de vista do balanço térmico.

A patente do sueco Dellvik tem por fim intensificar a passagem do ar e assim conseguir uma combustão completa.

Em lugar de CO forma-se o CO². Para este efeito ou se tem de regular a altura da camada do combustível ou a pressão do vento.

Nos gasogénios Dellvik a grelha é plana e a gaseificação faz-se em sentidos alternados. A insuflação faz-se de baixo para cima e existe um dispositivo de alternância para a gaseificação.

Há dois modelos de gasogénios deste inventor. Num,

na parte superior da cuba, existe um reservatório de carvão de ferro fundido, móvel, para a determinação da altura da camada combustível necessária para uma pressão de vento dada. No outro, o recipiente é em terra refractária.

A «*Dellvik-Fleischer-Wassergasgesellschaft*», de Francfort criou um tipo de gasogénio para a produção do «trigás» a partir dos carvões bituminosos sem resíduos de gaseificação. É um outro para a produção do «doppelgas» (gás duplo) com utilização dos calores perdidos. Este último compõe-se essencialmente dum gerador do gás duplo, dum gerador de vapor sôbre-aquecido, duma câmara de combustão e dum permutador de calor.

A insuflação do ar dura 2 a 3 minutos e a produção do gás 14 a 18.

O gasogénio Dellvik-Fleischer produz 2 m³ de gás por quilograma de coque a 82,5 % de carbono.

A insuflação do ar é feita à pressão de 300 m/m de água.

Strache, cujos estudos sôbre êste assunto são decisivos, mostrou que o processo Dellvik, teòricamente bom, era praticamente deficiente e resolveu actuar noutro sentido, construindo indicadores de vapor para evitar uma grande queda de temperatura durante a gaseificação. A zona de temperaturas úteis oscila entre 700° e 1.000°.

A repartição da temperatura no gasogénio é que não é uniforme em consequência das duas fases alternadas. É mesmo por essa razão que os gasogénios de gás de água produzem muitas escórias.

O poder calorífico regula por 2.600 calorías.

A produção do gás é em média de 1,7 m³ por quilograma de coque. O vapor necessário para esta produção é também de 1 kg.

Na sua forma clássica o processo do gás de água acarreta para o fabrico do hidrogénio em Portugal um inconveniente grave: a exigência de a matéria prima ser o coque. Um outro inconveniente, êste de carácter geral, consiste no funcionamento intermitente do gasogénio pela necessidade que há de proceder ao preliminar aquecimento em fases alternadas com a admissão do vapor.

Há, porém, vários processos modernos para tornejear aquelas dificuldades.

Citemos entre êles os propostos por Claus, Kresz, Bormann e Balley.

Todos têm vantagens e inconvenientes, e ainda o mais interessante para o nosso ponto de vista, é o do tcheco Balley, que consiste em fazer passar uma corrente de vapor de água sôbre-aquecido através do carvão em pó e projectá-lo contra grandes pedaços de coque, de maneira a obter uma grande superfície de reacção. O coque está a uma temperatura próxima dos 1.500°. Êste carvão em pó, a esta temperatura, não só destila como se gaseifica sob a forma de gás de água.

Na primeira fase o vapor é aquecido a 1.400° e as paredes ou o coque são aquecidos a 1.600°. O carvão em pó é admitido em excesso para que uma parte se deposite sob a forma de coque pulverulento.

Na segunda fase êste coque pulverulento é queimado por uma corrente de ar quente, a-fim-de aquecer a câmara de gaseificação. Os gases desta reacção servem para aquecer o vapor e o ar desta fase.

Insistimos sôbre êste processo de Balley. Além da continuidade, que aperfeiçoamentos posteriores lhe permitiram inteiramente dar, tem para o nosso país a importantíssima vantagem de empregar carvão em pó, o que seria

o preferível na utilização das nossas antracites da bacia carbonífera do Douro.

Duma maneira geral, o estudo dos gasogénios para o fabrico do gás de água exige cuidados especiais em consequência das fortes pressões do ar, das inversões de marcha que exigem peças duma forte resistência mecânica e uma vedação perfeita das juntas. Finalmente, a grelha é órgão fundamental nestes gasogénios, em virtude da abundância de escórias em quantidade e qualidade muito variáveis.

Para impedir a aderência das escórias ao revestimento da cuba, usa-se arrefecer esta exteriormente. É o que fazem os construtores Blass, Julius Pintsch, Warsteiner Gruben und Huttenwerke, por meio dum anel.

No processo Blass, a insuflação de ar faz-se de baixo para cima, enquanto que a gaseificação pelo vapor se faz de cima para baixo.

Mais recentemente a grelha móvel foi introduzida nos gasogénios de gás de água, depois de se ter conseguido reforçar as cubas de forma a resistirem às altas pressões de ar, que atingem 700 mm. de coluna de ar.

A *Bamag* (Berlin-Anhaltischen Maschinenfabrik A. G.) e a *Pintsch* (Aktiengesellschaft Julius Pintsch) criaram mesmo um processo que permite, com as grelhas móveis, extrair as cinzas no estado seco. A principal vantagem da adopção destas grelhas foi a duplicação da capacidade dos gasogénios.

Para o fabrico do gás duplo o pioneiro foi ainda Strache, que criou um gasogénio munido na parte superior duma retorta aquecida exteriormente pelos gases de insuflação. Nesta retorta o carvão transformava-se em coque antes de entrar na cuba do gasogénio. A gaseificação fazia-se no sentido da insuflação e o gás duplo atra-

vessava a retorta e arrastava os gases desta. As primeiras experiências foram feitas em 1913, em Hamburgo. Em 1916, em Viena, este gasogénio foi aperfeiçoado, dispensando o aquecimento exterior da retorta. Este processo é, por exemplo, adoptado pela «*Akt. Gesellschaft für Restlose Vergasung*», de Francfort.

Em Graz, uma hulha da Silésia deu neste gasogénio o seguinte gás:

H ²	50,1 %
CO	33,8
CO ²	7,8
CH ⁴	5,0
N ²	2,3
O ²	0,2

O balanço térmico do gás de água pode-se estabelecer da seguinte forma:

Poder calorífero do coque91,5 %	
Calor contido no vapor	8,5	
Perda nos gases de insuflação a		
quente	31 %	
Poder calorífico do gás de água	47	
Irradiação e condutibilidade do		
aparelho	6	
Gases não queimados nas cinzas	2	
Calor do vapor não decomposto	2,5	
Calor do gás de água	6,5	
Calor do gás para a produção do		
vapor	5	
	100,00 %	100,00 %

Deveriam ser muito interessantes os estudos experimentais realizados com os diferentes gasogénios modernos. Com efeito, nos últimos anos, na fabricação do gás pobre em gasogénios foram introduzidas algumas modificações tendentes a generalizar os aparelhos mecânicos, quer para limpar as cubas rotativas, quer para agitar e revolver o combustível com o aparelho Chapman, quer ainda para obter o aquecimento do gás pelo emprêgo do vapor, quer também pelo emprêgo do gasogénio com fusão de cinzas.

Embora seja impossível, *à priori*, estabelecer quais as características que devem possuir os gasogénios para queimar os carvões portugueses, é todavia interessante passar em revista alguns tipos estrangeiros dos mais recentes.

O gasogénio ZOLLER é caracterizado por uma grelha mecânica, sem fim, colocada na câmara de coquefacção, parte inclinada, parte horizontal, e que se desloca com uma certa rampa na câmara de combustão. Sôbre esta grelha está colocado um aparelho para desprender as escórias.

(Continua)

MANUEL GASPAR DE BARROS

IBSEN E GRIEG

(Conclusão)

IV ACTO

Até longínquas terras para o sul, se foi Peer Gynt em procura de poder realizar as ambições que da sua fantasia e orgulho eram fruto; em procura também foi, em lugares tão afastados, do esquecimento de suas acções... remédio que não encontrou, alívio que a seus males não conseguiu. De nada serve fugir, se os pensamentos e os sentimentos não forem de molde a aliviar a consciência.

Coisa estranha: é mais fácil praticar o mal, do que o bem; assim como é mais fácil esquecer o bem, do que o mal!

Peer Gynt gastou os melhores anos da sua vida, por entre países de hábitos e educações contrárias às do seu país; por entre homens de caracteres diversos, nas diversas raças com que lidou.

Viu defeitos iguais aos seus, viu as paixões humanas que alimentam o fogo maléfico das camadas sociais; e em vez de se corrigir, conservou na sua feição psicológica e mental o lado errado e mau que o dominava. O que o bêrço dá, a tumba o leva.

No entanto, modificou-se na aparência, porque aprendeu a concentrar-se em si próprio, e a-pesar-de se ter

educado sem sistema nem reflexão, soube colher, das terras por onde andou, o que mais lhe ia a seu feitio e sabor. Dos livros que leu, extraiu o que lhe convinha, sem idea de os aprofundar, nem de se absorver em seus ensinamentos.

«Man skal éj læse for at sluge mem for at se, hvad man kan bruge!»

(O homem não deve ler só para se concentrar, mas sim para ver o que lhe possa ser útil).

Peer Gynt, sendo norueguês de raça, tornou-se cosmopolita de educação.

Na Alemanha, leu os livros que o ilustraram e lhe deram brilho. Na França, vestiu-se, encadernou as suas maneiras, encastoou os seus pensamentos, para que ao expô-los saíssem com beleza. Viu, na Inglaterra, que as mãos eram feitas para trabalhar, e a isso as habituou, mas viu igualmente que o proveito que daí se tirasse deveria ser pessoal. Na Itália foi-lhe inculcado o agradável gôzo do «*dolce far niente*».

Com os judeus praticou a grande sabedoria de ser paciente.

O metal suéco abriu-lhe estradas na vida, por onde deu passos com que não contava. E na América fêz fortuna!...

A-pesar-de ter um pouco de todos, não deixou de ficar com o máximo de «si mesmo» guardando no íntimo o ser sempre «sig selv» (êle próprio).

Sem as labaredas da juventude incauta que fizeram arder o foragido em lume que o consumia, olha para trás: sente-se a mais de meio da vida, e, com tristeza e talvez remorsos, lembra-se dos anos que já não voltam; anos em que os seus pés pisaram tanta terra, os seus olhos se fixa-

ram em tanta coisa, em que tantos aspectos da vida palpou, e de tantos manjares provou. ¿Qual foi o resultado de tudo?...

¡Queimaduras, mau sabor, e desilusões!

Quanto mais profunda o «Passado», maior é a canceira e a desilusão que o invade.

Neste estado de espírito, não ao de cima, mas profundo no seu psíquico, sente-se farto de andar com máscara a que o constrange a situação que a si próprio criou: assenta-lhe mal ao corpo o fato que enverga, e que o disfarça; pesa-lhe o ouro que tem junto; as pedras preciosas, que lhe ornaram os dedos, tolhem-lhe os movimentos naturais.

¿De que lhe serviu fugir da sua «Terra»?!... ¿cortar com tudo que o prendia?!... ¿dizer um «adeus» cruel à delícia de amar?!... Para quê?...

Os homens, encontrou-os sem miolos; as mulheres, nada valiam; *menos uma* «uden en».

Não encontrou, sequer, a sombra de uma Solvejg!

Na árabe Anitra viu a figura falha de sentimentos, mas de perspicácia felina.

Anitra sabe dançar; nas danças em que se requebra e ondeia pior que serpente venenosa, vai enfeitando o corpo com as pedras raras que Peer Gynt deixa cair.

Edvard Grieg na «Dança de Anitra» (opus 46, suite 1.^a), deu-lhe frescura juvenil no ritmo leve; gracioso como de mariposa a vultear:



ainda outro aspecto lhe deu: lânguido, sem constância, porque a mariposa quasi não poisa, e Anitra não se demora; em passos sossegados volta a andar na pontinha dos pés, quasi sem aflorar o chão; também as cordas dos violinos ao de leve são tangidas.



Grieg ainda tem outra «Dança árabe» (opus 55, suite II) para o mesmo acto.

É uma das boas páginas musicais do «Peer Gynt» em ritmos característicos, tais como:



outro ritmo:



Como frases:



que é desenvolvida e segue com bastante beleza, por ex.:



O conjunto orquestral é sempre elegante, e toma uma certa grandeza sem descurar o assunto a que esta parte é subordinada.

*

* *

A nossa raça é muito latina, para que, ao lermos «Ibsen», nos possamos sentir; não é que a alma escandinava seja menos poética do que a nossa, mas sim porque a sua exteriorização é bem diversa e oposta à forma de nos manifestarmos.

O final deste acto, que passo a expor, é cheio de infinda poesia, onde cabe empregar o que diz Jules Lemaître: (1) «Les drames de Ibsen sont beaux et vivants, dans la mesure où chacun de ces épisodes exprime la vie ou donne l'impression de la beauté».

Peer Gynt que, até aqui, tem tido o «mêdo» de tudo

(1) «Impressions de Théâtre», 10.^{ème} série, p. 40.

que seja «*sentimento*»; a «*cobardia*», de não querer acarretar com a «*responsabilidade*»; que sempre fugiu a ver e ouvir «*a verdade*»; em quem estes três deveres foram abafados pelo «*egoísmo*», sente, no vazio que o cerca, o erro em que tem vivido.

Uma lágrima serena e triste enxuga; o véu opaco que lhe interceptava a vista desfaz-se... e ideas suaves desperta essa lágrima, e a memória se lhe povoa de suaves lembranças que, tendo sido sentidas na alma, se cravaram no cérebro, onde a fantasia as desenvolveu, pondo-lhas diante dos olhos:

...ao longe umas árvores... uma «*Hytte*»...
uma figura de mulher esbelta, loira, sentada à porta entre-aberta... os raios do sol a brincarem nos seus cabelos, e nos fios de estopa que ela da roca vai fiando... umas cabrinhas a pastarem, na relva fresca... Dêste quadro tão simples sai uma voz doce, suave, sentida, em que palavras de nunca desmentida constância são cantadas em linda e inspirada melodia:

Canção de Solvejg (suite II, opus 55)



Esta é a página mais *poética* de *Ibsen* e a página mais *lítica* de *Grieg*.

A música e a poesia desta canção, nasceram para se...
juntarem.

Kanske vil der gå både vinter og vår,
 og næste sommer mede, og det hele år;
 men engang vil du komme, det ved jeg visst;
 og jeg skal nok vente, for dete lovte jeg sidst.

(Talvez se passe, tanto o inverno como o verão
 E o próximo verão também, e todo o ano.
 Mas ainda voltarás, disso tenho a certeza,
 E eu esperarei porque isso te prometi eu da última vez.)

Fiando sempre, sem parar, olha as cabrinhas e trauteia
 tranqüilamente



Para voltar ao pensamento e sentimento que nunca a
 abandonou:

Gud styrke dig, hvor du i verden går
 Gud glæde dig, hvis du for hans fodskammel står!
 Her skal jeg vente, til du kommer igen;
 og venter du histoppe, vi træffes der, min ven!

(Deus te proteja, onde tu andes no mundo
 Deus te dê alegria se tu diante de seus pés estiveres;
 Aqui esperarei por ti, até que voltes outra vez,
 E espera tu lá em cima; ali nos encontraremos, meu amigo.)

*

* *

Êste acto é o menos dramático, mas não é por isso o menos filosófico.

A forma poética, é, como nos outros, sempre admirável.

As ideias que encerra, é que são duras.

Desde a primeira cena à última, demonstra Ibsen, em várias camadas e condições sociais, a hipocrisia e as cruéis misérias da vida.

O «filósofo-psicólogo» foi neste IV acto, na rudeza em que expôs as suas idéas—sig selv—porque, talvez em demasia, demonstra, sem reбуço, tôdas as personagens que perpassam, como nitidas caricaturas; em cada aspecto que lhes dá, em cada transição porque faz passar Peer Gynt, e em cada idea que é contida e expressa com rapidez: é como se fôsem setas embebidas em ironia mordaz, que tendo por alvo a Humanidade inteira, com igual rapidez se lhe cravassem.

O Conde Prozor, no prefácio da tradução do drama «Solness», de Henrik Ibsen, dá-nos um período que é perfeitamente o resumo analítico dêste acto, mas ainda mais do último:

«Ibsen vit dans le rêve, il nous transportera donc dans le rêve. Dans sa tête de dramaturge les idées se revêtent d'images, tout un monde la peuple, et ce monde, il nous y entraînera à sa suite... en nous présentant ses figures et ses milieux symboliques avec une extrême précision».

V ACTO

Já desde o Panamá, com rumo à Noruega, vem débil navio, pesado de carga, leve de passageiros.

O tempo está nebuloso; as costas da Noruega que o navio ao largo contorna vêem-se esbatidas em tons escuros, e, por detrás de montões de nuvens cinzentas, tristemente o Sol se está a esconder.

O mar também é cinzento escuro, sem transparência; rochedos enormes; recifes de pontas escarpadas como lâminas agudas, que mais temerosas se tornam, à luz baça e denegrada de tão triste cair da tarde.

À proporção que o navio se vai aproximando da costa, adivinha-se muito ao longe um ponto claro, mais alto que os outros; é que a neve nunca se desfaz em «Hallingskarven», serra gigante, que entre outras se ergue. «Blåho» já se descortina; mas o negrume do céu e a hora adiantada não deixam ver «Galdhøpiggen» nem «Hårteig».

É noite, quási; e contudo, o único passageiro, homem de cabelos e barba tão alvos como a neve, está a estibordo numa anciedade de proscrito, com os olhos fitos através das lentes do binóculo. Sem despregar os olhos de «Terra» e sem reflectir no que diz, conversa com o capitão: «ninguém espera o vagabundo rico, que volta à Pátria... tudo quanto tem, ali traz, naquêlê navio... não tem família... antes de desembarcar, boa maquia repartirá com a marinhagem...»

Sente-se feliz o capitão com tal perspectiva! coitaditos... todos êles têm mulher e filhos... em casa o pecúlio é magro... e nalgumas até há miséria; o mais pobre, e que mais filhos tem, todos pequeninos, êsse é o cosinheiro.

Peer Gynt não tinha pensado!... quê, pode lá ser?... eles têm mulher?... eles têm filhos?... eles têm «Lar»?... Só ele não tem ninguém!...

Os pobres marujos, os desgraçados que formam a tripulação do frágil navio, têm na alma aquela alegria única, aquela esperança deliciosa, aquela felicidade, que Peer Gynt nunca teve: a maior riqueza, aquela que o dinheiro não dá—o Lar—. Eles, os que se dizem pobres, têm mulher que vestirá o seu melhor fatinho; aos filhos, há-de penteá-los, lavá-los, com cuidado; na mesa porá toalha alva, sopa quente, e uma vela acêsa festivamente a alumiará! e eles e elas e as crianças, já vivem todos na ânsia do regresso. Melhor que a luzinha da vela, há a luz invisível que os alumia, que mesmo de longe os une, e que transparece em comoção; naquêles «Lares» há calor que não tem semelhante; e nessa casita pobre há, a esperá-los, um filho que lhes salta ao colo, outro que já está um homenzinho, outro que se esconde nas saias da mãe, com medo das barbas hirsutas do pai, que lhe picam a pelesinha ainda tão mimosa... eles têm um peito querido em que há coração que de tanta alegria... até chora!...

Peer Gynt revolta-se. Quê?... pode lá ser?! é ele o único que é pobre!... ninguém espera o velho Peer, o réprobo! ninguém lhe prepara o «Lar»... ninguém o segue em pensamento:

(acto V) «følges af andres tanker på vej.
Der er aldrig, nogem, som tanker på mig».
(Ser seguido pelo caminho por outros em pensamento.
Não ter, nunca, ninguém que pense em mim).

Peer Gynt revolta-se, enfurece-se! Para quê?... dar aos filhos dos outros; ás mulheres dos outros; aos «Lares»

dos outros o seu dinheiro?!... enfim... dará ao cozinheiro ⁽¹⁾.

Pobre viajante solitário; a sua alma está negra como a noite que se aproxima; dura, como as penedias; cortante, como as pontas aguçadas dos rochedos; e, na alma, também cresce a tempestade, até lhe afogar os sentimentos claros.

O vento assobia com uivos ferozes; as águas do mar rugem com rancor, e batem com tal fúria de encontro ao navio, que este baloiça desaustinadamente; não ha equipagem que possa dominar as velas, cujos mastros se vão partindo. Chegou ao auge a tempestade. Peer, que mal se sustem de pé, vê, por entre as locarnas, ondas grandes como serras; destroços de naufrágios, homens que se afogam... horrível visão. Êle sente o arrepio da «Morte», o pavor do momento, e oferece dinheiro, muito dinheiro, para que salvem aquêles náufragos; mas é impossível, seria esforço inútil, nada resiste a temporal tamanho. Todos estes horrores rodeiam o espirito de Peer Gynt em horrível dança macabra, e sente «mêdo», que, em figura de passageiro incógnito, e até ali invisível, o persegue.

«TERRA!...»

«Depressa! a minha mala! Os meus caixotes! a minha bagagem!»... grita Peer... ninguém o ouve, ninguém lhe dá atenção, todos são poucos para lutarem contra o temporal que derruba mastros, que os leva de encontro aos recifes; tudo é impotente perante inimigo tão implacável; e de lés

(1) Esta excepção de dar—ao cozinheiro—é compreensível, desde que se saiba que, em tóda a Escandinávia, uma das coisas apreciadas é—a boa mesa.

a lés o navio estremece, e a água entra nêle em catadupas violentas, bárbaras, tirânicas, que tudo leva, que tudo desfaz.

Ao de cima das ondas bravias, flutua, de quilha para cima, a canoa de salvação; a uma das pontas está agarrado um náufrago, que consegue saltar-lhe para cima; de baixo da água surge a cabeça doutro que também se quiere agarrar à canôa; ambos lutam no mais renhido instinto de salvarem a vida. Peer Gynt implora com tôda a alma:

«Frels Herre Gud»

(Salvai-me, Senhor Deus)

O outro, é o cozinheiro que também implora misericórdia pelos seus filhinhos. Lutam os dois!... o desgraçado cozinheiro parte uma das mãos, e Peer grita-lhe: «laes dit Faedervor» (reza o Padre Nosso).

«Misericórdia», lhe torna o desgraçado que para os filhos pequeninos quiere viver.

«Reza!» lhe retorquiu Peer Gynt.

Nas vascas da morte, o cozinheiro ainda balbuciou «Giv os idag...» (dai-nos hoje) a que Peer Gynt respondeu «Amen».

René Doumic (1) aprecia a obra de Ibsen dizendo que: a filosofia da obra se fôr posta de lado, fica ainda um estudo realista vigoroso; e acrescenta:

«le portrait est solidement construit, avec des dessus faits des lointaines influences et des constantes habitudes dont se compose un caractère avec ces traits particuliers et ces tics par où se traduit l'individualité de chacun.»

(1) «De Scribe à Ibsen», pág. 329.

*

* *

Em tôdas as formas concretas porque a «Morte» se pode demonstrar, ela vai perseguindo o único náufrago que de tamanho temporal se pôde salvar.

Peer Gynt está na montanha, à porta de um cemitério; um entêrro se aproxima; segue-o; à beira da sepultura o «Pastor» faz o costumado elogio fúnebre:

Presten:

Og nu da sjælen staevner mod sim dom, og stovet hviler lig en baelgfrugt tom, nu kaere venner, taler vi et ord om denne dødes vandring på vor jord.

(Agora que a esta alma vai ser votado o seu julgamento e que a poeira lhe poisa como sôbre um fruto vasio, agora, queridos amigos, digamos uma palavra sôbre a passagem dêste morto pela nossa terra.)

Ibsen segue em 110 belíssimos versos, que me absteinho de analisar, porque o assunto e as ideas que encerra cada verso dariam para grande dissertação.

Todo êste «sermão», ou oração fúnebre, tem a placidez que caracteriza *aquêle* a quem o pronunciar êsses elogios está nos seus usos e costumes, e a quem tanto faz ter sido ontem, ou ser hoje, ou amanhã; disse, ou dirá a êste, ou a qualquer outro, as mesmas palavras; só com a diferença de adaptar esta ou aquela passagem à personalidade a quem é dirigida, de a tornar mais solene segundo as exigências de momento, e o de velar defeitos, mostrando-os com causas perdoáveis.

Ainda nestes admiráveis versos, dá Ibsen a feição dos povos do Norte, principalmente escandinavos, de revestirem o palpável, o real, o desagradável, o duro, o verdadeiramente trágico, com exterioridades que adocem a amargura; o que, por mais que lhe façam, será sempre um mistério, mas real: e sendo abstracto, é palpável: a morte!...

Em todo o drama «Peer Gynt» é este monólogo mais uma maravilha de observação, de filosofia poeticamente encantadora.

*

* *

Peer Gynt está profundamente taciturno; vai andando sem destino; num grupo que encontra reconhece uns e outros, mas a êle ninguém o reconhece; no entanto, ouve falar de si; nessas palavras que ouve, sente mais uma vez as mesmas recriminações, sente-se rodeado dos mesmos inimigos, embora falem dêle quasi como de figura lendária; retira-se!

Vai pela encosta acima; com que fito? nem talvez saiba!... Vai subindo a montanha e, a-pesar-de muito caminhar, são menos os passos que dá do que os pensamentos e as recordações que o acompanham; todos os remorsos, tôdas as acções (em geral as más), tôda a consciência dos factos lhe aparece; Ibsen, como sempre tem feito, descreve estes remorsos em figuras alegóricas.

O náufrago, antes—orgulhoso, duro e rico; agora: humilde, suave e pobre, sente sôbre os ombros pêso com que já não pode.

Lá vai subindo a encosta; sobe ainda mais.

Por entre árvores e árvores se lhe depara uma cabana;

aproxima-se; tudo está fechado; só lá dentro uma voz linda, embora enfraquecida, canta com ternura.

Peer, muito de encontro à Hytte, ajoelha, e escuta:

«Nu er stellet til Pinsekveld
kære gutten min, langt borte,
Kommer du vel?
Har du tungt at hente
så und dig frist;
jeg skal nok vente;
jeg lovte så sidst.»

(Agora tudo está preparado para o Domingo
do Espírito Santo ⁽¹⁾)

Meu querido bem, tão longe afastado;

Quando virás?

Se te pesa esperar,

encurta a delonga;

eu saberei esperar,

foi o que eu te prometi por último.)

Mais pálido que a «Morte» que o tem perseguido,
Peer Gynt se levanta e diz com dôr e arrependimento:

«En som har husket, og en som har glemt.
En som har mistet, og en som har gemt.
O alvor! Og aldrig kan det leges om!
O angst! Her var mit kejsersdom!...

(1) Em tóda a Escandinávia fazem grande dia Santo no «Domingo do Espírito Santo»; arranjam as casas, pondo tudo na melhor ordem para festejar tão solene dia.

(Um que recorda, e um que esqueceu.
 Um que perdeu, e um que guardou.
 Oh! como é grave!... ;nunca se deve brincar com tal!
 Oh! que angústia! ;Aqui é que estava o meu Império!...)

Esta é a tradução—à letra—que não dá absolutamente nada o profundo sentir de cada frase e de cada verso em norueguês; modificando um pouco o seguimento das palavras, pode-se traduzir, sem alterar o sentido, assim:

(Uma que tudo sabe recordar, porque tudo soube guardar!...
 Outro que tudo perdeu, porque de tudo se esqueceu!...
 Quão grave é brincar com coisas sérias!...
 E que angústia a minha! ;aqui é que estava o meu reinado!

O Conde Prozor traduz com certa liberdade indispensável, guardando no entanto a beleza e sentimento exigidos:

Ici le triste oubli;—là-bas la foi gardée,
 Et l'âme riche;—ici l'âme depossédée,
 L'angoisse mordant le coeur comme un vampire;
 Là-bas la Vérité;—là-bas fut mon empire!

Peer Gynt precipita-se na floresta, na maior angústia. Tudo a refazer; se não tudo perdido!... Vai no seu cérebro juntando tristeza sôbre tristeza, pensamento atrás de pensamento.

As cenas que se vão desenrolar, demonstra-as o grande Mestre Norueguês por simbolismos, feitas de forma que não nos deixam dúvida da tragédia interior, mas expostas

com tal «poesia» que *adoçam a amargura* de quem as tiver visto em cena (como eu) ou as leia.

E sôbre esta forma de escrever, diz o muito conhecido escritor Henri Bordeaux⁽¹⁾: «ce don de symbolisme s'allie



HENRIK IBSEN

chez Ibsen à un don prodigieux de suggérer ses visions. Il les fixe en la mémoire par des scènes inoubliables où tressaille toute la mystérieuse poésie des peuples du Nord».

Ibsen trava diálogos entre figuras imaginárias.

«Novelos de linha» rolam pela serra abaixo, emara-

(1) «Mercure de France», sept. 1894: Idéalisme et Réalisme, pág. 65.

nhando-se como os pensamentos. Peer estremece! toma por outro caminho na floresta, e ali as «*fôlhas das árvores*» se desprendem, caem e desfazem-se como as palavras verdes, frescas, que êle não soube guardar e, deixando-as secar, se desfizeram em pó; toma ainda por outro atalho; ali é a «aragem» que lhe traz canções que não foram escutadas, e, por isso, incompreendidas; já não sabe por onde seguir, porque caminho tomar! ainda outro atalho... das árvores caem «*gotas puras de orvalho*», como as gotas que uma a uma caíram dos olhos que por êle souberam chorar!... Peer corre; toma à direita; à esquerda; para diante, para trás; embrenha-se por entre a floresta... agora é uma voz, como vinda do outro Mundo, que o recrimina—é a voz da mãe!

Além dêste pêso nítido da consciência que já não tem alívio, aparece-lhe «*figura antipática*» que lhe tolhe os passos, que a tôdas as encruzilhadas o vai prevenindo de que se prepare para a hora final, que está próxima; trate de se confessar, que o caixão está encomendado, aberta a cova; em breve, na terra negra, largo festim no seu corpo terão os vermes... o dia... é um segredo!... a data ninguém a sabe!...

*

* *

A-pesar-do nevoeiro nórdico que envolve estas e outras cenas (como as do Rei do Dovre, e dos Trolls) nas suas figuras simbólicas e nos seus sentimentos complexos, não deixam por isso de se tornarem claras.

Os «*novelos de linha*», as «*fôlhas das árvores*», a «aragem» e tantas outras personagens, fazem-nos sentir o

drama mais que humano: o fantasma da má consciência a perseguir o «homem» e este a fugir-lhe como da sua própria imagem, que, vá para onde fôr, é parte de si mesmo, e negra!... sente-se o «arrependido» desgostoso da vida passada, a qual quereria ver desaparecer, para depois abrir os olhos e a alma a novos horizontes.

Há, como em tôdas as obras de Ibsen, profundidade de idéas; em geral as principais figuras são de—carácter incompreendido, forçadas a viverem em si mesmo, a maioria das vezes mostradas como objecto de perseguição, por cobardia dos que perseguem, para que, encostando-se ao vulgo que condena, atacando o seu próprio retrato moral!... se possam assim disfarçar.

*

* *

É de manhã muito cedo!... o sol ainda não está claro, mas promete que o dia vai ser lindo.

A floresta está tôda vestidinha de folhinhas tenras, de tons frescos de verde muito claro e brilhante.

Para a igreja da aldeia se encaminha o povo, cantando e exultando a festa do «Pinsedag» (Domingo do Espírito Santo).

No meio da floresta, uns tronços de árvore por sopé, as pranchas de madeira rústica que, empilhada uma sôbre a outra, fêz uma «Hytte», aquela que Peer Gynt construiu, quando andava foragido, mas onde nem uma hora viveu. Foi habitá-la Solvejg, essa primavera em botão; ali vive, sofre e espera; e canta a sua esperança, o seu amor que, embora os anos tenham passado, não se desvaneceu ainda.

Essa choupana, essa «Hytte» devia ter acolhido os

«Noivos» mas só abrigou as «Ilusões» e as «Desilusões»; a «Esperança e a «Desesperança»; a «Bondade»; a «Constância»; o triunfo do «Bem» sôbre o «Mal».

Foi ali que os invernos tornaram as tranças douradas da doce Solvejg em neve branca; é dali que, ela, crente em Deus, vai a sair, levando entre as mãos o seu livro de cânticos.

Súbito... vê aparecer o «arrependido», o regenerado, o castigado pelas duras provações da vida.

Peer precipita-se para a «Hytte»; é a *ela* que *êle* se vai confessar de tantos pecados que não há Mundo em que caibam.

Aos pés de Solvejg se prostra o pecador!...

Lindo dia para arrependimento! Lindo dia para a «Paz» descer aos corações inquietos pelo remorso!...

Solvejg, suave e ainda esbelta, abaixa-se para levantar o seu querido bem.

«É êle!... é êle!... Deus seja louvado!... aquela doce alma só tem lugar para o abençoar e o tornar feliz.

Solvejg senta-se ao lado de Peer Gynt.

Livet har du gjort mig til en dejlig sang.

Velsignet være du, at du kom engang!

Velsignet, velsignet vort pinsemorgens—møde.

(A vida me tornaste num delicioso canto!

Abençoado sejas tu, porque voltaste!

Abençoado, abençoado seja o nosso encontro na

manhã do Espírito Santo).

E só a consolar ela sabe responder.

E só a pedir perdão êle sabe falar.

.....

Um raio de luz desce sôbre êle, que, num grito, diz:

Min moder; min hustru; uskyldig kvinde!

O, gem mig, gem mig derind!

(Minha mãe; minha esposa; inocente mulher!

Oh! esconde-me, esconde-me lá dentro!)

Abraça-se a Solvejg e esconde a cara no peito dela.

O silêncio é longo!... o sol desponta!... e Solvejg embalando-o canta-lhe:

Sov du, dyreste gutten min!

Jeg skal vugge dig, jeg skal våge

Gutten har siddet på sin moders fang.

De to har leget hele livsdagen lang.

Gutten har hvilet ved sin moders bryst

hele livsdagen lang. Gud signe dig, min lyst!

Gutten har ligget til mit hjerte tæt

hele livsdagen lang. Nu er han så træt.

Sov du, dyreste gutten min!

Jeg skal vugge dig, jeg skal våge!

Dorme meu queridíssimo rapaz

Eu te embalarei, eu estarei de vigília.

O rapaz sentou-se no colo da sua mãe,

Os dois têm brincado todos os dias da vida;

O rapaz descansou junto ao peito da sua mãe

todos os dias da vida. Deus te abençoe, minha luz!
O rapaz deitou-se bem junto ao meu coração
todos os dias da vida. Agora está tão cansado!
Dorme! meu queridíssimo rapaz!
Eu te embalarei; eu te vigiarei.

Torna-se bem notória a diferença de exteriorização da sentimentalidade poética dos «Povos do Norte», como já disse, comparada à nossa, de «Latinos», nas duas cenas mais dramáticas, mais violentas na dor, e as mais pacíficas na sua aparência, duas cenas concebidas por um «Génio»: as da morte de Aase (III acto) e esta da morte de Peer Gynt. Ambas sem manifestações explosivas, quer de movimentos, quer de acções, quer de frases. Em qualquer destas cenas, estão encerrados dois dramas; de um lado, o da «consciência», precedido somente de pequenas frases, mas grandes na elevação da idea e da poesia; do outro, o drama pungente da «Morte».

Ali, o filho que fecha os olhos da mãe!

Aqui, a mulher amada, que foi o exemplo do «amor», sofre tanto quanto amou num silêncio terrível, heróico, e resigna-se a embalar no seu regaço o sono eterno do «arrepellido».

*

* *

E assim termina este drama!

*

* *

O PRESTÍGIO DO MÚSICO

De nenhum compositor escandinavo foi tão apreciada «a sua música», nem nenhum tanto nome adquiriu na Europa, como Edvard Grieg.

Em qualquer das suas obras, palpita a espontaneidade do compositor; tem muito de lirismo norueguês nas melodias que nos falam em frases idílicas, melancólicas, ou mesmo de grande leveza e elegância; são muito graciosos os seus ritmos, muito característicos da música de Grieg; e o fundo em que tudo vai deslizando é de harmonias nitidamente pessoais, de que dispunha com facilidade; este conjunto deu às suas produções forma que, a nós, meridionais, nos era até então desconhecida.

A música de Grieg é suave, de cores esbatidas, como desenho a pastel, ou pintura a aguarela; é raro encontrar-se-lhe pincelada forte, ou violenta, podendo, no entanto, ser enérgica.

*

* *

O que deu mais prestígio ao nome de Grieg, foi a obra para piano solo, pela nitidez com que está escrita, e pelo conhecimento profundo dos admiráveis segredos do piano, instrumento que encerra efeitos de orquestra, gemidos de violinos, sons redondos, profundos, tocantes até ao

âmago da alma, como os de violoncelo, cair de notas cristalinas, como as da harpa.

Era este «Compositor» um poeta do piano, e um bellissimo pianista, o que deu completa uniformidade ao trabalho intelectual com o artistico; os dedos, ao deslizarem pelo teclado, corriam tão espontâneos e com efeitos tão seguros, como a inspiração que os fazia mover, a qual nascia da poesia escandinava deixando vir ao de cima, nas harmonias típicas, o delicioso perfume dos bosques e dos prados, que lhe era levado pela folhagem movediça, nas asas da atmosfera, acolhidas nas asas da fantasia.

Os «Lieder» (1) são de tóda a obra vasta de Grieg a mais típica e talvez a melhor; pode-se mesmo dizer que nestas composições foi um «grande músico».

(1) Já expliquei o significado da palavra «Lied» no jornal *A Voz*, de 12-2-934; no entanto direi que: o «Volkskund» ou mais etnográficamente «Völkerkunde» germânico é que verdadeiramente é o «Lied»; é, pouco mais ou menos, do séc. XIV a XV.

«Lieder» são lendas musicadas que nasceram espontâneas, no povo, como nasce na terra a linda flor do cardo áspero, a da urze poética, ou o doce lírio.

O «lied», a pouco e pouco foi passando para ouvidos mais cultos e pelos séculos se foi transmitindo, e vive ainda sem perder a pureza nata, tão saborosa.

A Escandinávia tem o «Folkvise» sendo o Dinamarquês do séc. XII.

Os «lieder» germânicos são mais líricos e mais curtos que os outros; as estrofes ultrapassam em riqueza as escandinavas. Na época da Renascença (ou seja séc. XVI) foi o «lied» alemão muito transformado; este assunto está admiravelmente tratado e com profundidade no «Deutscher Liederhort, de Erk. e Böhne (vol. 13.º 1893-1894 Leipzig).

Portanto: «Lied» é a canção folclorista das racas nórdicas por excelência, ou sejam os países germânicos, escandinavos, compreendendo a Finlândia.

Os «lieder», quaisquer que sejam, mas aos de Grieg é que me refiro, são quadros pequenos de tamanho, grandes no sentir; são melodias tiradas de grandes sentimentos; são melodias nativas, que se expandiram na alma humana, são melodias de amor, reflectidas em Grieg, por Nina Hagerup.

Edvard Grieg não deixou de ir beber à fonte natural (mas perigosa pelo risco de se cair em monotonia) do Folclore norueguês; soube com arte colhêr o típico nórdico, a côr local, e dentro dessa côr, ou assunto melódico, foi genial na forma como o revestiu, e o arredondou com harmonias que bem lhe assentaram; soube aprofundar a riqueza da música da sua Pátria, uma das mais belas feições de uma raça e uma das mais difíceis de expor a olhos profanos.

Nos trabalhos para violino e piano (três sonatas, opus 8, 13, e 45), no concêrto para piano e orquestra, (opus 16) Grieg não desmerece em nada da musicalidade expressa nas outras composições; revelam mesmo mais amplitude no desenvolvimento das frases, conjunto mais cheio; música na verdade que é vibrante, música sempre com poesia, sempre com arte, daquela arte que não tem artificios.

*

* *

Da literatura de Ibsen, além do drama de Peer Gynt, extraíu Grieg, de vários poemas, lindíssimas poesias que engrinaldou das mais lindas fôlhas de louro, e das mais belas flores da sua alma musical.

Outros dramas como «Olav Trygvason» e «Sigurd Jorsalfar» de Bjoernson, tiveram algumas passagens poéticas postas em música; dêssez fragmentos musicais, também

Grieg fêz escolha e os transformou em «suites» para orquestra; mas as de Peer Gynt são as melhores, no dizer dos musicógrafos conceituados.

Muito é de lastimar que na «suite» Peer Gynt o «Músico» tivesse omitido algumas páginas de acentuado valor, como a *berceuse* final, que, não sendo tão elevada de inspiração como a canção de Solvejg, é de lindas harmonias, e sentida a melodia.

Já muito no fim da vida, e talvez por isso mesmo, consagrou quatro lindíssimos números a Deus; são páginas de esplêndida concepção musical, inspiradas em salmos dos quais soube imprimir à música o cunho religioso.

*

* *

Edvard Grieg desapareceu, mas não morreu!...

Não morre nunca o artista que deixa o melhor de si mesmo, da sua inteligência, da sua alma, da sua vibratili-dade, vincado na Arte, que soube cultivar, na obra musical que ainda não parou de viajar por êsse Mundo fora...

O FIM DE UMA GRANDE INTELIGÊNCIA

Talvez que a par e passo que fui comentando o grande filósofo, dentro da simplicidade de uma «palestra» à roda da lareira por estes dias invernosos, me deixasse levar por admiração literária, a ponto de parecer, êste modesto trabalho, o de um espírito levado por proselitismo.

Não é assim!

O que tenho descrito, é feito à luz da candeia do sen-

timento, em que o azeite que a conservou acêsa vem da influência, em mim exercida, há anos atrás.

Estas páginas só contêm a sinceridade da minha opinião, absolutamente pessoal, longe da menor idea de crítica, ou de pretender ajuntar admiradores «àquêle», que como Henry Ibsen, de mim não precisa.

E já que descrevi, do drama *Peer Gynt*, o que julgo compreender, vou terminar, esboçando a traços largos, e de lápis mal aparado, os anos da vida do «Leão de Cristiânia», acrescentando, ao que todos sabem, umas pequenas notas íntimas e inéditas; colhi-as directamente de John Gade, neto de um grande amigo de Henrik Ibsen. (1)

*
* *
*

Durante os primeiros anos da vida literária do Filósofo, a Noruega acolheu com frieza a obra grandiosa daquele seu filho; grande amargura sentiu o Escritor; foi viver para Dresde, (na Alemanha), onde lhe chamavam o «Profeta», nome que noutros países achou eco; e depois, nos últimos anos, para Munich, onde muito se comprazia em viver; os alemães sentiam-no tanto dêles, que o escritor Sigurd Høst num dos seus livros tem esta frase: «a maioria dos alemães está convencida que Henrik Ibsen era um doutor alemão».

Já muito no fim da vida do Poeta, os noruegueses, sentindo o mal que outros haviam feito, instaram com Ibsen para que voltasse à Pátria. De visita, foi Ibsen e sua Mulher à Noruega em 1891; instalou-se no «Grand Hotel»; foi tanto o carinho e entusiasmo com que foi acolhido pelos seus compatriotas, que Henrik Ibsen resolveu ficar em

(1) A família Gade é americana; e Gade of Froyner era Coronel Geral dos E. U. da A. em Bergen.

Oslo (então Cristiânia) onde em volta dêles a atmosfera social estava impregnada de perfume acolhedor, e a Natureza, no solo da sua Pátria, lhes sorria, afagada pela primavera; um bem estar suave se erguia lentamente debaixo daquele céu, de horizontes, antes, tão saüdosos, naquela atmosfera balsâmica.

Para um belo 1.º andar da «Victoria Terrass» foram viver, com muito confôrto; Ibsen contemplava das janelas o Fjord que lhe corria defronte e as ilhas e colinas que o contornavam cobertas dos lindos pinheiros do norte.

Tôda a Nação se juntou para depôr aos pés do Filósofo o tributo de respeito e admiração que era devido a quem tanta honra e brilho dava à Pátria. O Rei Óscar foi de Estocolmo (Suécia) a Cristiânia entregar a Henrik Ibsen a «Gran Cruz de Santo Olavo».

*

* *

Se o tempo o permitia, era certo o Poeta filósofo dar o seu passeio habitual, de passo vagaroso; lá ia pelo «Karl Johans Boulevard» até ao café do Grande Hotel; agasalhado numa sobrecasaca (ou redingotte) de lã grossa que lhe tapava metade das pernas curtas; chapéu alto, bengala de castão de ouro; rosto de fortes patilhas brancas como a neve, o resto da cara sempre bem escanhado; dois olhos observadores brilhavam por entre os aros de ouro dos óculos; expressão um tanto dura.

Chegado ao «Grande Hotel» ia o criado pressuroso receber o «chapéu alto» e a «bengala» de castão de ouro; Ibsen sentava-se à mesa, que, ao lado de uma das grandes janelas, lhe estava reservada, e onde ninguém ousava

sentar-se; o filósofo ali se concentrava nas recordações de ontem, nos pensamentos de hoje, e talvez de—amanhã!...

Voltava o criado: depunha sôbre a mesa grande caneca de cerveja preta espumante e fresca, que o «Freguês» saboreava com lentidão; se o criado era outro, e por imprevidência lhe trazia cerveja branca, tinha que agüentar a forte indignação do «Leão de Cristiânia».

Êle bem via que pelo caminho o apontavam, que a sua passagem era notada com respeito; bem ouvia ao chegar ao »Café« que sussurravam de mesa para mesa: aí vem Ibsen; na aparência, estas ou outras demonstrações de aprêço e de respeito, eram-lhe indiferentes; no entanto, a sua alma era bem humana para as não desprezar; tôdas as atenções ou honras muito o lisongeavam, mas no íntimo se quedavam.

De dia para dia, mais se afastava do convívio da sociedade e menos queria saber o que se passava em volta do Mundo. Convites, aceitava-os de raros amigos, e só para almoçar; a casa que mais freqüentava era a de Mrs. Gade of Froyner; esta senhora punha tôda a sua arte culinária em acção para receber o Poeta, e bom apreciador de petiscos; umas vezes, eram ostras deliciosas; outras, um cesto de frutas várias; outras, eram «os pêssegos» apetitosos que tinham chegado da América enviados pela Família Gade; outro cuidado tinha a «Dona da casa»: o sentar Ibsen entre duas caras bonitas, inteligentes e instruídas.

Uma vez, depois de um dêstes opíparos almoços, reparou, Henrik Ibsen, que ao fundo da sala estava uma rapariga muito nova, taciturna, testa franzida, olhar mordaz; perguntou quem era: nada menos do que a filha de um dos maiores amigos do Poeta, a qual enveredava pela senda perigosa do cêpticismo, irremediável solidão da alma;

defeito que afasta da vida todos os contentamentos, tôdas as consolações, triste vácuo da soledade do coração, do espírito e da fantasia; depravação moral, que impede o entusiasmo de tudo quanto é bom e generoso.

O «Dramaturgo» olhou e viu! e com o seu passo vagaroso e com os olhos a brilharem por entre os aros de ouro, atravessou a sala, estendeu a mão à rapariga incrédula; a paga foi fria e desdenhosa.

O «Poeta» falou-lhe do pai, e da saúdosa e grande amisade que os ligara; como um relâmpago, passou naquele rosto juvenil expressão de doçura.

Repentinamente, Henrik Ibsen muda de tom afável para o seu modo brusco habitual, e com rudeza pergunta-lhe:

«Em que é que acredita?»

A jovem, com acentuada aspereza e mais dura que Ibsen, virando-lhe as costas, respondeu-lhe:

«Não se meta onde não é chamado!».

Todos quantos tal resposta ouviram, dada ao «Ídolo» da Noruega ficaram atónitos; mas o «Leão de Cristiânia», acima de tudo, era observador inteligente e tinha na alma, a excitá-lo, a saúdade do amigo, que já não existia para poder levantar o moral doentio da filha incrédula.

Então o «amigo», o «psicólogo», olhou-a com sincero interêsse, sorriu com doçura, pôs-lhe as mãos sôbre os ombros e fitando-a de frente com ansiedade disse-lhe:

«Har Du mistet din Barntro?»

(¿Perdeste a crença ingénua da tua meninice?).

A conversa seguiu a um cantinho da sala.

O «Filósofo» levou tempo, mas curou o drama moral que invadia tão juvenil espírito.

*

* *

Em 15 de Março de 1900 teve Henrik Ibsen uma apoplexia; durante seis anos viveu a morrer aos pedaços; em sofrimento moral e físico; completamente entrevado; consciente nítido do enfraquecimento das suas portentosas faculdades intelectuais.

Tão elevada imaginação caíra das alturas, do espaço, como a águia ferida.

Dentro daquêle cérebro que se ia tornando impermeável, ainda por vezes se moviam sombras indecisas, ao anoitecer da vida; actividade fictícia, que parece vinha de propósito para dar testemunho da fôrça interior que do corpo se ia libertando, o qual pendia como um farrapo!...

Às vezes, com aparente resignação dizia Ibsen ao Filho: vês tu! eu que tanto escrevi, tenho de novo que aprender o—abc—e de novo aprender a pegar na caneta e a traçar letras... e só consigo traçar riscos!».

Era êste doloroso e tétrico estado que lhe transudava do coração em noites não dormidas, em seu leito onde a Morte sussurrava, como em côro de finados.

Foi preciso um enfermeiro para ajudar a dedicada esposa a cuidá-lo. O enfermeiro contava que trazia sempre na algibeira lápis e papel, porque Ibsen, para pedir a mais simples cousa, fazia-o em verso; só em verso sabia expressar-se, e a «Poesia» conservou-se espontânea nos lábios do

Dramaturgo até que a extinção de todo se apoderou do espírito e do corpo desta grande

«GLÓRIA NORUEGUESA»

que morreu a 23 de Maio de 1906.

*

* *

Os grandes escritores, os grandes poetas, os grandes músicos, são os únicos que nas horas de isolamento gosam do privilégio delicioso de conscientemente se identificarem no que desejam descrever, criar, desenvolver; dêles nasceu; dêles brotou; e ao seu calor intelectual cresceu e se intensificou.

Fevereiro de 1936.

Maria Josefina Tereza Bandeira de Vasconcelos Beren Andersen.

Vicomte de GUICHEN,

LA GUERRE DE CRIMÉE (1854-1856) ET L'ATTITUDE
DES PUISSANCES EUROPÉENNES. ÉTUDE D'HISTOIRE
DIPLOMATIQUE (1).

Para os leitores do *Instituto*, que, sem de perto se interessarem por questões políticas e diplomáticas, têm seguido com devido aprêço o esforço desta sociedade em intensificar e tornar mais fecunda a sua acção cultural pela contribuição de altos valores mentais de outros países, não pode ser desconhecido o nome do autor desta obra. Além de interessantes artigos publicados nesta revista, o Sr. Visconde de Guichen por iniciativa do Instituto, realizou em 16 de novembro de 1928, na Sala dos Capêlos da nossa Universidade, uma conferência sobre *o problema agrícola alemão no passado e no presente*, conferencia a que o lapso de tempo sobre ela decorrido dá o valor de uma clarividente antecipação. Quem observa, com efeito, a obra de reconstrução levada a cabo nos últimos cinco anos sob o signo hitleriano e se lembra da lúcida exposição do conferente, ha de reconhecer que as suas conclusões haviam estabelecido, com justo rigor e clara precisão, a parte tão considerável que a actividade agrícola hoje representa no potencial económico do III Reich.

Sobre este mesmo assunto e sobre outras questões económicas fez o Sr. Visconde de Guichen importantes comunicações em diversas Academias da Europa, nomeadamente em Paris, na Academia das Ciências Morais e Políticas e na Sociedade de Economia Política; mas é no domínio da história diplomática que mais notavelmente se tem afirmado os seus dotes de probo e meticoloso investigador a par das suas qualidades de analista sagaz e penetrante, e dum espírito crítico

(1) Éditions A. Pedone, Paris, 1936.

que paira muito acima dos conflitos doutrinários e dos preconceitos dum nacionalismo estreito.

É rica neste campo a sua bibliografia, da qual apenas destacaremos por mais intimamente se relacionarem com o presente trabalho — *La Crise d'Orient de 1839 à 1841 et l'Europe*, obra premiada pela Academia francesa e pela Academia das Ciências Morais e Políticas; *Du Rhin à la Vistule, Questions d'Histoire Diplomatique contemporaine* e finalmente *Les Grandes Questions Européennes et la Diplomatie des puissances sous la seconde République française*—(Tome I. Octobre 1847 au 1.^{er} Mai 1850, Tome II, 1850-1852), obras designadas pela comissão especial, nomeada pelo *Comité France-Amérique* e presidida por Gabriel Hanotaux, como das mais notáveis no domínio histórico, o que também já havia sido reconhecido pela Academia francesa ao conferir-lhe o prémio Théroutanne.

Foram estes estudos, confessa o autor, que o levaram, naturalmente a estudar o grande acontecimento que marca o começo do segundo Império, a guerra da Criméa—*«guerra legitima no seu fim, discutivel nos seus resultados»*.

Quando se trata de uma guerra, é o seu lado puramente militar que nos atrai e, sob este aspecto, sobretudo o que nela há de dramático e de impressionante—movimentos dos exércitos, batalhas, cercos, capitulações, feitos individuais e colectivos de bravura e heroicidade.

Ao evocar-se a guerra da Criméa, acodem logo à memória as batalhas de Alma e de Inkerman; a de Balaklava, em que morreu a flor da cavalaria inglesa; os 349 dias do cerco a Sebastopol; a Torre de Malakow e a famosa frase de Mac-Mahon; os horrores da cólera e do tifo e a santa cruzada de miss Florence Nighttingale; mas nesta guerra, como noutros conflitos internacionais, a marcha dos acontecimentos, as suas vicissitudes, a solução final, o destino dos povos nela empenhados, mais do que pelas operações militares, não poucas vezes fôram fortemente influenciadas, se não dependeram em absoluto, pelo que se passou na sombra e no mistério das chancelarias e pelo que assentaram os plenipotenciários à volta das mesas das conferências. Pondo de parte por completo os feitos militares, propôs-se o senhor Visconde de Guichen estudar a parte importantíssima que a actividade diplomática representou em tóda a guerra da Criméa,

desde os seus preliminares à liquidação, na conferência de Paris, das complexas e melindrosas questões que ela suscitou.

Para realizar o seu fim, baseou-se o autor na documentação mais larga e mais abundante, colhida no Ministério dos Estrangeiros em Paris, nos arquivos de Londres, de Turim e de Viena, nas publicações oficiais e nas obras mais autorizadas publicadas sobre a matéria em França e noutros países. É assim que, com a maior segurança e o mais rigoroso escrúpulo, nos 28 capítulos da sua obra, êle nos desvenda e põe bem a claro não só os grandes móveis, os interesses vitais em jôgo que levam à fase agudíssima e culminante do conflito, mas a emaranhada e inextricável rêde de subtilezas, de argúcias, de decepções, de promessas mal cumpridas, com que a atitude dúbia, contraditória e hesitante de certas potências retarda e complica a marcha dos acontecimentos e no final obstou à solução legítima que os vencedores porventura esperavam duma vitória tão duramente alcançada.

Começa naturalmente o autor por se referir à questão dos Lugares Santos, mero incidente detrás do qual estava latente a verdadeira e única causa da guerra — a ameaça constante que o colosso russo representava para o equilibrio político europeu, agora irremediavelmente comprometido uma vez traduzidos em factos os ambiciosos planos do desmembramento da Turquia concebidos pelo Tzar. A atitude arrogante de Menschikow em Constantinopla, ocasionando a rutura entre a Rússia e a Porta, põe de acôrdo a Inglaterra e a França no seu apoio à Turquia. Era legítima com efeito a intervenção das duas grandes potências ocidentais pelo enorme perigo em que a vitória da Rússia poria a sua situação no Mediterrâneo. Esta intervenção tomou desde logo um carácter e um alcance que presagiava a guerra, que só um ano depois do ultimatum de Menschikow foi oficialmente declarada; mas entre as demonstrações navais preliminares e os seus lances decisivos, travou-se imediatamente entre as diversas chancelarias uma outra guerra, longa e porfiada, sob a forma de notas, memoranduns, protocolos, requerimentos, ultimatuns, entrevistas de soberanos e de ministros, conferências de plenipotenciários. Porque, a complicar o problema, havia a attitude das nações centrais: se estas se tivessem posto ao lado da Rússia, não se teria chegado talvez à guerra; mas além de interesses puramente nacionais, havia nestas

nações, na Austria e até na Prússia, um forte partido russóphobo que as inclinava para a França e para Inglaterra, onde uma parte considerável da opinião pública insurgindo-se contra o predomínio que, desde 48 o Tzar exercia na política externa, criava um ambiente simpático à guerra contra o verdadeiro inimigo da liberdade e da civilização ocidentais e o maior obstáculo ao pleno triunfo das instituições democráticas e parlamentares.

Quem diria que, passados oitenta anos, um governo totalitário, organizado em bases diametralmente opostas, mas incomparavelmente mais forte que a autocracia tsarista, com o seu comunismo ateuista, com a sua fúria de proselitismo e o seu sonho de domínio universal, viria a ser a causa das maiores preocupações, o constante pesadelo, já não digo para os países em que impera o fascismo e o nacional-socialismo, mas para a parte tradicionalista e conservadora de todas as sociedades europeias!

E' indubitável que à Austria convinha fazer causa comum com as nações aliadas. O futuro do Império estava nos Balkans; senhora absoluta do curso do Danúbio, suplantando nos principados a influência russa e dominando toda a fronteira setentrional do império turco, o seu prestígio cresceria desmedidamente na Alemanha e mais forte se tornaria o seu domínio na Itália. Era um sonho admirável, mas ao tentar realizá-lo, via-se tolhida a meio caminho por dificuldades da sua situação interna e externa, pelos seus apuros financeiros e daí a sua indecisão, a sua desconfiança, a sua política de medo, como a classifica Leopoldo de Gerlach, medo resultante das dificuldades apontadas, medo a Bonaparte, medo à vingança russa e sobretudo o medo à Prússia. Este medo à Prússia, aliás justificado como os factos, anos depois, se encarregaram de o mostrar, foi a causa decisiva da política titubeante da Austria. E a Prússia, reconhecendo-o, fazia o seu jogo. Protestando sempre a sua neutralidade e entrando em todas as combinações para evitar a guerra, o único fim a que verdadeiramente visava a política prussiana era a sua preponderância sobre os pequenos estados da Alemanha e o abatimento da monarquia danubiana, lançando já nessa ocasião as bases para os seus êxitos de 66 e 70.

E' justamente o estudo das complicações resultantes desta emaranhada política e das longas e importantíssimas negociações que ela

ocasiona, que constitui a parte mais importante da obra e dá o maior valor e o maior interêsse aos capítulos consagrados à atitude das nações centrais.

Mas outras nações se viram envolvidas na activíssima campanha diplomática, que precedeu e acompanhou as fases mais tensas e dramáticas da luta. Delas se ocupa naturalmente o autor em diversos capítulos da sua obra.

Em primeiro lugar de Piemonte, que logo de comêço se pôs ao lado das nações aliadas e, pela sua aliança com a França e Inglaterra, veio a tomar parte activa na luta, esperando, como diria o sagacíssimo Cavour, que a glória, que os seus soldados trariam do Oriente, seria o meio mais profícuo de realizar os seus altos destinos.

Com a Grécia são insistentes as diligências para não fomentar na Turquia uma agitação tão contrária aos interêsses dos aliados. O rei Otão era irmão de Maximiliano da Baviera e, estes laços de família em mais duma conjuntura se relacionam com a atitude desta potencia.

E, como os aliados, pela atitude da Europa central, só podiam atacar a Rússia pelo Mar Negro e pelo Báltico, compreende-se a importância de estes terem a seu lado a Dinamarca e a Suécia e os reiterados esforços para o conseguir.

Desta forma o conflito vinha a assumir as proporções duma guerra europeia com ramificações tão variadas que se tornava difícil mesmo para as nações mais afastadas do teatro da guerra e mais estranhas aos interêsses em jôgo, manter a sua neutralidade.

O nosso país, felizmente, conseguiu mantê-la; mas em virtude dos laços seculares que nos prendem à Inglaterra, ocorre naturalmente perguntar se não se teriam realizado quaisquer tentativas para abandonarmos a única linha de procedimento que manifestamente nos convinha.

O Sr. Visconde de Guichen nada nos diz sôbre a atitude de Espanha e de Portugal, omissão aliás justificada, visto que tanto nós como os nossos vizinhos observámos durante tôda a guerra a mais estrita neutralidade.

Não há dúvida porém de que, em relação ao nosso país se não chegou a haver pedido formal, era manifesta, em certa altura, por

parte do governo britânico, a intenção de lhe fornecermos um contingente de tropas auxiliares.

A propósito de uma carta publicada no *Times* há uns cinquenta anos por Teodoro Martin, autor da *Vida do Príncipe Consorte*, escreveu o Conde de Sabugosa nos *Embrechados* ⁽¹⁾, sob o título *Curiosidades diplomáticas* um capítulo onde relata com grande minúcia o que se passou em Londres a êste respeito. Por ser em geral assunto pouco conhecido, não deixa de vir a propósito extrairmos dêsse capítulo as passagens mais interessantes e elucidativas.

Eis, em primeiro lugar, a carta do *Times*:

«Senhor: No último volume das *Memórias do sr. Charles Greville* lêem-se os períodos seguinte.

«Ouvi ultimamente pela primeira vez uma anedota acêrca da guerra da Rússia, que me surpreendeu. É sabido geralmente que procurámos por tóda a parte aliados e auxilio necessário contra a Rússia, mas é do domínio público que o nosso Governo instou com o Governo português para também entrar na guerra e mandar um contingente à Crimea, e que em virtude da recusa dêste último, o ministério obrigou a Rainha a apelar pessoalmente para Lavradio, instando com êle para que persuadisse o seu govêrno a aceder aos nossos desejos; mas que Lavradio observara a Sua Majestade, como já o fizera ao Ministro, que Portugal não tinha motivos de queixa contra a Rússia nem interêsse em entrar na guerra; que pelo contrário Portugal devia obrigações ao Imperador da Rússia, o que o inibia de tomar parte no conflito. Fazer entrar a Rainha pessoalmente neste caso foi deveras um procedimento ináudito, e contrário a todos os usos e conveniências».

Se Mr. Gréville se limitasse a afirmar que durante a guerra da Crimea organizámos uma legião alemã e procurámos, nem sempre com o êxito que era de esperar, aliados para cooperarem connosco, nenhuma objecção se lhe poderia apresentar. Mas só até aqui, e não mais, podem ser aceitas as suas afirmações sôbre o que se passou.

Quando trabalhei na obra *A Vida do Príncipe Consorte* tive ocasião de compulsar todos os documentos importantes de nature-

(1) 3.^a Edição, Lisboa, 1921, p. 187.^o

za quer pública quer particular, trocados entre os governos de Inglaterra e Portugal neste período.

Não tendo encontrado nêles vestígio do procedimento atribuído ao nosso govêrno e à Rainha pelo informador de Mr. Greville, nem motivo de suspeitar a existência de tal procedimento, foi com grande surprêsa que li o que acima fica escrito. Tendo posteriormente procedido a averiguações para verificar a exactidão da minha reminiscência, posso categòricamente declarar que não tem o mínimo fundamento a anedota referida por M. Greville. E julgo ser a afirmativa nela feita de bastante gravidade para não deixar de a rectificar devidamente.

Cannes, 1887.

Sou de V. obediente criado, etc.

Theodore Martin »

Para averiguar êste caso de tanto interêsse para a história das nossas relações com a Inglaterra, recorreu Sabugosa à correspondência do Conde de Lavradio na parte em que o nosso ilustre representante em Londres, durante todo o ano de 1854 e no ano seguinte, foi dando conta ao seu govêrno dos episódios da guerra da Crimeia e das activas negociações diplomáticas dessa última fase da questão do Oriente.

O silêncio do Conde de Lavradio sôbre o caso narrado na carta tira-lhe todos os visos de probabilidade, mas quanto à intervenção de Portugal sob a forma dum fornecimento de tropas, ministra-nos a sua correspondência informações precisas.

A 26 de Dezembro de 1854 escreve o Conde de Lavradio:

«...A resolução do govêrno de Sua Majestade Britânica relativa à formação de corpos estrangeiros, não só foi impopular em Inglaterra, mas desagradou em França e inquietou o govêrno austríaco. Há porém um outro projecto de aumento de fôrça que encontra favor aqui, em França e na Áustria e é o de pedir contingentes de tropas à Sardenha, Espanha e Portugal; e quanto a êste último, considera-se uma obrigação proveniente dos tratados; tenho contudo até agora podido evitar que se me faça a êste respeito proposta formal, penso mesmo que nada se me dirá claramente sem prévia informação de Sir Ricard Pakenham, é mesmo provável que êste será encarregado de fazer

directamente a proposta a V. Ex.^a se ela houver de se fazer, o que ainda não é certo.

A D. António Gonzalez, Ministro de Espanha junto do S. M. Britânica sei que Lord Clarendon, não oficial, mas confidencial e verbalmente lhe indicou por duas diferentes vezes os desejos e intenções que o govêrno britânico tinha de pedir ao de Espanha um certo contingente para o auxiliar na guerra actual».

Em Junho do ano seguinte a Rainha teve de confiar a Palmers-ton, o homem mais forte e mais popular do Gabinete, a presidência do Govêrno. O nosso ministro, dando conta dessa recomposição, de novo volta a referir-se à intervenção de Portugal:

«Creio que se fôr possível obter uma paz segura e honrosa, êle não fará obstáculo algum às negociações; mas se fôr necessário continuar a guerra, êle a continuará com vigor e melhor direcção do que até agora; há de procurar estreitar a aliança da Inglaterra com a França, e levar as nações de segunda ordem a saírem da sua actual neutralidade e seguirem o exemplo da Sardenha. Em breve se esclarecerá esta importantíssima matéria para Portugal, que tanto carece de conservar a sua neutralidade. Os jornais ingleses, franceses e belgas têm publicado que existem negociações entre os governos portugês e inglês para a conclusão de uma convenção semelhante à que o govêrno inglês há pouco negociou com a Sardenha. Em conversação tenho sempre negado semelhantes negociações, abstendo-me de responder aos artigos de jornais.»

Finalmente em 1 de Março escrevia o seguinte ao ministro dos estrangeiros:

«O govêrno de S. M. Britânica, como já pelo paquete anterior tinha indicado a V. Ex.^a, estava resolvido a convidar o govêrno de Sua Majestade a seguir sem perda de tempo o exemplo do govêrno sardo, aderindo à convenção de 10 de Abril; antes de ontem porém, de acôrdo com o govêrno francês, resolveu sustar o seu convite e deixar continuar o govêrno de S. Majestade a gozar da sua neutralidade, o que me foi comunicado extra-oficialmente, e que eu, com muita satisfação, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a para ser presente da S. M. El-Rei Regente, estimando haver tido meios de concorrer para uma resolução que considero de grande utilidade para o nosso país.

«A Sir Ricardo Pakenham já haviam sido expedidas ordens para fazer o mencionado convite ao govêrno de Sua Majestade, mas vai-lhe ser, ou já lhe foi expedida nova ordem para sustar ou para retirar a sua comunicação».

No dia seguinte àquêle em que Lavradio comunicava esta feliz nova ao seu govêrno, dava-se um facto de importância capital para a continuação da guerra. A morte do imperador Nicolau (2 de Março de 55), traído pelo seu general Fevereiro, como se dizia na legenda dum célebre desenho do *Punch*, fechava uma época.

Acabava a preocupação de defender a liberdade e os governos democráticos contra o autocratismo tzarista e daí por diante tinha-se apenas em vista limitar o poder da Rússia.

Mas ainda tiveram que decorrer sete longos meses até que a queda de Sebastopol, satisfazendo a honra militar dos aliados, virtualmente viesse pôr termo à guerra.

A Rússia estava exausta militar e financeiramente e, se exceptuarmos a Inglaterra em que o povo e o govêrno se manifestavam pela continuação da luta, tôdas as potências estavam ansiosas pela paz. Seguiram-se ainda assim complicadas e laboriosas negociações, de que o autor nos dá conta nos capítulos 24.º e 27.º, em que aparece como mediadora a Austria, até à aceitação em 15 de Janeiro de 1856 das condições de paz impostas pelo ultimatum de Viena.

Começou finalmente a 25 de Fevereiro o solene congresso de Paris, em que além dos beligerantes, participou a Prússia, única nação a sair da guerra acrescentada em honras e proveitos. E assim acabou a guerra da Crimeia, com a qual, feitas bem as contas, das potências vencedoras, nenhuma lucrou ou se deu por satisfeita.

A questão do Oriente continuou em aberto, como antes de 54, e a Turquia sujeita ao lento processo de decomposição que devia vir a eliminá-la do quadro dos estados europeus.

A Austria, que esperava obter o domínio permanente sôbre os principados danubianos, nada alcançou no Oriente; viu cada vez mais periclitante a sua situação na Itália e concitou contra si a animadversão, senão a hostilidade, da Rússia e da Prússia.

A Inglaterra já não tinha a temer a competência da Rússia no Mediterrâneo e no Oriente, mas a opinião pública e as esferas governamentais manifestavam o seu desagrado pelo prematuro termo da

guerra, queixando-se de que a França se tinha mostrado generosa à sua custa.

Mesmo a Sardenha, a-pesar-do sucesso que alcançou, conciliando a seu favor a protecção poderosa da França, da Inglaterra e até da Prússia, não se deu por satisfeita por o Congresso se encerrar sem dar solução à questão italiana.

E da França, a-pesar-da sua brilhante acção militar, com que devia sair da luta notavelmente engrandecida, é com irreprimível mágoa, que o sr. Visconde Guichen escreve estes períodos finais da sua obra:

«O Imperador dos Franceses havia representado na guerra um papel preponderante. Saía dela vitorioso. Era grande o seu prestígio. Via abrir-se diante d'ele uma era brilhante... Todavia, no meio da cegueira quási geral em França à-cêrca da Prússia, espíritos perspicazes, que anteviam a tormenta, agouravam mal do futuro do Império. Conheciam os sentimentos prussianófilos de Napoleão, o que não era de molde a tranquilizá-los.

«O marechal Bosquet, um dos mais ilustres heróis da guerra, não ocultava o que havia de resultar da expedição da Crimeia:

«Desta guerra, dizia êle, não conherá a França senão alguma glória; nela pode perder os seus melhores soldados, e, por conseguinte, os seus meios de resistência a uma invasão russo-alemã, quando se vir só, abandonada pela Inglaterra, cujos interêsses são diferentes dos nossos, a-pesar-da aliança. Pobre França! sempre de espada na mão, a bater-se por Deus e pelo direito, e sempre sòzinha no fim das lutas, pagando os progressos do mundo civilizado com o melhor do seu sangue e com o último escudo das suas economias!».

O rude soldado tinha tóda a razão.

A setenta anos de distância, que surpreendente analogia com os resultados colhidos pela França na guerra mundial!

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO

GAUBIER DE BARRAULT

O Arquivo Histórico Militar, a-pesar-de ser um precioso depósito de documentos militares, não nos fornece informação alguma sobre a personalidade de Gaubier de Barrault, que se dizia major de praça, isto é, chefe do estado maior da praça de Lisboa no ano de 1772.

Conjecturamos que fôsse um dos muitos oficiais militares que tivessem vindo para Portugal, depois que Guilherme, Conde Reinante de Schaumburg-Lippe e Carlos Luiz Frederico, Duque de Meklemburgo, a pedido de El-Rei D. José e por mandado de Jorge III da Grã-Bretanha, tomaram conta da organização do nosso exército, o primeiro na qualidade de marechal-general com o tratamento de Alteza e o segundo como tenente-general comandante do regimento de cavalaria.

Para Gaubier de Barrault exercer as suas funções de major de praça, poder ascender a outros postos e assumir outras funções que certamente lhe teriam sido confiadas, o seu nome devia figurar nos Decretos daquela época, registados no *Conselho de Guerra*, hoje guardados na Torre do Tombo e dos quais nos deixou Cláudio de Chaby uma *Sinopse*.

Mas o seu nome não figura nessa obra, nem nas *Relações ou Listas dos Postos militares que Sua Majestade se dignou nomear* e que impressas em várias oficinas, substi-

tuíam a publicação que hoje tem o nome de *Ordem do Exército* (1).

¿ Quem era, portanto, Gaubier de Barrault, como veio para Portugal, que destino teve? Não sabemos. E unicamente sabemos que viveu em Lisboa durante o reinado josefino (2), bemquisto do Marquês de Pombal, tanto que foi a Coimbra na sua comitiva, demorando-se nesta cidade todo o tempo em que êle ali esteve, habitando o andar inferior do palácio onde êle se alojara, privando com a Marquesa e todos os senhores do séquito e corresponden-

(1) A mais numerosa colecção impressa destas *Listas, Relações* ou *Pautas* está no Códice 673 da Colecção dos Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Estas *Relações* continuaram até 1809. Desde 15 de Março d'este ano publicaram-se as *Ordens do Dia* até 19 de Setembro de 1834. Vem depois uma publicação com êste cabeçalho: *Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Publica-se ao Exército o seguinte:*

E por último appareceu desde o dia 3 de Abril de 1835 a *Ordem do Exército*, que ainda hoje conserva êsse título.

Quem quiser esmiuçar êste assunto, veja o *Dicionário Bibliográfico Militar*, do general Francisco Augusto Martins de Carvalho.

(2) O visconde de Santarém no seu *Quadro Elementar*, a pág. 249 do vol. 7, diz que, em Setembro de 1767, M. de Simonin, encarregado dos negócios de França, participara ao seu Govêrno que o Marquês de Pombal incumbira M. Gaubier, official francês ao serviço de Portugal, da tradução da famosa *Petição de recurso do Procurador da Coroa* e a mandara imprimir em Paris.

A *Petição de recurso* saíu da pena de José de Seabra da Silva e serviu de base à urdidura da *Dedução Cronológica*.

Vê-se portanto que Barrault, já em 1767, estava em Portugal e compreendia a língua portuguesa para poder traduzir para francês uma obra que devia ser espalhada pelas côrtes europeias, no intuito de arranjar aplausos para a geral extinção da Companhia de Jesus.

do-se com o Conde de Oeiras, que ficara em Lisboa nas suas ocupações de gentilhomen da côrte.

Na Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, no vol. 691, existem 9 cartas suas, redigidas em francês e endereçadas ao Conde de Oeiras, Henrique José de Carvalho e Melo. Três datadas de Lisboa contam casos sucedidos nos bastidores dos teatros ou nas salas dos diplomatas acreditados. Parece que o Conde de Oeiras, não assistindo a tôdas as reuniões, gostava de estar ao facto dos escândalos e que Barrault, não freqüentando todos os dias a casa do Conde, lhe escrevia pondo-o ao corrente da bisbilhotice indígena.

As outras 6 cartas são escritas e datadas de Coimbra. Descrevem as impressões que êle sentiu durante a cerimónia da instalação da nova Universidade, à qual assistia o Marquês de Pombal como representante do Rei, munido com todos os poderes, mesmo com aquêles que D. José reservava para si, como diz o Decreto que o nomeou.

Essas cartas não são tão completas de informação como os dois *Diários da Jornada que o Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Marquês de Pombal fêz para Coimbra no ano de 1772*, ambos redigidos pelos dois secretários da Universidade, antes e depois da Restauração.

Os *Diários* foram escritos por dois funcionários protocolares. As minúcias das cerimónias não foram registadas. Barrault notou o que viu ou o que mais o impressionou.

Essas cartas escritas em francês, num destrambelhamento caligráfico e ortográfico, não teem estilo. Podem portanto ser traduzidas, sem que nos arremessem a insinuação de *tradutor, traidor!*

COIMBRA, 29 de Setembro de 1772

Senhor Conde.

Vou contar a V. Ex.^a tudo o que se passou durante a augusta cerimónia da instalação do Senhor Marquês como lugar-tenente do Rei, e revestido de todos os poderes majestáticos para a fundação da nova Universidade de Coimbra.

Às três horas da tarde as tropas estavam em parada. Dos trezentos homens do regimento de infantaria de Almeida aqui destacado, 200 formaram em colunas no pátio da Universidade. Um destacamento de 200 homens do regimento de cavalaria de Almeida, colocou-se na rectaguarda. À porta do palácio episcopal onde se alojou o Senhor Marquês, 40 homens de infantaria fizeram alas e o esquadrão dos guardas a cavalo, de Sua Excelência, formou no pátio do palácio (1). Às quatro horas em ponto, o corpo docente universitário saiu do edifício da Universidade e veio buscar o Senhor Marquês. O cortejo ia pela ordem seguinte: — uma grande quantidade de estudantes e seminaristas; dois a dois os mestres de artes com os seus capelos de setim azul, guarnecidos de alamares azues e as borlas com cadilhos azues. Os médicos com os capelos amarelos. Os doutores em direito civil, com os capelos em veludo vermelho. Os doutores em direito canónico, com os capelos verdes. A banda de música académica composta de dois clarinetes, de duas trompas de caça e de um fagote, vestidos de *capa e volta*. Os doutores da faculdade de teologia com os seus capelos brancos. Três bedéis da Universidade com as suas maças. Os oficiais de justiça académica. O secretário da Universidade, mestre de cerimónias. E por último o Senhor Marquês de Pombal, vestido de *capa e volta*, com o seu tricorne de grandes plumas enfeitado com uma fivela de magníficos diamantes, tendo à sua direita o Reitor, e o Conde de São Payo, e à

(1) Luz Soriano na *História do reinado de El-Rei D. José*, a pág. 466 do tomo I, diz que o Marquês mandou aquartelar junto da sua residência uma companhia de dragões de Aveiro, *permanente e imutável*, que de dia e de noite lhe vigiava com sentinelas o exterior e o interior do edifício e que o acompanhava por toda a parte.

esquerda, o Vice-Reitor. Todos três de cabeça coberta. Em seguida todo o pessoal civil de sua casa. Os 40 soldados que fizeram alas à porta do palácio ladearam-no em todo o caminho e marcharam em semi-círculo atrás do séquito. Seguiam-se os ministros e oficiais de justiça de Coimbra, e um regimento de infantaria, rufando os tambores. Fechava o cortejo o regimento de cavalaria. Ao entrarmos no pátio da Universidade, tôdas as tropas prestaram honras reais. Sua Excelência subiu pela grande escada para a sala dos actos, onde todos os membros das faculdades já tinham ocupado os seus respectivos lugares.

Havia-se feito uma espécie de galeria em volta da sala e nesta colocaram uma fileira de bancos. Os 40 soldados fizeram alas em tôda a volta, ficando abaixo dos bancos, de maneira que o centro da sala ficou vazio. O Senhor Marquês atravessou-o, ao som da música, acompanhado do Reitor e do Conde de S. Payo, todos três cobertos.

Na galeria havia um estrado para o qual se subia por três degraus e sôbre êle estava uma grande cadeira de espaldar forrada de veludo carmezim, agalado a ouro, sob um docel da mesma côr. O Senhor Marquês tomou lugar na cadeira, tendo à sua direita o Reitor e o Conde de S. Payo e à sua esquerda o Vice-Reitor, todos três sentados nos bancos da galeria. O secretário da Universidade fazendo de mestre de cerimónias ocupou um assento de madeira em frente de uma mesa colocada ao lado esquerdo do trono e que também tinha um pano de veludo carmezim. Sôbre ela estavam duas escrivaninhas e um livro.

Quando o Senhor Marquês se sentou, a música cessou de tocar e após uns minutos de silêncio, Sua Excelência levantou-se, fêz sinal ao secretário para se aproximar. O secretário subiu os três degraus do trono, tendo feito menção de se ajoelhar.

O Senhor Marquês descobriu-se e entregou-lhe a Carta Régia para êle fazer a sua leitura em voz alta. O secretário recebeu-a e dirigiu-se para o seu lugar. O Senhor Marquês cobriu-se. Quando se começou a ler a Carta, o Senhor Marquês, o Reitor e o Conde de S. Payo descobriram-se e tôdas as vezes que na Carta se falava no Rei, todos se levantavam, curvando a cabeça e sentavam-se depois. Acabada a leitura o secretário foi entregá-la ao Senhor Marquês, com o mesmo cerimonial com que a havia recebido. Quando o secretário

tornou ao seu lugar, o Reitor levantou-se e leu um discurso exaltando aquêlê momento digno de figurar nos fastos de Portugal. Findo o discurso, todos três: Seu Ex.^{mo} pai, o Reitor e o Conde de Sampayo cobriram-se.

Sua Excelência ordenou que tôdas as faculdades se dirigissem para a Real Capela. Puseram-se em marcha, ao som da música. Os doutores teólogos vieram buscar o Senhor Marquês. Neste momento os três bedéis maceiros ajoelharam. O secretário com o seu bastão de prata, precedeu o Senhor Marquês e fêz-se o cortejo até à Capela Real.

À porta estava o pátio segurado por quatro doutores. O Senhor Marquês, depois de ter ajoelhado um momento, entrou na Capela debaixo dêle, indo assim até ao genuflexório coberto de veludo carmezim com almofadas do mesmo estofa, perto dos degraus do Altar-Mor. O órgão executou então um curto motete. Feita a sua oração, êle foi para o lado esquerdo do Altar-Mor, onde havia uma poltrona estofada de veludo vermelho encostada à parede forrada de setim branco agalado a ouro. Essa cadeira não tinha docel. Imediatamente o celebrante acompanhado de muito clero, com a cruz alçada, ladeada de tocheiros, subiu ao altar e entoou o *Te Deum* que não durou mais que um quarto de hora. Os doutores estavam nos dois lados do Altar-Mor e os soldados colocados em alas desde a teia até ao Altar. O centro da capela estava vasio (!).

Acabada a cerimónia, o Senhor Marquês safu sem ser debaixo do pátio e foi acompanhado até ao palácio na mesma ordem com que dêle havia saído. O Reitor foi depois reconduzido à Universidade por todo o corpo académico.

Tal foi a cerimónia da instalação da nova Universidade. Foi uma das mais belas e das mais magestosas a que eu tenho assistido. A nobreza que dimanava da pessoa do Senhor Marquês fazia a admiração de tôda a gente e poder-se-ia dizer que todos se sentiam satisfeitos com a imponência do espectáculo.

Tudo se passou na maior ordem e sem confusão alguma. As tropas mostraram bem a sua disciplina pela maneira com que cumpriram as ordens recebidas. A Senhora Marquesa, o embaixador em Espanha, Aires de Sá e sua mulher, o Bispo de Macau, e muitas outras pessoas estiveram nas tribunas da sala dos actos.

Recapitulando:

Domingo 27, nomeação dos lentes

Segunda 28, o mesmo.

Terça 29. Hoje outra cerimónia semelhante à do dia 26. Foi lida a Carta Régia de confirmação. Amanhã, de tarde, é o acto de posse das cadeiras e depois de amanhã, 1 de Outubro, a abertura das classes. Coimbra está cheia de gente. À noite é profusamente iluminada. A minha gota não me deixa percorrer a cidade como eu desejaria.

De V. Ex.^a humilde e obediente servo

Gaubier

29, às 11 horas da noite.

P. S. — O Senhor Marquês recebeu ontem uma deputação de Sua Alteza o Arcebispo de Braga (1), composta do seu mordomo, estribeiro mor e provedor do arcebispado, que lhe entregaram uma carta da qual eu mandarei uma cópia. Mandarei também uma cópia dos discursos do Reitor.

COIMBRA, 1 de Outubro de 1772, às dez horas da noite.

Senhor Conde.

Ontem às três horas da tarde, os regentes das faculdades de teologia, direito canónico e direito civil foram ao palácio do Senhor Marquês de Pombal, onde elle lhes tomou sobre o Evangelho o juramento de bem cumprirem com os seus deveres. Para este efeito havia uma mesa na grande sala do docel. Atrás dela, em uma poltrona, assentou-se Sua Excelência. As faculdades, uma após outra, entraram na sala. Os doutores regentes ajoelharam, o mais antigo pousou a mão sobre o Evangelho. Então o secretário da Universidade leu em voz alta a fórmula do juramento. E acabada a leitura, o regente disse *Eu prometo*. Para todos os outros regentes foi o mesmo ceremonial. Acabada esta

(1) D. Gaspar, um dos *Meninos de Palhavá*, filho natural de D. João 5.º.

função, todos êles partiram para a Universidade, para onde o Senhor Marquês se dirigiu depois, de carruagem e em pequeno cortejo, sem ser de *capa e volta*. Êle tomou lugar na tribuna dos reitores e nós também. A sala dos actos estava ornamentada como nos dias de grande festa. O Reitor assentou-se à direita do trono. À esquerda dêste havia um púlpito coberto de veludo carmezim para servir à posse de cada regente.

Depois de tôda a gente tomar lugar, o secretário da Universidade subiu ao púlpito e depois de ter exposto em poucas palavras o motivo daquela cerimónia, desdobrou o documento em que se fazia a promoção dos regentes.

Nomeou-os um por um, notificou a cada um dêles que Sua Magestade os havia escolhido para exercer êsse magistério. E terminava sempre com estas palavras: *Eu lhe dou esta posse da parte d'El-Rei com êste reverendo abraço* (1). O regente subia então ao púlpito, agradecia ao Rei e ao Senhor Marquês e descia para que o secretário repetisse a mesma fórmula com todos os outros.

A cada um daquêles que êle conhecia mais intimamente, o secretário dirigia um cumprimento alegre que excitava a hilaridade. (!)

O segundo regente de teologia que é um cônego regular de Santa Cruz, depois de fazer uma oração bastante longa, mimoseou-nos com duas odes latinas dedicadas uma ao Rei e outra ao Senhor Marquês. A sua recitação durou meia hora. Se todos tivessem feito o mesmo, teríamos para mais de duas horas, porque os regentes eram em número de 48. Felizmente que os outros se compadeceram de nós e ao cair da noite tudo estava terminado. O Senhor Marquês, que como V. Ex.^a sabe, gosta muito de conversar, logo que viu a demora da cerimónia, passou-se para os aposentos do Reitor, e aí se demorou até ao fim, em palestra, com algumas pessoas. Voltámos depois para nossa casa.

Hoje 1 de Outubro, às 10 horas da manhã, fomos em pequeno cortejo à Capela da Universidade.

O Senhor Marquês foi de carruagem. As faculdades já lá estavam reunidas e êle, tendo tomado lugar sob o docel, na cadeira de espaldar, ao lado do altar, tinha à sua direita o Reitor, o Conde da Ponte, o

(1) Assim mesmo no original.

Conde de Sampayo e o Vice-Reitor. Cantou-se a missa do Espírito Santo. Finda ela, as três faculdades avançaram uma após outra, junto do trono em cuja frente havia uma mesa e depois de todos se ajoelharem, o mais antigo de cada faculdade leu em alta voz o juramento à Senhora da Conceição, em seguida o Crédo e depois a profissão de fé, pondo a mão sobre o Evangelho e dizendo *juro*. É preciso notar que o Senhor Marquês, a cada doutor, dirigia uma pequena advertência, em voz baixa, a propósito das falsas Decretais e de algumas outras bagatelas que podiam pesar na consciência de cada um. Devo confessar, e ninguém o duvida, que como êle, nunca vi homem tão enciclopédico. Tudo, desde as coisas mais ínfimas até às mais importantes, ocupa a sua atenção.

Tenho-o acompanhado, a todo o momento e sempre ao seu lado, Nada perco de tudo o que êle faz e de tudo o que êle diz. Há momentos em que me persuado que êle não é um homem. (1). Saímos desta cerimónia ao meio dia e meia hora. Às quatro horas da tarde fomos em grande aparato e em grande gala à Universidade. Todo o corpo docente viu buscar o Senhor Marquês. Tôdas as tropas em parada e tudo se passou com a mesma pompa e grande concurso de senhoras de Lisboa, curiosos e estudantes. Tudo o que há de melhor na nobreza

«He Sebastião José de estatura grande, de groçura proporcionada, largo e carregado de expaldas, cara comprida, cabello louro (supposto que agora branco) a cabeça cahida por diante e por traz alta; frente espaçosa, semblante agradável e respeitoso. De grande urbanidade, politica e agrado. De estudos profundissimo, agradecido a beneficios em extremo; amigo da verdade, da rectidão e da justiça; de huma eloquencia sem igual, acompanhada de douctissimas agudezas. A sua casa pobre para viver na corte e enriquecida pella sua economia, ordenados juntos aos de seus irmãos.

O animo se cappitula de ferino; conceito que não teria, se no seu Ministerio não succedessem tantas factalidades.

Nos negocios he de facilissima comprehensão, de vista tão prespicaz, que ouvindo e vendo qualquer pessoa por pouco espaço de tempo, conhece a sua esfera, de que algumas vezes se engana. Nas respostas promptissimo e sempre dessimuladas na sustancia e raro o pretendente que da sua presença sahisse desanimado. Da sua compleição sanzissimo. A sua mesa abundante e moderada em iguarias, de ordinario bebe agua e de vinho só uza em occasioens de alguma debilidade do estomago.

Na fatiga do despacho e na frequencia das audiencias foi pacientissimo. Levantava-se sempre sedo e trabalhava sem igual no serviço do Rei».

(*Memorias do Principal Mendonça*, tantas vezes citadas em artigos nossos, neste Instituto).

das províncias. Se eu não tivesse aqui vindo e que visse em Lisboa tudo isto em pintura, ter-me-ia afogado no Tejo, de desespero. Tôdas as janelas guarnecidas de magníficas colgaduras e cheias de senhoras.

Em todos os rostos se notava uma alegria e satisfação que imprimiam alma a tudo o que nos rodeava.

Na sala dos actos, o Padre António Bernardo, primeiro regente de teologia, pronunciou a oração inaugural em latim, muito bem feita mas um pouco longa. Durou uma hora e dez minutos. Finda ela, o Senhor Marquês foi reconduzido com as mesmas cerimónias.

Tôdas as pessoas de distinção se reúniram na sala nobre do palácio onde se fizeram três mesas de jôgo. Numa estava a Senhora Governadora do Pôrto, o Embaixador em Espanha, o Bispo de Bragança e eu, jogámos a cruzado novo. Noutra a Senhora Dona Violante de Melo, o Bispo de Mariana ou de Macau, o filho de Sebastião Correia, irmão do Visconde de Asseca e um outro fidalgo. E na outra, onde se jogava a 16 tostões e de aposta uma peça, o Conde da Ponte, o Conde de S. Payo, o Morgado que parte amanhã⁽¹⁾.

Tal é a nossa vida tôdas as tardes. O correio vai partir. Não tenho mais que assegurar a V. Ex.ª, a ternura respeitosa com a qual tenho a honra de ser muito humilde e muito obediente.

Gaubier de BARRAULT

(1) O embaixador em Espanha era Aires de Sá e Melo. Violante de Melo, sua espôsa. O Bispo de Mariana, Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, nomeado Bispo de Macau, em Maio de 1772, ainda em Outubro de 1773 se demorava em Lisboa.

O *Morgado* deve ser o Morgado de Oliveira. As *Memórias* falando dêle:

«Casado com a terceira filha de Sebastião José de Carvalho, o Morgado de Oliveira, fidalgo illustrissimo que se não achava despachado, por ter seu Pay falecido sem mercê dos bens da Corôa e Ordens, que logo obteve com importantes cahidos e muitas vantagens para a sua Caza, com a chave da Camara do Senhor Infante D. Pedro. A seu thio já Monsenhor Dom Domingos de Vasconcellos lhe fez mercê El-Rei, do grande e rendozo Beneficio de D. Prior de Guimarães, Beneficio simples e sempre provido em Fidalgos de grande authoridade e aos quais se não nomeavão mais pello nome que tinham, dando-lhe todos o de Dom Prior; não conseguiu este Dom Domingos (que sendo de pequena estatura e para differença de seu thio do mesmo nome o apelidavão todos Dom Dominginhos) pois jamais se lhe chamou D. Prior sim Dom Dominginhos. Faleceo este e deu-se o Beneficio ao Irmão do Morgado que sendo de excellentes qualidades, pella sua tenra idade se fez reparavel o conferir-se-lhe esta Dignidade».

COIMBRA, 4 de Outubro de 1772.

Senhor Conde.

Vossa Excelência deve ter recebido, sem dúvida, uma carta minha por Cantofer e uma outra pelo capelão do Conde de Sampayo, nas quais eu lhe dava conta de tudo o que se passou até quinta-feira, primeiro d'este mês.

Na sexta-feira 2, festejámos o aniversário da Senhora Marqueza. Tôda a nobreza veio cumprimentá-la, logo de manhã. Uma grande parte ficou para o jantar. O Senhor Marquês safu depois, com a mesma pompa, para a Universidade, onde nós ouvimos o discurso pronunciado por D. Carlos de Figueiredo, segundo regente de teologia, sôbre o significado da abertura das aulas desta faculdade. O discurso durou 40 minutos. O orador pronunciou-o com uma tal energia que lhe deu um grande relêvo.

De volta ao palácio, com a mesma pompa, nós aí encontrámos bastante gente. A Senhora Marquesa não safu, e nós passámos tôda a tarde a jogar e a conversar. Sábado 3 foi dia de descanso nos serviços públicos, mas não nos serviços particulares, aos quais o Senhor Marquês se entrega com o zêlo infatigável que o caracteriza. O que representa para os outros um trabalho fatigante, parece ser para êle, não só um prazer, mas uma fonte de novas energias. Previdente em tudo, o seu trabalho promete ao Estado, à Pátria e ao Rei, utilidade, felicidade e glória. O seu rosto respira alegria, serenidade e saúde.

Os *Estatutos* foram recebidos com a maior anciedade e produziram nos espíritos o efeito que o sol produz sôbre duas aves de espécies diferentes:—êle deslumbra a águia que voa com os olhos abertos aos seus ardentes raios e faz fugir o mocho que procura ocultar-se no mais recondito da floresta. Tal foi o efeito dos novos *Estatutos*.

Logo que êles apareceram, todos aquêles que sentiam em si o desejo vehemente de estudar e de adquirir as luzes da ciência, accltaram-nos com um entusiasmo que promete séculos de esplendor. A turba inepta e idiota para a qual a perguiça era o lema da sua vida,

encolheu-se e ei-la a fugir, com mêdo do chicote. A parte sã ficou e é agora o cuidado vigilante do Senhor Marquês para que ela possa produzir a admiração pública.

Hoje, Domingo 4, os brasileiros ⁽¹⁾ celebraram uma grande festa na sua igreja que é adjacente ao palácio episcopal. O Senhor Bispo de Mariana ou de Macau oficiou de pontifical, com música e um bom sermão. O officio durou três horas e meia. A Senhora Marqueza e o Conde da Redinha ⁽²⁾ assistiram em uma tribuna da sua Câmara, que dá para a Igreja. O Senhor Reitor teve as honras da cadeira de espaldar em frente do trono do Bispo e tôda a nobreza teve o seu lugar conforme a sua distinção. Tudo se passou com muita magnificência, ordem e grandeza. Esta tarde o Senhor Marquez foi a São Francisco e a Santo António dos Olivais. A Senhora Marqueza não safu e eu retirei-me para o meu quarto para escrever esta carta.

A Senhora Marqueza tem passado bem e com o melhor socêgo de espirito. Não tem podido escrever-lhe para agradecer o cuidado que V. Ex.^a tem tido com as suas criadas de quarto que ficaram em Lisboa. Tanto ela como o Senhor Marquês tributaram a tôdas as pessoas daqui as máximas gentilezas. Quanto a mim, se do meu reconhecimento e do meu amor por êles fôssem necessários mais provas, bastaria a bondade com que êles me têm tratado em Coimbra.

O senhor Reitor é um homem encantador, não há nenhum tão bem educado como êle e no que respeita aos seus deveres officiais,

(1) Como o reitor Doutor Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho havia nascido no Brasil, a festa era em sua homenagem.

(2) O 1.^o Conde da Redinha era o 5.^o filho do Marquês, e foi mais tarde o 3.^o Marquês de Pombal e 3.^o Conde de Oeiras, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Mello e Daun. O que dizem a seu respeito as *Memórias* do Principal Mendonça, depois do seu malogrado casamento com D. Juliana de Sousa? «Êle foi para a Universidade de Coimbra, debaixo da direcção do lente João Teixeira, que foi feito depois Bispo de Faro e porque daquelles estudos não tirou o desejado proveito, assentou praça em o Regimento do Caes e com poucos meses de cadete se lhe deu a patente de capitão agregado. Já com outro desembaraço tratou seu pae de casá-lô. Nuno de Lorena preso no Forte da Junqueira, casado com D. Maria da Silveira, tinha uma filha, A mãi concedeu-a para casamento com o José Francisco, fiada em que a aliança traria a liberdade a seu marido e que a execução que lhe moviam os filhos illegitimos de seu pal D. Braz da Silveira tivesse algum remédio. Nesta parte o experimentou mas não seu marido Nuno de Lorena que no proprio dia, que se recebeu a filha, se lhe deu a costumada ração de bacalhau fôdre.

parece-me que a confiança que o Senhor Marquês deposita nêle, deve fazer-lhe honra.

Fui hoje visitar o senhor Prior-Mor que passa melhor de saúde. Está numa quinta a um quarto de légua da cidade, *nos saüdosos campos do Mondego*. Fiz também uma visita à Senhora Embaixatriz que é de uma grande afabilidade. Ela é amável, sem ser bela, é espirituosa e obsequiosa com tôda a gente.

Faz as honras da sua casa com a maior gentileza. Ela e a senhora Governadora do Pôrto acompanham com freqüência a Senhora Marquesa. O senhor Embaixador tem por sua mulher um grande amor e também é correspondido com igual fervor. Acha muito natural que ela seja amável com tôda a gente.

V. Ex.^a sabe quanto é querido o Conde da Ponte. Dá uma grande animação à nossa sociedade. Só lhe falta ser corcunda para ser o Esopo dos nossos dias. O senhor Morgado sempre encantador, sempre amigo dos seus amigos, coração ao pé da boca, enchendo todos de carícias. Eis, Senhor Conde, as pessoas illustres e queridas com as quais tenho a honra de conviver.

De vez em quando suspiro por Lisboa e não é para admirar: V. Ex.^a está aí e eu seria o mais ingrato se não tivesse por V. Ex.^a a mais terna e a mais respeitosa amisade. É com estes invioláveis sentimentos que eu terei a glória de ser de V. Ex.^a o mais humilde e o mais obediente servo.

Gaubier.

P. S.—Os meus respeitos às senhoras Condessa de Oeiras e de São Payo; às senhoras D. Francisca e D. Maria Amália e ao senhor D. Cristóvão (1).

(1) D. Cristóvão Manuel de Vilhena, casado com a segunda filha do Marquês, dizem as *Memórias* que êle tinha uma casa rica e a promessa do título de visconde feita por D. João 5.^o a seu tio D. António Manuel de Vilhena, Grão Mestre da Ordem de Malta. *He Dom Christovão de genio livre e despiído de lizonjas, muito verdadeiro e honrado; não soube viver com seu sogro, nem fazer-lhe as adulações que experimentava em todos e não teve mercê alguma.*

A-pesar-disso foi acrescentado em postos até ao de tenente-general com o governo da praça de Cascais, nomeado vedor da Casa da Rainha e na divisão da Alcaidaria de Abrantes, emprazou dois casais.

O Conde de São Payo e seu irmão passam bem de saúde e voltam os seus olhos, com saúde, para os lados de Lisboa.

COIMBRA, 18 de Outubro de 1772.

Senhor Conde.

Muito reconhecido pela bondade com que V. Ex.^a me trata nas cartas que tem escrito a seu cunhado, eu desejaria dar-lhe conta de tudo quanto aqui tem sucedido. Eu já tinha começado uma descrição de todos os últimos acontecimentos, mas o Conde da Ponte, tendo-nos lido a sua que, por este correio, lhe enviou e como ela vai muito completa, elegante e agradável, suprimo tudo quanto eu desejaria dizer sobre o número de eclesiásticos que compõem a Capela Real e contento-me em enviar-lhe duas inscrições latinas que estão por cima da porta da entrada da Biblioteca da Universidade. Uma está gravada sobre a pedra do plinto que está por baixo do entablamento do pórtico:

Hanc Augusta dedit libris Collimbria sedem
Ut caput exornet Bibliotheca Suum.

A outra está sobre uma fita de cobre dourada na archi-volta da porta de entrada, por baixo da outra:

Luziadae, hanc vobis Sapiencia condidit arcem.
Ductores, libri. miles et arma, labor.

Não posso dar o nome do escultor que cinzelou as letras, nem dizer o número de empregados que têm por obrigação limpar do pó os alfarrábios.

Ontem, sábado 18, às 10 horas da manhã os doutores de todas as faculdades dirigiram-se à igreja de Santa Cruz, onde estava o candidato ao grau de doutor.

Depois de terem ouvido um sermão, encaminharam-se todos para a Real Capela da Universidade, uns montados em cavalos, outros em mulas e precedidos de uma banda de música que também lá montada. O cortejo era fechado pelo Reitor, e pelo secretário da Universidade, levando à sua esquerda o novo doutor e o primeiro professor de direito canónico.

Entre os quadrúpedes que compunham a cavalgada, havia alguns

do sexo feminino e por esta razão houve distúrbios que perturbaram a gravidade doutoral. Êsses distúrbios, originados por alguns coices, desarranjaram as filas do cortejo, mas por felicidade não houve desastres pessoais que teriam divertido êste povo *coimbrista* (1) que acha esta cerimónia muito divertida, quando há braços e pernas partidas ou quando alguns dos doutores se estatelam no chão, não podendo refrear a sua montada fogosa e recalcitrante.

Os doutores, chegando ao pátio da Universidade, apearam-se à porta da Capela Real. No pátio as tropas estavam em parada. O Senhor Marquês esperava nos aposentos do Reitor a chegada do cortejo. Formou-se logo um outro que precedido dêste, foi buscá-lo e o conduziu à Real Capela onde se disse missa. Finda ela, todo o cortejo se poz em marcha, atravessou o pátio e subiu a grande escada cujos corrimões estavam ornamentados de ramos de loureiros e laranjeiras. O candidato caminhava diante do Senhor Marquês acompanhado pelos Condes da Ponte e de São Payo. O Senhor Marquês sentou-se num trono sob o docel, dando a sua direita ao primeiro professor de direito canónico, em cuja faculdade ia entrar o candidato.

Este, o Reitor e o Conde da Ponte sentaram-se em um banco encostado à parede. Êsse banco estava coberto de veludo verde com galão de ouro e bem assim a parte da parede a que estava encostado o banco. A cadeira destinada ao candidato, nesse momento vazia, estava também adornada da mesma maneira, visto ser a côr verde o distintivo desta faculdade. Todos os outros ornatos são de veludo carmezim e ouro.

À entrada do recinto, em frente do trono, havia duas poltronas nas quais se assentaram dois doutores como advogados do candidato. No mesmo recinto, à direita havia uma grande mesa coberta com um pano de veludo verde e ouro. Esta mesa posta ao lado do trono, chegava-lhe pela altura do sexto degrau e atrás dela estavam dois cadeirões.

O Conde de S. Payo, padrinho do novo doutor e êste foram conduzidos pelo mestre de cerimónias àqueles cadeirões. O padrinho sentou-se à esquerda do lado da sala, o candidato à direita do lado do trono. Fêz-se um completo silêncio.

(1) Como está no original.

O Senhor Marquês, os grandes do reino, o Reitor e todos os doutores cubriram-se. Só o candidato estava descoberto.

Então este levantou-se do seu lugar, passou por diante do Conde de São Payo, colocou-se em frente do trono e depois de fazer uma profunda reverência ao Senhor Marquês, voltou ao seu lugar pelo mesmo caminho e tendo-se sentado, leu um discurso. Depois de ter começado e dito poucas palavras, ao invocar o nome de Sua Excelência, levantou-se, dirigiu-se até junto do trono e depois de uma reverência, nomeou-o com todos os títulos e honras que lhe são inherentes. Cumprimentou depois o regente de direito canónico, o Reitor, o Conde da Ponte, o Conde de S. Payo, tôdas as faculdades, os estudantes e tôda a assembleiã. Voltou ao seu lugar, e repetiu o que já havia dito do seu discurso e disse-o todo até ao fim. Acabado esse discurso que durou um quarto de hora, fêz os mesmos cumprimentos a todos. Logo os doutores advogados, cada um por sua vez, em discursos muito curtos, falaram sobre o assunto, em louvor do candidato.

O mestre de cerimónias foi buscá-lo e acompanhado do padrinho, dirigiu-se até aos degraus do trono, ao som da música. O candidato ajoelhou no último degrau, prestando o juramento nas mãos do Senhor Marquês. Em seguida levantou-se e foi ajoelhar-se diante do principal professor de direito canónico que era o primeiro sentado à direita do Senhor Marquês e depois do Reitor. Este fêz ao candidato um breve discurso, dizendo que era o primeiro produto de uma Universidade que ressuscitara para ser considerada uma sementeira de sábios e elogiou-o por ter por padrinho o Conde de São Payo (1).

(1) A respeito deste Conde de Sampalo, ouçamos o que dizem as *Memórias do Principal Mendonça*:

«Antonio de Sampalo Melo e Castro, Senhor de Vila Flor, capitam de cavalos no regimento de Alcantara, foi despachado tenente coronel de Almeida. Via-se impossibilitado de fazer aquella jornada pello grande empenho de sua casa e que o seu casamento se difficultava pello mesmo motivo e que tendo já 40 anos, hinda mais longe lhe ficava a esperança de fazello, passando a servir a outra Provincia. Teve quem lhe lembrasse a fortuna que fazia se conseguisse huma filha de Sebastião José. Rezolveu-se a pedilla. Effectuando-se o matrimonio.

Foi promovido a Coronel de Infantaria de Cascaes, de onde passou a Coronel de Cavalaria do Caes e neste exercicio teve as Patentes de Brigadeiro, General

O professor meteu-lhe no dedo o anel de doutor, poz-lhe na cabeça a borla, abraçou-o e apresentou-o ao Reitor que também o abraçou. Depois de ter abraçado o padrinho, o novo doutor fêz o mesmo a todos os colegas de tôdas as faculdades, e tudo isto ao som da música. Acabada esta função, o Senhor Marquês foi acompanhado sòmente até ao fim da escada, porque regressou ao palácio de carruagem.

A Senhora Marquesa saíu então de carruagem e os regimentos prestaram-lhe tôdas as honras militares. Quando ela sai de carruagem, vai sempre sòzinha, sem dama nem criada.

Ontem à tarde nós fomos passear a uma quinta chamada Geria, a uma légua e meia de Coimbra, nas margens do Mondego. Ela é vasta e muito bonita, mas necessita de reparações. Sòbre a porta de entrada, lia-se a mesma inscrição que Dante, no seu poema, dizia que estava sòbre a porta do inferno.

Lasciate ogni speranza voi che'ntrate

Não atino nos motivos que levaram o dono da quinta a adoptar tal inscrição.

Hoje, domingo, os estudantes de Lisboa fizeram uma magnífica festa em honra de Nossa Senhora da Esperança, na outra margem do Mondego. O irmão do Morgado foi o juiz. Jerónimo veio de Lisboa para a execução da música. A Senhora Marquesa assistiu. E com ela os nossos dois Condes e o cunhado de V. Ex.^ª. O Senhor Marquês ficou em casa a trabalhar. De tarde, êle foi ao colégio dos extintos

de Batalha e Thenente General. Cobrindo-se Conde de Sampaio, com a commenda de S. Vicente do Pereiro de 1:200.000 reis e com a alcaidoria mor de Miranda do Douro de 240:000 reis de renda annuaes.

Foi nomeado Gentil-homem da Camara do Snr. Infante D. Pedro e depois passou para a do Principe. Dos bens dos extinctos jesuitas coube tambem a Sampaio a Quinta dos Caniços que andava arrendada em 2:400.000 reis, emprazando-se-lhe em 750.000 reis.

Por morte de D. Maria da Graça de Noronha e Castro, tomou posse do Paúl de Boquillobo que lhe não foi disputado no Ministerio do sogro e de lhe julgarem por arbitros a propriedade do Arco de São Vicente que possuia a Casa de Jasen (?) do valôr de 200.000 reis de renda.»

Além dos beneficios que êle obteve com o casamento, o Conde de Sampaio conseguia que os parentes mais chegados tivessem lugares rendosos ou promoções vantajosas.

jesuítas para tratar da mudança da Sé Episcopal. O dia ainda não está marcado. Eu fiquei em casa para escrever a V. Ex.^a. Às 8 horas da tarde chegou a Senhora Marquesa e eu subo para fazer a partida de jôgo. O Senhor Marquês trabalhou tôda a tarde com Elsdén (1), por motivo das obras do colégio.

Amanhã abrem-se as matrículas e na sexta-feira as aulas. Apesar-de eu não ser adivinho, quere-me parecer que não estaremos em Lisboa antes de 27 ou 28 dêste mês. Eu, o Conde da Ponte e o Morgado prolongamos os serões depois da ceia e êles são sempre divertidos. O meu criado roubou-me e tanto o Conde como o Morgado levaram a sua generosidade ao ponto de pôrem a sua bôlsa ao meu desejo. Pedi-lhes que guardassem para o momento da partida, se eu nesse momento tivesse necessidade. Asseguro a V. Ex.^a a firmeza dos meus sentimentos para com V. Ex.^a, muito humilde e obediente servo.

Gaubier

P. S. — Peço a fineza de apresentar os meus cumprimentos ao sr. D. Luiz da Cunha, ao Sr. de Seabra e ao Senhor Bispo de Beja. Os meus respeitos para a Senhora Condessa e a tôdas as senhoras e ao Sr. Dom Prior. Alguém me falou de V. Ex.^a e da sua firmeza, o que me causou um grande prazer.

COIMBRA, 23 de Outubro de 1772, às duas horas da manhã.

Senhor Conde.

Ante-ontem, quarta-feira 21 do corrente, a mudança da Cathedral, para a magnífica igreja que pertenceu aos jesuítas, fêz-se com o maior solenidade. O Senhor Marquês não assistiu por motivo duma dor de dentes. Os Condes da Ponte e de S. Payo, João de Almeida, seu filho D. António, João de S. Payo e o Morgado de Oliveira pegaram às varas do pάλio. Tôdas as comunidades religiosas, tôdas as pessoas de distinção e o corpo docente da Universidade assistiram. Cantou-se

(1) Guilherme Elsdén, tenente-coronel de infantaria, com exercício de engenheiro,

um *Te Deum*. O Reitor, como vigário capitular, levava o Santíssimo Sacramento.

Ontem de manhã, 22, cantou-se uma missa solene na nova Catedral. Houve sermão e o Reitor oficiou. O Senhor Marquês assistiu. De tarde, às quatro horas, ele foi à Universidade, de carruagem. Nós já lá estávamos. Todas as faculdades esperaram-no ao fim da escada. As tropas em parada. A Senhora Marquesa estava já na tribuna da sala dos actos.

Logo que o Senhor Marquês tomou lugar debaixo do docel e que todos ocuparam os seus lugares, puseram diante d'ele uma mesa coberta de veludo vermelho; sobre ela o secretário da Universidade colocou a pasta de S. E. Ele abriu-a e ficando sentado, mas descoberto, leu um discurso de agradecimento, curto, eloquente e enérgico, e concluiu que na sua ausência, o Rei nomeava Reformador da Universidade o Reitor da mesma, devendo servir estes dois cargos durante três anos. Acabado o discurso, o secretário leu o decreto real da nomeação do Reitor como Reformador. Depois disso, todos se levantaram e, em cortejo, reconduziram o Senhor Marquês a pé até ao palácio. Assim se terminaram as grandiosas festas organizadas para a restauração desta Universidade. Chegando a casa, encerrei-me no meu gabinete e a minha imaginação concebeu a poesia que eu tenho a honra de enviar a E. Ex.^a.

Tanto me demorei na confecção dessa poesia, que três vezes o Senhor Marquês me mandou chamar para a ceia. E quando eu apareci, censurou a minha preguiça. Depois da ceia, li a poesia. Ouviu-a com bondade e todos os outros com prazer. V. Ex.^a será a primeira pessoa e a única de Lisboa que a lerá. V. Ex.^a pode fazer-me um favor: era pedir licença ao Bispo de Beja para a mandar imprimir por *Galhardo*.

É uma bagatela que leva menos de 24 horas.

Fico na obrigação para com V. Ex.^a e darei prazer ao Senhor Marquês. A poesia não é mais que uma relação histórica de todos os factos sucedidos em Coimbra neste mês e que a posteridade deve conhecer. A nossa partida está marcada para amanhã sábado 24. Vamos dormir a Pombal; domingo jantar em Leiria, dormir na Batalha; segunda-feira em Alcobaça; terça-feira em Tagarro; quarta-feira em Alhandra e quinta-feira jantar em Lisboa.

Caio com sono, mas tenho tempo para vos testemunhar os meus sentimentos ternos e respeitosos. De V. Ex.^a o mais humilde e obediente servo.

Gaubier

Não sabemos que serviços prestou a Portugal em 1772, Gaubier de Barrault, de naturalidade francesa, como major de praça ou chefe do estado maior.

Como homem de letras, notabilizou-se modestamente com duas produções poéticas: os versos de que se fala nesta última carta e que deviam ter sido aplaudidos por tãda a assistência, fazendo a bõca doce ao Marquês e uma ode em louvor do aniversário natalicio da Condessa de Oeiras, ode que se encontra manuscrita no vol. 619 da *Pombalina* e que devia ter sido festejada por tãda a família; com a tradução para francês da célebre *Petição de recurso* de José Seabra da Silva e a redacção destas 6 cartas sôbre uma das páginas mais interessantes da História da Universidade de Coimbra.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PRECÁRIO

<i>Assinatura tomada directamente à Redacção:</i>	
cada série de cinco números.....	25\$00
por intermédio das livrarias.....	35\$00
Número avulso.....	10\$00
Volume avulso.....	35\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

Composto e impresso na TIPOGRAFIA POPULAR—Rua de Cândido Reis, 41—Figueira da Foz.

COMEMORAÇÃO DAS SECULARES RELAÇÕES ENTRE A INGLATERRA E PORTUGAL

Sessão solene do Instituto de Coimbra realizada no
Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra no
dia 15 de Novembro de 1936

Para se dar cumprimento à resolução tomada pelo Instituto de Coimbra em Assembleia Geral de 25 de Outubro de 1935 da comemoração das seculares relações entre a Inglaterra e Portugal, teve lugar a 15 de novembro de 1936 uma sessão solene na sala nobre da Câmara Municipal, a qual tinha sido adiada em consequência da infausta morte de El-Rei Jorge V de Inglaterra.

Sua Excelência o Embaixador em Lisboa de Sua Magestade Britânica, Sir Charles Wingfield, chegou a Coimbra no dia 14 do referido mês. Era esperado pelas autoridades Civis, Militares e Académicas, Presidente da Câmara Municipal, Direcção da Associação Académica, Presidente e Direcção do Instituto de Coimbra e muitas outras personalidades.

Visitou logo a Câmara Municipal que se encontrava reunida debaixo da presidência do professor Ferrand d'Almeida Pimentel, e a Reitoria da Universidade onde foi recebida pelo Reitor Professor João Duarte de Oliveira. Em ambas estas visitas foram trocadas afectuosas saudações.

À noite foi-lhe oferecido pelo presidente do Instituto, Professor F. M. da Costa Lobo, um jantar no qual tomaram parte suas excelências o Governador Civil dr. Ferreira da Silva, Comandante da segunda região Militar General Gomes de Sousa, Reitor da Universidade, Presidente da Câmara Municipal, Presidente da Associação Académica, Conselheiro Fernando de Sousa, director da *Voz*, director da Faculdade de Ciências dr. Anselmo de Carvalho, deputado e professor da Faculdade de Ciências dr. Diogo Pacheco de Amorim, dr. Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo e esposa. Trocaram-se brindes cordeais entre sua excelência o Embaixador e o Presidente do Instituto e seguiu-se uma larga recepção.

No dia 15 o Instituto ofereceu um almoço em honra de sua excelência o Embaixador, na sua sede. Tomaram parte grande número de sócios desta instituição e foram feitos brindes de saudação aos Chefes do Estado das Nações britânica e portuguesa.

Pelas 22 horas realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal a sessão solene. Sobre o estrado encontravam-se sua excelência o Embaixador, que presidiu e tinha ao seu lado o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente do Instituto, aos quais se seguiam o Governador Civil, general comandante da segunda região militar, Conselheiro presidente da Relação, dr. José Maria Rodrigues, Reitor da Universidade, Director da Faculdade de Ciências, procurador da República, professor dr. Pacheco de Amorim, representante da Junta Geral do Distrito, Presidente da Associação Académica, Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra dr. Sanches de Moraes, Presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo dr. Serras Pereira, representante da Associação Comercial.

A sala estava literalmente cheia e grande número de pessoas se encontrava nos corredores contíguos.

Além de numerosos académicos, o Orfeão Académico, debaixo da direcção do seu presidente dr. Raposo Marques, contribuiu para realçar o brilho desta comemoração.

ALOCUÇÃO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA

PROF. DR. F. M. DA COSTA LÔBO

- Sir Charles Wingfield, ilustre Embaixador de Sua Magestade Britânica. Ilustres autoridades civis e militares, e representantes do Povo de Coimbra. Sábios Professores e esperançosa juventude académica que representa a energia inquebrantável da raça portuguesa!

Minhas senhoras e meus senhores!

Amavelmente quis o Orfeão Académico, que é perfume da alma radiante da prestigiosa Academia de Coimbra, aqui largamente representada, associar-se à comemoração promovida pelo Instituto de Coimbra, das seculares relações entre a Inglaterra e Portugal, e acabamos de ouvir os hinos das duas nacionalidades Inglesa e Portuguesa.

Antes de mais saúdo em nome do Instituto de Coimbra os Chefes destes dois Estados: Sua Magestade El-Rei Eduardo VIII e General Oscar Carmona e levanto um sentido viva às nobres Nações Inglesa e Portuguesa.

Apresso-me a testemunhar a sua excelência o Embaixador de Inglaterra, que o Instituto de Coimbra tem a honra de contar entre os seus sócios honorarios, e a quem peço que se digne presidir a esta sessão, a V. Ex.^{as} que o rodeiam, ao Orfeão Académico e ao ilustrado público que nos honra com a sua assistência, o reconhecimento do Instituto de Coimbra e a satisfação sentida por esta instituição

por vêr tão distintamente apoiada a sua iniciativa. Especialmente para o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sábio professor da nossa Universidade e seus illustres colegas vão os protestos do nosso reconhecimento pela sua valiosa colaboração e amabilidade com que permitiram a realização desta sessão no grandioso salão das suas sessões.

Lembrando que em consequência da decisão tomada pelo Instituto de Coimbra, em Janeiro de 1926, de promover pelo jornal e conferências o conhecimento da cultura inglesa, já há meia dúzia de anos, em sessão realizada na Sala dos Capêlos da nossa Universidade, debaixo da presidência de Sir Lindley, embaixador da Inglaterra, na qual pronunciou uma formosa oração o meu saúdoso amigo Conde de Vila-Flor, eu dizia que nos encontrávamos com um cenário semelhante àquele que ali se patenteava, alguns anos antes mas com pessoas diversas, visto que anteriormente a presidência era ocupada por Sir Lancelot Carnegie, também Embaixador da Inglaterra, de quem conservo inolvidável recordação, e fôram oradores o ilustre escritor juiz da Relação em Ceilão, Dr. Pieris, que ao Instituto ofereceu a edição da sua valiosa obra «Ceylão and Portugal», e o presidente do Instituto de Coimbra falou sôbre a astronomia na Inglaterra, observarei que neste momento também o cenário é outro.

Não tendo sido possível realizar esta sessão na Sala dos Capêlos, em consequência de se encontrar em reparação, como de-certo nos afirmaria o nosso venerando e querido reitor, nem por isso esta deixa de ser imponente, pelo aspecto que oferece e ser também honrada com a presidência de sua Excelência o Embaixador de Inglaterra, desta vez sir Charles Wingfield, e realizar-se na casa da cidade

que aplaude com entusiasmo a nossa iniciativa, verificando-se assim, com uma notável manifestação, quanto são cordiais os sentimentos que o povo português dedica ao povo inglês.

Minhas senhoras e meus senhores:

No momento em que a terra estremece nos seus profundos alicerces, e as feras fogem espavoridas para se ocultarem nos seus antros, o Instituto de Coimbra, cumpre intemeratamente a sua missão, satisfazendo a prescrição que os seus fundadores redigiram em 1852, no primeiro número do jornal *O Instituto*, dizendo que lhe incumbia *sincero zêlo*, pela *santa causa da educação e instrução do povo*, e tem a pretensão de juntar um raio de luz àqueles que outras entidades de grande prestígio e valor, estados e indivíduos, derramam, com a nobre intenção de desfazer as densas trevas, que envolvem a humanidade.

Eis a razão porque hoje aqui nos encontramos unidos na mesma aspiração de servir a causa sagrada da tranquilidade e prosperidade humana.—V. Ex.^a, nobre embaixador da Inglaterra, representante dum povo de trabalho e ordem, que lembra com saudade o saúdoso rei Jorge V, e que sempre teve esta aspiração, igualmente partilhada pelo Povo Português.

Nesta conformidade de vistas dois objectivos se nos oferecem.

Um de índole particular às nossas duas nações, outro de carácter mundial que interessa a tóda a humanidade.

Do que se refere ao primeiro, muito teria para dizer, mas, felizmente, muito poderei restringir-me dado o conhecimento que de-certo todo o público tem dêste assunto.

Desde os primeiros momentos em que a raça portu-

guesa afirmou as suas poderosas qualidades de energia, e indómita independência, sempre encontramos o apoio decisivo da nação inglesa.

Inglêses acompanharam D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa, Inglêses cooperaram na conquista de Sines e Alcácer. Inglêses teve como companheiros, que muito se distinguiram, o Condestável D. Nuno Alvares Pereira, nas batalhas com que assegurou a independência de Portugal, no século XIV e, sem dúvida, muito aproveitou aquela glória do nosso país, com o estudo da estratégia inglesa, posta em prática, entre outras, nas batalhas de Azincourt e Poitiers, no mesmo século.

Foi eficaz o apoio que a Inglaterra deu à restauração de 1640 e à defesa de Portugal por ocasião das invasões napoleónicas, o que dentro em pouco será brilhantemente provado pelo meu querido amigo, sábio General Gomes de Sousa.

Ainda devo recordar, sem a menor intenção de susceptibilizar, sendo certo que nunca me animam ressentimentos, nem para com pessoas, nem para com nações, embora para com estas seja obrigatória uma constante e eficaz defesa, alguns factos passados na actualidade, os quais demonstram, por forma que se impõe à nossa amizade, o apoio que a Inglaterra, em tôdas as emergências, tem continuado a prestar-nos.

Em 1885, realizou-se em Berlim uma Conferência Colonial. A rica e extensa região do Congo, onde os portugueses encontraram carinhoso acolhimento, e devia pertencer-nos, foi, caso estranho, entregue, como património particular, a um príncipe alemão, é certo rei da Bélgica; esta nação, só mais tarde, contrariada, resolveu anexar aquêle território.

Nessa conferência tivemos sempre o apoio da Inglaterra, que nos assegurou as fronteiras de Angola.

Em 1890, surgiu uma desagradável situação entre Portugal e a Inglaterra, mas é necessário saber-se que as lutas em que o nosso país esteve infelizmente empenhado, durante a primeira metade do século XIX, inibiu Portugal de prosseguir com a sua intensa e admirável acção civilizadora no interior africano.

No entanto a Inglaterra tinha delineado um império do Mediterrâneo à Africa do Sul. Portugal é certo que nesse momento mostrou mais uma vez possuir homens de invulgar envergadura, como Ivens, Capelo, Serpa Pinto e outros.

Mas o mapa *côr de rosa*, aspiração de Barros Gomes, apareceu inoportunamente e, hoje sabe-se, devido às sugestões de uma potência central.

A reacção da Inglaterra manifestou-se então.

Nenhum apoio tivemos, e ao espírito conciliador da Inglaterra ficámos devendo terem sido evitadas complicações graves, e ficarem marcadas fronteiras na África Oriental, que nos asseguraram o domínio de mais de 800.000 quilómetros quadrados, numa região riquíssima e onde se encontram dois importantes portos, da Beira e de Lourenço Marques, dos quais a Inglaterra é tributária.

Em 1898, ainda a Alemanha, que nunca produziu esforço algum para o descobrimento e civilização das regiões africanas onde os portugueses com inextinguível glória têm sacrificado vidas e fortuna, pretendeu adquirir a nossa provincia de Angola.

Muito a custo conseguiu para esse fim um tratado secreto com a Inglaterra, o qual, por ser desconhecido, foi causa de injustificados ressentimentos no nosso país.

Pela primeira vez, na minha publicação *Le Problème Mondial et l'Action du Portugal*, esclareci este assunto, e ficou bem patente que só devíamos apoio à Inglaterra; o que foi confirmado.

Efectivamente é hoje sabido que a Inglaterra, desejosa, como sempre, de evitar uma conflagração, cedeu o mais possível às exigências da Alemanha. Até lhe entregou a ilha de Heligoland, importante estação estratégica no Mar do Norte.

No nosso caso, a Inglaterra limitou-se a prometer à Alemanha que não interviria no caso de Portugal resolver ceder-lhe a província de Angola.

Não há tempo para alongar-me sobre este assunto, mas é dever meu acrescentar que o Governo português reagiu enèrgicamente contra tal pretensão, e que a Inglaterra nos deu todo o apoio, chegando a enviar ao Tejo a mais poderosa esquadra que ali tem ancorado, na véspera do dia em que se receava que uma esquadra alemã, que de facto apareceu, faria no nosso pôrto uma demonstração.

O nosso prestígio aumentou extraordinariamente, como foi demonstrado pelas visitas que então foram feitas à nação portuguesa pelo Principe de Gales, Rei de Espanha, Imperador da Alemanha e Presidente da República Francesa.

Em 1914, a situação tomou mais graves aspectos, porque se encontrava em causa a nossa soberania.

O Conde Romanones que foi presidente do Governo de Espanha durante muito tempo por ocasião da Grande Guerra, esclareceu numa notável publicação, devidamente documentada, que muito insistira o Imperador Guilherme com o Governo Espanhol para que a Espanha entrasse na guerra, aliada com os impérios centrais, e lhe prometia

Tanger, Gibraltar e as mãos livres em Portugal, que prestou com tãda a lealdade, e sem olhar a sacrificios, o seu apoio à sua antiga aliada.

Sôbre o segundo objectivo, que se refere à situação mundial, estou certo da colaboração das duas nações, da Inglaterra e Portugal, conhecendo como conheço profundamente os sentimentos generosos dêstes dois povos.

Desgraçadamente trava-se uma luta inconcebível.

Sem dúvida eu julgo que é obrigação de todos os elementos que possam ter influência na administração das sociedades, contribuirem para que o homem adquira a maior dignidade, e tenha assegurado o necessário confôrto. Mas para se conseguir êste resultado bastará têmos sempre presente o princípio que domina a religião cristã e que Jesus Cristo prêgou, de que devemos amar o próximo como Êle mesmo nos ama.

Infelizmente, talvez devido à epidemia da indolência, da cobiça material, e ainda à demasiada especialização científica, que não deixa ver as maravilhas da criação, o ateísmo lavra devastador e logo em princípio tem a intenção de destruir a família que Jesus Cristo santificou, e que é a formosa flor da humanidade. A sua finalidade conduz à ruína de tãdas as riquezas existentes, e por isso à miséria donde só muito tarde a humanidade poderia reverter à época actual.

Tivemos em tempos lutas violentas por motivos religiosos. Mas então os templos não eram destruídos e eram imediatamente aproveitados para um novo culto, como succedeu após a tomada de Ceuta onde o sacrificio da missa foi logo realizado na mesquita, transformada em igreja.

Sôbre êste assunto, e para terminar já, limitar-me-ei a recordar o parágrafo com que conclui a conferência que

tive a honra de pronunciar na Academia Internacional Diplomática, em Paris, na sessão de 20 de Maio de 1931, sobre a *Acção diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI*.

Prevendo os acontecimentos que neste momento tanto nos preocupam eu disse:

«Antes de acabar quero assegurar às nações civilizadas em que reina o ideal da felicidade espiritual da humanidade, que Portugal apesar das convulsões da hora presente, tem hoje como nas épocas longínquas de que me ocupei e durante as quais o nosso país contribuiu por forma notável para a civilização humana, o empenho de prosseguir na mesma orientação e de combater com a mesma coragem e abnegação afim de ser evitado o aniquilamento da civilização europeia. E no momento em que o perigo é bem mais grave do que na época em que sofriamos a invasão muçulmana, porque esta era conduzida por um ideal religioso, por isso construtivo, enquanto que a invasão actual é dominada por um sentimento ateu, que significa a negação e portanto a destruição, é preciso para nos salvarmos voltar às épocas das cruzadas e reunir todos os cristãos em volta do mesmo ideal que foi, na época que venho de tratar, a cruz gloriosa que, flutuando no alto das nossas caravelas, conduziu o reduzido povo português ao domínio de metade do mundo».

A assembleia aplaudiu com entusiasmo estas palavras.

Sua Excelência o embaixador de Sua Magestade Britânica dignou-se tomar a presidência e pronunciou a seguinte alocução:

ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O EMBAIXADOR DE INGLATERRA,
SIR CHARLES WINGFIELD

Your Excellencies, ladies and gentlemen!

It is always with some emotion that I enter a University Town. I feel that I am in a temple specially dedicated to Minerva and that her priests possess countless treasures from which each visitor may take all that he is capable of carrying away. And I have that sentiment very particularly tonight, when I am privileged to visit the Coimbra Institut in this beautiful Municipal Hall and I am so kindly invited to preside at this meeting dedicated to the consideration of various phases of Anglo-Portuguese co-operation in the past. I trust that I may this evening carry away many lessons from the past. For men soon forget the lessons of history; and the distinguished orators who are about to address us will, I feel sure, confer a great service on the peoples of both countries by reminding us that our alliance is not merely venerable owing to its antiquity, but also has proved its utility in past ages in many fields of human activity.

I am very grateful to general Gomes de Sousa, who is going to tell us about the Duke of Wellington and the close co-operation between the Portuguese and British Armies a century and a quarter ago, which resulted in the addition of many glorious pages to the military annals of both countries.

I am also much looking forward to the speeches of Professor Anselmo de Carvalho, who will tell us of the English Scientists who have spoken about Portugal; of Professor Ferrand d'Almeida, who is to tell us of English

culture in the University of Coimbra; and of Professor Diogo Pacheco de Amorim, who is to speak of the economic relations between our two countries.

The Conde de Tovar is unfortunately absent and will not therefore be able to tell us about the diplomatic relations between Portugal and Great Britain in the past; but Professor Costa Lôbo is going to be good enough to tell us something about the praise of Portugal in English literature.

To all of these gentlemen, to Dr. Ferrand d'Almeida and the Municipal Council, to the Rector of the University, to all those who have honoured this meeting with their presence, and particularly to Professor Costa Lôbo, I am very grateful. In these anxious times one's friends are doubly valuable; and I feel sure that the lasting friendship between our countries will benefit much by such occasions as this, when we can recall the links that have bound us in bye-gone ages as well as some of the difficulties which have had to be encountered and surmounted by past generations. The sturdy tree of Anglo-Portuguese good-will is deeply rooted in the sentiments and in the vital interests of the two countries. It is well that we should recall from time to time the storms it has weathered in the past as well as the flowers that have embellished it in sunny weather.

I am highly honoured at being asked to preside at this distinguished gathering; and I feel I cannot better commence to discharge my duties than by calling on General Gomes de Sousa to address us.

Sua Excelência, que foi entusiásticamente ovacionado, deu a palavra ao General Gomes de Sousa, sócio do Instituto de Coimbra, que proferiu a seguinte oração:

O GENERAL LORD WELLINGTON

O SEU VALOR E AS SUAS VIRTUDES AO SERVIÇO
DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Variadas são as origens da aproximação dos homens, levando-os a estreitar laços de amizade. Estes só perduram, quando firmados em circunstâncias notáveis da vida; todos os outros são efêmeros. Amigos hoje, por conveniências momentâneas, inimigos amanhã, por interesses contrários ou simples oposição de ideias.

São análogas as relações entre as nações e são certos factos que por vezes se dão através os séculos. que as prendem por laços mais insolúveis que os melhores tratados. E sendo assim, não será uma simples aliança que nos reúne aqui para prestarmos homenagem a uma nação, mas factos inesquecíveis que a história regista e que nem o tempo, que tudo destrói, poderá apagar.

Em um dos transes mais difíceis para a nossa nacionalidade, veio em nosso auxílio, a nação britânica, então já bem velha aliada. Foi esse esforço personificado por um homem, que ficou de tal forma ligado à nossa história, que será sempre bem digno da admiração e gratidão dos portugueses. E como as melhores homenagens que se prestam a uma nação, são as que se prestam aos seus filhos mais ilustres, é do General Arthur Wellesley, mais conhecido por Lord Wellington, que me vou ocupar, recordando um pouco dos feitos e das virtudes do insigne General.

Quando as aventuras de Napoleão perturbaram a Europa, foi o nosso país invadido por forças do exército francês do comando do General Junot que, com o título

de Duque de Abrantes, transpunha a nossa fronteira a 17 de Outubro de 1807 e chegava a Lisboa a marchas forçadas a 30 de Novembro.

Por tratados secretos, desaparecia a nacionalidade portuguesa; no entanto Junot propunha-se a fazer a felicidade dos portugueses, que bem depressa sentiam a máxima de Brenno: «Tudo pertence à gente valorosa ou seja à fôrça e à astúcia para destruir e roubar. O direito e a justiça nem sempre são virtudes que possam existir sôbre a terra».

Para princípio da felicidade prometida, era imposta à capital a contribuição de quarenta milhões de cruzados e os templos e conventos eram saqueados.

Portugal não era país que suportasse o jugo do invasor, pelo que se procurava por tôdas as formas bani-lo do solo pátrio. Invocava-se para isso o patriotismo de todos os portugueses, pedindo-lhes tudo, que podessem ofertar, em benefício da causa nacional, mas a boa vontade não bastava, quando entregues aos seus próprios recursos. Era preciso organizar um exército e para tanto faltavam-nos cavalos, armas e munições. Tudo quanto tínhamos de aproveitável debaixo do ponto de vista militar, tinha sido mandado sair do reino e pôsto às ordens de Napoleão, constituindo a chamada Legião Portuguesa, e o que ainda nos restava, em material de guerra, achava-se nos arsenais sob a vigilância dos franceses.

Os poucos e fracos recursos, de que dispunham os portugueses, eram por si só impotentes para subtrair a nação do jugo francês.

A Inglaterra estava ameaçada, Napoleão considerava-a o inimigo do continente e a invasão da península justificava-a acusando Portugal e Espanha de fomentarem o comércio inglês.

Os campos de Bolonha patenteavam uma extraordinária actividade militar, onde as tropas francesas, com excessos de entusiasmo, preludiavam a ária militar—«À l'Angleterre nous irons».

Tinha a nação britânica tomado tôdas as disposições para repelir um desembarque, pretendendo assim poupar-se aos destroços duma luta que não garantia uma solução decisiva. Bem analizada a situação, o teatro da guerra que mais convinha para abater a veleidade dos franceses, era a península e Portugal a melhor base de operações.

A Inglaterra procurava por tôdas as formas, sustentar a sua independência e só assim ela poderia vir a reivindicar a das outras nações.

Em tal conjuntura era da nossa aliada que poderíamos esperar auxílio e não fôra de balde que nela se fixara a nossa confiança, por que não se fêz esperar a remessa de armas, munições e dinheiro, que atingiu a soma de milhão e meio de cruzados.

Rebentou então a insurreição popular que, num unísono movimento de rebeldia, conseguiu limpar de franceses uma parte do litoral, permitindo assim que fôrças inglesas, do comando do Tenente General Artur Wellesley, desembarcassem, em nosso auxílio, na baía de Lavos.

*

* *

O valor de uma tropa é ajuizado pelo carácter e mais qualidades de quem a comanda e sendo certo que são sempre recolhidas com avidez tôdas as particularidades da vida dos homens em evidência, elas mais despertam a curiosidade quando se trata de chefes militares, a quem

uma nação confia os seus destinos, nas mais graves emergências.

O General Wellesley era descendente de uma família de altos dignatários e de militares de apelido Coley. Fôra seu avô paterno Ricardo Coley, o primeiro que tomou o apelido Wellesley na qualidade de herdeiro de seu primo Garrett Wellesley, que lhe deixou a sua fortuna com a condição de tomar o nome e as armas de sua família. Seu pai o Visconde de Wellesley e Conde de Mornington, faleceu quando êle era ainda criança, tendo sido sua mãe que o mandara educar no Colégio de Etom.

Tendo escolhido a carreira das armas foi para a França dedicar-se aos estudos militares em Angiers, tendo como prector Pignerol, então afamado mestre na arquitectura e engenharia. Adquirindo assim os conhecimentos necessários para iniciar a profissão militar, voltou ao seu país, alistando-se no exército com dezoito anos de idade.

A sua carreira foi rápida, pois sendo alferes em 1787, em 1808 era tenente-general.

Em 1794, sendo tenente-coronel tomou parte na expedição enviada contra a França a-fim-de apoiar os realistas, que na Bretanha defendiam a causa legitimista. Havendo conhecimento dos insucessos das operações do Duque de Iork na Holanda, a expedição recebeu ordem para seguir para Ostende, a-fim de o socorrer, procurando juntar-se às suas fôrças. A-pesar-de ter sido alcançado êsse objectivo, as tropas britânicas foram forçadas a uma penosa retirada em pleno inverno, sendo Wellesley encarregado de cobrir essa operação com diminuta fôrça.

Exigindo das suas tropas os maiores sacrificios, soube com inteligência e decisão desembaraçá-las da pressão dos franceses. Essas operações forçando-o a penosas marchas

sôbre o gêlo, sempre sob a pressão do inimigo, permitiram que comesçassem a ser postas em evidência as suas altas qualidades militares, dando uma importante prova para a sua formação de chefe militar.

Assim foi reconhecido por aquêles a quem estava subordinado, que não lhe regatearam louvores, e até pelos seus inimigos.

A um dos membros da Junta Usurpadora de Paris é atribuída a seguinte declaração: — «O historiador imperial não poderá negar que nesta ocasião e em muitas outras as operações defensivas do inimigo foram sempre na melhor ordem. Dizemos o mesmo da sua retirada. O que os inglêses então fizeram é digno de alto louvor, porque tomaram tôdas as precauções necessárias e podemos, na verdade confessar que para êsse efeito nada foi omitido».

Em 1798 esboçava-se na India a insurreição contra o Império Britânico. Wellesley então já coronel acompanhou para ali seu irmão, Conde Mornington e mais tarde Marquês de Wellesley que então tinha sido nomeado governador geral. O Coronel Wellesley tomou parte em tôdas as operações que se realizaram para consolidar a autoridade britânica e em ordem à fôrça armada, o general comandante das fôrças em operações, declarando ser difícil particularizar o mérito individual em presença da conduta de todos os que lhe estavam subordinados, faz no entanto menção especial da maneira heróica como se conduziu o valoroso oficial.

Em 1800 eram aproveitadas as suas já reconhecidas qualidades, para com tropas do seu comando debelar novas rebeliões na India, conseguindo com o maior brilho salvaguardar o prestígio do seu país. Em ordem do governo geral faz-se justiça à sua inteligência, á sua incansável

actividade e a tôdas as disposições adoptadas, para inutilizar a superioridade do inimigo, que o levaram a uma vitória de mui benéfica influência nos interesses do Estado.

O seu valor ia sendo aproveitado para missões, cada vez de maior importância, havendo assim ocasião de augmentar a sua celebridade.

Comquanto os sucessos das armas britânicas tivessem trazido a tranquillidade nos domínios asiáticos, as pretensões da França e as dissensões entre os diversos potentados da Índia, bem depressa puseram em risco a autoridade britânica, o que em 1803 tornou necessário novas e importantes operações confiadas ao então major General Wellesley, que as soube conduzir com o maior successo para a política inglesa.

As suas qualidades reveladas durante essa campanha, impuseram-se de tal forma aos sentimentos militares dos seus camaradas, que lhe ofereceram uma importante recordação, com uma inscrição relativa a uma das mais valorosas acções. O Parlamento prestava homenagem aos seus serviços; oferecia-lhe uma valiosa espada, e os povos da Índia de diferentes castas também enviavam as suas mensagens de gratidão àquêle que lhes tinha garantido a tranquillidade.

E' certo que Wellesley se limitou a servir o país, mas Portugal também beneficiou dos seus serviços, pois as suas vitórias sôbre os potentados Mahrattas, que por vezes nos incomodavam, contribuíram para o socêgo no nosso Estado da India.

Em 1807 nova e importante missão lhe era confiada, ou fôsse o comando de uma das divisões expedicionárias à Dinamarca distinguindo-se, mais uma vez, no ataque a Copenhague e recaindo nêle a escolha para a missão en-

carregada de formular as bases para a capitulação das forças dinamarquesas.

*

* *

Não há melhor galardão para um soldado que a justiça do reconhecimento dos seus serviços. A Inglaterra nunca regateou essa justiça aos seus servidores, estimulando assim todos os valores para que bem a sirvam e rodeando do maior prestígio todos aqueles que pelas altas funções que desempenham, precisam impôr-se pelo reconhecimento oficial dos seus merecimentos.

Um chefe militar não se improvisa; a sua formação é demorada e só um ambiente favorável ao desenvolvimento das suas qualidades natas, a pode garantir.

Wellesley manifestou sempre desde a mais tenra idade a sua inclinação pela carreira das armas e patenteou em todos os actos da sua vida ser dotado da mais viva inteligência. Recebeu a instrução então considerada mais que suficiente para iniciar a sua carreira de oficial, a que se dedicou inteiramente. Calmo e prudente, evidenciou através da vida um elevado carácter, revelado tanto na adversidade como na vitória, donde nunca foi excluída a generosidade.

A Inglaterra tinha mais um chefe militar, a quem podia confiar altos comandos em missões difíceis. E assim o reconheceram as duas casas do parlamento prestando-lhe as maiores homenagens pela eminência dos seus serviços.

O seu passado tão resumidamente descrito, revestia-o da maior autoridade para assumir o comando do Exército

Anglo-Luso em tão delicadas circunstâncias e era garantia do bom êxito da missão que lhe acabava de ser confiada.

*

* *

Nos dias 13, 14 e 15 de Junho de 1808 rompeu a insurreição nacionalista nas províncias de Traz-os-Montes, Alentejo e Algarve, que bem depressa se generalizou, procurando os portugueses organizarem-se para se poderem libertar do jugo estrangeiro.

Tudo ofereciam que pudesse ser útil ao serviço militar e era já importante o material fornecido pelo Almirante Carlos Cotton comandante da esquadra inglesa surta no Tejo. Com êsses meios e com a sua indómita coragem, forçaram os franceses a ceder aos seus primeiros impulsos, levando-os a concentrarem-se na capital e seus arredores.

O almirante da esquadra inglesa contribuia para levantar o moral da nação, proclamando que o esforço de tantos milhares de portugueses, que desejavam imitar os seus antepassados na lealdade e na glória, deveria conduzi-los ao mais glorioso successo.

A insurreição tinha conseguido libertar as províncias, mas os seus recursos não lhe permitiam ir mais longe, pelo que se procurava organizar o exército com os meios que se iam obtendo.

A 26 de Julho chegavam à costa da Figueira os primeiros contingentes do exército inglês, começando o seu desembarque a 1 de Agôsto. Wellesley estabelecia o seu quartel general em Lavos, donde dirigiu aos habitantes de Portugal a sua primeira proclamação, também assinada

pelo almirante das fôrças navais que iriam cooperar com as fôrças terrestres. Dizia-se nessa proclamação que as fôrças inglêsas vinham em auxílio dos leais habitantes de Portugal, que os soldados inglêses desembarcavam, nas nossas praias, animados de puros sentimentos de amizade, fidelidade e honra. Que os nossos objectivos só se poderiam conseguir por assinaladas provas de valor e de constância, que o nobre esforço contra a tirania e usurpação seria sustentado pelas fôrças unidas de Portugal, Espanha e Inglaterra e que para o successo feliz de uma causa tão justa como gloriosa, os desígnios de Sua Magestade Britânica eram iguais àquêles de que os próprios portugueses se achavam animados.

Tal proclamação bem traduzia as instruções que a Wellesley tinham sido dadas pelo seu Govêrno, sôbre a sua missão na Península. Nelas se recomendava que agisse sempre com a maior liberalidade e confiança e debaixo do principio de que os esforços de Sua Magestade Britânica se deviam dirigir a ajudar a Espanha e Portugal, a restabelecer a independência e integridade das suas monarquias e que o envio da expedição não tinha em vista outro fim, senão o mais ilimitado e desinteressado auxílio.

*

* *

Organizou-se o Exército Anglo-Luso com o quartel general em Leiria e bem depressa se iniciaram as operações, sendo Lisboa o seu principal objectivo. A 15 de Agôsto alcançava as Caldas da Rainha com o comando devidamente informado sôbre a situação do inimigo. O General Laborde esperava-o na posição da Roliça, onde

aguardava reforços do General Loison que se encontrava em Rio Maior. A posição era de difícil acesso e os franceses defendiam-na obstinadamente, mas o êxito de uma campanha depende por vezes da influência moral sobre as tropas, alcançada com as primeiras vitórias.

Era o primeiro encontro com o inimigo, era preciso abrir caminho a todo o custo, com a fé inquebrantável de vencer. O ataque às posições ocupadas pelo adversário exigia a maior celeridade, porque era forçoso batê-lo antes da chegada dos reforços.

Nesta situação Wellesley não exitou e, com a confiança cega na vitória, lançou impetuosamente as primeiras forças organizadas, do Exército Anglo-Luso, sobre as forças de Laborde, que com grandes perdas e desmoralizadas foram obrigadas a abandonar a posição.

Esta era a primeira vitória alcançada em território português; o brilho da sua espada ia chegando a todos os cantos de Portugal, como o melhor lenitivo aos maus dias passados pelos seus habitantes.

Laborde fez a sua retirada sobre Tôrres Vedras, para onde se dirigiu Loison, procurando Junot concentrar todas as suas forças entre aquela vila e Lisboa.

Wellesley continua a sua marcha em direcção à Lourinhã, em condições de poder cobrir o desembarque dum novo contingente inglês, do comando do Brigadeiro General Anstruster, chegado às alturas de Peniche e que a 18 de Agosto conseguia desembarcar.

No dia 20 Wellesley ocupava as posições de Vimieiro, que no dia seguinte eram atacadas pelas tropas de Junot em três colunas e com grande superioridade numérica em cavalaria e artilharia. No começo do ataque tinha chegado

o tenente-general Harry Burrard, para assumir o comando do Exército Inglês, que declarou julgar-se bastante feliz por chegar a tempo de testemunhar e aprovar as disposições tomadas por Wellesley. Teceu os maiores louvores ao seu espírito compreensivo e fecundo em recursos, para dar tôdas as providências que a conjuntura exigia, considerando desnecessária qualquer alteração aos seus planos. Os sucessos seguintes bem justificaram essas apreciações. O Exército Anglo-Luso recebia o choque com a maior firmeza e contra-atacando, desbaratava por completo as tropas de Junot, que fugiam em diversas direcções e deixavam no campo de batalha, juncado de mortos, feridos e prisioneiros, entre eles o General Brenière.

Junot que já tinha sentido as conseqüências da insurreição nacional, vendo as suas tropas desbaratadas e demoralizadas pelo Exército Anglo-Luso, resolveu propor uma convenção para sair de Portugal. Para esse fim, ao meio dia de 22 de Agôsto, apresentava-se no quartel-general de Wellesley como parlamentar o General Kallermann que propôs a suspensão de hostilidades e os preliminares para a convenção.

Essa convenção, intitulada a convenção de Cintra, era ractificada por Dalrympe a 31 de Agôsto, mas as suas estipulações originaram grandes protestos em Portugal e mesmo em Inglaterra, sobretudo pela cláusula que se referia a direitos de propriedade e pela qual os franceses pretendiam levar o muito que ainda detinham das suas extorsões.

Foram chamados a Londres os generais que tinham negociado a convenção para justificarem as suas atitudes. Wellesley não tinha concordado com disposições que pudessem ferir a sensibilidade dos portugueses e a sua

orientação era a que melhor acolhimento tivera no Conselho Privado de sua Magestade Britânica.

Num ofício dirigido ao libertador de Portugal, pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Lord Castlereagh, onde se punha em evidência a elevada consideração pela sua conduta, justificavam-se os reparos dos portugueses a algumas cláusulas da convenção e recomendava-se-lhe que, quando se executasse, se tomassem tôdas as precauções para que não pudessem ser considerados propriedade do exército francês os roubos que tinham feito em Portugal. E que imprimisse no espírito do seu sucessor a solicitude de Sua Magestade, para que um aliado, para cuja protecção e resgate tinha feito os maiores esforços, não sofresse tão grave injúria com a aprovação do Exército Britânico.

Ao povo português era dada uma satisfação, não empregando mais no Exército Inglês em Portugal os generais que tinham aceitado as discutidas estipulações.

A Câmara dos Comuns a 27 de Janeiro de 1809 prestava homenagem aos talentos militares de Wellesley e ao valoroso exemplo com que soube inspirar, nas tropas do seu comando, a confiança e intrepidez que as conduziram às brilhantes vitórias alcançadas em Portugal.

A essa homenagem respondeu o illustre general que os officiais e soldados viam nas homenagens da Pátria a maior honra que se lhes podia conferir para excitar o seu valor.

Wellesley, pelo seu génio militar e pela nobreza dos seus sentimentos, tinha-se imposto à admiração e gratidão dos portugueses, que não deixavam de o aclamar como o libertador da opressão francesa.

Foi-lhe conferida a graduação e honras de Marechal.

-General do Exército Português, para nessa qualidade dirigir as operações combinadas com o exército britânico e dava-se-lhe o título de Conde do Vimeiro.

As vitórias alcançadas em Portugal tiveram a sua repercussão, animando os outros povos a reagir contra o inimigo comum, criando assim maiores embaraços às suas ambições.

Reconheceu Bonaparte a necessidade de anular os efeitos morais dessas vitórias, pelo que resolveu invadir de novo Portugal com um exército do comando do General Soult. Transpôs esse exército, rapidamente, as nossas fronteiras apoderando-se de Chaves e dirigindo a sua marcha em direcção a Braga.

No norte predominava a desordem, em que todos queriam mandar e poucos queriam obedecer. Nestas circunstâncias apenas encontrava a fraca resistência das sucessivas barreiras de massas desordenadas. Foi a Leal Legião Lusitana, que submetida à subordinação necessária, para tão graves emergências, lhe criou maiores embaraços, mas não suficientes para obstar a que o novo invasor desse entrada no Pôrto a 29 de Março de 1809.

Nessa cidade, vendo-se como que bloqueado pela insurreição popular, hesitou no avanço sobre Lisboa. Foi então que a luta tomou uma feição activa e ordenada, graças a novos reforços ingleses e à cooperação do nosso exército já quasi organizado.

Wellesley regressara a Portugal a 22 de Abril, sendo recebido pelos seus habitantes com entusiásticos festejos em sua honra, que assim lhe manifestavam uma bem merecida gratidão.

Inteirado dos movimentos do inimigo decide, a 9 de Maio, marchar com o Exército Anglo-Luso, que se achava

concentrado em Coimbra, na direcção do Pôrto. Logo no dia seguinte a sua cavalaria atacou, quasi de surpresa, um destacamento mixto que estacionava nas imediações de Albergaria-a-Nova, tomando-lhe os canhões e fazendo prisioneiros. Continuando a marcha, o grôso das suas guardas avançadas, numa hábil manobra, procurou envolver os flancos das posições do inimigo, obrigando-o a retirar e a passar o Douro. Era necessário persegui-lo, mas para evitar essa perseguição tinha Sout mandado cortar a ponte, na noite do dia 11.

Em operações militares não há obstáculos para aquêles que tomam a firme decisão de vencer. Wellesley fêz reunir rapidamente todos os barcos que se encontravam pelo rio e assim conseguia que as suas fôrças passassem o Douro. Sout tendo feito desaparecer a ponte retirava descuidadamente sem temer a perseguição, pelo que somente conheceu essa operação quando as tropas inglêsas começavam a alcançar a outra margem.

Tal celeridade e tal arrôjo assombraram o inimigo que não pensou mais em oferecer resistência, mas somente em ganhar distância. Dirigiu-se a Chaves para alcançar a Galiza, desembaraçando-se de tudo o que lhe pudesse demorar a retirada; canhões, espingardas, bagagens e centenas de doentes pelos hospitais.

Num dos melhores hotéis do Pôrto aguardava-se Sout para o jantar, mas foi Wellesley que se sentou à mesa, que lhe era destinada, com o seu estado maior. A cidade do Pôrto prestou as mais justas homenagens ao general vencedor e fêz a mais entusiástica recepção às suas tropas.

Tinha Wellesley antes de marchar sôbre o Pôrto mandado importantes fôrças para Abrantes, a fim de obser-

varem os movimentos dos franceses na fronteira oriental e para Traz-os-Montes, a fim de repelirem as fôrças de Loison.

Conhecida a fuga de Soult abreviaram-se as operações, ficando o país livre da invasão do seu exército, que na sua aventura tinha perdido mais de um quarto do seu efectivo e tinha abandonado centenas de doentes e feridos.

Wellesley, confirmando ainda as sublimes qualidades de chefe, faz um apêlo à grandeza de alma dos portugueses, numa proclamação que muito convém recordar, para que se não esqueçam os sentimentos humanitários dum general inglês, nos comêços do século dezanove, que a-pesar-de absorvido pelas maiores responsabilidades da sua alta missão, não deixou de patentear a sua educação e as qualidades de carácter dum verdadeiro chefe.

Essa proclamação dizia: As tropas francesas foram expulsas desta cidade pela disciplina e bravura do exército que comando; eu exijo dos seus habitantes que se comportem compassiva e humanitariamente com as referidas tropas, que aqui se acham doentes ou prisioneiras; pelas leis da guerra têm elas direito à minha protecção e é do meu dever prestar-lha; e será assim consequente a generosa magnanimidade da nação portuguesa, o não serem vingados nestes infelizes indivíduos os ultrajes e calamidades que a mesma nação sofreu, porque elles só foram instrumentos de outros mais poderosos, que ainda existem em armas contra nós.

Talvez que posteriormente a história não registre um tal respeito pelas leis da guerra, quando, dado o estado de perturbação da Europa, a intervenção de neutros não era para temer. E se não atribuirmos êsse zêlo a qualidades excepcionais, somos levados a reconhecer que o aper-

feiçãoamento da humanidade, debaixo do ponto de vista moral, não corresponde aos chamados progressos da civilização.

E' certo que assistimos a variadas manifestações a favor da paz, tendentes a evitar todos os males da guerra, mas as perturbações que vamos presenceando e os factos hediondos que mancham, como nunca, a história da humanidade, estão bem longe de corresponder a tanta declamação nesse sentido.

*

* *

A Pátria estava de novo liberta do jugo do invasor graças ao valor do general que a nação aliada e amiga enviara em nosso auxilio.

A Espanha continuava gemendo sob o jugo francês; e vendo o êxito das operações dirigidas por Wellesley em Portugal, manifestou o desejo do seu auxilio. Wellesley, planeando repelir os franceses de tôda a Península, entendeu-se com a Junta Central e com o General La Cuesta, comandante do mais importante nucleo de fôrças do exército espanhol, que lhe prometeram tôda a colaboração.

Passou a fronteira com o seu exército, reforçado com fôrças portuguezas, dirigindo-se para Talavera de la Reina tomando, a 23 de Julho, os seus dispositivos para um ataque geral às posições que o inimigo ali occupava. O General La Cuesta não querendo secundar esse ataque pediu-lhe para demorar a sua acção. Notou-se no entanto a 25 que o inimigo retirava, vendo-se Wellesley impossibilitado de o perseguir por falta de providências da Junta e

ainda pela inacção dos generais espanhóis que não desejavam submeter-se ao comando dum general estrangeiro.

Ficaram assim os franceses com liberdade de movimentos, conseguindo reunir importantes reforços, que se achavam dispersos, e atacar as posições avançadas do General La Cuesta em Torrilhos, obrigando-o a retroceder. Convenceu-o Wellesley a tomar posições em Talavera, mas foi sobre o Exército Anglo-Luso que, no dia 28, se dirigiram os impetuosos ataques do inimigo, que sendo brilhantemente repellido deixou no campo de batalha 10:000 homens e alguns generais.

Wellesley que julgava ir encontrar em Espanha soldados disciplinados como aquêles que comandava, vendo a acção desordenada da Junta Central e a indisciplina das forças espanholas, resolveu passar a adoptar a defensiva e voltar para Portugal.

A vitória do Exército Anglo-Luso não podendo ter grandes vantagens para operações ulteriores, dada a falta de cooperação ordenada, teve talvez grande influencia no exército espanhol, que teve o exemplo duma melhor noção da disciplina e do espírito de sacrifício, que deve existir na força armada.

O próprio General La Cuesta, dirigindo-se ao secretario da guerra, dizia que seria uma grande negligência sua se não lhe communicasse que a conduta do chefe britânico e a dos generais e officiais subordinados tinha sido superior a todo o louvor. Que tinha visto o entusiasmo com que êses fiéis aliados tinham derramado o seu sangue, em copiosas torrentes, em defesa da liberdade.

Alguns não compreendiam uma vitória seguida de uma retirada, mas o procedimento de Wellesley foi como sempre bem justificado,

A Junta Provisional de Espanha, pretendendo galardoar os seus méritos, nomeou-o Generalíssimo dos Exércitos Espanhóis e a nação britânica, continuando a considerar eminentes os seus serviços, concedeu-lhe uma pensão anual de 2:000 libras e vários títulos: entre eles o de Visconde de Wellington de Talavera.

*

* *

Bonaparte não desistia de subjugar a Península e, vendo que Wellington tinha batido os seus generais de maior confiança, forçado a reconhecer-lhe o seu valor, escolheu um general a que atribuía qualidades superiores às dos vencidos, para voltar a invadir Portugal. Escolheu para essa missão o seu—braço direito—o Marechal do Império, Massena, feito por Bonaparte Príncipe d'Esslingen e geralmente conhecido pelo nome de anjo da vitória.

Uma nova invasão com um general de tal fama, e com as fôrças consideráveis que comandava, não podia deixar de causar receios e preocupações, não só a Portugal como à nação britânica.

Estávamos em Julho de 1810 e os franceses acabavam de tomar Ciudad Rodrigo. Massena aí assumiu o comando do exército destinado à invasão e ordenou o reconhecimento das posições do Exército Anglo-Luso que estava concentrado para aquém do Coa. Lançou a sua primeira proclamação em que se intitulava Rei de Portugal e declarava vir executar as ordens de Napoleão, arrojando os ingleses ao mar e enforcando todo o oficial inglês que encontrasse ao serviço dos portugueses. A queda de Ciudad Rodrigo pôs em perigo a nossa Praça de Almeida

que, em virtude de uma explosão que ali se dera, fôra forçada a render-se, facilitando assim o avanço das fôrças de Massena que tomavam a direcção da Guarda e Celorico.

Wellington tendo conhecimento da rendição e da marcha impetuosa do inimigo para o sul, providenciou para que os habitantes das povoações ameaçadas retirassem com os seus haveres e queimassem tudo o que não pudessem transportar e pudesse ser útil ao inimigo. As ordens do generalíssimo foram compreendidas e cumpridas pelo povo português que retirava na frente do invasor, não lhe deixando sôbre a terra mais que os rochedos. Massena via-se assim privado dos recursos da exploração local, sendo forçado a retardar a marcha, por ter que esperar os reabastecimentos vindos da rearguarda, que eram os únicos de que poderia dispor.

Wellington resolveu detê-lo na Serra do Buçaco onde instalou as suas fôrças que, depois de vários ataques parciais, foram atacadas, pelo grôso das tropas francesas, na manhã de 27 de Setembro.

Massena bem tentou, em desesperados assaltos, forçar a posição, mas depois de um dia de luta convenceu-se do valor do Exército Anglo-Luso que, numa heróica peleja, o repelia em tôda a linha. Deixava no campo de batalha 2.000 mortos e cêrca de 8.000 feridos e prisioneiros, entre os quais três generais.

Wellington continuando a evidenciar o seu alto espírito de justiça, num ofício dirigido a Lord Liverpool, dizia que tinha trazido recrutas portuguezes que se tinham mostrado dignos de combater nas mesmas fileiras das tropas britânicas, dando as melhores esperanças de salvar a causa em que estavam empenhados. E referindo-se aos mere-

cimentos do General Beresford, afirmava que elle tinha levantado, formado, disciplinado e apetrechado o exército portuguez que se tinha mostrado capaz de pelejar e derrotar o inimigo.

Massena a-pesar-de vencido não desistia de alcançar o seu objectivo principal — Lisboa — pretendendo para isso tornejar os flancos do adversário.

Wellington tinha que se medir com um general de fama e que ainda dispunha de forças muito superiores às suas. A-pesar-de já lhe ter feito experimentar um importante revés, considerou oportuno retirar-se para as conhecidas Linhas de Tórres, produto da sua genial concepção ^(a) habilmente executada pelo coronel de engenharia inglesa Fletcher.

A população do país continuava a contribuir para a execução do plano de Wellington, abandonando os seus lares e destruindo tudo o que pudesse prestar auxilio ao invasor. Expunham-se assim às maiores calamidades que os governadores se esforçavam por atenuar.

Neste transe a nação inglesa invocando a humanidade e a justiça e reconhecendo tratar-se duma causa que a ambas as nações interessava, veio em auxilio desses infelizes. O seu Parlamento votou 100.000 libras, igual quantia foi oferecida por contribuição voluntária, e ainda importantes auxilios vieram de compatriotas nossos que ali residiam.

A falta de recursos levava Massena a querer abreviar a posse da capital, quando na sua dificultosa marcha para o sul se lhe deparava o adversário guarnecendo as célebres linhas fortificadas. Emprega os maiores esforços para as

^(a) Não devem ser estranhas a tal concepção as lições de Pignorol, considerado o Vauban daquêles tempos.

romper, ou tornear, mas debalde porque Wellington tudo tinha previsto, ficando com a segurança absoluta de que deteria o invasor.

Massena, então, convencido das dificuldades ou do insucesso da sua missão, fortifica-se na frente do adversário, e resolve retirar depois para Santarém, que a 5 de Março de 1811 abandona numa retirada geral. Tendo afirmado que era impossível a defesa da capital, passava a proclamar ao mundo que era impossível o seu ataque.

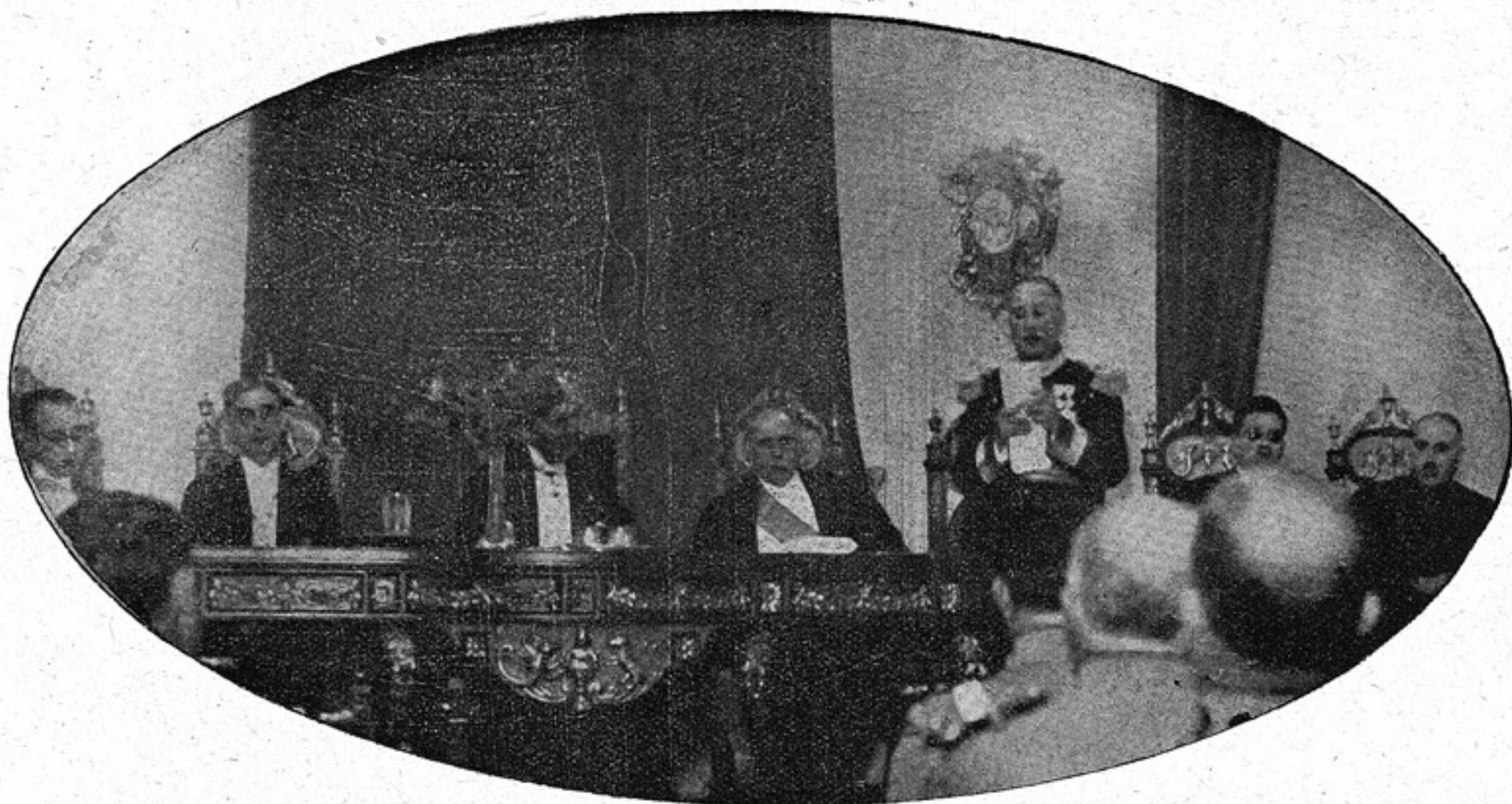
Wellington persegue-o, desfaz-lhe as guardas da rectaguarda e leva-o a uma retirada forçada.

*

* * *

A 4 de Abril estava de novo restaurado Portugal, devido ao patriotismo da sua população, ao valor do Exército Anglo-Luso e sobretudo à alta capacidade do seu Generalíssimo, que soube sempre conduzi-lo pelo caminho da vitória.

Portugal, que fôra sempre uma pátria de heróis, nunca suportara a opressão. Através da história sempre se lhe reconheceu o maior patriotismo; natural era que um tal povo desse largas ao seu entusiasmo, por ver de novo afastadas as grilhetas da escravidão. Mas o seu entusiasmo não era isento de preocupações, pelos receios de novas ameaças, receios que mais se agravaram quando Wellington, sempre calmo e previdente e sem que os louros da vitória o perturbassem, numa proclamação dirigida aos portugueses, mostrava a necessidade de manterem a sua organização defensiva para perigos futuros. Lembrava que os países que se tinham submetido à tirania, não tinham experimen-



ASPECTO DA MESA QUE PRESIDIU À SESSÃO

vendo-se, da esquerda para a direita, os Ex.^{mas} Senhores: Dr. Alberto Ferreira da Silva, Governador civil do Distrito; Dr. Ferrand Pimentel de Almeida, Presidente da Câmara Municipal; Sir Charles Wingfield, Embaixador da Inglaterra; Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo, Presidente do Instituto de Coimbra; General de divisão António Gomes de Sousa, proferindo a sua alocução; Dr. João Duarte de Oliveira, Reitor da Universidade; Dr. Vítor Monteiro Simões, Procurador da República junto da Relação de Coimbra.

tado melhor sorte do que aquêles que tinham resistido. Tinham perdido os seus bens, as suas famílias tinham sido deshonradas, as suas leis violadas, a sua religião banida, e sobretudo encontravam-se privados da honra daquela varonil resistência à opressão, contra a qual os habitantes de Portugal tinham dado tão singulares e felizes exemplos. Que a nação portuguesa ainda tinha riquezas, e que por isso estavam somente removidos, mas não desaparecidos, os perigos que a ameaçavam.

Quando os seus conselhos continuassem a ser seguidos, o resultado seria certo, e a independência de Portugal e a felicidade dos seus habitantes ficariam finalmente estabelecidas com eterna honra da geração de então.

De facto, nem Portugal nem a Inglaterra estavam em segurança, os perigos estavam próximos. Restaurado Portugal, seria preciso restaurar a Espanha, para que elles se afastassem, ou ir ainda mais longe. Assim o concebeu Wellington e assim o executou. Numa epopeia brilhante restaurou a Espanha fazendo ecoar o seu valor e o prestígio da sua espada por todo o Universo.

*

* * *

A invencibilidade francesa tinha sido aceite por tãda a parte. As potências convenciam-se que nem tãdas reünidas poderiam reagir contra as pretensões napoleónicas. Os homens de Estado, numa passividade extraordinária, assim o pareciam admitir. Só depois do Vimeiro uma nova aurora surgiu no mundo, abalando tais conceitos.

Restaurada a Península, as nações, acordadas da sua

letargia, reconhecem que havia um general que a todos poderia conduzir a uma almejada vitória e as do norte resolvem-se então a passar o Reno. O caminho de Paris estava traçado pela gloriosa espada de Wellington. A França, que fôra a invasora universal, passava a ser universalmente invadida.

Wellington passando os Pirinéus avançou de vitória em vitória até Bordéus quando as outras nações, depois de aberto o caminho, entravam em Paris. Napoleão reagiu e foi liquidar de vez as suas aventuras, nos campos de batalha de Waterloo.

Wellington, o glorioso vencedor de tão gigantesca luta, entra então em Paris consagrado como o maior general do seu tempo. Já não era o simples restaurador de Portugal e Espanha, mas o reintegrador do equilíbrio das potências e o salvador da civilização.

Foi em Portugal que se abriu caminho para que se chegasse ao cúmulo de tanta glória.

A lealdade e a valentia portuguesa foi bem aclamada na Inglaterra. No próprio Parlamento levantaram-se bem alto os louros do povo lusitano, que no dizer do Embaixador Inglês, então em Lisboa, se tinha elevado a um cume de eminência moral, que muito excedia a proporção do seu território, população ou poder.

Recordemos pois todos estes factos; prestamos assim uma justa homenagem e avivamos um pouco da nossa história.

A nação inglesa perpetuava num sumptuoso monumento a gratidão ao seu grande herói e o seu Príncipe Regente, numa carta que lhe dirigia, dava graças à Providência por ter bemaventurado o seu país e a si mesmo, com um tal General, Wellington tinha-lhe enviado o bastão dum

Marechal de França, o seu Príncipe retribuía este troféu, mandando-lhe o de Marechal da Inglaterra.

O Parlamento inglês reconhecia que nas épocas mais brilhantes da história nacional, nunca se tinham prestado serviços à Pátria e à Europa, como os devedores ao então Duque de Wellington. Concedia-lhe a pensão anual de 10.000 libras, além das outras pensões já concedidas e mais 200.000 libras para se erigir um palácio para sua residência.

Nos arquivos encontram-se verdadeiros monumentos do valor e das virtudes do insigne militar. A sua fama subiu tão alto, que já não há palavras que mais elevem os seus triunfos; só os poderão recordar e a recordação dos seus feitos é uma justa homenagem e tem oportunidade.

A crise por que passa a Europa talvez tenha certas analogias com o que se passava no século passado. Então foram as ambições dum homem que a perturbaram, hoje são os ódios daquêles que nunca aceitaram a moral de dezanove séculos. Então surgiu um génio militar, que num impulso saído de Portugal soube resgatar a Europa; hoje basta que as nações que prezam a sua história e a sua moral queiram acordar; de contrário, só outro Wellington, num novo impulso saído dum país, cioso das suas tradições, poderá conseguir que elas sejam reintegradas na sua civilização.

Terminada esta oração, repetidas vezes apoiada, e vibrantemente aplaudida, foi dada a palavra ao presidente da Câmara Municipal, Professor Ferrand Pimentel de Almeida, sócio do Instituto de Coimbra, que se ocupou da cultura inglesa em Portugal num brilhante improvisado em que desenvolveu proficientemente este assunto.

Esta académica oração foi coberta por entusiásticos aplausos. Em seguida foi dada a palavra ao Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, director da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e vice-presidente do Instituto de Coimbra:

DANIEL SHARPE E OS PRIMEIROS ESTUDOS GEOLÓGICOS
EM PORTUGAL

Mais rigorosamente, o meu pequeno trabalho deverá indicar-se por: «Daniel Sharpe e o início dos estudos da estratigrafia portuguesa».

Entre os fundadores desta ciência prova entre as ciências que é a geologia, à Grã-Bretanha pertencem alguns dos mais notáveis: James Hutton e Palayfair desenvolvem a concepção das *causas actuais*, de que o presente contém as bases da interpretação do passado; Lyell, que os continuou, foi o genial animador dos estudos geológicos sob as fórmulas do Uniformitarianismo. A influência de Lyell só é comparável à de Charles Darwin, cujos dois capítulos sobre geologia na sua «Origem das Espécies» produziram uma profunda revolução nos princípios fundamentais da geologia estratigráfica.

Ora nos fins do século XVIII e nos primeiros anos do século seguinte, Portugal não vivia em vil ignorância do movimento científico europeu: o cooperador do Duque de Lafões na fundação da Academia das Ciências de Lisboa, secretário perpétuo dessa Academia, o P.^e Correia da Serra, publicou em 1804, em francês, a «Memória ou vista rápida sobre o estado das ciências e belas letras em Portugal durante a última metade do século passado», memória

que contribuiu para engrandecer o bom nome do país nos grandes centros de cultura.

No princípio do século XIX, não devemos esquecer-lo, ensinavam em Coimbra — Félix de Avelar Brotero e José Bonifácio de Andrada e Silva. Mais tarde, como sucessor de José Bonifácio, era professor de mineralogia na velha Universidade portuguesa o Doutor Barjona cuja orientação a par da que lá por fora dominava no seu tempo é testemunhada pelas engenhosas «Táboas para a determinação dos minerais».

Mas não é da influência daquêles grandes nomes da geologia inglesa sôbre o desenvolvimento dos estudos geológicos em Portugal que pretendo occupar-me. Vou lembrar um exemplo do interêsse que lhes votou um cultor entusiasta da estratigrafia, como era concebida pelo seu compatriota, o ilustre William Smith.

Em 1807 fundou-se a Sociedade Geológica de Londres — «para investigar a estrutura mineral da Terra» como se anunciava, e cuja influência foi decisiva, num tempo em que as discussões entre Neptunistas e Plutonistas continuavam com ardor, mas em que também muitos geólogos se alheavam delas, devotando a sua actividade científica a *accumular factos* relativos à história da terra, de preferência a elaborar complicadas teorias para a sua interpretação.

Dos extensos e luminosos trabalhos de William Smith constitui perfeita síntese o grande mapa geológico da Inglaterra. Na memória que o acompanha vem uma representação tabular dos estratos com a indicação dos fósseis mais característicos de cada formação. Em 1831 a Sociedade geológica de Londres conferiu-lhe a primeira medalha Wallaston e o Presidente, Adam Sedgwick, proclamou-o verdadeiro fundador da geologia inglesa.

Daniel Sharpe cultivava a geologia estratigráfica como discípulo de William Smith; e, viajando em Portugal, leva perante a Geological Society, em 1832, algumas notas sobre os estratos na vizinhança de Lisboa e «em Janeiro de 1839, lê-se ali a notável comunicação «sobre a geologia nos arredores de Lisboa», publicada em 1841.

Merece esse trabalho análise demorada: têm grande interesse as observações petrográficas e paleontológicas das formações sedimentares, a tentativa para lhes dar o seu lugar na coluna estratigráfica, com o reconhecimento da impossibilidade de inteiramente nisso se subordinar à classificação que se ia adoptando para as da Inglaterra ou da França.

A memória abrange as rochas ígneas. Estuda as relações dos basaltos com as formações secundárias e terciárias; a situação dos granitos da Serra de Sintra, rompendo através das massas secundárias e exercendo sobre elas profundas acções metamórficas.

Para Sharpe já era evidente que a grande massa basáltica da região em torno de Lisboa teve a sua erupção depois do depósito das últimas formações secundárias e antes das primeiras sedimentações terciárias.

*

* *

Reparte as formações sedimentares em *terciárias* e *secundárias*.

As primeiras aparecem-lhe como inteiramente de sedimentação marinha e formadas em ordem descendente, por

1—Areias terciárias superiores.

2—Camadas de Almada: calcáreos, margas e argilas.

3—Conglomerados terciários inferiores.

Imaginava que se estenderiam de Abrantes à foz do Tejo e sobre a vasta área entre Lisboa e Alcácer do Sal, reconhecendo, de um modo geral, o que agora chamamos a bacia terciária do Tejo e do Sado.

As areias recobrem quasi toda a bacia terciária com uma espessura média de 60 a 70 metros; e os seus estratos quasi horizontais não lhe sugeriam a idea de deslocamentos. Parecia-lhe uma extensa formação normalmente desenvolvida sobre as camadas de Almada, só as excedendo entre a lagoa de Albufeira e o Cabo Espichel, para assentar em discordância sobre estratos secundários.

Não encontrou fósseis nestas areias. São auríferas e como tais aproveitadas na região costeira da Adiça, a uns dez quilómetros ao sul da foz do Tejo.

À uniformidade desta formação contrapunha a variedade petrográfica das camadas de Almada, ricamente fossilíferas. Abriam-se ao seu estudo, ao sul do Tejo, no alcantilado que orla o rio, da Trafaria a Cacilhas.

Ao norte do Tejo, a começar na costa perto de S. Julião da Barra, desenvolvem-se afloramentos isolados coroados as formações secundárias ou os conglomerados terciários, para, a partir de Alcântara, formarem a base da cidade de Lisboa e da região que dela se estende para o norte quasi até Alverca. Via, dentro da cidade, o limite ocidental das camadas de Almada seguir ao longo da Rua de S. Bento, em discordância sobre os calcários secundários. Afloramentos isolados eram considerados por Sharpe, a ocidente do vale do Tejo, perto do Cartaxo, Santarém, Tomar e Abrantes. Do lado oriental da bacia terciária ignorava a sua existência, mas attribuía a estas camadas a colina de Alcácer do Sal.

É muito curiosa a descrição feita por Sharpe da região montanhosa da Arrábida, de Setúbal ao Cabo Espichel, com a orla oriental, entre aquela cidade e Palmela, constituída por um afloramento das camadas terciárias de Almada.

Um verdadeiro conglomerado de base suporta as *camadas de Almada*, com o maior afloramento na parte ocidental do anterior, flanqueando o estreito vale que passa, entre Odivelas e o Lumiar, para Bemfica.

*

* *

Em parte alguma, dizia Sharpe, é mais nítida do que nas vizinhanças de Lisboa, a separação entre as formações secundárias e terciárias. As primeiras foram deslocadas, cortadas pela erosão, antes que as outras se depositassem; e a separação é ainda mais acentuada pela extrusão do imenso manto basáltico, acompanhando naturalmente os deslocamentos dos estratos secundários e formando depois os materiais detríticos dos terciários inferiores.

A complexidade das formações secundárias não permitia apreender, em estudos que se iniciavam, e no tempo de que Sharpe dispôs, as relações estratigráficas que levariam anos a estabelecer.

Reconheceu a sua classificação dentro dos seguintes grupos petrográficos: 1—Calcáreos com *hipurites*; 2—Arenitos vermelhos; 3—Calcáreos de Espichel; 4—Argilas; 5—Calcáreos de S. Pedro; 6—Conglomerado vermelho, antigo.

Os calcáreos com *hipurites* parecia-lhe variarem de calcáreos argilosos aos mais belos mármore, coroando

colinas na região ao norte de Lisboa e dando a essa região os seus aspectos mais característicos.

Com maior desenvolvimento se apresenta a formação inferior, dos arenitos vermelhos, contínua da Alhandra à costa, ao norte de Colares e para o norte a alongar-se até Leiria.

Em tôrno da Serra de Sintra via a formação arenosa a assentar sôbre calcáreos, que formariam um possante conjunto. Considerava-os homólogos dos do Cabo Espichel, e daí lhes deu o nome.

A ocidente da Serra de Sintra, constituíriam afloramentos argilosos do Ramalhão e do Linhô, uma exposição dos terrenos inferiores aos calcáreos do Espichel, e teriam, por seu turno, como anteriores as camadas calcáreas de S. Pedro, em relação directa com os granitos, que as teriam marmorizado por profunda acção metamórfica de contacto.

O poder de observação de Sharpe revela-se também na verificação das associações das rochas sieníticas e porfíricas aos granitos de Sintra, no reconhecimento de diques e veios cortando a massa granítica no tôpo ocidental da Serra.

A memória de Sharpe termina por um claro estudo sôbre as acções geológicas, tão leves, do terramoto de 1755.

*

* *

Mais tarde, em 1849, publicou uma segunda memória sôbre tôda a orla mesozóica ocidental. Era um trabalho ericado de dificuldades; arrastando a naturais confusões sôbre a posição das diversas massas pológicas na coluna estratigráfica, a variedade das *facies*, especialmente do conjunto das formações cretácicas.

Mas estava aberto o caminho. Foram as publicações do sábio inglês que serviram de base aos estudos de Carlos Ribeiro. Vemos o grande geólogo português nos seus primeiros passos auxiliado por Sharpe, sendo curioso citar a publicação da correspondência trocada entre os dois, publicada nos primeiros volumes da nossa revista. Tem realmente o *Instituto* a honra de conservar nas suas primeiras fôlhas os documentos valiosos e interessantes sôbre as relações dos dois geólogos.

«O discípulo foi muito além do mestre», são palavras de Paul Choffat, a quem estava reservado renovar os trabalhos de Sharpe, sôbre o secundário português.

Em 1852 Carlos Ribeiro foi nomeado chefe do serviço de minas, em 1857 era o fundador da Comissão do serviço geológico em Portugal.

Esta douta conferência foi coroada com intensos aplausos, após o que foi dada a palavra ao Professor da Faculdade de Ciências Diogo Pacheco de Amorim, deputado à Assembleia Nacional e secretário do Instituto de Coimbra:

RELAÇÕES COMERCIAIS DE PORTUGAL COM A INGLATERRA

Ex.^{mo} Sr. Embaixador de S. M. Britânica
Ex.^{mo} Sr. Reitor da Universidade
Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal
Ilustre Presidente do nosso Instituto
Minhas senhoras e meus senhores:

Remontam à mais alta antiguidade as relações comerciais das populações costeiras do Ocidente peninsular com os habitantes das Ilhas Britânicas. Desde tempos remotis-

simos que as minas de Inglaterra forneciam às populações mediterrânicas o estanho indispensável para a preparação do bronze. Bastará dizer que as minas de estanho da Gran-Bretanha estiveram em permanente actividade durante mais de 4.000 anos, para se fazer ideia da sua influência na história económica da Europa. Duas foram antigamente as vias comerciais do estanho: uma que partia de Marselha e seguia, por terra, através das Galias; outra, marítima, que atravessava as Colunas de Hércules, e seguia pelas costas ocidentais da Península Ibérica. Esta via comercial ligou as cidades e populações marítimas do ocidente peninsular ao litoral britânico, desde a mais remota antiguidade. A invasão árabe veio interromper o contacto estabelecido, mas não por muito tempo, porque a pirataria dos normandos e doutros povos do Norte, seguida do movimento das Cruzadas, logo reataram as velhas relações do ocidente peninsular com as ilhas britânicas. Pode mesmo dizer-se que tiveram aí o seu comêço as relações políticas e económicas que tão fundamente haviam de influir na história de Portugal e da Inglaterra. Para o restabelecimento dessas relações muito deviam ter contribuído os cruzados inglêses que em Portugal se estabeleceram definitivamente após a conquista de Lisboa e de outras cidades do litoral. Por outro lado sabe-se, pelo cronista e geógrafo árabe Edrisi (1) que visitou Lisboa e outras terras da Península pouco antes desta cidade ser conquistada por D. Afonso Henriques, que nos portos da Espanha mourisca havia grande actividade comercial e sumo gôsto pelas viagens por mar. Fala até o mencionado cronista duma viagem de

(1) Citado por Edgar Prestage, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, pg. 4.

exploração do oceano que oito aventureiros de Lisboa fizeram para ver quais as suas dimensões e o que havia dentro d'ele! Natural é que, conquistada Lisboa, as navegações que até então se faziam para as costas mouriscas do Sul, passassem a fazer-se para as terras cristãs do Norte. A necessidade de manter a actividade comercial das cidades marítimas após a sua conquista pelos cristãos a isso forçava. O certo é que há notícia ⁽¹⁾ de um barco português ter naufragado na costa flamenga em 1194, e na lei promulgada por D. Afonso III em fevereiro de 1252 ⁽²⁾, aparecem mencionadas certas mercadorias vindas dos portos do Norte e entre elas diversas qualidades de panos ingleses e jóias de ouro e prata de Londres. A citação destas mercadorias num tal documento mostra que o seu uso não era recente, mas antigo, visto o seu consumo ser geral.

Diz um autor inglês que grande parte do comércio de Portugal com a Inglaterra era então feito pelos pescadores portugueses que iam pescar às costas britânicas e em seguida trocavam o pescado por lanifícios que traziam para Portugal. Acrescenta o mesmo autor que foram esses mesmos pescadores que introduziram em Inglaterra o gosto pelos nossos vinhos. Levavam eles, a bordo dos seus barcos, vinho para gasto e, movidos pela bizzarria tão própria do nosso feitio, algum levavam também para presentear os seus amigos e clientes ingleses. E o vinho que a princípio servira apenas para presentes graciosos, com o andar dos tempos passou a ser aceite como *trocós* na permuta do pescado pelos lanifícios, para mais tarde passar a mercadoria autónoma.

(1) J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, pág. 28.

(2) V. João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas etc.*, tom. III, P. II, pg. 60 e seguintes.

O que é positivo é que os pescadores portugueses iam em grande número pescar às costas de Inglaterra e que esse negócio era tão importante que no Tratado de Comércio feito por Eduardo III de Inglaterra com os negociantes portugueses em 1353, há um artigo⁽¹⁾ que salva-guarda dum modo especial os interesses dos portugueses que vão pescar às costas da Inglaterra e da Bretanha.

E também é certo que nos fins do século XIII já os vinhos portugueses gozavam de grande crédito no público inglês, visto que existe um documento de 1294 onde o vinho português figura entre os géneros comprados para as festas da entronização⁽²⁾ do arcebispo Roberto Win-chelsea realizada em 1295.

Apesar das distâncias, e dos riscos da pirataria, as relações comerciais de Portugal com a Inglaterra eram já suficientemente importantes nos fins do século XIII, para justificarem o tratado de aliança de 1294, feito pelo nosso rei D. Deniz com Eduardo I de Inglaterra.

Os portugueses procuravam trazer das Ilhas Britânicas sobretudo as lãs que foram sempre em qualidade as primeiras da Europa, como aliás ainda são hoje. As lãs, os metais, armamento, cavalos, levando em troca peixe, vinho, sal, trigos, azeites e em geral substâncias alimentícias.

E' de notar que no século XIII e ainda na primeira metade do XIV, o comércio de Portugal com a Inglaterra era feito principalmente, para não dizer quasi exclusivamente, por mercadores portugueses. Muitos são os nomes de negociantes portugueses⁽³⁾ que figuram na Carta Mer-

(1) E' o oitavo. V. *Quadro Elementar* do Visconde de Santarém, tom. XIV, pg. 47.

(2) Ver André Simon, *Port*, 1934, pg. 17.

(3) Simon, l. c., pg. 18.

catória de Eduardo I, e em outros documentos oficiais, destinados a conferir liberdades e previlégios aos mercadores neles mencionados. Dum modo geral, pode dizer-se que o comércio externo de Inglaterra até ao fim da primeira metade do século XIV, era feito principalmente por estrangeiros favorecidos com previlégios e liberdades que os colocavam em situação de superioridade a respeito até dos próprios naturais (1).

Em 1353, Eduardo III quis acabar com esta anomalia, pondo os mercadores inglêses em pé de igualdade com os seus concorrentes estrangeiros, mas a baixa do rendimento das alfândegas obrigou-o a retirar aos naturais as facilidades que lhes tinha concedido (2). Porém esta situação de inferioridade do comércio inglês ia mudar rapidamente. Logo no reinado de El-Rei Dom Fernando, o número de negociantes inglêses que residiam ou vinham negociar em Lisboa, era tão importante que este monarca lhes concedeu um juiz privativo para as suas causas comerciais.

Por ser o primeiro diploma legislativo respeitante aos comerciantes inglêses residentes em Portugal, vamos lê-lo tal como se encontra em um manuscrito do séc. XVIII que possuímos e em que está compilada tãda a legislação, em vigor em 1645, respeitante aos mercadores inglêses: «Dom Fernando, etc. A vós, Fernão Rodrigues, Juiz por mim dos feitos de minha Alfândega de Lisboa, ou outro qualquer que depois vós for Juiz, Saude. Sabede que eu, querendo fazer graça aos Mercadores ingleses naturais do

(1) Os comerciantes portugueses não eram dos menos favorecidos. Veja-se a carta de Eduardo II a D. Diniz, de 3 de Outubro de 1308, e também o tratado de 1353, em Visconde de Santarém, l. c. pg. 21 e 29, respectivamente.

(2) V. Conde de Vila Franca, *Dom João I*, pg. 241.

Reyno de Inglaterra e do Senhorio do Principe de Galles, dou-lhe a vós por Juiz nos feitos que elles tiverem com algũas pessoas do meu Senhorio sobre algũas mercadorias que comprarem e venderem dessas pessoas ou pessoa delle porque vos mando que vós ou qualquer que em vosso lugar estiver, conheçades dos ditos feitos e demandas que entre elles com os sobreditos houver ou vós, sob dito com elles, em razão das ditas mercadorias, como dito he; e mando que, daqui em diante, não tome outrem conhecimento delas, salvo vós, dito Fernão Rodrigues, ou qualquer, em vosso lugar, por mim juiz na dita Alfandega estiver, e al não façades e em testemunho disto lhe mandei dar esta minha carta. Dante em Lx.^a em 29 de Out.^o El-Rey o mandou por Afonso Domingues e Fernão They (?) meos vassalos. Estevam Ennes a fez. Era de 1405 (1)» ou seja, ano de 1367.

*

* * *

Ao findar a 1.^a Dinastia, o comércio marítimo de Portugal tinha atingido tão alto grau de desenvolvimento que Fernão Lopes diz ser freqüente vêr surtas no Tejo para cima de 450 naus!

Este progresso não foi apenas devido à repressão dos actos de pirataria recíproca entre portugueses e ingleses, repressão essa tão porfiadamente levada a cabo pelos monarcas de Portugal e da Inglaterra através de tôda a 1.^a

(1) Borges de Castro, na *Colecção dos Tratados, etc.*, tom. I, pg. 206, traz esta carta de D. Fernando com ligeiras variantes, mas com o nome de D. Afonso. Ver a nota da pg. 204 do mesmo vol.

Dinastia; mas principalmente a uma invenção sem a qual seria impossível o desenvolvimento do comércio marítimo assinalado por Fernão Lopes. Refiro-me à descoberta do leme de eixo, feita porventura nos começos do século XIII, segundo recentes investigações do Comandante Lefebure des Noëttes (1).

Desde a mais remota antiguidade que a navegação não fazia progressos, antes parecia retroceder, porque as armadas de Guilherme o Conquistador eram tècnicamente inferiores, diz aquêle illustre oficial da Marinha Francesa, eram tècnicamente inferiores às dos Romanos; e as de estes, por sua vez, raras vezes igualavam as dos Cartagineses. A razão dêste marasmo, acrescenta o mesmo official, provinha de os Egípcios terem levado ao máximo o aperfeiçoamento do único leme então conhecido—o leme-remo ou *espadela*. Com essa forma de direcção, os navios não podiam exceder 50 toneladas, não passando em geral das 30; a navegação tinha de fazer-se de dia, ao longo da costa e só durante o verão. Era essa a razão do grande número de navios necessários para deslocar um pequeno exército. Os cruzados que ajudaram D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa, eram cêrca de 10.000 e vinham embarcados numa armada de 380 velas: menos de 30 soldados por navio!

Com a descoberta do leme de eixo, feita por um génio cujo nome se ignora, as possibilidades da navegação iam mudar por completo. Data de 1242 o documento mais antigo até hoje conhecido em que aparece pela primeira vez desenhado um barco com leme de eixo. É um comentário do Apocalipse existente em Breslau(2). Documento

(1) *De la Marine Antique à la Marine Moderne*, Paris, 1935.

(2) V. Lefebure des Noëttes, l. c. fig. 75.

coevo em que se fale expressamente dessa extraordinária invenção, não se conhece.

O documento mais antigo que vi, donde possa inferir-se estar já em uso entre nós o leme de eixo, é a Carta de D. Denis, de 10 de Maio de 1293 (e portanto ainda do séc. XIII) em que, para efeito do pagamento de certos impostos «todalas Barcas que fossem de cem tonees acima e carregassem nos pòrtos de meos Regnos pera em Frandes, ou pera Engraterra, ou pera Lormandia, ou pera Bretanha, on pera Arrochela, que pagassem vinte soldos destiliis e as outras barcas que forem de cem tonees a fundo que pagassem dez soldos destiliis...»⁽¹⁾.

Por êste documento se vê que nos fins do séc. XIII, já sulcavam as águas portuguesas numerosas naus cuja tonelagem era incompatível com o leme-remo. Esta invenção já era entre nós conhecida, portanto, muitos anos antes da publicação desta carta.

Foram os progressos introduzidos nas construções navais por êste invento que permitiram o rápido desenvolvimento do comércio marítimo do século XIV e nos aproximaram dos mercados ingleses, tornando possível e até fácil, o estreitamento das relações comerciais e políticas tão desejadas pelos soberanos dos dois países.

A influência decisiva dessas relações comerciais e políticas, ia logo fazer-se sentir durante a crise aberta pela morte de El-Rei D. Fernando. Basta ler a Crónica de D. João I de Fernão Lopes para se avaliar da importância política que tiveram, nesse grave momento histórico, as relações comerciais de Portugal com a Inglaterra.

(1) João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas*, tómo III, parte II, pág. 179.

A riqueza da burguesia de Lisboa e Pôrto não bastou para financiar o início da guerra contra Castela. Se não fôsse a ajuda pronta e generosa do comércio de Londres que logo forneceu o dinheiro e os créditos necessários para o recrutamento das tropas feito na Inglaterra pelos embaixadores portugueses, e para a compra de armas e mantimentos que em Portugal faltavam, a causa do Mestre teria morrido logo à nascença por falta de recursos. A importância dessas relações comerciais ficou bem vincada no tratado de Windsor, de 9 de Maio de 1386, em cujo art.º 2.º se estipulava a recíproca liberdade de comércio para os súbditos dos reis de Inglaterra e Portugal⁽¹⁾. Quatro anos depois, justamente no ano em que entrava para a Ordem da Jarreteira, D. João I publicava uma Carta, com a data de 9 de Maio, concedendo aos mercadores ingleses os mesmos «privilégios e liberdades que para os genoveses e presentes mercadores que vêm a estes reinos e a cada um dos lugares dêle...»⁽²⁾. Por esta Carta os mercadores ingleses não podiam ser excedidos em privilégios por nenhuns mercadores estrangeiros, porque as regalias que fôsem concedidas aos mercadores das outras nações se lhes applicavam a êles por fôrça desta Carta. A Inglaterra ficava sendo em Portugal, neste particular, a nação mais favorecida.

Estas e outras medidas tomadas pelos soberanos de Portugal e de Inglaterra, os progressos que as construções navais iam fazendo dia a dia, e além disso o desenrolar vagaroso da Guerra dos Cem Anos, contribuíram podero-

(1) Ver Visconde de Santarém, *Quadro Elementar, etc.* vol. XIV, pág. 87.

(2) Borges de Castro, l. c. pág. 206.

samente para desenvolver o comércio de Portugal com a Inglaterra nestes tempos. Sobretudo a exportação dos vinhos portugueses para a Grã-Bretanha cresceu extraordinariamente. Já nos fins do século XIV se despachavam para os portos ingleses navios de grande tonelagem carregados só de vinho. Mas com a perda dos vinhedos da Gasconha, resultante da Guerra dos Cem Anos, a Inglaterra passou a ser para os vinhos portugueses um esplêndido mercado. Só nos anos de 1465 e 1466, entraram no porto de Bristol (1) seis navios que descarregaram cerca de 500 tonéis de vinho ou sejam mil pipas, o que, para o tempo, era extraordinário, diz o sr. Edgar Prestage. Por sua vez a entrada dos panos ingleses aumentava em Portugal. Era esse mesmo o principal negócio dos mercadores ingleses nêle residentes, como se depreende dum capítulo das queixas apresentadas pelos ditos mercadores a D. Afonso V:

«E outro sim a V.^a Senhoria saberá que nós recebemos muitos agravos e grandes perdas pelos vossos naturais e isto pelas muitas perlongas rezões e demandas em que nos trazem aqueles que de nós compram nossos panos e mercadorias, especialmente judeus, porque a maior parte deles são conjuntos e afeiçoados com os que tem cargo de julgar que com eles não podemos percalçar direito, entanto que nos retem nossos dinheiros que nos devem com que tratamos nossas mercadorias, um ano, dois e três, trazendo-nos assim em demandas.»

A afluência de mercadores estrangeiros a Lisboa au-

(1) Edgar Prestage, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, pág. 4.

mentou, como era natural, com as nossas descobertas e D. Manuel foi pródigo em conceder privilégios que os atraíssem. Sirva de exemplo a Carta régia de 7 de Fevereiro de 1495, dando a uma poderosa companhia alemã os «privilégios e liberdades que pedia»⁽¹⁾, «os quais, diz a mesma carta, a nenhuns outros, nem aos nossos subditos ainda foram concedidos». Por esta Carta ficou a companhia alemã em melhores condições de negociar em Portugal, do que os próprios portugueses. E como consequência da Carta já mencionada de D. João I, o mesmo ficava sucedendo aos mercadores ingleses.

A descoberta da costa africana, do caminho marítimo para a Índia e do Brasil, veio dar ao comércio externo português uma expansão nunca vista nem jamais igualada. O açúcar das Ilhas e do Brasil, o marfim e o ouro da costa de África, as sedas, as especiarias e as gemas do Oriente, tudo isso era procurado em Lisboa pelos navios das nações do Norte, ou lá levado pelas nossas naus. Mas a-pesar-da revolução causada no mundo comercial pela chegada dos produtos exóticos, nem por isso declinou a nossa exportação de vinhos para a Inglaterra, nem a importação dos panos ingleses. O século XVI foi até a idade de ouro⁽²⁾ dos nossos vinhos verdes que eram então os preferidos pelo público britânico. A exportação fazia-se pela barra de Viana do Castelo e o grande mercado desses vinhos, tanto pela abundância como pela qualidade, era a vila de Monção. Em cada uma destas terras havia uma feitoria inglesa. Da de Monção, ainda restam vestígios.

(1) Borges de Castro, l. c. pág. 207.

(2) Ver uma comunicação feita ao Instituto de Coimbra pelo Dr. Figueiredo da Guerra e publicada no *Jornal Hortícola-Agrícola*, de Janeiro de 1903 (citado por Simon—l. c.).

*

* *

Durante o Governo Filipino, a aliança anglo-lusa sofreu um eclipse e nós, de amigos e velhos aliados que éramos de Inglaterra, passámos a ser, mau grado nosso, seus inimigos. Felipe II expulsou de Portugal todos os negociantes ingleses. As relações comerciais de Portugal com a Inglaterra afrouxaram, como era natural, e o comércio dos nossos vinhos foi muito prejudicado com isso e com a concorrência desleal que lhe faziam os vinhos espanhóis (1). Logo que subiu ao trono, Jaime I de Inglaterra fez as pazes com a Espanha. Mas a-pesar-disso, o comércio anglo-português só se restaurou completamente depois da revolução de 1640.

*

* *

A 21 de Janeiro de 1641, mês e meio depois da proclamação da independência, publicava D. João IV uma provisão sobre o comércio em geral, em que restabelecia os privilégios e garantias dos negociantes estrangeiros e em especial das nações do Norte. Ficou assim em vigor o chamado foral antigo dos ingleses, constituído pela carta de D. Fernando de 29 de Outubro de 1367; pela carta de D. João I de 10 de Agosto de 1400; pela de D. Afonso V de Março de 1452; e pela de D. Manuel de 7 de Fevereiro de 1495. Pelo tratado de 1654, todos estes privilégios fo-

(1) Simon, l. c. pág. 21.

ram mantidos e outras facilidades foram dadas aos comerciantes ingleses no Continente e no Ultramar. Emfim, as relações comerciais anglo-portuguesas estavam de novo em pleno vigor e a entrada dos vinhos portugueses em Inglaterra tornou-se tão notável que, nos fins do século XVII, no dizer dos autores ingleses do tempo, poucas eram em Londres as casas de bebidas, onde se não vendesse vinho do Pôrto (1). Durante o reinado de Guilherme III, a voga do vinho do Pôrto alastrou de tal modo na Grã-Bretanha que os vinhos franceses quasi foram postos fora do mercado inglês. Para tal êxito contribuíram dois factos: as hostilidades anglo-francesas e o declínio do consumo do bacalhau na Inglaterra. As hostilidades anglo-francesas, ora se traduziam em campanhas militares que dificultavam os embarques dos vinhos franceses para Inglaterra; ora em guerras de tarifas, que sobrecarregavam os vinhos franceses com direitos especiais. A baixa do consumo do bacalhau em Inglaterra, proveniente do abandono progressivo das antigas práticas dos jejuns das temporas e da quaresma, forçava os armadores ingleses à conquista do mercado português. E como o comércio internacional é, no fundo, uma troca de produtos, para que nós pudéssemos comprar mais bacalhau à Inglaterra, era preciso que lhe vendéssemos mais vinho (2). Assim explica André Simon, autor francês, o aumento de consumo dos vinhos portugueses em Inglaterra nos fins do século XVII e princípios do século XVIII.

Não nos parece, porém, completa esta explicação de André Simon, e mais se nos afigura feita adrede para

(1) Simon, l. c., pg. 33, *in fine*.

(2) Simon, l. c., pg. 31 e 32.

depreciar o Tratado de Methuen, de tão graves conseqüências para os vinhos franceses. É sabido que, durante o século XVII, se deu uma profunda mudança de paladar no público inglês que aos vinhos de mesa franceses e até portugueses, pouco alcoolicos, passou a preferir vinhos de graduação alcoolica elevada, mais apropriados ao clima húmido e frio da Gran-Bretanha. O abandono do consumo de peixe salgado não devia ser estranho a esta mudança e é até de presumir que fôsse a sua causa. E é nesta mudança que se deve procurar o sucesso dos vinhos do Pôrto, pois que é o gôsto do consumidor quem decide da venda dos produtos.

Fôsse como fôsse, o certo é que, no fim do século XVII, já os vinhos portugueses estavam senhores do mercado inglês. E isto a-pesar-da guerra às fazendas estrangeiras que a política de fomento industrial do Conde da Ericeira vinha fazendo com as leis pragmáticas desde 1677, chegando a ser proibida a importação de certas fazendas estrangeiras consideradas de luxo. A-pesar-destas medidas proteccionistas que affectavam bastante o comércio inglês, a Grã-Bretanha continuava a receber os nossos vinhos sem lhes pôr o menor embaraço, antes favorecendo-os carregando nos direitos de entrada os vinhos franceses.

Estavam as coisas neste pé quando foi negociado, a pedido do Governo português, o célebre tratado de 27 de Dezembro de 1703 que ficou conhecido na história pelo nome do Embaixador Inglês que o negociou, John Methuen. Consta esse tratado de três artigos que passamos a ler:

Art.º 1.º — Sua Real Magestade Portuguesa promete, tanto em seu nome, como no de seus sucessores, admitir de futuro e para sempre em Portugal os panos e outras

manufacturas de lã da Grã-Bretanha, como o tinham sido até que foram proibidas pelas leis; porém sob condições:

Art.º 2.º — Que Sua Real Magestade Britânica será obrigada, em seu nome e no dos seus sucessores, a admitir na Grã-Bretanha de futuro e para sempre os vinhos *abafados* de Portugal; de forma que em tempo algum, quer haja paz ou guerra entre os reinos da França e da Gran-Bretanha, não será exigido qualquer coisa a mais por esses vinhos, sob o nome de alfândegas ou direitos, ou sob qualquer outro título, directa ou indirectamente, quer sejam introduzidos na Gran-Bretanha, em pipas ou em barris ou em outras vasilhas, do que o que será exigido pela mesma quantidade ou medida de vinhos franceses, deduzindo-se ou abatendo-se um têrço dessa alfândega ou direito; mas, se em qualquer tempo fôr derogada ou prejudicada esta redução ou abatimento da alfândega, que terá lugar, como é dito acima, então Sua Real Magestade terá de novo o direito e a liberdade de proibir os panos e outras manufacturas de lã britânicas.

Art.º 3.º — Que os plenipotenciários prometem e tomam sôbre si, que seus amos ratificarão este tratado e que no prazo de dois meses se passarão as ratificações (1).

Como se vê, o Tratado de Methuen veio consagrar os dois ramos de negócio que, desde os recuados tempos da nossa primeira dinastia, se mostraram os mais essenciais do comércio anglo-português: as lãs da Grã-Bretanha e os vinhos de Portugal.

Debaixo do ponto de vista da ciência económica, nada de mais perfeito e claro, e por isso Adam Smith lhe de-

(1) Visconde de Santarém, l. v., tom. XVIII, pg. 244 e Borges de Castro, l. c., pg. 192, tom. II.

dica um capítulo quasi inteiro da sua obra, aliás para o combater como prejudicial aos interesses ingleses. Do Tratado de Methuen diz Edgar Prestage que é o mais curto, o mais simples, e talvez o mais famoso tratado de comércio de que há memória.

Se debaixo do ponto de vista teórico, o Tratado de Methuen se impõe, debaixo do ponto de vista pratico as opiniões divergem.

Para os franceses, o fim do Tratado de Methuen era a guerra económica contra eles, que na Inglaterra vendiam os seus vinhos com prejuizo dos nossos; e a nós, nos vendiam as suas lãs, com prejuizo das inglesas. Pelo Tratado de Methuen, a Inglaterra levaria de Portugal os vinhos de que precisava; Portugal compraria na Inglaterra as lãs finas que não tinha; a França deixaria de perturbar com a sua concorrência os mercados portuguezes e os ingleses. Nada mais inteligente, nem mais lógico, para ingleses e portuguezes...

Diz um autor francês contemporâneo ⁽¹⁾ que, durante a guerra com Guilherme III, a França não tivera possibilidade de vender vinhos na Inglaterra, nem lãs em Portugal e que, por fôrça do Tratado de Methuen, o mesmo sucedera depois dela. «A chamada paz de Utrecht, continua o mesmo autor, não conseguiu restaurar a verdadeira paz entre as nações, devido principalmente à impossibilidade de remover as bases da guerra económica estabelecidas pelo velho John Methuen em Dezembro de 1703».

Para portuguezes e ingleses, não pode fazer-se maior elogio do Tratado de Methuen.

Os criticos portuguezes, salvo raras excepções viram o Tratado de Methuen através de óculos... franceses.

(1) A. Simon, l. c., pg. 28.

Dizem êssês críticos que o Tratado de Methuen, sem favorecer os nossos vinhos, arruinou as nossas indústrias. Ora a verdade é que o Tratado de Methuen não arruinou, nem podia arruinar, as nossas indústrias (1), porque êle só interessava verdadeiramente aos lanifícios de luxo e nós nem então, nem hoje, podemos fabricar lanifícios de luxo, porque nos faltam as matérias primas necessárias e os técnicos indispensáveis. Qualquer indústria que então, ou hoje, se montasse nesse sentido, só poderia prosperar à sombra de direitos alfandegários proibitivos, que o mesmo é dizer que não passaria nunca duma indústria parasitária, e jamais seria uma indústria economicamente proveitosa e portanto socialmente útil.

Também não é verdade que o Tratado de Methuen não favorecesse os nossos vinhos licorosos. À data da assinatura desse Tratado, o Douro não passava ainda dum extenso montado, apresentando raras e pequenas manchas de cultura.

«E deste modo, diz-se numa célebre *memória* (2) premiada pela Academia Real de Ciências em 1782, era êste território nos tempos antecedentes um dos mais pobres do Reino, o que se prova da pobreza com que antigamente se edificava em todo êle, não se vendo hoje nem ainda vestígios de um só edifício antigo magnífico e suntuoso; porque supôsto se encontrem agora nêle a cada passo excelentes casas com magnificência e muito bons templos, tudo isto é de fábrica moderna e tem sido edificado há poucos tempos, olhando-se dificultosamente um destes edifícios que possa contar cem anos. Este era o estado do Alto-Douro no ano de 1681» diz a referida *Memória*.

(1) J. Lúcio de Azevedo, l. c., cap. VII.

(2) *Memórias Econ.*, T. III, pg. 74.

Antes do Tratado de Methuen, o Alto-Douro era um vasto montado, como acaba de ser dito; algumas dezenas de anos volvidos sôbre êle, o Alto-Douro era jardim feracíssimo e uma das mais ricas terras de Portugal.

E' verdade que certas estatísticas parece darem razão aos detractores do Tratado de Methuen. Assim, dizem estes, a média anual do vinho do Pôrto exportado para Inglaterra foi de 8.331 pipas nos dez últimos anos que precederam o Tratado de Methuen, e nos dez anos que se lhe seguiram, essa média baixou para 8.111 pipas. Logo, concluem, o Tratado de Methuen em nada influíu na saída dos vinhos portugueses.

Esquecem estes críticos apressados que o Tratado de Methuen não foi solicitado pelo Governo Português para criar uma situação nova para os nossos vinhos, mas para manter uma situação já criada havia uma dezena de anos, o que dá a razão da mencionada estatística. Esquecem ainda os mesmos críticos que um Tratado que esteve em vigor durante mais de um século, se não pode avaliar pelos efeitos produzidos nos seus primeiros dez anos. Se avançassem um pouco mais, veriam que vinte e cinco anos depois da assinatura do Tratado, já a exportação dos vinhos licorosos para Inglaterra atingira a média anual de 20.000 pipas⁽¹⁾, mais do dôbro da média dos dez anos anteriores ao Tratado de Methuen e por essa altura se manteve até ao estabelecimento da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro pelo Marquês de Pombal. Ainda os críticos do Tratado se esqueceram dum terceiro ponto que é o mais importante de todos: é que, para avaliar dos efeitos do Tratado de Methuen sôbre os

(1) Simon, l. c., pg. 48.

nossos vinhos, não basta atender às quantidades exportadas; é preciso olhar para a marcha dos preços. Ora os preços subiram de tal modo que de 2 Ls. e 15 sh. porque corriam antes do Tratado de Methuen, já estavam (1) em 13 Ls. em 1734.

; Vinte e cinco anos volvidos sôbre o Tratado de Methuen, o valor total dos vinhos portugueses exportados para Inglaterra estava multiplicado por 15!

Foi esta subida de preços que provocou o vertiginoso desenvolvimento da cultura das vinhas do Alto-Douro e fez dêle o que ainda hoje é—a honra e a glória da Lavoura Portuguesa!

A verdade desapaixorada e certa, é que foi o Tratado de Methuen que nos assegurou os mercados inglêses para os nossos vinhos licorosos, e que foram os negociantes inglêses que fizeram do nosso Pôrto o vinho mais conhecido do Mundo. Debaixo da salutar influência dêste Tratado, os vinhos do Pôrto atingiram logo no sec. XVIII a máxima perfeição de fabrico e qualidade. Pena foi que a sua benéfica influência se não estendesse também aos vinhos de pasto que êle não abrangia e que, talvez por isso mesmo, ainda hoje estão em lastimoso atrazo.

A fundação da Companhia Pombalina em nada alterou as nossas relações comerciais com a Inglaterra, nem mesmo no que respeita ao negócio dos vinhos. As guerras peninsulares mais estreitaram ainda as nossas relações políticas e comerciais com a nossa velha aliada, relações essas que se mantiveram através de todo o século XIX e se mantêm ainda hoje como sempre. A solidariedade económica de Portugal com a Inglaterra, foi posta à prova pela crise

(1) Simon, l. c., pg. 40.

monetária de 1932. A Inglaterra, mostrando mais uma vez que em matéria financeira é senhora e mestra, rompeu com o padrão-ouro e entrou abertamente no caminho da moeda dirigida. Portugal seguiu-lhe de perto as pisadas e só teve de se felicitar por isso.

As relações políticas e económicas de Portugal com a Inglaterra, são tão antigas como a nossa nacionalidade. Tem resistido, através dos séculos, às mais duras provas. Com a mudança dos tempos, mudaram as condições económicas, mudaram diversas vezes as instituições políticas, mudaram até as práticas religiosas. Mas a aliança anglo-lusa manteve-se inabalável na sua firmeza. É que a nossa quasi milenar aliança, é mais do que um produto da vontade dos homens, é uma imposição da Natureza, uma consequência da Geografia.

Se as leis são as relações constantes que derivam da natureza das coisas, como dizia Montesquieu, a aliança anglo-portuguesa é uma lei que a História demonstra e a Geografia impõe. O nosso dever de portugueses é tirar dessa lei histórica tôdas as vantagens de que ela é susceptível, sem exagêros irritantes, nem sentimentalismos descabidos, mas com nobreza, com lealdade, com inteligência, e até com a nossa costumada bizzarria!

Este notável estudo foi repetidas vezes sublinhado pela assembleia e calorosamente aplaudido.

Para finalizar esta memorável sessão coube a palavra ao Presidente do Instituto, Prof. F. M. da Costa Lôbo:

A LITERATURA INGLESA DE ELOGIO PARA PORTUGAL

Ex.^{mo} Senhor Presidente!
Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Neste momento as minhas primeiras palavras são de sentida e entusiástica congratulação pela magestade com que tem decorrido esta comemoração, abrilhantada pela presidência de Sua Excelência o Embaixador de Sua Magestade Britânica que nos brindou com palavras que o Instituto de Coimbra conservará arquivadas com profundo júbilo.

A amisade entre as duas antigas nações aliadas, Inglaterra e Portugal, fica desde este momento mais fortemente cimentada com as admiráveis conferências proferidas pelos meus sábios colegas do Instituto de Coimbra, e Queridos Amigos, entusiásticamente ovacionados pela ilustrada assistência que se encontra aqui, realçada pela vivacidade patriótica da Academia de Coimbra, que em tôdas as épocas demonstra distintamente a sua abnegação e dedicação à causa da Pátria. Mas muito lamento a falta do nosso sábio consócio Conde de Tovar, à última hora encarregado de uma importante missão oficial em Roma que, seguramente, muito nos interessaria com a sua conferência sôbre as *Relações diplomáticas entre a Inglaterra e Portugal*, a qual enriquecerá a revista publicada pelo Instituto de Coimbra.

Indica o programa que eu deveria ocupar-me da literatura inglesa que tem tratado de Portugal, e inadvertidamente se acrescentou — com elogio pois sempre assim o fizeram todos os escritores ingleses, e inúmeros têm sido

aquêles que largamente, e com profundos conhecimentos, se têm ocupado do nosso país.

Será mesmo interessante observar que embora devesse esperar-se, atentas as dimensões e grandeza destas duas nações, dever ser a Inglaterra muito mais conhecida pelos portugueses do que Portugal pelos ingleses, é certo succeder o contrário. Mas também é justo notar que a Inglaterra dispõe de poderosos instrumentos de observação que faltam a Portugal, desde logo importantes recursos e a possibilidade de uma larga difusão das suas publicações. Por isso eu posso anunciar já que nesta exposição, que não duvido considerar útil e oportuna, será dada conta de mais de duzentas notáveis publicações com que a Inglaterra tem tornado conhecido o nosso país.

Aos meus ilustres amigos Mr. Garland Jayne, presidente da Câmara de Comércio inglesa em Lisboa, que possui uma importante biblioteca na qual se encontram mais de 100 obras sobre Portugal, das quais amavelmente me foi fornecida a relação, e aos Professores Jorge West que, com incansável zelo e grande competência instalou na nossa Universidade um Instituto Inglês, que já constitui uma valiosa riqueza, e ao seu sucessor Mr. Leonard Downs, que com interesse prossegue esta obra, devo os elementos que me permitiram dar conta de mais de 200 obras, de que ficará aqui feita menção, com as quais a Inglaterra tem honrado o nosso país.

Muito convirá que sejam conhecidas pelos portugueses, que assim apreciarão quanto Portugal é considerado em Inglaterra, facto que só por si bastaria para determinar a nossa gratidão.

Especialmente lembrarei o muito que Portugal deve ao carinho que lhe dedica o sábio professor Mr. Edgar

Prestage, que constantemente tem enaltecido o nosso país, já por meio de notáveis publicações, já com o ensino com que na Universidade de Oxford tem difundido a cultura da história e literatura portuguesa.

Cumprindo gostosamente a missão que me impus, registarei a citação de alguns textos, entre tantos que poderia aproveitar, para confirmação do facto de serem dignos do nosso maior aprêço as numerosas publicações com que a Inglaterra tem tornado conhecido Portugal com rasgados elogios.

O relato desta comemoração deveria ser terminado com o admirável trabalho que lhe consagrou a nossa illustre consócia Lady Helen Cameron Gordon F. R. G. S. (Lady Russell), intitulado *The Golden Age of Portugal in India*. Será publicado oportunamente.

A solenidade terminou com os hinos português e inglês, cantados pelo Orfeão Académico, seguidos de entusiásticos vivas às duas nações aliadas.

OBRAS PUBLICADAS POR AUTORES INGLÊSES SÔBRE PORTUGAL

Da biblioteca de Mr. Garland Jayne

- Anonymous*, «Portugal and Galicia», 2 vols., 1836.
Anonymous, «Portugal or The young Travellers», 1830.
Anonimous, «The Military Adventures of Johnny Newcome», 1904.
Anonimous, «Personal narrative of Adventures in the Peninsular during the war in 1812-13», 1827. (Officier in Staff Cav:).
Anonymous, «Memoirs of the Early Campaigns of the Duke of Wellington in Spain and Portugal», 1820 (autor believed to be Lord Burghersh).
Anonymous, «Letters from Spain and Portugal during the march of the British Troops under Sir John Moore», 1809.

- D'Auvergne*, Edmund B., «A Bride of Two Kings», 1910.
- Alexander*, James Edward. K. L. I. «Sketches in Portugal during the Civil War of 1834, 1835.
- Beckford*, William. «Recollections of an Excursion of Alcobaca and Batalha», 1835.
- Beckford*, «Italy with Sketches of Spain and Portugal», 2 vols., 1834.
- Browne*, Capt. J. M. «An Historical View of the Revolutions of Portugal», 1827.
- Barretti*, Joseph. «A Journey from London to Geneva through England, Portugal, Spain, and France», 4 vols., 1770.
- Baker*, Capt. B. Granville, «A Winter Holiday in Portugal», 1913.
- Bridgeman* Hon. George A. F. H. (afterwards Earl of Bradford) «Letters from Portugal, Spain etc. in 1812-13-14», 1875.
- Baillie*, Mrs Marianne. «Lisbon in the years 1821-22-23», 1824.
- Busk*. M. M. «The History of Spain and Portugal from B. C. 1000 to A. D. 1814», 1833.
- Bruce*, H. A. «Life of General Sir William Napier», 2 vols, 1864.
- Blakeney*, Lt. Robert «A Boy in the Peninsular». New edition ed: Sturgis 1890.
- Badcock*, Lt Col. Lovell. «Rough Leaves from a Journal kep in Spain and Portugal. 1832-33-34», 1835.
- Brenton*, Cap. Edward Pelham. «Life and Correspondence of the Earl of St Vincent», 2 vols., 1838.
- Bradford*, Rev. William «Sketches in Portugal and Spain with the British Army 1808-9». S. d.
- Colbatch*, Jonh. «An account of the Court of Portugal», 1700.
- Costigan*, Artur William. «Sketches of Society and Manners in Portugal», 2 vols., 1787.
- Croker*, Richard. «Travels trough Provinces of Spain and Portugal», 1799.
- Crawfurd*, Oswald. «Portugal Old and New», 1880.
- » » «Round the Calendar in Portugal». 1890.
- » » (Published under the name of Latouche) «Travels in Portugal», 1875.
- Croft* Very Rev. Canon. «Historical Account of the Lisbon College 1902».
- Carnota*, Conde de (John A. Smith) «Memoirs of the Duke of Saldanha», 2 vols., 1880.

- Carnota*, «Life of the Marquis of Pombal» 2nd edition, 1871.
- Camden*, Theophilus. «The History of the War in Spain and Portugal», 1814.
- Castlereagh* Viscount. «The Proceedings upon the Enquiry relative to the Armistice and Convention in Portugal». August 1808. 1809.
- Cobbold*, The Rev. «Richard, Mary Ann Wellington the Soldier's Wife». 3 vols., 1846.
- Camden Miscellany* «Prince Rupert in Lisbon». Vol 10. 1902.
- Donaldson*, Sergeant. «The Eventful life of a Soldier during the Late War in Portugal, Spain and France». 1827.
- Eliot* Capt. W. Granville. «A Treatise on the Defence of Portugal», 2nd: 1811.
- Forrester*, Joseph James. «Portugal and its Capabilities», 1856.
- Frater*, Sir Augustus Simon. «Letters of», 1859.
- Goddard* «History of the Campaigns of the British Forces in Spain and Portugal», 5 vols., 1812-1813-1814.
- Gretton*, William «Adventures with the Connaught Rangers». New edition 1902.
- Gleig*, Rev. G. R. «Life of the Duke of Wellington», 1867.
- Gallenga*, A. «Iberian Reminiscences», 2 vols., 1883.
- Hay*, Sir Andrew Leith. «A Narrative of the Peninsular War», 3rd edition, 1839.
- Halliday*, Major Andrew. «The Present State of Portugal and the Portuguese Army», 1812.
- Hughes*, T. M. «An Overland Journey to Lisbon at the Close of 1846», 1847.
- Hume*, Martin. «Through Portugal», 1907.
- Henegan*, Sir Richard «D. Seven Years Campaigning in the Peninsular», 2 vols., 1848.
- Henry*, Walter. «Events of a Military Life», 2 vols., 1829.
- Illas*, Dr. H. de Lazau. «The Peninsular Historical Romantic and Literary Magazine 1840».
- Jayne*, K. G. «Vasco da Gama and his Successors 1460-1580», 1910.
- Jones*, Sir J. T. «Journal of the Sieges in Spain and Portugal», 3 vols., 1846.
- Kinsey*, The Rev. W. W. «Portugal Illustrated», 1828.
- Koebel*, W. H. «Portugal; Its Land and People», 1909.

- Kingston*, Willian H. G. «Lusitanian Sketches», 2 vols., 1845.
- Kincaid*, Capt. J. «Adventures in the Rifle Brigade in the Peninsular»,
New ed: 1929.
- Kisch*, Sir Cecil H. «The Portuguese Bank Note Case», 1932.
- Lardner*, Rev. Dionysious. «The Cabinet History of Spain and Portugal», 5 vols., 1832.
- Larpent*, Sir G. «The Privat Journals of», 3 vols., 1853.
- Landmann*, Lt. «Col. Historical military and Picturesque Observations on Portugal», 2 vols., 1818.
- Lodge*, Sir Richard. «The English Factory in Lisbon. Royal Hist. Soc. Trans.», 4th Series Vol. XVI, 1933.
- Major*, R. H. «The Life of Prince Henry the Navigator», 1868.
- Minns*, Capt. «A Narrative of the Naval Part of the Expedition to Portugal under the Orders of H. I. M. Dom Pedro», 1833.
- Murphy*, James. «Travels in Portugal», 1795.
- » » «A General View of the State of Portugal», 1798.
- » » «Plans, etc. of the Church of Batalha, with Introductory Discourse», 1792.
- MacMurdo*. «History of Portugal», 2 vol.
- Moodie*, Lt. T. W. D. «Memoirs of the Late War», 2 vols., 1831.
- Maxwell*, W. H. «Peninsular Sketches», 2 vols., 1845.
- Maurice*, Sir J. F. «The Diary of Sir Thos. Moore», 1904.
- Neale*, Adam. «Letters from Spain and Portugal», 1809.
- Napier*, Maj. Gen. Sir W. F. P. «History of the War in the Peninsular»,
Revised edition, 1867.
- Napier*, Lt. Gen. Sir Charles J. «Lights and Shades of Military Life»,
- Napier*, Sir W. «Life and Opinions of Sir Charles James», 2nd edition.
4 vols., 1857.
- Owen*, Hug. «Here and There in Portugal», 1856.
- Oman*, Sir Charles. «History of the Peninsular War», 7 vols., 1902-30.
- » » » «Wellington's Army», 1913.
- Picton*, Sir Thos. «Memoirs of», 2nd edition, 1836.
- Political Memento*: «Extracts from the Speeches in both of Parliament on the Polici, Conduct, and Probable Result of the War», 1814.
- Prestage*, Edgar. «Chapters in Anglo-Portuguese Relations by Various Authors», 1935.
- » » «The Portuguese Pioneers», 1934.

- Prestage*, Edgar. «The Diplomatic and Commercial Relations of Sweden and Portugal 1641-1670», 1930.
- » » «The Diplomatic Relations of Portugal and England 1640-1668», 1925.
- » » «The Anglo-Portuguese Alliance», 1934.
- Report of the Committee* for the Distribution of £100,000 voted by the British Parliament for relief of the Inhabitants of the Districts of Portugal laid waste by the Enemy in 1810.
- Raikes*, Harriet. «Private Correspondence of Thomas Raikes with the Duke of Wellington», 1861.
- Ross*, Major Lewin. «With tge '32nd in the Peninsular». New edition 1904.
- Shore*, Commander H. N. «Three Pleasant Springs in Portugal», 1899.
- Stevens*, Morse. «Portugal: History of the Nations Series».
- Stepney*, Lt. Col. S. C. «Leaves from the Diary of an Officer of the Guards», 1854.
- Shearer*, Major M. «Recollections of the Peninsular», 3rd Edition 1824.
- Surtees*, Qu. Master William, «Twenty-five Years in the Rifle Brigade», 1833.
- Stothart*, Capt: William, «Narrative of the Principal Events of the Campaigns of 1809-10-11 in Spain & Portugal», 1812.
- Shaw*, Col. Charles. «Memoirs and Correspondence», 2 vols., 1837.
- Schaumann*: «Od the Road with Wellington». Re-printed 1924.
- Simmons*, Major George, «A British Rifleman: Journals and Correspondence during the Peninsular War». Re-printed 1899.
- Stanhope*, Earl. «Notes of Conversations with the Duke of Wellington», 1888.
- Smith*, Sir Harry, «Autobiography of», edition 1902.
- Shillington and Chapman* «Commercial Relations of England and Portugal». Eo date.
- Southey*, Sir Robert «History of the Peninsular War», 1837.
- Tait*, William C. «The Birds of Portugal», 1924.
- Telfer*, W. «The Treasure of San Roque», 1932.
- Twiss*, Richard «Travels through Spain and Portugal in 1772-3», 1775.
- Tompkinson*, Lt Col: «W. Diary of a Cavalry officer in the Peninsular and Waterloo Campaigns, 1809-15», 1894.
- Wellington* «Selected Dispatches», 1902.

- Wellington* «Dispatches of», edited by Col Gurwood. 1834.
- White*, Lt Col G. F. «A Century of Spain and Portugal (1788-1898)», 1909.
- Wrottesley*, Lt. Col. Hon. «George Life and Correspondence of F. M. Sir John Burgoyne», 1873.
- Watson*, Walter Crum. «Portuguese Architecture», 1908.
- Warre*, Lt Gen: Sir W. «Letters from the Peninsular», 1909.
- Young*, William. «Portugal in 1828», 1828.

Da biblioteca de F. M. da Costa Lôbo

- Gallop* (Rodney) «Portugal a book of Folk Ways C. U. P.» (1936).
- Pieris-Fitzeler*. «Ceylon and Portugal», 1927. (Obra oferecida ao Instituto de Coimbra e ao seu Presidente Professor Dr. F. M. da Costa Lôbo).
- Prestage* (Edgar) «The portuguese pioneer», 1933.
- » » «The anglo-portuguese alliance», 1934.
- Rey* (C. F.) «The romance of the Portuguese in Abyssinia», 1929.
- Russell* (Hellen Cameron) F. R. G. S. (Lady Russel) «My Tour in Portugal», 1932.

Da biblioteca de Mr. Leonard S. Downs

- Rev. & W. U. Kinsey* «Portugal Illustrated» 1 vol., London, second Edition 1929.

Da biblioteca do Instituto Inglês da Universidade de Coimbra

- «Acordos de arbitragem entre Portugal e a Gran-Bretanha, de 16 de Novembro de 1904». Lisboa, 1920 e 1927; 2 folhs.
- Adam* (E.) «Torrent of Portyngale». London, 1887; 1 vol.
- Adamson* (John) «Lusitania illustrata : notices on the history, antiquities, literature, &c. of Portugal». Newcastle, 1842; 2 folhs.
- » » «Memoirs of the life and writings of Luis de Camoens». Newcastle, 1820; 2 vols.
- «Aperçu nouveau sur les campagnes des français en Portugal, en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811». Paris, 1818; 1 vol.

- «Apontamentos bio-bibliographicos (do) Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart)». Cearà, 1921; 1 folh.
- Alcoforado* (Mariana) «The letters of a portuguese nun. Translates with and introduction by Edgar Prestage». London, 1903; 1 folh.
- Anderson* (J. H.) «The Peninsular War. March 1, 1811, to the close of the war in 1814». London, 1906; 1 vol.
- » » «The spanish campaign of sir John Moore». London, 1905; 1 folh.
- «Annual report for 1934. British Chamber of Commerce in Portugal» (incorporated). Lisboa, 1935; 1 vol.
- Arnold* (J.) «Souvenir de Macau». Middlesbrough, 1921; 1 folh.
- Bell* (Aubrey F. G.) «In Portugal». London, 1912; 1 vol.
- » » » «Gil Vicente». Oxford, 1921; 1 folh.
- » » » «Studies in portuguese literature». Oxford, 1914; 1 vol.
- » » » «Gaspar Corrêa». Oxford, 1924; 1 folh.
- » » » «Diogo do Couto». Oxford, 1924; 1 folh.
- » » » «Luis de Camões». Oxford, 1923; 1 vol.
- » » » «Fernan Lopez». Oxford. 1921; 1 folh.
- » » » «Portuguese bibliography». Oxford, 1922; 1 vol.
- » » » «The Oxford book of portuguese verse». Oxford, 1925; 1 vol.
- » » » «Portuguese literature», Oxford, 1922; 1 vol.
- » » » «O humanista Dom Jeronimo Osorio». Trad. do inglês de António Alvaro Dória. Coimbra, 1931; 1 vol.
- » » » «Four poets of the renaissance». (Ronsard, Camões, Luis de Leon and Spencer). Coimbra, 1930; 1 folh.
- » » » «Notes for an edition of Gil Vicente». Macon, 1929; 1 folh.
- Beresford* (Guilherme Carr) «Colecção das Ordens do Dia. Annos de 1809 a 1823». Lisboa, 1809; 13 vols.
- Bertuchi* (A. J.) «The Island of Rodriguez. A british colony in the Mascarenhas group». London, 1923; 1 vol.
- Botto* (António) «The children's book. Translated by Alice Lawrence Oram». Lisboa, s. d.; 1 folh.
- Boxer* (C. R.) «The affair of the «Madre de Deus». London 1929; 1 folh.

- Boxer* (C. R.) «A portuguese embassy to Japan». (1644-1647). Reading, 1928; 1 folh.
- Brown* (A. Samber) «Madeira, Canary Islands and Azores». London, 1932; 1 vol.
- Burghersh* «Correspondence of Lady... with the Duke of Wellington». Edited by Her Daughter Lady Rose Weigall, London, 1903; 1 vol.
- Burr* (Malcolm) «A fossicker in Angola». Edinburgh, 1933; 1 vol.
- Butler* (Lewis) «Wellington's Operations in the Peninsula (1808-1814)». London, 1904; 2 vols.
- Butler* (P. R.) «Portuguese settings». (English Review, vol. LXI-n.º 2
- Byng* (L. Craumer) «Salma. A play in three actes». London, 1923; 1 vol.
- Byron* (Lord) «Childe Harold's Pilgrimage to Portugal». Critically examined by Dr. D. G. Dalgado. Lisboa, 1919; 1 vol.
- » » «Poemas. Parisina. Mazeppa. O corsário. O prisioneiro de Chilon. Lamentação de Tasso». Tradução de A. S., Pôrto, 1888, 1 vol.
- Cameron* (V. L.) «A travers l'Afrique. Voyage de Zanzibar a Benguela». Trad. de l'anglais. Paris, 1878; 1 vol.
- Camoens* «The Lusiad; or, the discovery of India. An epic poem. Translated from the original portuguese by William Julius Mickle». Oxford, 1778; 1 vol.
- » «Lusiads. Translated into english verse by J. J. Aubertin». London, 1878; 2 vols.
- » «The Lusiad. Translated into english spenserian verse by Robert Ffrench Duff». Lisbon, 1880; 1 vol.
- » (Luis de) «Poems. From de portuguese by Lord Viscount Strangford». London, 1804; 1 vol.
- Camões* «Poesias». Traduzidas por Lord Strangford. Defesa do poeta por Lord Byron e por um crítico da Escócia por Fernandes Costa. Coimbra, 1920; 1 folh.
- Carnota* (Conde da) «The Marquis of Pombal». London, 1871; 1 vol.
- «Calalogue of scientific papers (1874-1883). Compiled by the Royal Society of London». Vol. X.
- «Catalogue of the special loan exhibition of spanish and portuguese ornamental art, South Kensingt Museum, 1881». Edited by J. C. Robinson. London, s. d.; 1 vol.

- Chambers* (G. L.) «Bussaco. Wellington's battlefields illustrated». Plymouth, 1910; 1 vol.
- Chivalry* «Its historical significance civilizing influence». Edited by Edgar Prestage. London, 1928; 1 folh.
- Clarke* (Francisco L.) «Vida de Lord Wellington». Traduzida por Manuel Ferreira da Cruz. Lisboa, 1817; 1 vol.
- Clymont* (James Roxburgh) «The first expedition of the portuguese to Banda and the events antecedent thereto». Hobart, 1905; 1 folh.
- Cook* (Edward) «Porque é que a Grã-Bretanha se acha em guerra, causa e efeitos». S. l., n. d. 1 foih.
- Cooksey* (J. J.) «Religion and civilization in West Africa». London, 1931; 1 vol.
- Crawford* (Oswald) «Portugal old and new». London, 1880; 1 vol.
- «Critica contemporanea à Chronica de D. Manuel de Damião de Goes. Ms. do Museu Britanico publicado e anotado por Edgar Prestage». Lisboa, 1914; 1 folh.
- Croft* (Canon) «Historical account of Lisbon College». 1902; 1 vol.
- Darwin* (Francis Sacheverell) «Travels in Spain and the East 1808-1810». Cambridge, 1927; 1 vol.
- Davidson* (Lillias Campbell) «Catherine of Bragança infanta of Portugal & queen-consort of England». London, 1908; 1 vol.
- Dunn* (Joseph) «A grammar of the portuguese language». Washington, 1628; 1 vol.
- Ford* (J. D. M.) «Letters of the court of Jonh III king of Portugal». Cambridge, 1933; 1 vol.
- » » «Letters of John III king of Portugal, 1521-1557». Cambridge, 1931; 1 vol.
- «Economic conditions in Portugal. Report by H. H. W. King. Together with annexes on Madeira and the Cape Verde Islands N.º 590». London, 1924.
- Elliott* (George) «The file of the most noble Arthur Duke of Wellington ...of the Peninsular War... in Spain and Portugal». London, 1815; 1 vol.
- Elwes* (Alfred) «A grammar of the portuguese language in a simple and pratical form with a course of exercises». London, 1922; 1 vol.

- Entwistle* (William J.) «The Asthurian legend in the literatures of the Spanish Peninsula». London, 1925; 1 vol.
- » » «The spanish language together with portuguese, catalan and basque». London, s. d.; 1 vol.
- Gallop* (Rodney) «The developement of folk-song in Portugal and the basque country». S. l., 1935; 1 folh.
- Gaster* (Moses) «History of the ancient synagogue of the spanish and portuguese jews». London, 1901; 1 vol.
- Gibbons* (John) «A foot in Portugal». London, s. d.; 1 vol.
- » » «Playtime in Portugal. An unconventional guide to the Algarves». Norwich, 1936; 1 vol.
- Goldring* (Douglas) «To Portugal». Bungay, 1934; 1 vol
- Goodall* (Agnes) «Peeps at many lands Portugal». Guildford, 1920; 1 vol.
- Gordon* (Helen Cameron) «My tour in Portugal». London, s. d.; 1 vol.
- Gosse* (Edmund) «Silhouettes». Bungay, 1925; 1 vol.
- Graham* (Cunninghame R. B.) «A brazilian mystic leing the life and miracles of Antonio Conselheiro». London, 1920; 1 vol.
- «Great travel stories of all nations. Edited by Elizabeth d'Oylev». Norwich, s. d.; 1 vol.
- «Guide to Spain and Portugal». Edinburgh, 1930; 1 vol.
- Hills, Ford and Coutinho* «A portuguese grammar». S. l., n. d.; 1 vol.
- «Historia de Portugal composta em inglez por huma Sociedade de Literatos, traslada da em vulgar com as addições da versão Franceza, e notas do tradutor portuguez, Antonio de Moraes Silva». Lisboa, 1802; 3 vols.
- Hume* (Martin A. S.) «Philip II of Spain». Edinburgh, 1934; 1 vol.
- Hume* (Martin) «Through Portugal». Edinburgh, 1907; 1 vol.
- Hutchinson* (H. D.) «The operations in the Peninsula, 1808-1809». London, 1905; 1 folh.
- Inchbold* (A. C.) «Lisboa and Cintra. Illustrated by Stanley Inchbold». London, 1907; 1 vol.
- «Instruções para o exercicio dos regimentos de infantaria por ordens do senhor Guilherme Carr Beresford, com aprovação de Sua Alteza Real o Príncipe Regente». Lisboa, 1819; 1 vol.

- Jackson* (Catharina Carlota Lady) «A formosa Lusitania, versão do inglês prefaciada e anotada por Camillo Castello Branco». Porto, 1877; 1 vol.
- Jan and Cora Gordon* «Portuguese somersault». Manchester, s. d.; 1 vol.
- Jones* (John T.) «Mémoire sur les lignes de Torres Vedras, élevées pour couvrir Lisbonne en 1810. Traduit de l'anglais par M. Goselin». Paris, 1832; 1 vol.
- Journals* (The original) «of the campaigns in the Peninsula of field-marshal the Duke of Wellington. Journal of the Campaign of 1808-1809». London, 1815; 1 vol.
- Koebel* (W. H.) «Portugal its land and people. With illustrations by Roope Dockery». Edinburgh, 1909; 1 vol.
- Lands* (The) of Cazembe. «Lacerda's journey to Cazembe in 1798. Translated and annotated by captain R. F. Burton». London, s. d.; 1 folh.
- Lodge* (Richard) «The english factory at Lisbon. (Transactions of the Royal Historical Society, fourth series, vol. XVI)». London, 1933; 1 vol.
- » » «The private correspondence of Sir Benjamim Keene». Cambridge, 1933; 1 vol.
- Lorraine* (A. G.) «Portugal and the allies. A message to Great Britain». Londres, 1918; 1 folh.
- Lyne* (Robert Nunez) «Mozambique its agricultural development». London, s. d.; 1 vol.
- Marden* (Philip S.) «A wayfarer in Portugal». London, 1 vol.
- Maugham* (R. C. F.) «Portuguese East Africa». London, 1906; 1 vol.
- » » «Zambezia». London, 1910; 1 vol.
- Mellander* (Karl) «The diplomatic and commercial relations of Sweden and Portugal from 1641 to 1670». Watford, 1930; 1 vol.
- Memories* «H. R. H. the Duke of Oporto (Crown Prince Portugal, by permission of H. R. H. the Duchess of Oporto)». Plymouth, 1921; 1 vol.
- «Monthly review of business and trade conditions in South America and Portugal» (Vol. 18, N.º 210). London, 1936.
- Murphy* (James) «Travels in Portugal; through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem Tejo, in the years 1789 and 1790». London, 1795; 1 vol.

- Napier* (William) «English battles and sieges in the Peninsula». London, 1910; 1 vol.
- Oman* (Charles) «A history of the Peninsular War». Oxford, 1911; 4 vols.
- » » «Studies in the napoleonic wars». London, s. d.; 1 vol.
- Original* (The) «Journals of the campaigns in the Peninsula of Field-Marshal the Duke of Wellington. Campaign in Portugal, 1808». London, 1815; 1 vol.
- Peeps at Portugal*. «A pocket guide to «The sun coast» and Lisbon». London, 1936; 1 vol.
- Peers* (E. Allison) «Inaugural address». Liverpool, 1934; 1 folh.
- «Portugal and Galicia». London, 1836; 2 vols.
- Portugal* «International exhibition of 1862. Industrial catalogue in english and portuguese». Lisbon, 1862; 1 folh.
- Power* (C. A. le P.) «Power's guide to the Island of Madeira». London, s. d.; 1 vol.
- Power's* «General map of Madeira. Also enlarged map of the environs of Funchal». London, s. d.; 1 folh.
- Prestage* (Edgar) «Afonso de Albuquerque governador of India his life conquests and administration». Watford, 1929; 1 folh.
- » » «A Aliança Anglo-Portuguesa. Tradução de A. Gonçalves Rodrigues». Coimbra, 1936; 1 folh.
- » » «Chapters in anglo-portuguese relations». Watford, 1935; 1 vol.
- » » «O Conde de Castelmelhor e a retrocessão de Tanger a Portugal». Coimbra, 1917; 1 folh.
- » » «The diplomatic relations of Portugal and England from 1640 to 1668». Watford, 1925; 1 folh.
- » » «As Duas Embaixadas do 1.º Marquês de Nisa a França (1641 a 1646 e 1747 a 1649)». Coimbra, 1919; 1 folh.
- » » «Eça de Queiroz and «The Correspondence of Fradique Mendes». London, 1906; 1 folh.
- » » «A embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartolomeu». Porto, 1917; 1 folh.

- Prestage* (Edgar) «A Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641, com documentos elucidativos». Coimbra, 1920; 1 vol.
- » » «Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político (1595-1662)». Coimbra, 1926; 1 folh.
- » » «Frei Diniz de Lencastre, embaixador extraordinário de Portugal na Hollanda. Porto, 1917; 1 folh.
- » » «D. Francisco Manuel de Mello». Oxford, 1922; 1 folh.
- » » «D. Francisco Manuel de Mello. Trad. do inglês por António Álvaro Dória». Coimbra, 1933; 1 vol.
- » » «Francisco José da Horta Osório Machado, Primeiro Ministro de Portugal na Rússia». Pôrto, 1918; 1 folh.
- » » «Gil Vicente. (The New Review, November, 1935, vol. II, N.º II)».
- » » «A História e os historiadores no século XIX». Pôrto, 1917; 1 folh.
- » » «The last royal bull-fight at Salvaterra. From the portuguese of L. A. Rebello da Silva». Suffolk, 1909; 1 folh.
- » » «Ministros Portugueses nas Côrtes estrangeiras no reinado de D. João IV e a sua correspondência». Pôrto, 1915; 1 folh.
- » » «Minor works of Camões». London, 1924; 1 folh.
- » » «Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva a França». Pôrto, 1917; 1 folh.
- » » «Portugal, Brazil and Great Britain». Oxford, 1923; 1 f.
- » » «The portuguese pioneers». London, 1933; 1 vol.
- » » «As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668. Tradução de Amadeu Ferraz de Carvalho». Coimbra, 1928; 1 vol.
- » » «The royal power and the cortes in Portugal». Watford, 1927; 1 folh.
- » » «Três consultas do Conselho da Fazenda de 1656 a 1657». Pôrto, 1920; 1 folh.
- Purser* (William Edward) «Palmerim of England». Dublin, 1904.

- Robinson* (C. W.) «A Guerra da Península 1808-1814. Tradução por J. Mathias Nunes». Lisboa, 1883; 1 vol.
- Robinson* (George W.) «Brazil and Portugal in 1809». Cambridge, 1913; 1 folh.
- Romayne* (Leicester) «The blue skies of Portugal». Pôrto, 1920; 1 vol.
- Ross* (E. Denison) «Do valor dos historiadores portuguezes do Oriente à luz dos anais mussulmanos». Coimbra 1933; 1 folh.
- Shillington* (V. M.) «The commercial relations of England and Portugal». London, s. d.; 1 vol.
- Shore* (Henry N.) «Three pleasant springs in Portugal». Edinburgh, 1899. 1 vol.
- Silvestre* (José de S.) «Wellington at Bussaco: the monk's diary. Translated into english by Mary Leigh de Havilland, London, s. d.; 1 folh.
- Sitwell* (Sacheverell) «Spanish baroque art with buildings in Portugal, Mexico, and other colonies». London, 1931; 1 vol.
- Smithes* (M. F.) «Things seen in Portugal». Plymouth, 1931; 1 vol.
- Southey* (Roberto) «História do Brasil. Traduzida do inglês por Luiz Joaquim de Oliveira e Castro». Rio de Janeiro, 1862; 1 vol.
- Southey* (Robert) «History of the Peninsular War». London, 1823; 3 vols.
 » » «Letters written during a short residence in Spain and Portugal. With some account of spanish and portuguese poetry». London, 1797; 1 vol.
- Standard* (The) «guide and handbook to Rio de Janeiro». Rio de Janeiro, s. d.; 1 vol.
- Stephens* «História de Portugal traduzida por Silva Bastos do original inglês de ... Corrigido e prefaciado por Oliveira Martins». Lisboa, 1893; 1 vol.
- Stephens* (H. Morse) «Rulers of India. Albuquerque». Oxford, 1897, 1 vol.
- Stockdale* (John Joseph) «The proceedings on the enquiry into the Armistice and Convention of Cintra». London, 1809; 1 vol.
- Street* (Eugène E.) «philosopher in Portugal». Edinburgh, 1903; 1 vol.

- Swift* (Jonathan) «Viagens de Gulliver». Lisboa, s. d.; 1 vol.
- Tait* (William) «The birds of Portugal». Plymouth, 1924; 1 vol.
- Tatchell* (Frank) «The happy traveller. A book for poor men». Norwich, s. d.; 1 vol.
- Thomas* (Henry) «English translations of portuguese books before 1640». Coimbra, 1930; 1 folh.
- Tomlinson* (H. M.) «Great sea stories of all nation». Norwich, s. d.; 1 vol.
- Tucker* (John T.) «Angola the land of the blacksmith prince». London ?, 1933; 1 vol.
- Twiss* Richard) «Voyage en Portugal et en Espagne fait en 1772 et 1773». Berne, 1776; 1 vol.
- Wallace* (Lewis) «Christo e Mahomet. A conquista de Bizancio. Vertido do inglês por Eduardo de Noronha». Pôrto, 1907, 1 vol.
- Ward* (Humphry) «O esforço da Inglaterra. Seis cartas dirigidas a uma Amiga Americana. Com uma carta do Dr. Júlio Dantas e prefácio por Lord Rosebery». (Tradução). Lisboa, 1917. 1 vol.
- Warre* (William) «Lettres from the Peninsula 1808-1812». Edinburgh, 1909, 1 vol.
- Watson* (Walter Crum) «Portuguese architecture». Edinburgh, 1908; 1 vol.
- West* (S. George) «The work of W. J. Mickle, the first anglo-portuguese scholar. (In The Review of English Studies, vol. X—N.º 40, October 1934).
- White* (G. F.) «A century of Spain and Portugal (1788-1898)». London, s. d.; 1 vol.
- Whiteway* (R. S.) «The rise of portuguese power in India 1497-1550». Westminster, 1899; 1 vol.
- Wordsworth* (William) «Concerning the relations of Great Britain, Spain and Portugal, to each other, and to the common enemy, at this crisis; and specifically as affected by the Convention of Cintra». London, 1809; 1 vol.
- Year* (36th) «Lourenço Marques Directory» 1934; 1 vol.

Yeo (Margaret) «St. Francis Xavier apostle of the east». London, 1933;
1 vol.

Young (George) «Portugal old and young an historical study». Oxford,
1917; 1 vol.

*

*

*

Alguns extractos registados:

MY TOUR IN PORTUGAL

by HELEN CAMERON GORDON F. R. G. S. (LADY RUSSEL)

Apresentação:

Why have english travellers neglected Portugal? The people are our ancient allies; the country is interesting with delightful sunay, and is charming winter resort; hotel in the large Towns are well run and comfortable. The historical monuments are of easy access and architectural richness, born of the great wealth wich Portuguese mariner brought home by colonization and great adventure this was due to Henry the Navigator, son of English princess who first pointed the way.

THE ROMANCE OF THE PORTUGUESE IN ABYSSINIA

by C. F. REY

Introdução:

«Rich as is African history in romantic drama, it holds

few more enthralling episodes than the story of the Portuguese in Abyssinia.

In the century and a half from 1487 to 1633 covered by the epic—and it is indeed an epic—we find a succession of explorers, diplomats, soldiers, priests, and missionaries.

.....

«There follows the mission Under the fiery Dom Rodrigo de Lima, fighting its way across the burning plains and mountain forests of Abyssinia, travelling, struggling, intriguing for six long weary years in the vain effort to link the two kingdoms in bonds of an alliance.

And then the devastating hordes of Islam sweep down in this Abyssinian «Island of Cristian», and in an amazing attempt to stem the tide of the invading thousands we see that very gallant soldier and gentleman Dom Christovão da Gama, son of the great navigator, throw himself, with 400 musketeers into the unknown mountains of Abyssinia, weighed down with steel helmet and corselet, and dragging with them little cannon on wooden runneis. His compassion in arms, Castanhoso, tells of his early successes, his defeat and tragic death, the ultimate triumph of the few Portuguese survivors with their Abyssinian allies, and the consequent preservation of abyssinian as a christian empire until to-day.

«The last series of pictures is no less interesting—the arrival of the militant Jesuit missionaries from Portugal in an effort to conquer this new field for their church; their amazing struggles, fiery zeal and desperate intolerance; the great works—churches, palaces, bridges—they built with

still stand to-day; how they converted a king and his court and all but triumphed, and how in a tremendous revulsion of national feeling the cup of success was dashed from their lips, the old national faith restored, and the jesuits themselves hounded down, murdered, or expelled the country for ever.

.....

Chapter I

«That Abyssinia is to-day an independent christian country is due in no small degree to that remarkable Prince, Henry the Navigator, whose energy and imagination resulted in the maritime exploration of half the world within the limits of a single century; it is gratifying to us to know that this great patron of traveller was partly of English blood, his father, king John I of Portugal, having married Philipa daughter of John of Gaunt.

.....

«He had, in common with the rest of Europe, for longheard rumours of an immensely wealthy and powerful potentate ruling over a christian Empire in the remote confines of Africa or Azia to whom the strange name of «Prester John» had been given «Prester John» was indeed the favourite myth of all travellers in the Orient of those times from Marco Polo and Sir John Mandeville onwards.

THE PORTUGUESE PIONERS

by EDGAR PRESTAGE (1933)

Introduction :

«The geographical position of Portugal invited her to become a maritime power, but with a population of only one and a quarter million it could hardly have been expected that she would, in the words of R. H. Major, discover half the world in the course of a century.»

Chapter I

«Few facts are recorded about the early maritime history of the kingdom of Portugal, but we know that in addition to costal navigation Orade was carried on with the North of Europe and with the Mediterranean countries principally from Lisboa and Oporto, which where busy commercial centres. Portuguese merchants founded a factory at Bruges, and frequented Marseilles in the twelfth century, while in the thirteenth they were established in the French Channel ports. In 1226 more than 100 safe-conducts were granted them in England. To this as to other countries Portugal sent hides, skins, dried fruits, oil, cork and wine. The first king Afonso Henriques (1128-85), must have had a primitive navy, for tradition says that D. Fuas Roupinho captured a fleet of Moorish galleys off Cape Espichel, seized others at Ceuta, and later on in a fight with fifty-four Moorish vessels in the strait of Gibraltar was defeated and kielled. In 1189 Sancho I contributed forty

galleys, galliots and other vessels to as cruading fleet for the capture of Silves capital of the Algarve. Sancho II is reputed to have established an arsenal, and under Afonso III a fleet of large ships of the royal navy, seme at least of wich had been built in Lisbon, took part iuvestment of Faro. Documents of his reign describe various kinds of vessels under the names of barks, ships and caravels, and the designation *naves*, meaning vessels of a fair tonnage, appears for the first time.

«Under Diniz, the greatest of the medieval kings, the fighting and vessels were graded downwards in size as *naves*, *navios* and *baixéis*; barcas of 100 tons and upwards sailed to Spain, France, Normandy and England; and in 1293 this monarch accepted a generous suggestion of his merchants that it was for god's service end the good of the land' that they should pay a tax on the goods they exported. Diniz had a pine forest planted near Leiria to protect the fields from the invasion of sand from the shore and supply wood for ship building, and he encouraged the latter by conferring the privilege of knight hood on officers and even on artisans employed on constructions.»

.....

Chapter X, page 205

«John II had lost no time in taking up Henny's work with the like zeal, but he hade far more success, be cause he could use all the resources of the crown and possessed none of Henry's patience with slack or incompetent ser-

vants. He rewarded merit liberally, but punished severely those who proved unworthy. His resources included the large profits from Mina, and they enabled him to create a great maritime organisation with ships, pilots, cosmographers, which led to the great discoveries of his reign and those of his successor.»

ÍNDICE POR AUTORES

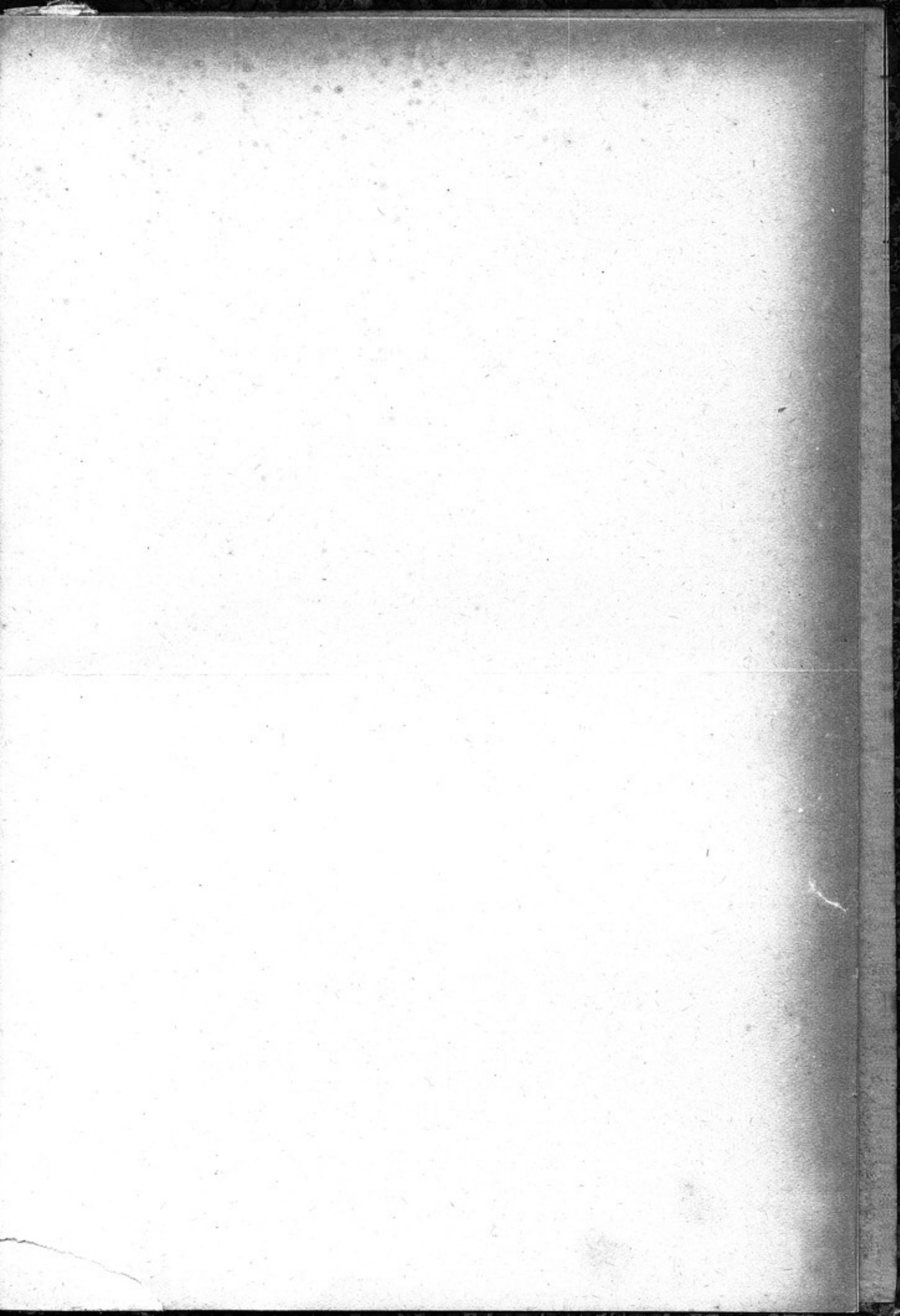
	Pág.
ALMEIDA (JOSÉ MARTINS DE)—Um capítulo de história económica —As corporações de artes e officios	315
ALMEIDA (P. CAMENA DE)—Les découvertes maritimes des portugais.	254
ANDERSEN (MARIA JOSEFINA PIRES DA BANDEIRA DE VASCONCELOS ABREU) Ibsen e Grieg	49
BARROS (MANUEL GASPAR DE)—Hidrogénio industrial—Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país .	25
CAMPOS (DEOCLÉCIO REDIG DE)—A inspiração platónica e cristã na «Stanza della Segnatura» de Rafael no Vaticano	5
CARVALHO (ALFREDO DE)—Os portugueses em Bordéus durante o século XVII.	452
CARVALHO (TENENTE-CORONEL ANTÓNIO BAPTISTA DE)—A indústria militar na mobilização.	214
CHAPMAN (PROF. SYDNEY)—A maré atmosférica lunar em Coimbra (1868-1929)	445
+ COSTA LÓBO (F. M. DA)—Complements à la «Théorie Radiante»	268
FERRAZ DE CARVALHO (AMADEU)—Viconte de Guichen, <i>La Guerre de Crimée (1854-1856) et l'attitude des puissances européennes. Étude d'histoire diplomatique</i>	81
LARCHER (JORGE)—Em defesa dos castelos portugueses	339
MARTEL PATRÍCIO (MARIA MADALENA DE)—O Espírito Medieval— As forças espirituais de Portugal	285
MATOS (ARMANDO DE)—Manual de Heráldica Portuguesa	274
NORONHA (MARIA DO CARMO DE)—L'Âme Portugaise	197

PELL (HERBERT CLAIBORNE)—La situation du Portugal en face du tourisme scientifique	480
PERESTRELO (JOÃO)—Valores de Portugal—Ensaio de nacionalo- gia portuguesa	389
TOSSEL (PAOLO)—Il lusitano Alfredo d'Andrade, sapiente restau- ratore di castelli piemontesi	473
VILHENA (JOÃO JARDIM DE)—Gaubier de Barrault	91

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
Âme Portugaise (L'), por MARIA DO CARMO DE NORONHA	197
Capítulo (Um) de história económica—As corporações de artes e officios, por JOSÉ MARTINS DE ALMEIDA	315
Comemoração das seculares relações entre a Inglaterra e Portu- gal—Sessão solene do Instituto de Coimbra realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra no dia 15 de Novembro de 1936	III
Compléments à la «Théorie Radiante», por F. M. DA COSTA LÔBO	268
Découvertes (Les) maritimes des portugais, por P. CAMENA DE ALMEIDA	254
Defesa (em) dos castelos portugueses, por JORGE LARCHER	339
Espírito (O) Medieval—As fôrças espirituais de Portugal, por MARIA MADALENA DE MARTEL PATRÍCIO	285
Gaubier de Barrault, por JOÃO JARDIM DE VILHENA	91
Hidrogénio industrial—Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país, por MANUEL GASPAR DE BARROS	25
Ibsen e Grieg, por MARIA JOSEFINA PIRES DA BANDEIRA DE VAS- CONCELOS ABREU ANDERSEN	49
Indústria (A) militar na mobilização, por Tenente-coronel ANTÓ- NIO BAPTISTA DE CARVALHO	214
Inspiração (A) platónica e cristã na «Stanza della Segnatura» de Rafael no Vaticano, por DEOCLÉCIO REDIG DE CAMPOS	5
Lusitano (Il) Alfredo d'Andrade, sapiente restauratore di castelli piemontesi, por PAOLO TOSEL	473
Manual de Heráldica Portuguesa, por ARMANDO DE MATOS	274
Maré (A) atmosférica lunar em Coimbra (1868-1929), por Prof. SYDNEY CHAPMAN	445

Portugueses (Os) em Bordéus durante o século XVII, por At- FREDO DE CARVALHO	452
Situation (La) du Portugal en face du tourisme scientifique, por HERBERT CLAIRBORNE PELL	480
Valores de Portugal—Ensaio de nacionalogia portuguesa, por JOÃO PERESTRELO	389
Vicomte de Guichen, <i>La Guerre de Crimée (1854-1856) et l'attitu- de des puissances européennes. Étude d'histoire diplomatique,</i> por AMADEU FERRAZ DE CARVALHO	81



O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 91.º



NÚMERO 3

COIMBRA
1937

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A.—*Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.—*Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

SUMÁRIO

<i>L'Âme Portugaise</i> , por Maria do Carmo de Noronha	197
<i>A indústria militar na mobilização</i> , por Tenente-coronel António Baptista de Carvalho	214
<i>Les découvertes maritimes des portugais</i> , por P. Camena de Almeida	254
<i>Compléments à la «Théorie Radiante»</i> , por F. M. da Costa Lobo	268
<i>Manual de Heráldica Portuguesa</i> , por Armando de Matos . . .	274

L'ÂME PORTUGAISE

Conférence prononcée le 8 décembre 1936 à Paris, au «Club de la Jeune Fille de France», présidé par la Princesse Beatrice de Broglie

Excellence,
Mesdames, Mesdemoiselles, Messieurs,

Avant de commencer cette causerie, je veux remercier S. Ex. Mr. le Ministre du Portugal⁽¹⁾ d'avoir bien voulu la présider. Et d'avoir conféré à cette séance l'éclat de sa présence.

Je veux aussi remercier le Professeur Le Gentil, pour les paroles si aimables, si élogieuses qu'il vient de prononcer, et que je mérite si mal. Et je suis heureuse de cette occasion de lui témoigner ma reconnaissance et mon admiration. Depuis quelque temps, en effet, on a beaucoup fait pour le Portugal, pour le rendre plus connu. Mais ce qui a passé de meilleur et de plus élevé de l'Esprit portugais dans les esprits français, l'a été grâce à Mr. le Gentil.

Excellence!

Le Portugal est à la mode. On y va, on y fait des croisières. On le sillonne en tous sens, on séjourne sur ses plages. On en parle, on écrit sur lui, on fait des conférences où on l'envisage successivement sous tous ses aspects. Mais le touriste qui le visite, qu'en saisit-il? Il est certes

(1) S. E. Mr. Armando da Gama Ochôa.

fort bien reçu, car les portugais sont extrêmement accueillants. En compagnie donc, d'un ami, ou simplement guide en main, il en contemple les monuments et en admire la nature. S'il est très consciencieux, il se renseigne au préalable sur son histoire et sa littérature et c'est muni de tout un bagage intellectuel qu'il le parcourt. Mais de son caractère intime, de son âme, que saisit-il? Presque rien.

Et pourtant a-t-il fallu qu'elle soit caractérisée, cette âme, pour que ce pays se détache du reste de la péninsule et s'étende peu à peu, en conquérant leurs territoires aux maures. A-t-il fallu qu'elle soit indomptable pour que depuis le XII.^{ème} siècle il ait pu résister à toutes les attaques et soit resté libre et indépendant. Pour que ce petit pays ait découvert puis conquis le monde. A-t-il fallu qu'elle ait de la vitalité pour fonder et animer cette grande et noble nation qu'est le Brésil.

Cette âme, elle est complexe et nuancée. En même temps sentimentale et chevaleresque, religieuse et poétique. Résignée et pourtant hardie jusqu'à l'audace.

Pour la pénétrer nous allons, si vous le voulez bien, nous attarder aux lieux où elle se manifeste le plus, nous arrêter sur les grandes figures qui l'ont le mieux incarnée.

*

* *

Et tout d'abord nous ferons une halte à Coïmbra — C'est l'ancienne capitale du royaume. A cette dignité elle doit de conserver dans la vieille Église de S.^{ta} Cruz, les tombeaux des deux premiers rois du Portugal. Mais surtout Coïmbra est la vieille ville universitaire et la cité des poètes. Dans son université se sont formés tous les écri-

vains et poètes du Portugal depuis Camoëns jusqu'à Mr. Eugénio de Castro. Dans les vieux parcs qui avoisinent le Mondego, ils ont gravé, au cours de leurs promenades, des vers et des chansons inspirés par la nature harmonieuse qui les entourait. Là se trouve le couvent où vécut ses derniers jours la Reine S.^{te} Isabelle et les lieux où, suivant la tradition, fût assassinée Inês de Castro.

Vous connaissez tous la légende, véridique, d'Inês de Castro? Elle se déroula au Moyen-Age, au XIV.^{ème} siècle; Inês était une jeune espagnole de noble famille et d'une beauté éclatante, qui accompagna à la Cour de Portugal la Princesse Constance lorsqu'elle épousa le Prince héritier, D. Pedro, fils du roi Alphonse IV. D. Pedro était un chasseur farouche, en même temps qu'un admirateur passionné des chevaliers errants. Constance une douce créature. Il ne lui accorda qu'une tendre affection. Mais sitôt qu'il la vit il voua à Inês un amour ardent et emporté. Elle aussi l'aima. Constance en conçut une peine telle qu'elle en mourut. Alors, en grand secret, D. Pedro épousa Inês. Et ils vécurent à Coïmbra, dans un château au bord du fleuve. Il s'y trouvait, dans le parc, une fontaine, auprès de laquelle Inês allait souvent rêver. Et lorsque le Prince était à la chasse, elle écrivait des messages, sur de petits morceaux d'écorce, qui s'en allaient «au fil de l'eau» jusqu'à lui. Quelques années passèrent ainsi. Mais Inês avait des frères et l'on craignait pour le Portugal, l'influence espagnole. Aussi les conseillers persuadèrent-ils le vieux roi de la faire assassiner. Avec eux, il se rendit, un jour que son fils était à la chasse, à Coïmbra. Les voyant venir, effrayée elle vint à leur rencontre avec ses enfants et se jeta aux pieds du roi, tout en larmes, ses cheveux blonds défaits sur ses épaules. Alphonse IV touché par sa jeunesse, par sa beauté et ses

pleurs, consentit à l'épargner. Mais tandis qu'il s'en revenait, ses conseillers lui reprochèrent tant sa pitié, qu'il leur dit : « faites ce que vous voudrez ». Alors ils revinrent et la tuèrent. Son sang coula sur les pierres avoisinant la fontaine, et depuis, elles en sont restées teintées. — Mais D. Pedro, lorsqu'il apprit le crime, en eut un chagrin effrayant et pris d'une colère terrible, jura de venger Inês. Lorsqu'il monta sur le trône, à son tour, il se fit livrer les meurtriers qui avaient passé en Espagne. Il ordonna qu'on les tua et qu'on leur arracha le coeur, à l'un par la poitrine, à l'autre par le dos. Puis il fit sortir Inês de son cercueil, la fit couronner et ordonna à toute la cour de défiler devant-elle pour lui baiser la main et lui rendre hommage comme à une souveraine. Ensuite, en grande pompe, elle fût transportée à Alcobaça, où un magnifique tombeau avait été érigé pour elle. Auprès, il s'en fit construire un autre, pour lui. Et ils sont non pas côte à côte, suivant l'usage, mais pied contre pied, afin qu'au jour du jugement dernier, en se levant, ils se voient l'un l'autre, avant toute chose.

A côté de la « Quinta das Lágrimas » Château des larmes, où se déroula ce drame d'amour et de sang, se trouve l'ancien couvent de S.^{te} Claire. C'est là que vécut, simple religieuse, la Reine S.^{te} Isabelle, dont tout habitant de Coïmbra vous racontera ce charmant miracle des Roses. — Elle était la femme de D. Deniz le roi-laboureur, le roi-poète. Et comme elle était infiniment bonne et pitoyable envers les malheureux, le peuple l'aimait. Mais les courtisans persuadèrent le roi qu'elle dépensait trop pour ces charités et que c'était préjudiciable au trésor de l'état. Alors il lui défendit de faire désormais ses aumônes coutumières. Avec tristesse la Reine obéit. Mais un jour qu'elle passait

dans une salle, elle y trouva les pauvres gens à qui elle avait l'habitude de distribuer du pain ou de l'argent et qui se réunissaient là. Prise de pitié, elle revint bientôt portant dans un pan relevé de sa robe des morceaux de pain. Mais alors elle rencontra le roi, qui lui demanda avec colère ce qu'elle avait là. Effrayée, elle répondit :

— «des roses, Seigneur.

— «des roses en Décembre, c'est merveille de les voir» répliqua le roi.

Alors elle déplia sa robe, et il en tomba des roses, une jonchée de roses, de toutes les teintes, de toutes les qualités qui se répandirent sur le sol au grand étonnement des assistants.

Mais à côté de cette sentimentalité, de ce penchant pour le romanesque et le merveilleux, qui resteront toujours un des caractères de la race; la fierté, l'esprit d'indépendance, le courage trouvèrent bientôt à se manifester.

En effet, le roi D. Fernando mourut sans héritiers, et le roi de Castille, qui avait épousé sa fille Beatris, se posa en prétendant au trône. Aussitôt le pays se divisa en deux clans, dont l'un se déclara partisan du roi espagnol, tandis que l'autre se rangeait aux côtés du Maître d'Avis, le Prince D. João, qui après une lutte de plusieurs années fut proclamé roi.

Mais si dans cette lutte inégale contre un ennemi infiniment supérieur, les portugais l'emportèrent finalement, ce fut grâce à un homme: D. Nuno Alvares Pereira, Comte d'Ourém et connétable du Portugal à 25 ans, que l'Église a canonisé dernièrement.

Sa vie fut une véritable épopée, à multiples aspects, auxquels la Foi et le Patriotisme donnent une unité. Ju-

gez-en.—Nourri de romans de chevalerie le jeune Nuno Alvares brûlait de se battre pour son pays, alors en guerre avec la Castille. Lorsque la paix se fit, au banquet offert à l'occasion du mariage du Roi de Castille avec l'Infante Beatris, blessé de voir qu'on ne lui avait pas donné la place qui lui revenait de droit et que les premières places avaient été réservées aux espagnols, il renverse les tables. Cet acte d'audace, accompli en présence des deux rois, emplît d'étonnement et d'admiration tous les assistants qui comprirent qu'il ne permettrait pas que son pays soit laissé au second plan, et qu'il le défendrait toujours et partout. Et de fait, pendant 17 ans, de 23 à 40 ans, il combattra pour le Maître d'Avis. Du Nord au Sud il prend les villes et châteaux qui avaient donné leurs voix au roi étranger. Par son exemple, il entraîne au combat ceux qui reculent, jugeant la défaite inévitable. À plusieurs reprises il rencontre et bat l'ennemi : à Aljubarrota, à Valverde etc. Avant de combattre, sur le champ de bataille, il s'agenouille et prie demandant à Dieu sa protection. Et, alors même que l'issue du combat apparaît plus douteuse, que les portugais, accablés par le nombre de leurs adversaires, fléchissent, il va d'un point à un autre, les ranime et, contre toute attente, brusquement, la face de la bataille change, et c'est la victoire. Aussitôt Nun'Alvares court rendre grâce à Dieu. Et plus tard, aux lieux de ses batailles glorieuses, une chapelle s'élèvera ou même un monastère, comme à Batalha.—Devenu roi, D. João fit peu à peu don à Nun'Alvares du tiers environ du Portugal. Mais ces villes et ces terres, il ne les conservait pas, il les donnait à ses compagnons d'armes ou à sa fille, la Duchesse de Bragançe.—A près de 70 ans il prend part à la prise de Ceuta, qui est comme le prologue des découvertes.—Puis, jugeant

son oeuvre accomplie et sa mission dans le monde terminée, il entre au Couvent des Carmes de Lisbonne. C'est là qu'il finit ses jours, en faisant le bien, dans la prière et la pauvreté.—Grâce à lui, encore une fois le Portugal avait triomphé de ses ennemis et gardé son Indépendance.

Cependant la paix avec la Castille et la consolidation du règne de D. João n'amenèrent pas pour le Portugal l'inertie. Ce fut, au contraire, l'aube d'une ère glorieuse entre toutes, où les qualités de courage, de hardiesse, d'audace même, ainsi que l'esprit religieux et scientifique, se manifestèrent de façon éclatante : l'ère des Découvertes.

Mais tout d'abord pour bien comprendre ce que fut cette épopée, que l'on a appelée : «L'épopée de tout un peuple», il faut nous représenter le Portugal du XV^{ème} siècle petit pays de 1 million d'habitants, étroite bande de terre bornée par l'Espagne et ouverte sur la mer, la mer immense, mystérieuse, redoutable et attirante. Tout naturellement il devait éprouver la curiosité de chercher à découvrir ce qu'il y avait sur cet océan immense, que l'on disait peuplé d'îles merveilleuses et de lieux effrayants. Tout naturellement l'idée devait lui venir de s'étendre par-là.

Cette idée surgit et s'ancra dans le cerveau de l'Infant D. Henrique. Dès lors il fonda un observatoire à la Pointe de Sagres, où des savants, géographes, astronomes, mathématiciens, étudièrent les agents atmosphériques, établirent des cartes, dessinèrent des navires. Pendant tout un siècle, la préparation scientifique des expéditions maritimes se continua. Elle se prolongea sous le roi D. João II avec la «Junta dos matemáticos» constituant ainsi une base précise et solide aux Découvertes. Et un jour, des caravelles élégantes, aux voiles bombées portant la croix du Christ, commandées par Vasco da Gama, partirent, avec

mission de découvrir le chemin maritime pour les Indes. Elles emportaient quelques centaines d'hommes, remplis tout ensemble d'espoir et de crainte, attirés par les richesses fabuleuses que la légende prêtait aux Indes, poussés par l'esprit d'aventure et par l'espoir de convertir les infidèles.

De ce voyage, Camoëns a été le chantre dans ses «*Lusiadas*», le «*poème de la mer*». Il nous montre Vasco da Gama, et ses compagnons, luttant contre la tempête qui s'est déchaînée à la hauteur du Cap de Bonne-Espérance. Comme on comprend, à le lire, que, dans la nuit, au milieu de cet orage épouvantable, ces hommes simples et frustes, nourris de légendes aient cru saisir dans le bruit du vent une voix monstrueuse, comme on comprend qu'à la lueur des éclairs, le rocher se soit transformé pour eux en une silhouette immense, celle du géant Adamastor, mélange de cyclope et de Titan, jusqu'au moment où, le jour se levant, ils s'aperçurent qu'ils n'avaient devant eux qu'un Cap, le Cap des Tourmentes, mais aussi de Bonne-Espérance, car dès lors ils eurent l'espoir d'arriver bientôt aux Indes.

Mais avant d'y arriver, que d'aventures encore, que de tourments, d'alternatives de crainte et d'espoir suivant qu'ils étaient bien ou mal reçus par les peuples chez qui ils s'arrêtaient! Représentez-vous ces quelques bateaux, trop hauts, avec des voiles rondes où s'engouffre le vent, perdus sur une mer inconnue, où nul ne s'est jamais encore aventuré. Et ces hommes rudes, superstitieux, la tête pleine de légendes, croyant voir surgir sans cesse quelque mauvais génie. Croyant lutter, non seulement contre les éléments, mais encore contre des enchanteurs et des fées, irrités de leur hardiesse et voulant les empêcher

de connaître ce que personne ne connaissait encore, d'aller où nul n'avait jamais été. ; Quel courage, quelle audace ne leur fallait-il pas !

Enfin, ils arrivent aux Indes. Et aussitôt la conquête commence. Conquête essentiellement pacifique. Car s'il y eut des combats, d'où les portugais, luttant contre un nombre infiniment supérieur, presque aussi bien armé, sortirent victorieux, la plupart des conquêtes se firent par la diplomatie, en frappant l'esprit des indigènes, où encore et souvent en aidant quelque roitelet à vaincre un dangereux adversaire. En reconnaissance il se ralliait au Portugal amenant avec lui ses alliés. C'est ainsi que Duarte Pacheco arrive à Cochin au moment où le roi était en guerre avec le puissant Samorin de Calicut. Il lui demande sa protection et Duarte Pacheco avec quelques hommes et quelques canons, met en fuite, très rapidement, l'ennemi. Frappé d'étonnement et d'admiration, le roi de Cochin se soumet et avec lui ses alliés.—Une autre fois les portugais sont établis aux portes d'une ville et on ne leur permet d'y entrer que pour prendre de l'eau, qui est donnée par un puits. Ils imaginent alors de faire un canalisation souterraine et de détourner l'eau vers de lieu où ils sont. Ils passent ainsi plusieurs jours sans aller en chercher. Les indigènes, d'abord intrigués, s'aperçoivent enfin que leurs adversaires ont autant d'eau qu'ils veulent. Ceci les plonge dans l'étonnement le plus profond et ils les considèrent dès lors comme des êtres ayant un pouvoir supérieur, avec qui il vaut mieux pactiser.—Quand à Tund, il a été acquis par les dominicains qui, en même temps qu'ils convertissaient les infidèles, les amenaient à se rallier au Portugal. Et, rapporte un historien, «Les indigènes disent aujourd'hui encore qu'ils ont été faits vassaux du roi de Portugal

par l'eau et par le sel...— Souvent aussi des souverains, ayant entendu parler des hauts faits des portugais, prêtent spontanément hommage à leur roi et lui envoient de riches présents. Pour ce qui est de l'organisation pacifique et diplomatique, Albuquerque est un véritable modèle. Il respecte les coutumes des indigènes, il les traite avec la plus grande justice, et il s'en fait aimer au point qu'après sa mort, ils vont porter de l'huile pour la lampe qui brûle sur son tombeau.

Ainsi, peu à peu, l'Inde est conquise et organisée sous le gouvernement de vice-rois qui sont des soldats, des diplomates et des hommes d'état, comme Albuquerque, Francisco d'Almeida, João de Castro.

Après les Indes, le Portugal découvre et conquiert la plus grande partie du monde depuis le Brésil jusqu'au Labrador, depuis l'Afrique jusqu'en Chine.—Et partout, dans chaque pays, il convertit les infidèles, il introduit la religion chrétienne. Et son influence est si profonde et si marquée, que l'on en trouve aujourd'hui encore des traces un peu partout. C'est ainsi qu'à Tanger, par exemple, à la citadelle, il y a tout un mur qui fut construit par les portugais et qu'à Mazagan il y a encore maintenant des fortifications, des palais, des églises, érigés par eux; il en est de même en de nombreux points de l'Afrique. Et, chose curieuse, dans la langue chinoise il y a plusieurs mots portugais. Ainsi il a même franchi la symbolique muraille. Du reste dans presque tous les dialectes asiatiques il y a une infiltration du portugais et on le parle même dans les pays qui n'appartiennent pas au Portugal.

Et si plus tard les possessions lui furent enlevées par des nations plus fortes, il lui en reste quelque chose puisqu'il est aujourd'hui encore, la 3^{ème} puissance coloniale, après

la France et avant la Hollande. Le développement des colonies prend une importance de plus en plus grande. C'est ainsi que la seule ligne de chemin de fer qui traverse l'Afrique réunit deux régions portugaises.

C'est toute cette grandeur passée du Portugal, depuis sa fondation jusqu'à la fin du XVI.^{ème} siècle, que Camoëns chante. C'est, a-t-on dit, «L'âme même de sons pays qui l'anime et qu'il exprime» en un poème magnifique. (1)

«Maintenant, vous le voyez, ce peuple osant davantage défie «sur un frêle esquif l'océan hasardeux, et, bravant la rage de «l'Africus et du Notus, explore des voies inconnues; ayant parcouru les régions du monde que le soleil éclaire longtemps de sa lumière, maintenant il aspire et s'obstine à découvrir le berceau du jour».

Et: (2)

«Si le monde avait été plus grand, ils seraient arrivés au «bout».—

Ensuite pendant 3 siècles le Portugal paraît plongé dans un sommeil coupé d'éclatants réveils, et cette sorte de résignation est encore un caractère profond de l'âme portugaise. Mais peut-être, qu'après son immense effort, il s'est refait, tout simplement.

Depuis quelque temps, il semble, en effet, prêt à reprendre sa destinée glorieuse. On y jouit actuellement (chose précieuse en ces temps troubles) de la tranquillité la plus complète. Et le ciel lui-même semble le bénir tout particulièrement, puisque Fatima, où apparut la Vierge il y a quelques années, est en train de devenir un pèlerinage, non pas certes égal à Lourdes, mais qui peut lui être

(1) Est. XXVII, Chant I.^{ier}

(2) Est. XIV, Chant VII.

comparé. Car les qualités et les caractères de la race sont toujours bien vivants.

Le Portugal est toujours religieux, sentimental et poétique. Si vous y allez et que vous vous trouviez à Coïmbra, par exemple, au moment de la fête de St-Antoine de Lisbonne, vous verrez le peuple se rendre en foule au couvent où il vécut. Monter en plein air des barraques, où l'on vend de curieux objets en terre cuite, y séjourner pendant plusieurs jours, passés à assister aux cérémonies religieuses, à danser, à chanter des chansons souvent improvisées. Ces pèlerinages «romarias» sont la grande distraction du peuple et un aspect caractéristique de sa vie.—Il a gardé aussi, tout son courage, son audace, son esprit d'aventures. C'est ainsi que les premiers aviateurs, qui ont traversé l'Atlantique sud, étaient deux portugais : Gago Coutinho et Sacadura Cabral.—Enfin il a conservé et même affermi son esprit d'indépendance et d'unité. Et son âme fier, tendre et profonde, est véritablement immortelle.

Pour mieux la pénétrer et pour comprendre comment elle s'est peu à peu formée au cours des siècles, et comment les divers éléments : goths, ibères, celtes, romains qui la composent, se sont fondus pour former cette unité qu'est l'âme portugaise, il nous faut considérer le Portugal du point de vue de sa géographie physique et de sa situation.

Il est situé à l'extrémité occidentale de l'Europe, et a, à peu près, la forme d'un rectangle, limité au nord et à l'est par l'Espagne, à l'ouest et au sud par l'Atlantique. C'est-à-dire que toute conquête du côté de la terre lui était interdite et qu'il ne pouvait s'étendre que vers l'Océan.— C'est essentiellement un pays maritime; les montagnes y

sont peu élevées sauf au centre où se trouve la Serra da Estrêla, haute de 2.000^m. Et il est infiniment varié dans la succession de ses provinces. On a même dit que le Portugal est, avec la France, le pays le plus varié de l'Europe. On y trouve, en effet, depuis la végétation des pays tropicaux, en passant par celle des régions tempérées.

Au nord se trouve la province du Minho, qui a gardé tout son caractère, et dont les habitants portent encore, les jours de fêtes, des costumes aux teintes vives, brodés et rehaussés d'une quantité de bijoux d'or. Un peu plus bas est Pôrto, la ville industrielle, mais qui contient de vieux quartiers pittoresques; et la région du vin célèbre «Le Pôrto» vin unique, peut-être, avec le champagne, le plus connu et le plus répandu dans le monde. De même que celui-là évoque avec son pétilllement l'esprit français, le Pôrto chaud, parfumé, est bien un produit de terroir portugais.

Si nous continuons à descendre vers le sud, nous trouvons Viseu et son musée de Grão Vasco, puis la région montagneuse, âpre, d'une grandeur sauvage; et, vers le centre, Coïmbra, étagé de part et d'autre du Mondego, fleuve paresseux aux rives verdoyantes. C'est une ville infiniment curieuse et jolie, avec ses étroites rues montantes, pavées de pierres pointues, ses jardins: le Parc, S.^{ta} Cruz, le jardin Botanique, le Choupal, et ses monuments: la vieille cathédrale, qui est un véritable joyau roman, l'Eglise de S.^{ta} Cruz avec son charmant cloître, l'Université dont la tour domine la ville.

Aux environs se trouve la forêt de Buçaco, qui, bien qu'elle ne soit pas très étendue, est une des plus variées en essences de l'Europe, et dont les cèdres sont comparables à ceux du Liban. Elle fut plantée par les moines. Et

gardée à tel point que toute personne qui y abattait un arbre était excommunié. Ce soin et cette patience en ont fait quelque chose de tout à fait unique. C'est véritablement un lieu de rêve où l'on se sent hors du temps. Et le monastère de Batalha, de style gothique anglais, est d'une finesse, d'une pureté de lignes exquis. Plus au sud est Lisbonne que baigne le Tage. Suivant une légende, un héros des temps passés, je ne me rappelle plus lequel, demanda un jour à voir la plus belle ville du monde, et aussitôt lui apparut Lisbonne. Je n'entreprendrai pas de vous décrire minutieusement ses rues neuves et commerçantes, ses vieux quartiers, ni de vous énumérer ses monuments; je vous dirai simplement que ce qu'on y trouve de plus remarquable est peut-être la Place du Commerce, bordée sur trois de ses côtés par des édifices symétriques et sur le quatrième par le Tage, ce qui lui donne un aspect tout à fait particulier. Les Eglises, certaines d'une grande richesse, le monastère des Hyéronimes s'élevant un peu en dehors de la ville, tel une sentinelle, et contenant le tombeau de Camoëns, la Tour de Belem, avançant sur le fleuve, élevée sur les lieux d'où partit Vasco de Gama, et qui est un curieux exemple de style manuelin, mélange de gothique, d'art oriental, orné de motifs, cordages, animaux aquatiques, inspirés des voyages lointains. Enfin la serre froide où l'on trouve des plantes tropicales bien que la température y soit normale. — Lisbonne a été aux XVI.^{ème} et XVII.^{ème} siècles l'une des capitales les plus importantes de l'Europe, port extrêmement actif où se faisaient tous les échanges avec l'Orient, et semblable par sa richesse à quelque ville des Mille et Une nuits.

A peu de distance de Lisbonne, au bord de la mer, est Sintra et ses deux palais: le château des Maures, de style

arabe, et Pena situé au sommet d'un parc magnifique qu'aimait Byron; et non loin les jardins de Monserrate à la végétation luxuriante et variée. L'on y trouve une variété inouïe de plantes de tout espèce, particulièrement des fougères arborescentes, qui, comme leur nom l'indique, sont de véritables petits arbres.

Enfin dans le sud, se trouve l'Alemtejo, région de la grande propriété, et l'Algarve, dur, extrêmement chaud, qui devient d'une beauté féérique au moment où les amandiers sont en fleur. Ces amandiers ont donné lieu à une bien jolie légende. On raconte, en effet, qu'au temps où l'Algarve appartenait aux Maures, un de leurs rois avait épousé une princesse du Nord des pays de brume, des pays blancs aux grands lacs immobiles. Et elle s'ennuyait dans ce pays chaud, aride, aux couleurs violentes, si différent du sien. Surtout elle avait la nostalgie de la neige. Et le roi qui l'aimait, était désolé de sa tristesse. — Aussi, un matin, il lui demanda de monter à la Tour du Château et de regarder en bas. Elle le fit, et quel ne fut pas son étonnement de voir la campagne toute blanche aussi loin que l'on pouvait regarder! Était-ce la neige qui, par un miracle, était tombée avec autant d'abondance que dans son pays lointain? Non, c'étaient des amandiers en fleur, que le roi avait fait transporter pendant la nuit et planter aux alentours du château.

Sur toutes ces régions diverses, ayant chacune sa beauté bien tranchée, fertiles, à l'exception de la région montagneuse, et de l'Algarve, un ciel d'un bleu profond, insondable, et un soleil éclatant.

L'on n'a pas de peine à comprendre, alors, que les habitants de ce pays, contemplant chaque jour toute cette beauté, soient des artistes et des sentimentaux, que le ciel et

le soleil lumineux, leur aient fait une âme claire et leur aient donné une grande vivacité, tandis que la contemplation incessante de la mer les rendait mélancoliques. Ce double caractère, contradictoire en apparence, le fait très nettement sentir et à chaque instant. Si on va à Lisbonne, on est surpris de voir à quel point c'est une ville vivante, bruyante même. Mais en écoutant des chansons portugaises, on est frappé par leur nostalgie profonde, leur tristesse et en quelque sorte leur résignation. Mais ces deux aspects ne sont pas seuls, loin de là, de l'âme portugaise. Car la variété du pays devait la rendre infiniment complexe et nuancée. Ce qu'il y a en lui d'âpre et d'isolé, a développé dans la race, le courage, l'activité, une certaine austérité même dont Camoëns parfois, Herculano toujours et, surtout, lorsqu'il se retire des affaires publiques pour vivre dans ses propriétés, sont des exemples. Et que synthétise Sá de Miranda dans son estance célèbre :

«Home d'une seule apparence
«d'un seul visage, d'une seule foi,
«de plutôt se briser que plier
«Autre chose peut-être,
«Mais de cour homme, il n'est pas».

Tandis que sa fertilité et la douceur de son climat lui donnaient une certaine paresse et non-chalance. Voilà pourquoi le Portugal après avoir joué un rôle de premier plan, s'est tenu à l'écart pendant 3 siècles. Et, si l'on considère les individus, on comprend qu'ils puissent travailler sans un instant de répit, ou rester des journées entières à flâner dans les rues.

Sa situation, qui devait le faire convoiter par l'Espa-

gne, a contribué à développer son esprit d'unité et d'indépendance, son patriotisme, son courage. Tandis que cette ouverture sur l'Océan, lui a insufflé la hardiesse, l'esprit d'aventure, et que sa position extrême a provoqué chez ses habitants le goût des voyages, et par extension, celui de la colonisation.

Ainsi l'âme portugaise apparaît comme un composé formé d'éléments multiples d'où se dégagent surtout : le sentimentalisme et l'esprit poétique; le sentiment religieux et l'esprit d'indépendance; la vivacité et la mélancolie; la résignation et la hardiesse. Et nous avons vu comment suivant les temps et les circonstances, l'un ou l'autre de ces aspects s'est particulièrement manifesté. Comment le Portugal géographique en formant et en nuancant l'âme de ceux qui vivent sur son sol, a donné naissance au Portugal historique, intellectuel et moral. Ensemble harmonieux que dominant les grandes figures de ses héros, de ses écrivains, de ses savants et de ses artistes. Et que représentent peut-être plus particulièrement et plus complètement en ses multiples aspects, un D. Pedro, un Nun'Alvares, un Infant D. Henrique, un Vasco da Gama, un Camoens.

Mesdames, Mesdemoiselles, Messieurs, il en est certainement parmi vous qui sont allés au Portugal; pour ceux-là, j'espère que cette causerie aura été une sorte d'évocation de ce qu'ils ont vu. D'autres, peut-être, ne le connaîtront jamais, puisse-t-elle le leur avoir fait un peu aimer. D'autres, enfin, le visiteront un jour; qu'elle soit pour eux comme une invitation au voyage.

MARIA DO CARMO DE NORONHA

A INDÚSTRIA MILITAR NA MOBILIZAÇÃO

LIÇÃO INAUGURAL DA CADEIRA DE TECNOLOGIA
DA ESCOLA MILITAR NO ANO DE 1936

Ex.^{mo} Sr. Presidente da República
Ex.^{mo} Sr. Presidente do Conselho e
Ministro da Guerra
Minhas Senhoras
Meus Senhores

O costume feito lei, trazendo a êste lugar um professor que a antiguidade designa, é prova de disciplina consentida, fôrça admirável de ligação de todos quantos nesta casa trabalham e trabalharam e da qual resultou que, dentro dos escombros de tanta coisa sossobrada na última idade, êste estabelecimento tem seguido indefectivamente a sua trajectória de bem servir a Nação.

Na curva sempre ascendente do seu prestígio, a Escola devia marcar um ponto notável na coordenada dos seus 99 anos nas orações de sapiência, como as proferidas dêste lugar por homens que a História já adoptou como filhos de Eleição, e outros que a nossa admiração e amizade elegeriam para estar hoje aqui falando.

Seguiu-se o critério da antiguidade, bem doloroso para quem tem que reconhecer que um dos motivos porque aqui está é o de ser dos mais velhos e, se eu não levantei

objecções à decisão do Conselho é porque fiz logo a restrição mental, marcada pelo que valho e posso, de que diria não oração de sapiência mas lição inaugural do ano lectivo em que vamos entrar e lição final aos que vão partir para a vida prática.

Mas se o Conselho, atenuando o perigo da escassez de sua representação no limiar do 100.º ano deste Estabelecimento, prepara a sua solenização para breve, eu não me sinto desobrigado de começar por dirigir à Escola em que me fiz homem, guiado por outros também formados aqui, palavras singelas de muita admiração e grato respeito. E então reporto-me a 25 anos atrás. Portugal sofrera o abalo de 5 de Outubro. E na sessão inaugural do ano lectivo em que o grande espírito de Mendes Leal falou, tudo se passou calmamente numa cerimónia em que havia esta formidável coisa: na sessão anterior presidira o rei, representante de uma monarquia velha de 8 séculos; e agora sentava-se no seu lugar um presidente da República velha... de uns meses.

O Oficial que hoje vos fala, então um jovem sargento cadete, conserva dêsse dia a idea confusa do conjunto, na impaciência em que o seu espírito, a espreitar o largo horizonte da vida, galopava sobre quimeras e sonhos dos vinte anos... E embora a trajectória percorrida não fôsse de deslumbrar mas simplesmente honesta e proba, vem, no dealbar do centéssimo ano desta Escola, prestar o preito do reconhecimento que deve àqueles que foram seus mestres e aos seus camaradas que hoje neste conselho são mestres, dignos dos que foram seus mestres, pelo que lhes deve de ter podido ser útil ao país.

Eu permito-me saudar em V. Ex.^a, meu comandante, a série ilustre de homens que são friso de honra desta sala

e que, através da vida do mundo agitado nos últimos cem anos, têm conduzido a Escola Militar na sua senda ascendente de prestígio, calma e digna, acima das paixões dos homens, preparando oficiais para bem servir a Nação. Falta aqui o retrato do último comandante, do sr. general César Pina; êle não demorará a vir enfileirar como merece, ao lado dos que com o seu honesto trabalho, saber e inteligência argamassaram a unidade histórica dêste estabelecimento centenário.

Senhor Presidente da República! Eu deveria saudar V. Ex.^a logo de comêço, mas julgo que a V. Ex.^a seria grato, como oficial mais categorizado do Exército, que eu dirigisse antes à Escola que foi também a sua, palavras que só a sinceridade e gratidão valorizam. Eu afirmo a V. Ex.^a que é grande honra para mim falar nessa sessão a que V. Ex.^a preside.

O corpo docente sofre êste ano rude golpe com a saída do sr. professor, comandante Botelho de Sousa. Sua Ex.^a que durante 17 anos ensinou nesta Escola entre a amizade e admiração dos seus colegas e o respeito e consideração dos alunos, deixa aqui uma obra didática para que não poupou os esforços da sua grande inteligência, muito saber e invulgares qualidades de trabalho. O Senhor Comandante Botelho de Sousa, por ser professor desta Escola, foi também, mercê da sua prodigiosa actividade, professor da Escola Naval, escritor militar e marinheiro do mar. Fica-nos no seu sentimento pela sua falta, a certeza de que saindo em pleno vigor físico e moral, outros departamentos do Estado, mas sempre a Nação, irão aproveitar do seu fecundo labor.

A cadeira que rejeo trata das tecnologias dos fabricos e profissões, especialmente as militares, da organização de

oficinas e trabalho, e legislação respeitante. O sumário da lição que vai seguir-se é então: «História do fabrico dos armamentos, nomeadamente em Portugal. A indústria e a questão social. Mobilização industrial. Estado industrial do nosso país. Mobilização dos seus recursos. Conclusões. Alocação aos alunos:

I

O homem na sua forma primeira viu-se, sôbre a terra, inerme perante a natureza e os animais. Fraco, sem meios de defesa para as agressões dos outros seres e agentes físicos, êle ficou de principio reduzido às funções elementares de marcha e de apreensão, arrastando uma vida inferior perante a necessidade instante de viver e se proteger.

E a vida logo de principio resultou um combate para um ser que sem preparação física nem fisiológica, tinha necessidade de enfrentar inimigos que lhe surgiam de todos os lados. O estudo da contestura anatómica do homem prova bem, que, se o meio não lhe aparecesse de principio tão hostil, a ferramenta suplantaria a arma. Bem ao contrário, a ferramenta lem sido aperfeiçoada ao extremo ao serviço da arma!

Quem tiver tido a sorte de percorrer o incomparável Museu Britânico, história documentada da humanidade, aceita as conclusões dos arqueólogos de que o homem fêz primeiro a arma para ataque e defesa próximos, armando os punhos e prolongando os braços, para ir sucessivamente distanciando-se do adversário, ferindo-o de mais longe. Posteriormente apareceu a ferramenta para ajeitar o dolman ou talhar rudimentar vestimenta.

Do murro e da dentada passou-se ao cajado, alavanca preciosa de que multiplicou as aplicações e que lhe deu logo tal superioridade que ainda hoje, como homenagem ao seu primeiro factor de vitória, o guarda como símbolo de força e mando ou no ceptro do rei, no bastão do marechal, no báculo do bispo. E como a justiça é irmã gêmea da força ela se representa por uma vara e bastonário se chama o Mestre da Ordem.

E enquanto o homem não saiu dum estado rudimentar de percepção e não se lhe abriu a *razão*, a arma extraordinária que lhe deu a superioridade definitiva sobre o resto do reino animal, ele serviu-se do silex como cortante, do bastão como contundente.

E assim foi na idade da pedra preglaciária e glaciária e assim é nos povos selvagens e assim é na meninice do homem de hoje, milhares de séculos depois, em que raro é o de nós, que de pugnas e querelas, pela posse do botão ou incidente fútil de jôgo da malha, não conserva vestígios da eficácia dessas armas tão velhas como a humanidade.

Depois veio o bronze, mais dócil à vontade do homem que o silex, a marcar uma idade em que a arma toma um carácter nitidamente cortante e a faca, o machado, que a baioneta resume há dois séculos apenas, imperam decididamente.

Mas logo que o homem pôde observar, teria visto que a natureza lhe ensinava um meio mais seguro de agressão, o arremesso. Do fundo do seu funil de areia a formiga leão atordoa à pedrada o insecto que cobiça e lhe passa ao alcance. Certos peixes os chetodons abatem com jactos de água os insectos que à superfície das águas lhe passam perto e o raio lançado desde as alturas fulmina animais e coisas,

E então, de engenho em engenho, ela faz a funda, o arco e a frecha e já no tempo dos fenícios a *bésta*, irmã remotíssima e singela da nossa peça de artilharia pois não lhe falta o canal director e o aparelho de disparar. A pólvora transformando a *bésta* em arcabuz fez o resto. Aca-bara o período nevrobalístico com a implantação pura e simples da balística mecânica. Quando o seu músculo foi pouco para o que queria, o homem dominou o animal e depois o vento e a água, motores naturais que lhe ampliaram o poder. Mas o seu temperamento de irrequieto dominador exigia-lhe mais do que a regularidade da queda de água, a rebeldia volúvel do vento e a fraqueza do boi e cavalo. Precisava dum motor que não cansasse e que dócil e abrupto, lhe desse o poder quasi infinito de revolver montanhas, transpor distâncias com a velocidade do seu pensamento, e pulverizasse o adversário.

Mencionam-se já nos vedas armas próprias para lançar «fogos que a água não apagava». Eram comburentes ligados a resinas e maftas.

A Asia conservou muito tempo em segrêdo esta invenção de que os gregos se apropriaram modificando-a com a adição do salitre constituindo o *fogo greguez* de fórmula desconhecida durante cinco séculos o que lhe deu uma incontestada supremacia militar. O fogo greguez impera até aos fins do século XIII em que outros artificios aparecem de aplicação balística mal definida e fabrico irregular. E' o Monge Schwartz em 1354 com os seus trabalhos sôbre a granulação, que em definitiva estabelece a composição e fabrico eficientes da pólvora que, com insignificantes alterações é a que hoje se produz. Estranha figura a dèste religioso alemão que depois de ter dotado a humanidade com um artificio que transformou a face do

mundo, ainda nos aparece como inventor duma liga dura de Sn e Pb para bocas de fogo que marca a organização definitiva da artilharia na Europa! Vocação errada? Em 1378 Schwartz oferece à República de Veneza o seu invento. E' aceite e depois da vitória de Chiosa recebe como prémio o cárcere. Na solidão escura da enxóvia êle teve tempo decerto de dar um balanço à sua vida e concluir que talvez não lhe tivesse merecido a pena trocar a mística do breviário pela alquimia da retorta e do cadinho.

Generaliza-se o emprêgo da pólvora e com ela o dos canhões ou bombardas e nos fins do século XIV já navios de comércio e de guerra tinham artilharia instalada a bordo. Antes da invenção de Schwartz estas armas eram simples tubos forjados e cintados, furados de fora a fora, a que se adaptava a culatra: Santa Barbara era invocada pelos artilheiros sempre que disparavam para que dano não lhe acontecesse. Com o canhão monobloco fundido vai-se primeiro para o fabrico das grandes unidades de 200 T que se abandonam em seguida pelo das pequenas peças, empregadas em tal profusão que, por exemplo, os suiços apresentavam na batalha de Morat em 1476 nada menos de 10000 bocas de fogo braçais com projecteis de chumbo de cêrca dum quilo lançados com hora e meia de intervalo.

Bombarda vem de «bomus»—ruído—e realmente então justificava-se a etimologia da palavra, pois de tanto tiro pouco resultaria mais do que o barulho!

A partir do século XVII as coisas mudam:

Com o emprêgo das ligas de bronze a artilharia vai criando justeza, alcance e mobilidade pelo emprêgo de reparos. Em 1856 aparecem os primeiros canhões estriados na campanha de Kabília; segue-se a retrocarga em 1813

(Panly) e com os progressos das pólvoras químicas das máquinas e máquinas ferramentas teremos compreendido como foi possível armar e equipar milhões de homens como na última guerra europeia com material tão aperfeiçoado, que bem se pode dizer que o exército de hoje concentra todo o poder de ciência e imaginativa de que o cérebro humano é capaz. Nesta nova etapa punhamos como pilares de tão grandioso edificio Withorth, Bertholet e Taylor. Estabelecido o método inglês para a metalurgia do ferro, Withorth inventa a máquina ferramenta sem a qual a máquina de Watt e outras descobertas geniais nunca se poderiam industrializar e entrando-se decididamente no caminho da siderurgia química é possível fazer boa gusa, bom ferro e depois toda a vasta lista de aços que lutam, forjados em potentes canhões, com as pressões das pólvoras modernas de que Bertholet foi precursor em 1786 com a descoberta do clorato de potássio. Vem logo a seguir Howard (1800) com o fulminato, Schonbein (1846) com o algodão pólvora que o inglês Abel tornava manejável, o picrato de potássio em 1859 (Bobeuf) e finalmente em 1847 a nitroglicerina de Sobrero que Nobel em 1867 estabilizou na dinamite. Pólvoras nitroglicéricas e nitrocelulosicas aparecem em consequência. Na segunda metade do século XIX Taylor disciplina a produção e o trabalho, emprega a análise no estudo dos movimentos, melhora a manufatura e institui o método científico de trabalho com que é possível que Viekers, Boförs, Krupp, Scoda Creusot e tantos outros colossos atinjam cifras de obras nunca previstas no passado e em que, segundo li, se gasta, numa só, mais ferro que em todo o império romano.

Dum gráfico de Cbatetier sobre produção do ferro se vê esta coisa extraordinária. Num século em França gas-

tou-se mais ferro e hulha que nos cinquenta séculos precedentes. Nos países de civilização recente estes números são mais impressionantes, pelo que se pode concluir que o poder industrial do mundo centuplicou. E como há a Africa e a Asia e um rôr de países atrasados em que progressivamente se fará a difusão dos métodos industriais aperfeiçoados, o progresso continuará com o levantamento do índice da vida dos seus habitantes...

Dêmos lugar de honra no caminho percorrido em menos de um século à máquina ferramenta, marco fronteiro da idade do trabalho manual para a idade da técnica.

Na roda, na engrenagem e no parafuso se funda a mecânica de Aristóteles, consolidada por Arquimedes, a que Galileu, Descartes, Huygens e Newton dão base matemática; mas só houve realidade industrial mecânica quando surgiu a máquina ferramenta que permitiu o fabrico em grande das grandes instalações modernas.

Andou a humanidade jugulada à terra, ao ferro, à pedra à matéria prima, séculos sôbre séculos, numa escravidão negra em que o labor era castigo para prisioneiros e vencidos, e a escravidão um mal indispensável e foi a máquina que lhes deu a carta de alforria proclamando o trabalho como um direito, abrindo diante do operário a perspectiva de vir a gosar o produto do seu esforço.

Arejam-se oficinas, fundam-se *cantinas e bairros operários*, dá-se pão alvo a quem passou séculos a roer negra côdea dura e tem a carta de cidadão aquêle a cujos remotos avós se lhe tirava a vista para não se distraírem, quando os jungiam ao moinho de moer o grão. Limitam-se horas de trabalho e protege-se o trabalhador de possíveis abusos de quem lhe paga. E isto só foi possível na idade industrial que a máquina inaugurou.

Mas na loucura das velocidades que domina tãda a gente, a que a aviação e a T. S. F. nos acostumaram, quere-se mais e mais e imputa-se à máquina a insatisfação duma felicidade que hoje se sonha tão diferente da que era ambição de ontem, sem se atentar em que a técnica pôde dar numas dezenas de anos as maravilhas da hora que passa porque a matéria bruta não tem hábitos e não reage à ferramenta, mas não se pode por instâncias do progresso material mudar a face do mundo moral, a menos que com os processos do Oriente setentrional e de vizinhos nossos, paredes meias, se suprima metade da humanidade para que a outra vá tomar a sua posição. Considere-se o que foi o negrume do passado vejam-se as perspectivas do presente e cada um cedendo do seu lado, a crise há de passar se a vontade geral o quizer.

E' verdade que o uso exagerado da máquina com que o capitalismo individualista, liberto de qualquer coacção do Estado só cuida dos seus interêsses, sacrificando o operário à sua egoista ambição de ganhar, faz do capital e trabalho dois inimigos de morte...

... A guerra de 914 veio encontrar frente a frente a economia liberal de 93 e o materialismo de Marx em luta acesa. Patrões e operários fizeram então tréguas e paradoxalmente deram-se as mãos durante êsses quatro anos sangrentos para defesa das suas pátrias. Porém passa o cataclismo, a loucura dos negócios fáceis cria novos ricos e novos pobres, aburguêsa a classe operária, tudo caindo numa anarquia moral menosprezante das vélhas regras e preconceitos. Desta dolorosa quimera nasce, na desorientação geral que a crise de 29 agravou, um mal estar em que recrudesce a chamada questão social, que os estados preocupados com a reconstituição económica, não cuidaram,

Taylorismo, Standartização e posteriormente a racionalização são desviados dos seus fins morais e cai-se na superprodução que tenta travar-se queimando trigo, algodão e café quando o exército de famintos e desempregados eram manchas que iam engrossar as fileiras dos adeptos da revolução russa de 1917. Esta era filha da doutrina marxista pela qual o «sobretabalho» sem paga, exigido ao operário, criava um «sôbrevalor» ilegítimo que provocaria como fatalidade histórica, o esmagamento do capital. Na Rússia, depois de Kerenski, hesita-se e a almejada ditadura do proletariado é em pouco a ditadura duma insignificante minoria que fez a miséria dos que pretendia salvar.

Surge a N. E. P. o estado monopólio de que porém resultou já a pequena burguesia dos Koulakis. Vem a reacção dos Trostkistas paladinos do comunismo 100% que são violentamente afaçados.

Depois o plano quinquenal, delírio fanático pela técnica, não resulta e firma-se definitivamente a falência do socialismo marxista para alcançar a prometida felicidade universal. Novas Escolas aparecem, o Neo-Socialismo de feição espiritual e a forma política e económica do corporativismo. À frente da primeira aparece Henry Man, chefe do P. O. B., que não é anti-capitalista mas defende a teoria do socialismo construtivo dentro do plano Nacional com a valorização moral e material do operário. Êste ilustre professor, no seu «Plan de Travail», aceite em parte pela L. T. C. que tem tendências corporativas, opõe-se à excitação das massas como a praticam os comunistas que empurram multidões para um internacionalismo implantado sobre paixões grosseiras e violentos desmandos.

Por outro lado surge o corporativismo que na frase de Manoiesco «deve dominar o século XX», querendo

fundar a paz social sôbre alicerces duma economia mais perfeita e justa.

A nossa constituição de 1933 cria o estado novo corporativo e de justiça é assinalar o que se tem feito no sentido de resolver um tão complexo problema em que como diz Dubreuil «há um fardo de injustiças e sofrimentos a fazer esquecer».

Procura-se equilibrio entre o capital e o trabalho, integrando ambos na vida nacional, não na feição individualista do liberalismo mas na de cooperação tradicional de indivíduos dentro de classes e de classes entre si, fazendo reviver a feição associativa quebrada pelas nossas lutas políticas de todo o século XIX. E aí temos Casas do Povo, Sindicatos, Grêmios, e Federações, organizadas na sua vida interna e na de relação interdependente e depois tôda a legislação sôbre Mutualidade, Previdência, horários, desastres de trabalho e salários. Finalmente é a Nação que senta Capital e Trabalho à mesma mesa na câmara corporativa, como procuradores em paridade ao seu serviço para informarem quem legisla.

O mundo no limiar desta Sociedade nova multiplica-se em soluções para que a vida do homem sôbre a terra seja mais alta e mais perfeita, que não haja lares sem pão e lareiras sem lume.

Isto pretende a fórmula portuguesa em que a máquina não será causa de miséria do braço mas sim o seu legítimo auxiliar cujo uso o estado condiciona.

Na orientação desta lição em que se fará um esquiço da mobilização industrial do país, se há de concluir naturalmente que, longe dos tempos em que a bravura era tudo, hoje o moral do soldado será o que valer o seu armamento e se a indústria militar não pode viver sem o

auxílio do estrangeiro, há no país muita riqueza e actividade que esperam disciplina e organização de trabalho mecânico e manual. Braço e máquina devem pois trabalhar sincronos nesta fase construtiva.

E agora sigamos resumindo como e quanto a indústria nacional coopera nos oito séculos da brilhante história militar portuguesa e que parte se lhes pode atribuir no desenvolvimento industrial da humanidade.

II

Um país que lutou durante quasi três séculos pela integridade das suas fronteiras, sucessivamente ampliadas por conquistas aos mouros, e que depois combateu pelos quatro cantos do mundo em páginas brilhantes de epopeia, necessariamente esteve a par de todos os progressos do armamento.

Incúria, pouco respeito pelo passado, o terramoto também, as invasões, fizeram com que só o Museu Militar seja o escasso repositório dos salvados de oito séculos de lutas.

Entretanto Paris, Madrid, guardam em vários Museus copiosas documentações do seu passado militar.

No quadro sombrio da Tôrre de Londres, em salas e salas, peões e cavaleiros de tôdas as idades parecem aguardar, numa admirável encenação dinamica, a ordem do chefe que os conduza à batalha. E nós o povo de mais fulgurante história militar, não conseguimos juntar material com que nos fizéssemos representar, como convinha, na Exposição de Paris de 1887. Temos pois de nos socorrer da documentação escrita. Cita-se como a mais antiga uma lei de 26 de Dezembro de 1253 que regula o fabrico da venda das armas...

Lidámos de perto com mouros e judeus, mestres da arte da armaria.

Cruzados de tôdas as proveniências e aventureiros de tôda a casta percorriam o mundo e passaram pelo país, oferecendo os seus serviços com um sentido internacionalista que seria interessante estudar.

Cavaleiro ou homem de ofício, nacional ou estrangeiro, chegava e por amor ou cobiça fixava-se, vendia por contrato os seus préstimos, para seguir caminho se almejasse aventura ou paga maior noutra sítio. Ao biscainho Martins Peres, que queria ir para Sevilha, manda o rei dar-lhe 12.000 réis de tença para que fique em Lisboa como seu armeiro. Nacionais mesmo, passavam no norte de Africa para o Mouro a ensinar-lhe a arte da armaria e voltavam de novo para as nossas praças sem que deixassem logo de utilizar-lhe os serviços.

Os reis, quási todos grandes chefes militares, acarinavam armeiros e polvoristas. D. Manuel manda que Gonçalo Afonso «seja privilegiado, escuso e guardado, que não pague preitos, pedidos, fintas talhas, empréstimos, nem contra êle nem suas terras vão, nem serviços militares ou navios». E além da paga do que faziam recebiam tenças e muitos 12 côvados de bristol dos reais armazéns!

Mais ou menos são assim concebidos os privilégios dos 216 armeiros que Viterbo descobriu espalhados por 38 localidades do país.

E muitas vezes, vincando o favor real e o acto de serviço público, estes privilégios continuavam, como na nobreza, na familia dos artistas.

São assim os Balbesteiros, os Bocarros, os Mateus, os Afonsos e tantos outros. E que o ofício era de muita consideração e exigia talento, di-lo o facto de D. Manuel au-

torizar que o seu mestre de Engenhos João Jorge, morador no Moinho do Cubo em Santarém, fôsse também curandeiro, médico e cirurgião. Aos Judeus que chegavam ao reino se exigia só metade dos impostos, a-pesar-dos exaltados prejuizos religiosos da época, o mesmo que a armeiros nacionais, e como se escreve em decretos, se dispensam de arruamentos. Se faziam um crime, uma real ordem lhes suspendia a pena ou os perdoava. E assim com esta política de armamentos se edifica a estrutura do fabrico de material de guerra de que os monarcas queriam que *por tôda a terra houvesse abastança*.

Citemos sem preocupações cronológicas Lisboa e Tavira, centro abastecedor e fabricante do norte de Africa, Cabo Verde, Capitánias do Rio de Janeiro e Baía, Goa e India onde ordens reais mandavam criar depósitos.

D. João II e D. Manuel tomam pessoal interêsse por coisas de guerra a ponto de apparecerem com inventos militares. Resam as crónicas que D. João II armou em «Setúvel» pequenas caravelas com grandes bombardas de tiro tenso atirando à linha de água, tornando-as tão eficazes contra as grandes unidades «que nenhuns navios por grandes que fôsem os ousavam esperar». Por sua vez D. Manuel com os mestres Cervaz, Luiz Alves e João Gutierrez numa terecena, armazém de fundição, cujo director seria Estêvão Pais, grande conhecedor de metalurgia, fêz experimentar umas *salvages* no Pontal de Almada que no dizer dêste mestre «esta artilharia he tam nova que he certo que estes sam os primeiros que sam no mundo».

O abundante material de guerra de que como dissémos estava o império largamente provido, era parte importado da Biscaia, Flandres e Boémia e outro fabricado no país, porque não havia gente habilitada para uma

grande fábrica que satisfizesse por si as nossas necessidades. Isto acentuou-se principalmente depois, desde que em 1695 a espingarda foi a única arma da infantaria.

Fundiu-se artilharia no Brasil, de que era fundidor-mor Domingos Rodrigues em 1607. Fernando Anes inventa em Diu uma Bombarda e à sua parte Francisco Anes fez em Cochim 35 peças novas em 1525.

As fundições de Lisboa e India e as ferrarias de Goa trabalham constantemente e Duhalde conta que em 1621 os chineses receberam dos Portugueses de Macau três canhões de marinha com os seus serventes que empregaram para aterrorizar os tártaros.

Devem vir desta época as boas relações que os chineses mantiveram sempre com a nossa colónia do Estremo Oriente.

Damião de Goes classifica o Arsenal de D. Manuel, abastecedor de 200 naus, como dos melhores edificios de Lisboa. Só para o serviço ordinário havia 40.000 corpos de armas para gente de pé e 3.000 cotas de malha. Bombardas, morteiros, scorpiões, basaliscos, leões columbrinas, camelos, pedreiros, espalhafatos, ruptores assim como falcões, berços, arcabuzes, havia de tudo em tal profusão para todos os calibres, além da pólvora e pelouros tanto de ferro como de pedra, que «se eu fôsse a especificar as diversas formas número e pêso difficilmente seria acreditado» diz o cronista.

O escritor italiano Venturino relator da viagem do Cardeal Alexandrino a Portugal em 1571 diz que encontrou copioso material de guerra para 80.000 soldados e 30.000 armaduras para cavalaria, além de munições e material para fabricá-las em grande abundância e rematava «nem nesta parte há mais que desejar».

No domínio ultramarino havia um grande arsenal mixto em Goa na Ribeira, que o Sabaio lá deixara depois da 1.^a conquista e que Afonso de Albuquerque foi encontrar repleto de tudo, mesmo de matérias primas (1510). O material de manufactura moura era constituído por «bombardas e espingardas», as quais se fazem em Goa melhores que as da Alemanha» e assim em 1514 já Albuquerque se queixa do fabrico e qualidade do material que a metrópole envia «pôdre, vêlho, e caro». Quatro séculos depois as mesmas queixas se ouviam em França e na África...

Êste arsenal de Goa em que depois foram mestres os Anes, os Bocarros, os Pais Balhesteiros teve predomínio em tôda a Índia onde por volta de 1525 havia 1073 peças de bizarras designações, umas em bronze outras em ferro e algumas de ferro cintadas de bronze.

As de bronze que chegavam a alcançar 10 kms. eram fabricadas com cobre comprado na China. Esta actividade fabril metalúrgica em que cooperavam com os nacionais, mestres italianos, flamengos e alemães, continua no domínio dos Filipes e segue na restauração. D. João V com oiro à farta importou muito material, mas ainda assim, contratou os mestres João Jacob Mestral e o coronel artilheiro engenheiro Frederico Jacob Winhotz, célebre inventor duma peça de tiro rápido dando 20 T./m que êle experimentou nuns exercicios em 20 de Março de 1748 e conjuntamente uma granada de que «saíam 50 balas miúdas». Note-se que os ingleses se dizem inventores do shrapnell em 1809...

Vejamos agora o desenvolvimento do fabrico da pólvora.

A mistura de Schvartz é de simples manufactura se não quizermos ir às Diamantinas e outras marcas de categoria, portanto não admira que aparecessem oficinas piro-

técnicas por todo o país. A nossa produção era mais perfeita que a espanhola e tão abundante que, segundo diz Garcia de Rezende, em 1486 D. João II fez uma importante dádiva em pólvora e salitre aos reis católicos. Dispensavam os monarcas especial protecção a este fabrico, pois numa época em que eles se apoiavam deliberadamente nos municípios contra a nobreza, decidiam em favor dos polvoristas contra a Câmara de Lisboa que queria expulsá-los dentre muros, pelo justificado receio de explosões. Há uma sentença de D. João IV nesse sentido que diz: «Se havia falta de pólvora ela tinha de fazer-se».

D. Sebastião quando partiu para a desastrada aventura de África levou consigo Afonso Martins para lhe refinar toda a pólvora de Ceuta. No país eram Alcântara e Barcarena os grandes centros fabris, no Brasil, Rio de Janeiro e Baía, e na Índia (séc. XVI) e Goa (séc. XVII) onde existia uma importante polvoraria que «nam sey que V. Mag.^{de} tenha outra igual». Mais que Alcântara foi Barcarena pela sua situação privilegiada a principal fábrica de pólvora onde se trabalhava com D. João II e antes se citam já as «ferrarias da Ribeira de Barquerena» que ficaram depois anexas às polvorarias e nelas se fizeram mosquetes e arcabuzes em grande quantidade.

Corre impressa a história de Barcarena e não é ocasião de a repetir aqui, simplesmente cito um trecho dum relatório dirigido à Duquesa de Parma, regente do Reino que depois a visitou, em que se classifica «Uma das mais maravilhosas que V. Magestade tem em sua monarquia».

Sempre artilheiros a dirigiram e hoje não desmerece deste conceito de há 3 séculos. Na história do fabrico da pólvora em Portugal eu desejo salientar, os esforços sempre feitos para que a importação do salitre fôsse reduzida

ao mínimo e assim já D. Afonso V nomeou Afonso Vasques, mestre de fazer o salitre e deu licença a Baltazar para o extrair no reino onde o houvesse.

As caravelas voltavam da Índia cheias de salitre, a rôgo dos monarcas, mas as pesquisas continuam no sentido de o produzirmos no país e citam-se salitreiras em Alenquer, Tôrres Novas, Leiria, Setúbal, em Lisboa a Real Salitreira do Braço de Prata de que foi director Manuel Jacinto Nogueira da Gama, a da quinta do Arco do Cego e outro em Alcântara que ainda existia em 1862. Estas 3 últimas eram artificiais. O capitão de artilharia João Manuel Cordeiro em seu relatório de 31-10-1853 estuda as minas de Moura onde se produziram 2.825 quintais de nitrato óptimo cuja refinação acusava a quebra de 16% e que trabalharam até às invasões francesas. Êste problema do Salitre Nacional é importante, como todos os que se relacionam com a nossa defesa, porque os povos, mesmo os aliados, andam tão ocupados com as suas questões internas que, quanto mais nos bastarmos a nós mesmos, mais em segurança poderemos viver.

Vejamos agora a modalidade que as coisas tomaram com a criação do A. E. em 24-3-1764, transformação da antiga Tenência de D. João IV em que os reis mandavam fazer armas e munições a mestres a quem encartavam nos misteres de polvoristas e armeiros, dando-lhes tenças e outras regalias. O processo era anteriormente outro.

D. João III contratou com mestres fundidores o fornecimento de artilharia a 600 reis o quintal com 7% para quebras mas sujeito a prova de recepção e exame.

As siglas dos exemplares existentes mostram que eram vários os fornecedores de material de guerra cujo fabrico principalmente nos *centros afastados do império*

(Diu, Goa, Brasil) adquiria grande intensidade e nomeada. Outras vezes engenhos e ferrarias eram dados de arrendamento.

É o grande Marquês que institui o Arsenal do Exército.

Mas a substituição de Bartolomeu da Costa, seu primeiro director, por Napion em 1801, fá-lo atravessar uma época de marasmo até 1840. Os oficiais faziam só serviço de assistência pois a parte técnica era confiada a mestres.

Em 1834 tinha 18 oficinas de fabrico e reparação e vários armazéns. A ferramentaria e os processos eram rudimentares e os engenhos movidos... a boi.

Devemos salientar os esforços de Bartolomeu da Costa para criar uma fábrica de armas que produzisse espingardas para nós e acabasse com os mais dispaes tipos de importação. Conseguiu ainda fazer 1799 espingardas.

Na direcção de Napion mandaram-se vir operários alemães para este fim, mas os seus serviços nunca foram utilizados e a oficina de espingardeiros só se ocupou de concertos.

O Arsenal compreendia a *Fundição de Baixo*, hoje Museu Militar, onde se faziam armas e se recolhia o material.

Fundição de Cima: actual D. A. A.. Fundição de Canhões ou Fábrica Real como se lê nos canhões lá fundidos.

Ali deveriam ter sido fabricadas as bôcas de fogo que no Museu aparecem com data de 1604 pois se encontraram vestigios de fornos de reverbero para fundições pesadas. Como na fundição de baixo, a fôrça motris era animal porque só em 1834 se compra em leilão uma máquina a vapor de 2 HP. Lá se fundiu, como é sabido, a estátua equestre de D. José.

Parque de Santa Clara—Foi primitivamente armazém

e por transferência da Fundição de Baixo, espingardaria, ferraria, fábrica de coronhas e com outro material ali se chegaram a armazenar 900 bôcas de fogo.

Oficinas de Braço de Prata ou Quinta da Pólvora desde 1748; a sua história é apagada pois não passou de paióis e só mais tarde ali funcionou o *Laboratório Fulminante* transferido da Fundição de Baixo.

Fábricas de Pólvora—Já dissemos o que foi o fabrico de pólvora e de do seu elemento o salitre. Barcarena foi sempre o principal centro produtor. O carvão era nacional.

Ferrarias da Foz do Sege—Pretendiam aproveitar o minério de Tomar. Através de muitas dificuldades e experiências ainda lá se fizeram algumas fundições mas caras e difíceis. As ferrarias também foram em breve abandonadas. Oportunamente daremos mais desenvolvida notícia.

Depósitos—Havia-os no Forte de Caxias, Forte de Areia, Beiroas, Cruz da Pedra, além dos já mencionados.

O. A. E. ainda compreendia em Estremoz, Pôrto e Elvas armazéns, espécie de Tercenas, onde se guardava e reparava material. Faro, Lagos, Almeida, Viana, Coimbra, Valença, Chaves. Bragança, Abrantes, Vila Real, Leiria, Ilha da Madeira e Angra eram sedes de outros tantos trens.

Ensino Técnico Profissional—Desde 1778 que a Santa Casa fornecia asilados para aprendizes do Arsenal e assim em 1835 se instituiu um colégio, extinto em 1869 em que os futuros operários tinham uniforme próprio e disciplina militar e a educação literária e cívica dos colegiais era muito cuidada. Foi o oficial de artilharia João Manuel Cordeiro quem, durante a direcção do Barão de Monte Pedral, por meados do século XIX, deu nova vida e organização ao Arsenal do Exército. Com um alto sentido do valor do ensino profissional, êle funda em moldes correctos o ensino

de letras e ciências nas aulas de aprendizes, entregando a sua regência a oficiais competentes.

Em 1856, Cordeiro apresentou um completo relatório para a montagem duma fábrica de armas em Portugal com a produção anual de 4.000 espingardas para o que seriam necessários 170 contos, verba considerada tão exorbitante para as finanças daquele tempo que se propunha que, vendendo-se material de bronze e ferro fora de uso, se fizesse ainda um empréstimo de 50 contos. O projecto chegou a ser presente ao parlamento e por lá ficou. Resolveu-se em contrapartida mandar oficiais ao estrangeiro comprar armamento sendo adquiridos 13.000 espingardas além de armas brancas e equipamentos.

Entretanto no Arsenal em 1864 fabricaram-se 27 peças de campanha e 18 de montanha. Em 3-7-686 ordenou-se o fabrico urgente de 6 batarias de montanha, três de obuzes de 12, e duas de 8 no total de 66 bôcas de fogo. Foram entregues em Dezembro com todo o material sem parar as outras secções e sem deixar para trás o fabrico de 7 peças de montanha e uma de campanha duma ordem anterior. Um decreto real louvando êste extraordinário esforço, manda que se completem cinquenta peças de campanha e outras tantas de montanha.

De Novembro de 71 a Outubro de 73 transformaram-se e repararam-se 20.316 armas Enfield em Snider para o que se adquiriram culatras em Inglaterra e canos na Bélgica. Iniciou-se o fabrico do cartuchame metálico, as peças de 12 e 10 foram estriadas e munidas de abundante material acessório e enfim conseguiu-se todo o material para a fôrça efectiva de 30.000 homens para o que se aproveitaram os recursos fabris que o país podia oferecer. Esta nota sôbre o A. E. que vai um pouco longa, tem algum interês-

se. Tôda esta prosperidade fabril se fêz sob a direcção intelligente dum grande oficial de artilharia João Mendes Cordeiro a quem como Ministro da Guerra, o grande Fontes confiou ao tempo para esta obra 235.508\$450. Hoje temos como então nas fábricas competentíssimos oficiais e as finanças do país com mais largas possibilidades. De 1887 a 1890 ultimaram-se 132 bôcas de fogo de vários calibres, ficando 84 em fabrico e como era difícil fundir o aço adaptaram-se-lhe culatras, reservas do material Krupp que fôra importado por essa data. Sob a direcção suprema de Cordeiro o A. E. continuou melhorando nas suas instalações e organização dando aos fabricos o rigor científico necessário.

Granadas de 8, 9 e 15 e suas espoletas se fabricaram também em grande quantidade.

A produção anual de cartuchos de infantaria atingiu 1.386.000 e Barcarena melhorou muito nas suas instalações.

Entretanto por esta época appareceu o invento da artilharia de bronze-aço de Uchatius ou seja a alma da bôca de fogo comprimida a mandril hidráulico. Conquanto os processos fôsem precários, por falta de maquinaria competente, desenvolveu-se logo êste fabrico de peças de 8^{cm} com pleno êxito. Mas em breve tivemos de entrar decididamente no caminho de aquisição no estrangeiro de artilharia de aço e espingardas modernas e em 1885 se compraram 60 peças de 9^{cm} e 20 de sitio 15^{cm} Krupp. Fomos nós o primeiro país da Europa a cujo exército se distribuíram armas de repetição, 8^{mm}, Kropatshek que tão bons serviços tem prestado. Foi montado o fabrico do respectivo cartuchame para uma produção de 12.000 cartuchos que se depositavam em Braço de Prata. Foi êste em 1889 o último serviço prestado ao país pelo General Cordeiro.

O Arsenal do exército foi tendo sucessivamente a sua actividade restringida em virtudes dos progressos do armamento, que obrigavam ao fabrico de ligas especiais de aço que o país não estava habilitado a produzir nem a tratar, e a custosíssimas instalações que o nosso índice de produção não justificavam, e ainda por causa do enorme consumo de munições exigido pelas armas automáticas.

À data da sua extinção em 1926 ele reunia a fábrica de Chelas fundada em 1897 a fábrica de Barcarena a de Braço de Prata chamada então de material de guerra e a fábrica de Santa Clara e Depósitos, hoje unidades fabris e estabelecimentos autónomos. Salientemos que na sua vida de quasi dois séculos em que tão rudes ataques sofreu, a ponto de ser considerado inútil e até nocivo ao país, o Arsenal foi, como se viu, um importante elemento de defesa nacional e atingiu produções que eu não sei se seriam possíveis se os estabelecimentos não tivessem uma direcção única e coordenadora.

Não é ocasião de discutir se a extinção do Arsenal do Exército foi um bom serviço prestado à indústria militar do país, mas não me dispenso de a homenagear, como escola da técnica do fabrico por onde passaram os maiores valores da artilharia portuguesa e onde se formou um pessoal sabedor e disciplinado, honra do operariado português.

A maneira tumultuosa e precipitada como nesta primeira metade do século se têm sucedido os progressos da mecânica, a mudança de processos metalúrgicos, a necessidade de grandes produções, tudo isto tem influído principalmente no crescimento das nossas fábricas feito um pouco desordenadamente e desacertado da harmonia do conjunto. Por outro lado a idea de que as fábricas não

deviam ser encargo do orçamento dominou, bem intencionadamente, muita gente com graves prejuízos morais e materiais para os estabelecimentos militares. Parece-nos que a segurança nacional, tal qual a saúde pública, não podem ser fontes de receita, antes são encargo que o país não deve regatear.

III

MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL :—ENSINAMENTOS DA GUERRA DE 14

Fêz-se em breve resumo a história da indústria militar portuguesa.

Estamos em Agosto de 1914. Dentro em meses Portugal alinhava na frente contra a Alemanha. Dois países de fortes exércitos permanentes, a França e a Alemanha, deviam estar preparados industrialmente para a guerra. Da Alemanha pouco foi dado a conhecer, mas da França podemos resumidamente narrar o que foi a sua mobilização industrial e os ensinamentos que dela podemos colher.

Na França duas grandes correntes de opinião se formaram sobre a duração duma guerra prevista, que iria pôr em acção processos e meios científicos até então nunca experimentados. Dum lado alinharam os que, contando com a eficiência destruidora da aviação, da grossa artilharia, e com as facilidades que ia proporcionar a T. S. F. nas transmissões e deslocação das grandes massas, opinavam que tudo se resolveria nos primeiros choques e então bastava armazenar reservas importantes porque, com a paralização da vida industrial do País, com outros meios se não deveria contar.

Langlois e Mordac sustentaram, bem ao contrário, que a luta seria longa e para isso necessário se tornava preparar, desde tempo de paz, as coisas de maneira que tôdas as actividades francesas continuassem laborando com mais intensidade, se possível. Êste partido — «O da vitória para o mais tenaz» — foi vencido, a-pesar-de tanta informação indicar que a Alemanha, paralelamente aos serviços de preparação militar, comprava aqui e acolá matérias primas excedendo as necessidades normais da sua indústria e camuflava em instalações fabris pacíficas, meios de produção que dum momento para outro começariam a trabalhar para o exército. Bem ao contrário os dirigentes da politica militar francesa, herdeiros da *panache* brilhante e lendária do seu exército, entregavam à ofensiva fulminante e heróica das tropas a solução, em pouco tempo, um mês ou dois, da guerra com a Alemanha, e não haveria pois que contar senão com os recursos acumulados nos depósitos e arrecadações.

A guerra durou 52 longos e fúnebres meses e a França pagou bem caro o conceito, que prevaleceu, de que no dia da declaração de guerra se devia paralizar tôda a actividade da Nação que não fôsse fornecer tropas e mais tropas. O tenente-coronel Rebonl no seu livro «Mobilização Industrial» conta como nesta intenção se foi tirar às fábricas e serviços técnicos tôda a gente mobilizável, em vista da idea dominante de que o movimento daria, com o célebre espirito ofensivo dos franceses, a vitória sôbre o inimigo.

Não se previam os consumos em munições e armamentos que em breve esgotavam *stocks* e já em meados de Setembro de 14, muitas vezes se sacrificavam vidas preciosas, exaltando-lhe o espirito ofensivo e levando-os ao

ataque à arma branca, sem preparação suficiente de artilharia, por falta de munições. Entretanto a indústria militar ficara em parte na mão dos alemães e a restante, assim como a privada, estava em completa desorganização por falta de quadros profissionais e técnicos. A França esteve desarmada à mercê dum ataque de grande envergadura da parte dos alemães. Devia ter-lhe valido então a Virgem de Orléans que por lá ouvi invocar tantas vezes, com a sua milagrosa intervenção a favor duma civilização que desapareceria, se no cérebro pautadamente alinhado do teutónico pudesse caber a hipótese de uma tão desvairada imprevidência!

E a 20 dêsse mês depois de se ter recorrido a uma improvização, tôda latina, ao material Bange e ao canhão Lahitole de 1873, Milerand, já com o Governo em Bordéus, convoca os industriais de metalurgia no sentido de se fazer a mobilização industrial da França. Vamos analisar para nosso proveito, o êrro Francês:

Os estabelecimentos militares têm o seu pessoal adestrado para o rigor de medições, a sua técnica de fabrico estudada e ponderada.

Novos processos se implantaram quando se recorreu à indústria civil para fabricos em que o tórno foi única base, porque o clássico forjamento exigia prensas potentes que a indústria não possuía. Assim aconteceu com as granadas de 75 que passaram a ser exclusivamente extraídas de blocos de aço ao tórno, mas foi preciso então estudar de novo o traçado do projectil que se apresenta agora noutras condições de pêso, espessura de paredes e câmara de explosão. O fabrico das espoletas necessárias êsse então encontra pela frente a falta de preparação dum pessoal ao qual se vai exigir máximos e mínimos da casa das cen-

tésimas de milímetros, para que só o pessoal das oficinas militares estava disciplinado.

Esta improvização inutilizou com rebentamentos prematuros para cima de 600 peças de 75 e matou tanto artilheiro que se chegou a regulamentar que à voz de fogo os serventes se abrigassem!

Por outro lado, a peça de 75 a genial criação de vários artilheiros (Deport, Saint Claire Deville e outros) perdia muita eficiência porque ela vence não só pela rapidez de tiro mas pela sua precisão balística que lhe falhava com a espoleta feita à pressa e munições defeituosas. E mesmo dali a pouco começava a sentir-se a falta de granadas com balas para fogo de interdição e depois em Março de 16, a de granadas de gás. E tudo isto em tal exigência de densidade de fogos que em Malmaison em dez dias o 75 atirou 1750 Tons. de projecteis por Kilom. e no dia do ataque 520, número que em 27 out. atingia 720 para a artilharia pesada. Perante a desorganização da indústria houve que chamar à frente material de tôdas as idades e calibres porque as perdas no 1.º de Janeiro de 1917 eram

MATERIAL FORA DE ACÇÃO

2100 b. f.	rebentadas
2300 » »	deformadas
3000 » »	estrias arrazadas
1600 » »	tomadas ou destruídas pelo inimigo
<hr/>	
9000	

Em 1918, ironia do destino! a indústria francesa pelo processo de divisão de fabrico por vários estabelecimentos, estava em condições de se bastar e até de fornecer todos os aliados!

Em Maio de 1917 a infantaria precisava de 700:000 armas! e não havia onde ir buscá-las! E o quadro repetiu-se para o material de transmissões; para a aviação e para as pólvoras e explosivos.

E até aqui podia contar-se com uma base de indústria de tempo de paz, bastando à França e ainda produzindo para um largo mercado internacional. Mas quando em 22 de Abril de 1915 appareceu a surpresa dos aggressivos químicos, manifesta-se, passado o primeiro momento de dor, espanto e revolta, o verdadeiro feitiço latino. Comissões, sub-comissões muito discurso, discussão se o serviço devia pertencer à Engenharia ou à Artilharia e instala-se definitivamente a Direcção do material químico em Julho, 5 meses depois, mas subordinada simultâneamente ao Director da arma de Engenharia, da Artilharia e do Presidente da Comissão de Estudos Químicos. Dêste triplice comando resulta, por exemplo, que a 20 de Junho, são pedidas urgentemente 80 toneladas dum aggressivo, mas só a 20 de Julho entram em fabrico. Tinham-se perdido dias preciosos em tricas da burocracia, e, a 16 de Julho, entretanto, em La Harozée os alemães com novo ataque de gás sem réplica, punham fora de combate 10:000 franceses. Cito estes pormenores porque, se é verdade que a conferência, e o discurso deixam no espirito de muitos dos ouvintes a impressão fugaz que se apaga depois dos cumprimentos ao orador, o sudário apresentado fará pensar a todos que a independência duma pátria e a vida dos seus filhos, vale um pouco de reflexão e estudo nos tempos calmos da paz de quem tem de pensar nos assuntos de defesa nacional.

Agora a questão de *mão de obra*: A mobilização industrial põe em trabalho tôdas as actividades adaptáveis desde a fundição pesada ao salão de modista que fabrica

máscaras porque as fábricas do Estado não podem bastar.

Ameaçada pela diminuição alarmante dos *stocks*, a segurança do país obrigou a tirar dos efectivos em poucos meses, 500:000 homens válidos e hábeis. Há reclamações e cria-se tardiamente um corpo de fiscais para seleccionar e fazer voltar para a frente os mais inábeis ou embuscados. Do mal estar desta situação e da desorganização resultante ressentem-se o moral da tropa, porque a extensão do nome de embuscado traz, como tôdas as generalizações, prejuizos irreparáveis. O homem que vive na miséria das trincheiras, não alcança que o seu camarada seja chamado, por indicação dum industrial, a viver à rearguarda a vida calma e confortável das 8 horas de trabalho e ainda com salários generosos. E destes rumores nasceram mais hesitações e contra-ordens e agora são as indústrias em princípios de organização que sofrem. Chega-se assim ao comêço de 17 em que se recorre à mobilização da mão-d'obra feminina para fabricos especificados e de 285:000 ao principio chega-se ao armistício com 355:000 mulheres. Além destas e dos militares seleccionados as fábricas trabalharam com coloniais, prisioneiros e estrangeiros, entre os quais se encontravam 4:100 portugueses.

A marinha mais avisada prestou auxílio ao exército, fornecendo-lhe os seus *stocks* dispensáveis e fabricos novos, sem sacrificar os efectivos em armas, porque entrou desde Agosto de 14, deliberadamente, no recrutamento de operários e mão de obra colonial. Desde Janeiro de 17 equipa as suas instalações com abundante maquinaria, organiza modelarmente o serviço de abastecimento e matérias primas e auxilia poderosamente as fôrças de terra com o fornecimento de granadas e material de artilharia que alguns dos nossos artilheiros guarneceram na frente,

Em Portugal pode afoitamente dizer-se que não houve mobilização industrial, houve sim intensificação de trabalho fabril, quer para serviço do nosso exército quer mesmo para o estrangeiro, trabalhando as fábricas em pleno. Graduaram-se alguns artifices do arsenal constituindo a Oficina Ligeira de Artilharia do C. E. P. que tão assinalados serviços prestou em França. Outros foram servir no teatro de operações da África Oriental, ambos os agrupamentos dirigidos por oficiais de artilharia. Na metrópole há ainda a mencionar a fabricação de granadas de 15 de gusa acerosa para os exércitos franceses e romenos mas com muita indecisão e com uma grande percentagem de sucata. Viaturas, arreios, equipamentos se fabricaram então também em Portugal. Assinalo ainda estudos feitos e realizados nas fábricas do Arsenal do Exército, em latões e pólvoras, gusa acerosa, e outros, acudindo a situações em África que a guerra submarina tornava difíceis. Não devendo pois concluir nada do trabalho da nossa indústria durante a guerra, tomemos como presumivelmente nossos os erros que os franceses cometeram à custa de tantas vidas e dinheiro desperdiçado e vejamos os recursos do nosso país e a maneira de os aproveitar na parte que ao material respeita, numa guerra que, como a de 1914, não será fulminante como os exemplos recentes da Etiópia e da revolução espanhola o corroboram!

Portugal não é um país nitidamente industrial ou agrícola.

À agricultura falta-lhe uma regularidade de clima que lhe garanta uma média de produção sem superproduções ou crises aflitivas.

A indústria vive sob um regimen de protecção aduaneira sem o qual não pode passar. Mas não são de des-

prezar os recursos que temos e que vamos analisar só no que mais directamente interessa a esta lição. *Minérios*: Ferro, Chumbo, Cobre, Antimónio, Estanho, Niquel; Wolfram, Zinco, Urânio e Rádio de tudo isto temos no país. A celebrada tábula de cobre de Aljustrel, rudimentar código de minas de Augusto e Tibério, e o exame de escoriais, demonstram que a indústria mineira é bem mais antiga na península que a Nacionalidade. Temos presentemente 81 concessões de minério de ferro mas, contra a opinião de muita gente, eu perfilho a do professor Aboim Inglês de que um minério com 40% de hematite e 25-35% de Sílica é comercialmente ruinoso de explorar e, portanto, será preferível trocar os nossos 120:000 contos de importação deste metal pela colocação no estrangeiro de produtos que nos sobejam. É verdade que, logo que a partir do reinado de D. João I em que se começaram a usar trons e bombardas, apareceram em lavra minas de Vila Nova de Ródão, Penela, Figueiró e Tomar cujo ferro no dizer de Severim... «é o melhor do mundo pois dele se costuma fabricar as espingardas mais estimadas dos príncipes...»

A idea dominante de nos bastarmos fêz ainda aproveitar a mina da Foz do Sege em 1805 sob a direcção de mestres alemães contratados Warnhagen, Eschvegen e Estefield que pouco ou nada fizeram.

Abandonadas com as invasões francesas voltam a lavar-se e em 1829 tinham dois altos fornos com insuflação de fole movido hidráulicamente e a competente afinação. Vivendo vida precária porque as fundições eram escassas e caras, foram em 49 incorporadas no Arsenal do Exército que em 56 entregava as instalações às obras públicas. Informações muito recentes confirmam o que como previsão já lera. O grande consumo de ferro e o esgotamento

dos jazigos ricos do estrangeiro fazem ou aproveitar minério próprio de baixo título até agora inexplorados ou então recorrer a países estranhos. Realmente vi descarregar nas docas de Cardiff em 1935 um grande navio com minério espanhol e consta-me que se anda procurando transporte para 5:000 toneladas da nossa hematite.

E uma solução feliz para o emprêgo dos nossos minérios de ferro.

As minas de outros minérios, desnacionalizadas quasi tôdas, ou estão em mãos de estrangeiros que as mantêm paradas para efeitos de alta de preço nas bôlsas mundiais ou então exportam os produtos que vão lá fora transformar para entrarem depois as fronteiras, avolumando o fardo da importação.

Precisaríamos para a transformação dêstes produtos do nosso sub-solo energia abundante e barata. Numa conferência brilhante feita há pouco na E. C. calculou-se o necessário para a mobilização dos estabelecimentos militares mas a-pesar-da fôrça hidrò-eléctrica que a cada momento se escoia para o mar e da abundância das nossas lenhites de Leiria e carvões de S. Pedro da Cova, Lena, St.^a Susana e Cabo Mondego, importamos 170:000 T de combustível e grande percentagem da nossa energia é produzida por emprêsas estrangeiras. É preciso notar que muita desta energia estaria sem aproveitamento durante o tempo de paz, porque a agricultura que a podia aproveitar ainda não lhe reconhece o alcance da sua utilização. Em curtidos e madeiras e outras matérias temos bastante no país e as Colónias podem ajudar-nos na formação de *stocks*. Vejamos agora a questão do cartuchame, pólvoras e explosivos. Um exército de 4 divisões consome 1.500:000 cartuchos por dia. A nossa fábrica de Chelas não nos bas-

ta. Precisariamos de latão copelado e de multiplicar as instalações de maquinaria facilmente reproduzíveis no país. Da indústria particular só poderíamos esperar o auxílio da fábrica de cartuchos de caça com o fornecimento de fulminantes. A parte química necessitaria instalações dez vezes maiores que as actuais, só possíveis com uma largueza de recursos que nos permitisse implantar o fabrico do amoníaco sintético para a obtenção do ácido azótico, com uma contrapartida de receitas no fornecimento de nitratos na agricultura.

Diispensariamos a acetona que importamos na razão de meio quilo por cada quilo de pólvora, fabricando éter que com alcool a substituíriam.

Quanto a explosivos temos desperdiçado a produção da toluene que por nitração dá o precioso trótil. Eu julgo que o assunto já está sendo tratado por quem de direito, junto das fábricas de gás.

Pessoal fabril. — O nosso operário, de grande habilidade manual e inteligência, é inculto e sem preparação técnica profissional porque na pequena indústria, a mais numerosa, os patrões na sua maioria antigos operários analfabetos ou quasi, os preferem assim, confiantes em que as muralhas aduaneiras se hão de ir levantando mais e mais desobrigando-os de recorrer à organização do trabalho que só a técnica servida por técnicos lhe pode dar.

O N.º 150 do Boletim do Trabalho Industrial apresenta a estatística dos estabelecimentos industriais e o pessoal empregado, referida a 31 de Dezembro de 1930. Não conseguimos dados para actualizar os seus números que, conforme o confessa o boletim, devem ser baixos pelo receio dos industriais em fornecerem informações certas que venham a servir para fins contributivos. Tomemos porém esses números como certos e consideremos as indústrias

metalúrgicas, químicas, de curtimenta e madeira mais afins do objectivo desta nossa lição.

Num total de 50.233 estabelecimentos industriais de tôdas as classes, com 255.808 operários, estão registados nos grupos que nos interessam 11.712 estabelecimentos e 54.125 operários. Contando só com os operários mobilisáveis fazendo falta à mobilização industrial, não devemos errar muito se computarmos em 30.000 os homens válidos dos 20 aos 40 anos com a categoria de profissionais. Se a utilização de tal actividade não pode considerar-se sem valor para a guerra, teremos por outro lado que pensar em que não podemos roubar à indústria civil, sem prévio exame e aviso, 30.000 operários ou ir tirar às tropas, já em operações um tão avultado número de bons elementos.

O Ex.^{mo} Brigadeiro Pereira Lourenço revela-nos num excelente artigo da Revista da Artilharia como as fábricas militares espanholas, em labor metódico dos seus engenheiros, organizaram um sistema de fichas que menciona tudo o que diz respeito à manufactura da mais insignificante peça de material até com a designação da máquina, fábrica e pessoal necessário.

Desta maneira ou doutra, do emprêgo previdente da actividade e saber dos nossos técnicos militares, socorrendo-se, em estreita ligação, do serviço de estatística dos organismos oficiais pode resultar uma preparação metódica e cuidada dos recursos da nossa indústria a utilizar em caso de mobilização. Agora que o fabrico do material de guerra e nomeadamente da artilharia, deixou de ter a simplicidade das rudimentares instalações de há menos de 100 anos, não podemos pensar na produção de unidades que o consumo do país não comportaria. Insistamos então no exemplo recente da Finlândia que para 12 peças an-

ti-aéreas encomendou na Vickers uma boca de fogo completa e os tubos, cremalheiras e preditores, e reproduziu por cópia tudo o mais que lhe faltava para as três baterias. O fabrico de alguns torpedeiros nos nossos estaleiros foi avisado serviço prestado à Nação, pois o aproveitamento dos nossos recursos fabris foi além de tudo, obra inteligente, nestes tempos revôltos em que desemprego e desempregados são arma e instrumento de perigosas questões sociais.

Depois é natural que em casos de guerra tenhamos de recorrer exclusivamente aos transportes por mar para o nosso abastecimento.

E, além de que, então é precária a segurança do tráfego o estrangeiro terá por sua vez de montar fabricos novos para servir as nossas encomendas o que causará prejudiciais demoras. O interêsse da defesa Nacional está, parece-me, em criar stoks, preparar fabricos para os consumos da guerra, restringir ao mínimo o que tenha de importar-se, no sentido de que a independência duma Nação e a sua integridade territorial justificam e compensam largamente todos os sacrifícios financeiros. Aos oficiais que nesta Escola recebem cuidada preparação técnica e fabril, cabe a tarefa de colher elementos, seleccioná-los e perante um plano de mobilização em marcha vigiar e montar fabricos, adestrar pessoal na exigente arte de produzir material para o Exército.

ALUNOS!

Estamos chegados ao fim da lição.

A vida é um combate: disse-o Job, cap. VIII, Vers. I.

Quanto mais o engenho tenta aproximar os homens,

encurtando as distâncias, mais eles se afastam num isolamento agressivo, criando meios de destruição mais potentes e cruéis, a-pesar-de protestos humanitários que surgem de quem sonha acabar com as guerras ou torná-las menos ferozes. E é a generosidade dos francos e a lei sálica a proibir as armas envenenadas, o 29.º Canon do Concílio de Latrão a interdizer o uso das béstas por muito mortíferas, é o idealismo medieval da cavalaria a declarar cobarde o uso da artilharia que os ingleses implantam definitivamente com as suas três bombardas da vitória de Crécy.

Interdiz-se o emprêgo dos gases, mas contratos firmados... são papéis. O espectro, ainda recente, da guerra de 14 apavora a governança pública que corre de Londres para Génèbra e de Génèbra para Londres, multiplicando-se em artificiosas fórmulas e combinações para firmar a paz ao mundo. Sucedem-se conferências de desarmamento, pactos regionais, segurança colectiva, sanções... Mas é sempre o desassocêgo porque a natureza do homem permanece agressiva num estigma de tóda a sua existência multimilenária. Foi a guerra pela prêsa, pelo território, pelo credo religioso, pela expansão da raça ou interêsses de comércio, e agora ainda, é a guerra pela hegemonia política, fazendo terreiro da luta do campo de outrém prèviamente trabalhado para lutas fraticidas cuja crueza não sabemos como colocá-la no espaço e no tempo, nesta idade de maravilha técnica que estamos vivendo... Portugal teve sempre mais amor à enxada e à ferramenta que à arma, porém acode em massa para defender o seu território, expulsar o invasor ou respeitar contratos seculares. Depois volta pacificamente à terra fazendo do Norte um mimo de jardim, do Alentejo o celeiro da grei e de terras agressi-

vas de além-mar, padrões de civilização que são modelos para outros povos colonisadores. Mas para que nestes tempos de incertezas em paz se trabalhe e o pão não faça mingua, é preciso que nós, os oficiais, estrutura da defesa nacional, dêmos à Nação garantias de que somos dignos da confiança com que seremos seguidos de vontade para o sacrifício, até o da vida. Por isso eu me dirijo hoje a vós para quem vão todos os esforços e canseiras dos que trabalham nesta Escola :

Mais do que nunca o oficial terá que ser, hoje, um condutor de homens numa afinação de corpo e espírito que a responsabilidade do seu cargo exige.

Morreu há pouco mais de um mês um metalurgista insigne, Le Chatelier, que, admirador da obra dum outro grande homem, Taylor, seu amigo pessoal, iniciou pelo livro e pela conferência a juventude técnica e profissional da França, nos princípios da organização científica do trabalho e da metalurgia. Deixo nesta lição o meu modesto voto de pesar pelo desaparecimento do grande engenheiro em cujos livros eu aprendi a admirar a obra do organizador americano e a soletrar o pouco que hoje sei da técnica metalográfica e dos tratamentos racionais das ligas metálicas. Êle termina uma das suas últimas conferências assim : «No dia em que um número suficiente de homens abordarem a vida com o desejo de melhor cumprirem a sua tarefa e fizerem nesse sentido o esforço necessário de organização, poderemos esperar de novo o aparecimento das *élites* cuja ausência é hoje a chaga das democracias modernas». Ora grande parte das *élites* intelectuais portuguesas são recrutadas no Exército e saídas deste estabelecimento, em que, no dizer do sr. Ministro da Guerra que nos honrou com a sua primeira visita oficial, «se forma o

escol do Exército Português». A responsabilidade deste conceito de quem não pertence ao Exército, tendes de corresponder integrando-vos na vossa missão, organizando a vossa vida profissional sòlidamente, não na finalidade de procurardes o sucesso fácil à base dum empirismo que a vossa preparação aqui não justifica «vencendo sem dificuldade, mas triunfando sem glória». Oficiais de tropas ou de gabinetes, a vossa missão será sempre elevada porque quer a matéria prima seja o soldado ou o problema complexo da técnica, não podereis bem servir sem que ponhais a análise e a reflexão ao serviço da vossa inteligência cultivada.

Num tratado de artilharia de há cêrca de trezentos anos se diz: «um artilheiro para saber bem do seu ofício, há de ser bom cristão, são de pés e mãos, de vista e bom juízo. Além do seu ofício deve entender dos seguintes: que meça, compare e pese, entender do ofício de polvorista, de carpinteiro, ferreiro, etc.»

Estas regras aplicadas em paráfrase ao oficial de hoje, têm, com a profundidade da sua filosofia, uma tal frescura de actualidade que não parece que sôbre elas quási três séculos vão passados.

Tenho dito.

Nov. de 1936

TEN. COR. ANTÓNIO BAPTISTA DE CARVALHO

BIBLIOGRAFIA

Les Forces de l'industrie—L. BORDEAU.

Les grandes inventions—FIGUIER.

A nova ordem económica—SAMUEL DE OLIVEIRA.

Nouveaux Standards—H. DUBREIL.

L'Industrie la Science et l'organisation au XX siècle—H. LE CHATELIER.

História da Artilharia Portuguesa—J. M. CORDEIRO.

Mobilisation Industrielle—L. C. REBOUL.

Boletim de Minas, 1933.

Boletim do Trabalho Industrial, n.º 150.

As indústrias extrativas em Portugal. I—ABOIM INGLEZ.

Mobilização Industrial—BRIGADEIRO PEREIRA LOURENÇO. («Revista de Artilharia» n.º 133).

Documentos Politicos—DR. PEDRO TEOTÓNIO.

Legislação Corporativa.

Étude sur l'artillerie—FAVÉ.

Artigos dispersos de—VITERBO.

Conferência na E. C. O.—ENGENHEIRO JOÃO CALADO.

LES DÉCOUVERTES MARITIMES DES PORTUGAIS⁽¹⁾

De tous les visiteurs qui se pressèrent en 1931 à l'Exposition coloniale de Vincennes, il n'en est pas qui n'ait gardé le souvenir de la brillante participation du Portugal et des deux pavillons où étaient évoqués les souvenirs d'une magnifique épopée géographique et coloniale, au cours de laquelle un petit État de 6.200:000 habitants promena son pavillon sur des mers où ne s'était montrée aucune marine d'Europe, et enrichit prodigieusement les connaissances géographiques.

Ainsi se trouvèrent résolus de difficiles problèmes et dissipées bien des légendes. Ce n'est pas que le Moyen-Age ait été la sombre nuit qu'on se figure trop volontiers. Des hommes tels que Albert le Grand, Vincent de Beauvais, auraient figuré avec honneur parmi les savants de n'importe quelle époque. Mais le savoir n'a pas toujours et immédiatement raison des fables et des préjugés. La recherche d'or, particulièrement active à la suite des ruines accumulées pendant la guerre de Cent ans, avait excité l'activité des alchimistes, qui ne fut pas entièrement stérile, mais avait popularisé d'étranges croyances. Pour beaucoup de gens, l'or était fait de rayons solaires solidi-

(1) Conférence faite au Comité France-Portugal, à Bordeaux, le 18 février 1937.

fiés par la chaleur, la même chaleur torride qui brunit jusqu'à la noircir la peau des hommes, de sorte que l'or, croyait-on, devait se trouver dans les pays habités par des nègres. Ce qui semblait donner quelque fondement à cette idée, c'est que, par des caravanes venant du Soudan, de la poudre d'or arrivait dans les pays du nord de l'Afrique, commerce qui, d'ailleurs, dura jusqu'au XIX^e siècle. Et c'est cet or que les premières expéditions maritimes des Portugais dans la première partie du XV^e siècle avaient pour but d'aller chercher le long de la côte africaine.

On a dit longtemps que la nature avait horreur du vide. C'est encore plus vrai de la cartographie du passé. La carte d'Afrique, par exemple, non contente de donner asile à des informations plus ou moins sûres, se peupla d'indications fantaisistes de montagnes, de fleuves, et de populations. Ce n'est pas tout: le dessinateur y inséra des figures étranges d'animaux et de monstres humains. Nous nous l'expliquons d'autant plus aisément, que Stanley, dans son deuxième voyage en Afrique, entendit parler d'hommes pourvus de deux oreilles de grande taille, l'une servant de matelas et l'autre de couverture! Il fallut arriver jusqu'à 1749 pour voir la carte débarrassée de tous ces dessins, grâce à l'impitoyable critique de d'Anville. Encore l'épuration ne fut-elle pas définitive, car, au début du XIX^e siècle, il se trouva un imposteur, Douville, pour écrire le récit et dresser la carte, très détaillée, d'un long voyage à travers l'Afrique. Douville ne fut démasqué qu'en 1830; il avait eu le temps, dans l'intervalle, de recevoir la grande médaille d'or de la Société de Géographie de Paris!

Le Portugal eut la bonne fortune de posséder, au début du XV^e siècle, un homme qui alliait, comme plus tard d'Anville, le souci de l'exactitude à la passion de la

vérité. Ce fut l'infant dom Henri, né en 1394, cinquième fils du roi Jean I^{er}. À l'âge de 21 ans, nous trouvons ce prince au siège de Ceuta, où il se conduisit brillamment. Ce fut la seule campagne maritime, et si la postérité a joint à son nom le qualificatif de: Navigateur, c'est en considération de nombreuses expéditions par mer qu'il inspira ou organisa. En effet, de retour au Portugal, il conçut des projets à la réalisation desquels il devait consacrer toute sa vie: enlever aux infidèles le monopole du commerce avec l'Orient, et trouver vers l'Inde une route par mer, à défaut de la route par terre interceptée par eux. Nommé par son père gouverneur de l'Algarve, il fixa sa résidence en un endroit solitaire de la côte, au promontoire de Sagres, près du cap Saint-Vincent, d'où la vue s'étend au loin sur l'immensité de l'Atlantique. Il y ouvrit une école de navigation à laquelle il convia les meilleurs navigateurs de tous les pays, les mathématiciens, les astronomes, les cartographes les plus réputés, quelle que fût leur religion. Il était cependant grand-maître de l'Ordre du Christ, le plus ancien de la chrétienté, mais cette haute dignité ne le rendit pas intolérant: Elle lui permit en revanche de disposer de la fortune considérable de l'Ordre pour armer les expéditions qui, chaque année, partirent le long de la côte africaine à la recherche du pays de l'or, ensuite à celle du «royaume du prêtre Jean», État chrétien qui n'était autre que l'Abyssinie, enfin à celle de l'Inde.

Les premières de ces expéditions ne donnèrent pas de grands résultats. De 1418 à 1433 aucune ne réussit à dépasser sur la côte africaine de l'Atlantique, le cap Bojador, où commençait l'inconnu, et que défendait une inexplicable terreur superstitieuse. Même après que ce cap eut été doublé par Gil Eannes, les progrès furent lents: en

1436, Gil Eannes et Alfonso Gonçalvez arrivèrent au Rio de Oro actuel; en 1440, Antonio Gonçalvez parvint à la baie d'Arguin. Il y vit des habitants, et l'année d'après, arrivèrent au Portugal quelques esclaves et un peu de poudre d'or.

Il était temps. La persévérance du prince Henri était qualifiée par beaucoup de folie ruineuse, car elle coûtait cher en argent, et même en vies humaines, sans avoir rien produit. Bien plus, elle ne profitait qu'aux infidèles et aux hérétiques entretenus à la Villa de l'infant. L'envoi de colons à Madère, où l'on planta la canne à sucre et la vigne, finit par calmer les mécontents. En 1445, Diniz Diaz atteignit l'embouchure du Sénégal et le cap Vert.

Dix années se passèrent sans progrès marqués. Toutefois, des navires de commerce, auxquels l'État ne demandait qu'une redevance du quart des cargaisons qu'ils rapporteraient visitèrent les côtes récemment reconnues, d'autant plus qu'au delà du rio de Oro il n'y a pas de tempêtes à redouter, ce dont on ne tarda pas à se convaincre.

En 1454, un jeune Venitien de famille noble, Cá da Mosto, qui avait fait plusieurs voyages en Méditerranée et faisait voile vers la Flandre, fit naufrage près du cap Saint-Vincent. Le prince Henri, pressentant que cet accident lui vaudrait peut-être un collaborateur, adressa au naufragé, avec le consul de Venise, son propre secrétaire. Celui-ci, porteur de sucre et de vin de Madère, fit savoir à Cá da Mosto que son maître était prêt à lui confier un navire pour aller visiter les côtes reconnues ou occupées par les Portugais. La cargaison qu'il rapporterait serait vendue; s'il y avait un bénéfice, il le partagerait avec le prince; en cas de pertes, le prince les supporterait seul. Cá da Mosto fut

tenté, et, après avoir passé l'hiver à Saint-Vincent, partit au printemps de 1455, sur une caravelle neuve fournie par dom Henri. Après une visite à Madère, il fit escale à la baie d'Arguin, passa un mois au Sénégal, toucha à la Gambie, où il trouva un Génois, Antonietto Uso di Mare, également au service du Portugal. Mais l'hostilité des indigènes l'obligea à rentrer. Dans un second voyage, Cá da Mosto dépassa la Gambie, reconnut les rivières de ce qui forme aujourd'hui la Guinée française, donnant à la Casamance le nom qu'elle porte encore, et découvrit les îles du cap Vert.

Trois ans après cette nouvelle avance, en 1460, le prince Henri mourait. Au cours de ses 42 années de travail, il avait valu à son pays la connaissance de 1800 milles de côtes jusqu'alors inexplorées. Mieux encore, il avait donné à la marine portugaise un élan qui, de longtemps encore, n'allait pas faiblir. Mieux encore, il avait mis au service de la science géographique les instruments et les méthodes qui rendirent possibles les progrès qui suivirent. Sa mort fut un deuil national; sa Villa de Sagres fut pieusement entretenue, jusqu'à ce que le tremblement de terre de 1742 la détruisit, et sa sépulture au monastère de Batalha fut le but d'incessants et pieux pèlerinages.

Au moment où se terminaient la vie et la carrière de ce grand homme, dix degrés de latitude seulement séparaient le point extrême atteint par les Portugais, sur la côte actuelle de la république de Libéria, de l'équateur. De nouveaux problèmes n'allaient pas tarder à s'imposer à l'attention des marins portugais.

Le plus urgent consistait à reconnaître la position en latitude à laquelle on allait parvenir en continuant à longer l'Afrique. A mesure en effet qu'on se rapprochait de l'équa-

teur, l'étoile polaire, dont la hauteur au dessus de l'horizon marque la latitude, s'abaissait de plus en plus, et n'allait pas tarder à disparaître. Il fallait donc trouver dans le ciel un astre qui pût rendre le même service. C'est ici qu'intervint l'observation de la hauteur du soleil à midi, variable à chaque jour de l'année. Si on connaissait, pour chaque jour, la déclinaison du soleil, comprise entre $23^{\circ}27'$ Nord le 21 juin, et $23^{\circ}27'$ Sud le 21 décembre, nulle le 21 mars et le 23 septembre, un calcul très simple donnerait la position cherchée. Il était donc nécessaire de posséder des tables indiquant la déclinaison quotidienne du soleil. Or, ces tables furent en usage parmi les marins portugais dès 1473. On a longtemps attribué leur introduction en Portugal à des mathématiciens et astronomes allemands, Martin Behaim et Regiomontan (Jean Müller, de Königsberg). Mais un érudit portugais, J. Bensaude, a découvert en 1912 la véritable origine de ces tables. Elles sont l'œuvre d'un juif portugais, Abraham, auteur d'un Almanach perpétuel, dressé en hébreu, que traduisit en portugais un autre juif, José Vizinho, physicien du roi Jean II. C'est aussi un ouvrage paru en Portugal que le *Traité sur l'astrolabe et le quadrant*, dont un exemplaire unique fut découvert en 1913 à la Bibliothèque royale de Munich, et dont une Commission nommée par le roi Jean II recommandait l'emploi dans la marine portugaise. Il n'était pas surprenant qu'on trouvât en Portugal des savants prêts à mettre leur science au service de l'État, car celui-ci ne leur ménageait pas sa faveur, et l'astronome trouvait dans l'astrologie un supplément de ressources que l'opinion autorisait. Le même homme qui travaillait pour le progrès des sciences nautiques était aussi celui que l'on consultait pour choisir le jour de se marier ou simplement de se faire couper les cheveux. Le

grand Kepler lui-même ne dédaignera pas ces petits profits.

En voyant la côte de Guinée se prolonger vers l'Est, les marins portugais se trouvèrent remplis d'espoir. N'approchaient-ils pas soit du royaume du prêtre Jean, soit même de l'Inde? En 1471, Fernão do Pó découvrait les îles du golf de Guinée, dont l'une porte encore son nom. Un peu plus tard, l'équateur était franchi par Alvaro Esteves. Mais bientôt après, la guerre avec l'Espagne (1475-1480) vint interrompre les entreprises maritimes, en même temps que l'inflexion de la côte vers le Sud apportait une déception.

Ce n'est pas tout: quand on se remit à la tâche, on s'aperçut qu'après avoir franchi la zone pluvieuse,—le pot au noir, de nos marins,—où le vent faiblit et cesse parfois même de souffler, on avait à lutter contre un courant contraire, le courant de Benguela de la nomenclature moderne. Il fallut toute l'énergie de Diogo Cão pour attendre l'embouchure du Congo en 1482, et pousser jusqu'à l'actuelle Walvish Bay en 1485. De plus, en présence de l'activité des Espagnols, il convenait de faire acte de premier occupant sur les côtes découvertes, et c'est pourquoi les expéditions emportèrent avec elles ces stèles de pierre aux armes du Portugal qu'on disposa en des endroits du rivage aussi visibles que possible qu'on appelle des *padrões*, portant le nom d'un saint et une date. En 1487, Bartholomeu Diaz parvint à l'extrémité méridionale du continent africain. En dépit de fortes tempêtes, il dépassa la baie d'Algoa et parvint même à la Rivière de l'Infant (Great Fish river de nos jours). Mais là, une mutinerie de ses équipages le contraignit au retour. C'est sur ce trajet du retour qu'il aperçut, au pied d'une haute montagne tabulaire, un cap qu'il

appela le Cap des Tempêtes. Il emportait la conviction que la route de l'Inde était désormais ouverte. Jean II, partageant cette conviction, décida que le cap des Tempêtes s'appellerait désormais Cap de Bonne Espérance. Il semble que ce fut là la seule récompense que reçut Bartholomeu Diaz, car on ne peut considérer sa nomination au poste de gouverneur du poste d'El Mina, sur la côte de Guinée, comme marque d'une insigne faveur.

Jean II n'en avait pas moins conçu assez d'espoir pour décider une expédition nouvelle, préparée avec un soin minutieux, un tel soin que non seulement Jean II, mais Esteban da Gama, qui devait en être le chef, eurent le temps de mourir avant l'achèvement des études et des préparatifs nécessaires.

Ce fut le roi Manoel qui choisit le nouveau chef de l'expédition, Vasco da Gama, alors âgé de 28 ans. Rien n'avait été négligé pour le succès. On avait fait appel aux meilleurs architectes navals, choisi les meilleurs bois, recruté des équipages d'élite, largement payés. Les trois navires, *São Gabriel*, navire amiral, *São Rafael*, *Berrio*, étaient de petits navires de 100 tonneaux environ, pour faciliter la manœuvre, munis d'une forte voilure. Une nuit de prières et une procession en ville précédèrent le départ de la flottille, qui leva l'ancre le 8 juillet 1497, ayant à bord 170 hommes, dont les deux tiers ne devaient plus revoir leur pays.

Le 27 juillet, l'on mouillait à Santiago, une des îles du Cap Vert. L'itinéraire qu'on suivit alors différa des itinéraires précédents, et là se révélèrent la hardiesse et les connaissances nautiques de Vasco da Gama. Les «roteiros» signalaient l'intérêt qu'il y avait à traverser la zone des calmes équatoriaux dans sa plus faible largeur; pour cela, il fallait faire voiles vers le sud à partir des îles du Cap

Vert, et, par conséquent, s'éloigner des côtes. Un autre avantage de cette route était celui d'éviter le courant de Benguela. C'est seulement après être parvenu à la latitude du Cap qu'on alla rejoindre l'itinéraire de Bartholomeu Diaz. La traversée n'en fut guère moins dure. Les navires faisaient eau. Les équipages demandaient à rentrer. Il fallut tout l'ascendant de Vasco da Gama pour réprimer un commencement de révolte. Il fallut aussi réparer les navires dans la baie de Sainte Helène.

Enfin, le Cap de Bonne Espérance fut doublé le 18 novembre. Le 16 décembre, on atteignait la rivière de l'Infant. A partir de là commençait l'inconnu. Le 25 décembre, on longea la côte qu'on appela Natal, du nom de la fête du jour. Mais la navigation, contre le courant des Aiguilles, était fort dure. Le 15 janvier 1498, il fallut faire escale à la rivière des Bons Sinais, et y passer 32 jours en réparations. Le scorbut causa plusieurs décès. Ensuite, ce fut la lutte contre le courant de Mozambique. On n'arrive que le 2 mars à Mozambique, le 7 avril à Mombaça, le 13 avril à Mélinde. L'épuisement était extrême.

Mais les épreuves allaient finir. D'abord, on était parvenu à une portion de rivage reconnue peu d'années auparavant par du Covilhã qui, d'Egypte, était allé à Aden et à la côte de Malabar, et était rentré par Ormuz et Sofala (côte de Mozambique). Ensuite, à Mélinde, Vasco da Gama eut la bonne fortune de rencontrer le meilleur des pilotes de l'Océan Indien, Ibn Médjid. Celui-ci l'engagea à attendre la mousson d'été, qui n'allait pas tarder à souffler, et le porterait à la côte de Malabar.

Ainsi fut fait: Vasco da Gama partit le 24 avril; le 17 mai, il arrivait en vue de la côte de Malabar, et, le 20, la flotille portugaise jetait l'ancre à Calicut.

Elle y trouva un accueil peu encourageant, non seulement de la part des marchands musulmans, qui pressentaient une redoutable concurrence pour leur commerce avec les pays de la Méditerranée, mais de la part du zamorin, ce potentat vêtu de soie et de pierreries, qui toisait avec mépris les modestes présents qu'osait lui envoyer un roitelet d'Europe. Puis ce furent de nouvelles humiliations, des traquenards, des dangers même, de sorte que Vasco da Gama décida de rentrer, se promettant bien de ne revenir qu'avec une force capable de la faire respecter.

La traversée de l'Océan Indien, avec la mousson contraire, fut longue et pénible. Il y eut de nombreux décès. Le *São Rafael* s'étant échoué, il resta à peine assez d'homme pour les deux autres navires. Ce n'est que le 20 mars 1499 qu'on doubla le cap de Bonne Espérance. Aux îles du Cap Vert, un malencontreux hasard sépara les deux navires. Le *Berrio*, avec Coelho, rentra à Lisbonne le 10 juillet. Quant à Vasco da Gama, il remit à son second le commandement du *São Gabriel*, que celui-ci ramena au Portugal. Son frère étant dangereusement malade, il le transporta aux Açores, où il le soigna jusqu'à sa mort. C'est seulement après cette perte que, frétant un navire, il rentra à Lisbonne, où il débarqua le 9 septembre 1499, après 26 mois d'absence. Il consacra neuf jours à des prières pour le repos de l'âme du défunt. Alors seulement il se rendit à la réception triomphale qui lui fut faite, et après laquelle il reçut le titre d'amiral de l'Inde.

L'expédition suivante ne lui fut cependant pas confiée. Le roi Manuel en donna le commandement à Pedro Alvarez Cabral qui, par hasard ou volontairement, atterrit en 1600 à la Terre de la Sainte-Croix, c'est-à-dire au Brésil,

où le Portugal devait par la suite se créer une riche, trop riche colonie.

Vasco da Gama ne revint dans l'Inde qu'en 1502, avec, cette fois, une flotte de 20 navires. Il put, ainsi armé, parler plus haut, et revint avec une précieuse cargaison d'épices, c'est-à-dire de poivre, de muscade, de canelle, de gingembre, denrées très convoitées à l'époque, et dont le quintal, payé 3 ducats à Calicut, se vendait 80 ducats à Venise. Désormais, le prix s'abaissa à 30 et même à 20 ducats à Lisbonne.

C'en était fini du monopole commercial de Venise. En même temps, le «plan des Indes» avait constitué pour la chrétienté une riposte à la prise de Constantinople par les Turcs. La barrière que les musulmans avaient dressée entre les pays chrétiens de la Méditerranée et l'Orient était tournée.

Fait curieux, mais non unique: Vasco da Gama, à son retour de ce deuxième voyage si fécond en résultats, connut une sorte de disgrâce. De 1507 à 1522, il vécut à Evora, dans la retraite et le silence, pendant que d'autres se lançaient sur les voies qu'il avait ouvertes, et y récoltaient profits et dignités. Et pourtant nul n'était plus fait pour inspirer au dehors la crainte et l'estime. Prisonnier à Calicut, il avait refusé de livrer ses navires pour se libérer. Lors d'un tremblement de terre qui épouvantait ses hommes, il disait, avec le plus grand calme: «C'est la mer qui a peur de nous.» Ferme envers les mutins, impitoyable à l'égard des concussionnaires, il fut, dans tous les sens du mot, un conducteur d'hommes. Justice lui fut enfin rendue, sans qu'il eût à attendre le jugement de la postérité. Il revint dans l'Inde, cette fois avec le titre de vice-roi, en 1524, mais pour y mourir peu après, à Cochin, à l'âge de 55 ans.

A cette date, le pavillon portugais était déjà parvenu en Extrême-Orient, en dépit de bien des difficultés, avec une rapidité qui tient du prodige. En 1505, Francisco de Almeida, nommé vice-roi, partit pour l'Inde, avec une flotte, qui pouvait utiliser dans l'Océan Indien les points d'appui de Quiloa, Mombaça et Melinde. En 1506, Ruy Pereira Coutinho découvrit l'île Saint-Laurent, qui n'est autre que Madagascar. La même année, Francisco de Almeida envoya son fils Laurent à Ceylan, mais là mouillaient des navires de marchands musulmans qui opposèrent une vive résistance. Puis ce fut le sultan d'Égypte qui envoya une flotte contre les Portugais. Laurent de Almeida fut tué, mais son père le vengea en 1509 en remportant la victoire de Diu qui affermit la position des Portugais dans l'Inde. Dans l'intervalle, en 1507, Affonso de Albuquerque, accompagné de Tristão da Cunha, s'était emparé de l'île de Socotora; avait ensuite longé la côte méridionale de l'Arabie, et était parvenu à Ormuz, sur le golfe Persique, dont le sultan se déclara vassal du Portugal. Sur ses traces était parti Lopez de Siqueira, chargé d'exécuter un vaste programme : explorer les côtes de Madagascar, reconnaître les bouches du Gange, et pousser jusqu'à Malacca. Notons en passant que, parmi les compagnons de Siqueira, figurait un jeune homme de 28 ans qui, trois ans auparavant, avait fait partie de l'expédition de Francisco de Almeida, et qui n'était autre que Magellan. Albuquerque compléta par une prise de possession la reconnaissance partielle de Siqueira. C'est ainsi qu'il s'empara de Malacca, que Siqueira n'avait pu qu'apercevoir (1511); et dont la possession ouvrait l'accès du pays des épices. L'année suivante, le roi du Siam envoyait à Malacca des présents destinés au roi Manuel. En 1513, c'était le roi du Pégu qui traitait avec les Portugais.

Bien que n'ayant que conquérir Aden, Albuquerque avait créé un empire qui allait de la mer Rouge à l'Indo-Chine. Il le consolida par la prise effective d'Ormuz, où les Portugais devaient rester jusqu'en 1650, mais dont la prospérité ne devait pas survivre à leur départ.

Chaque année amenait une expansion nouvelle. En 1511, Magellan était arrivé à Ternate, d'où il devait bientôt rentrer en Portugal, où il attendait une récompense qui ne lui vint jamais. C'est cette déception qui le décida à passer au service de l'Espagne et offrir en 1518 ses services à Charles-Quint. On sait la suite, et comment, s'il n'avait été tué en route, il aurait pu revoir Ternate en y arrivant en sens inverse, après la traversée complète du Pacifique, mais cette fois au service d'une puissance rivale du Portugal.

Poursuivant leur avance en Extrême Orient, les Portugais, avec Antonio de Abreu, arrivaient en 1512 à Java, à Amboine et aux îles de Banda. En 1516, Rafael Perestrello atteignait Canton. L'année suivante était fondée la colonie de Macao que les Hollandais, quand ils ravirent plus tard aux Portugais leurs précieuses possessions de l'archipel malais, ne purent jamais leur arracher. La grande île de Formose reçut son nom des Portugais, bien qu'on ne sache pas exactement s'ils y débarquèrent. En 1530, ils touchaient terre au Japon, où, dix-neuf ans après, saint François Xavier commençait son glorieux mais imprudent apostolat. Là seulement, à mi-chemin du tour du monde, devait s'arrêter cette extraordinaire expansion maritime.

Le Portugal devait en tirer de larges profits, mais la science en eut sa part. Les connaissances nautiques de ses marins, leurs cartes, leurs *roteiros*, bien que la rivalité des puissances maritimes invitât à les tenir secrets, devaient

faire plus tard l'admiration des savants. Le Portugal eut deux grandes familles de cartographes: les Reinéis et les Homens (Diégo, Lopo et André Homem), peut-être les plus éminents des cartographes de la Renaissance. Parmi les auteurs de *roteiros*, le plus éminent fut Duarte Pacheco, auteur d'un périple des côtes d'Afrique, paru en 1505, d'une admirable exactitude. La valeur qu'il donnait au degré équatorial de longitude, 106 kilomètres 56 de notre mesure, n'était inférieure que de 4 p. 100 à la réalité; avec Colomb, l'erreur dépassait 25 p. 100.

Et cependant Pacheco mourut dans la misère. Il en fut de même d'un autre bon serviteur, Antonio Galvão, qui fut le meilleur artisan de la domination portugaise aux Moluques où il sacrifia sa fortune. Rappelé à Lisbonne à la suite des plaintes de subordonnés dont il s'efforçait de réprimer les abus, il ne trouva d'asile qu'à l'hôpital, où il passa les dix-sept dernières années de sa vie, entretenu par la charité de ses amis. Albuquerque tomba dans la disgrâce, ainsi qu'avant lui Vasco da Gama après son deuxième voyage. Il s'en était fallu de peu que Christophe Colomb, qui vécut quelque temps au Portugal et à Madère où il épousa une fille de Perestrello, ne se mît au service du Portugal, et nous avons vu comment Magellan fut amené à quitter la patrie. Qui pourrait dire ce qu'aurait été l'empire portugais si la juste appréciation des hommes et de leurs services, telle que la pratiqua Henri le Navigateur au cours de sa longue carrière, n'avait été trop souvent refusée à ceux qui lui succédèrent?

P. CAMENA DE ALMEIDA

COMPLÉMENTS À LA «THÉORIE RADIANTE»

exposés dans la conférence réalisée à Toulouse le 3 juin 1937,
sur l'invitation de l'«Institut électrotechnique», sous la présidence
de Mr. Dop, Doyen de la Faculté des Sciences, par
le professeur F. M. DA COSTA LÓBO

Le principe fondamental de la *Théorie radiante* conduit, comme je l'ai démontré, à l'expression classique de la force.

Il fournit aussi le degré de l'approximation de cette expression. Rappelons que lorsqu'un corps de masse M et vitesse v est attrapé par un autre de masse M' et vitesse v' ($v' > v$) marchant dans la même direction et sens, s'ils peuvent suivre ensemble, la vitesse v_1 de la masse $M + M'$, en harmonie avec la doctrine de la conservation de la quantité de mouvement, est donné par l'équation

$$(M + M') v_1 = Mv + M' v'$$

d'où

$$v_1 - v = \frac{M'}{M + M'} (v' - v)$$

Supposons maintenant qu'une succession de masses M' agissent sur la masse M avec des intervalles de temps

très petits, et qu'on aie n impulsions par unité de temps (le second).

Nous aurons

$$v_n - v = \Delta v = \frac{n M'}{M + n M'} (v' - v)$$

Et supposant qu'il est dv la variation de la vitesse pour le temps dt , on aura:

$$dv = \frac{ndt \cdot M'}{M + ndt \cdot M'} (v' - v)$$

Admettant que M' est très petit en rapport à M , comme il arrive dans les problèmes de la mécanique classique et, notamment, dans ceux de la mécanique céleste, résulte;

$$dv = \frac{n M' (v' - v)}{M} dt \quad (1)$$

Si v est très petit en rapport à v_1 , comme il arrive dans les mêmes problèmes, l'expression (1) prendra la formule,

$$dv = \frac{n M' v'}{M} dt$$

Maintenant si l'on pose

$$n M' v' = F$$

on arrive à l'expression classique

$$F = M \frac{dv}{dt} \quad (2)$$

Au même temps que nous obtenons l'expression classique de la force, on connaît les définitions de la masse et de force, et les conditions de l'approximation de l'expression (2).

La *masse* est l'ensemble des points matériels, les *ioütes*, qui existent en permanence dans une certaine région. *Force* est l'ensemble d'une succession d'impulsions qui agissent avec des intervalles de temps très petits, pendant l'unité de temps.

L'expression (2) donne la valeur de la force quand on suppose M' très petit en rapport à M , et de même v en rapport à v' .

Prenant en considération l'équation (1) on reconnaît que la mécanique de Newton correspond au premier terme d'une série très convergente qu'on obtient partant de l'équation (1), qui est, déjà, une conséquence de mon principe fondamental, avec une certaine approximation.

En effet, faisant par la méthode de la séparation des variables l'intégration de l'équation (1), entre o et t , on obtient:

$$ML \frac{v' - v}{v'} = -nM't$$

ou

$$\frac{v' - v}{v'} = e^{-\frac{nM't}{M}}$$

En développant en série l'exponential résulte:

$$\frac{v' - v}{v'} = 1 - \frac{n M' t}{M} + \frac{n^2}{2!} \frac{M'^2}{M^2} t^2 - \frac{n^3 M'^3}{3! M^3} t^3 + \dots$$

d'où:

$$\frac{v}{v'} = n \frac{M'}{M} t - \frac{n^2}{2!} \frac{M'^2}{M^2} t^2 + \frac{n^3}{3!} \frac{M'^3}{M^3} t^3 + \dots \quad (3)$$

Cette série est très convergente et, prenant le premier terme, nous aurons la mécanique de Newton.

En effet, nous aurons:

$$\frac{v}{v'} = n \frac{M'}{M} t$$

ou

$$n M' v' = M \frac{v}{t}$$

Mais comme nous avons fait,

$$F = n M' v'$$

résulte:

$$F = mg$$

Pour avoir une approximation plus grande on prendra plus de termes de la série (3), qui exprime la doctrine que

je propose, supposant déjà qu'il est admissible qu'on puisse négliger M' en rapport à M .

*

Prenant en considération l'explication que j'ai trouvée pour les énergies internes, on adoptera la désignation de *mouvement externe* pour celui qui suit dans une certaine direction et sens, et *mouvement vibratoire* celui qui change périodiquement de direction.

*

Pour traiter les questions relatives aux vitesses il faudra prendre en considération les masses qui sont animées de ces vitesses.

*

Un corps marche en ligne droite et avec mouvement uniforme, en harmonie avec les quantités externes de mouvement, tandis qu'il n'est pas attrapé par un autre corps. Alors les deux corps se fondent dans un seul, et l'ensemble marche suivant la direction déterminée par les quantités externes de mouvement, toujours avec mouvement uniforme et en ligne droite.

Les mouvements curvilignes pourront être produits par des impulsions successives agissant avec des intervalles très petits.

Les actions gravitationnelles sont de cette nature et alors on a des forces qui déterminent des mouvements curvilignes.

*

Le principe de la *théorie radiante* conduit à une notion simple et claire du *temps*, avec réalité matérielle.

Le *Temps Universel* est la succession des positions de l'ensemble des *ioütes* qui composent l'Univers physique. Il est constant et uniforme. L'unité de temps sera l'espace de temps nécessaire pour qu'un *ioüte* passe d'une position immédiate, et elle sera appelée *module du temps*.

*

La somme des quantités externes et vibratoires de mouvement, et, en conséquence, la somme des quantités externes et internes de la chaleur, est constante.

F. M. DA COSTA LÔBO

MANUAL DE HERÁLDICA PORTUGUESA (1)

V

VOCABULÁRIO HERÁLDICO

Neste vocabulário, registarei os termos mais usados na redacção dos brasões, e cuja melhor compreensão mais ajudam a entender o capítulo dedicado à arte de brasonar. No final do capítulo apresentarei o desenho das figuras heráldicas que julgue mais precisas de serem bem compreendidas, fazendo-as acompanhar das indicações necessárias, para que se conheça bem o partido a tirar do seu emprêgo.

Adiante de cada termo, indicarei, para exemplo, um apelido, em cujas armas se encontre a sua aplicação.

A

Abarca—Antigo calçado peninsular.

(*Abarca e Zapata*)

Abelha—Representa-se em *pala, espalmada*, e com as asas abatidas. Quando estendidas, especifica-se ao brasonar.

(*Abelho*)

Aberto—De tal *côr*, o castelo ou tôrre, que tem a porta de outro esmalte.

(*Faria e Franco*)

(1) Cont. do n.º 2, vol. 90, pág. 192.

Abocada—A *banda* cujos extremos são abocados por duas cabeças de *serpe*. É sinónimo de *engulida*.

(Andrade e Tovar)

Abotoada—Diz-se do botão da *rosa heráldica* quando é de côr diferente da das pétalas.

(Carbolai).

Abrolho—V. *Estrepe*.

Abismo—Em *abismo*, se diz de qualquer figura, que, de menores dimensões do que outras que a rodeiam, e, de maior categoria, se coloca no meio do escudo.

(Alardo)

Abutre—Ave de rapina. V. *Aves*.

(Magalhães)

Acantonada—Diz-se assim a peça móvel ou figura que é colocada num *cantão* do escudo. *Acantonada*, se são quatro, e cada uma toma seu cantão.

(Beja)

Acêso—É a expressão empregada para indicar que a chama dos *archotes*, *brandões*, etc. é de outra côr, ou até da mesma.

(Brandão)

Acostada—Ou *ladeada*, é a peça ou figura que se coloca entre duas peças ou figuras secundárias, alinhadas em faixa.

Das peças honrosas de primeira ordem só a *pala* pode ser *acostada*, por ser a única que pode estar entre duas peças menores alinhadas em faixa.

(Fernandes-Branco)

Acompanhada—Diz-se da peça ou figura principal do escudo, que está no campo juntamente com outras peças ou figuras secundárias, que a *acompanham* em *chefe*, em *ponta* ou em *orla*, conforme o lugar que ocupam.

À excepção da *pala* e da *cruz*, todas as peças

honrosas de primeira ordem podem ser *acompanhadas*. A *pala*, é *ladeada*; e a *cruz*, *cantonada*. As *peças móveis* também podem serem acompanhadas, quando ocupam o lugar principal do escudo.

A *faixa*, *banda* e *barra*, se acompanhadas somente de duas peças, é escusado pormenorizar a sua situação, pois se compreende que uma é em cima e outra em baixo. Se a *faixa*, *asna*, ou qualquer peça móvel, é acompanhada de três peças, igualmente se dispensa a indicação da situação, pois se entende serem *duas em cima e uma em baixo*. (V. Cap. II).

(Leal)

Adaga—Espada curta. V. *Espada*.

(Pale, de Francisco Monteiro)

Adarga—Pequeno escudo *ovalado* ou em forma de *tarja*, é geralmente guarnecida de uma bordadura.

(Azambujal)

Adestrado—O mesmo que *ladeado à direita*, ou *tendo à direita*.

Adossadas—Diz-se de duas figuras, de contôrno irregular, alinhadas em chefe, estando a do flanco esquerdo *voltada*.

É o contrário de *afrontadas*.

(Beltrão)

Afrontadas—O contrário de *adossadas*. V. *Batalhante*.

(Seabra)

Aguado—É a representação da água. Diz-se do *rio* e do *mar*. Rigorosamente não se devia empregar o *aguado*, mas sim, o *faixado*.

(Brito)

Aguiã—Ave de rapina. V. *Ave*.

(Aguiar, Maia, Azevedo)

Aguieta—É o nome que tomam as águias, quando no escudo se encontram mais de uma.

(*Godinho*)

Alabarda—Arma própria dos archeiros. Consiste numa espécie de lança, rematada horizontalmente por um cutelo e uma choupa.

Alão—Cão de fila.

(*Alão*)

Albarrada—Jarra com duas asas.

(*Floreado*)

Alcachofra—V. *Cardo*.

(*Soares*)

Almarraxa—Regador mourisco.

(*Mestre*)

Almofada—Ou cochim. Representa-se com borlas nos seus quatro cantos. Figura nas armas como *diferença*.

Ameias—Saliências rectangulares, que rematam as *tôrres* e *castelos*, e também se encontram no bôrdo superior de certas peças honrosas. A sua largura é levemente menor que os espaços que medeiam entre elas.

(*Tôrres, Herédia*)

Ameiada ou *crenelada*—É a peça rematada com ameias.

Âncora—Instrumento naval. Tanto o *cepo*, como a *amarra*, seus componentes, podem ser de côr diferente do *ferro*.

(*Palmeirim*)

Anjo—A figura celestial conhecida por esta designação.

(*Evangelho*)

Anel—Um aro circular, de largura igual, que não deve exceder a oitava parte do seu diâmetro. Quando mais do que um, tomam o nome de *aneletes*, *memórias* ou *manilhas*.

(*Menezes e Cótimo*)

Anelete—Nome do anel, quando se encontram no escudo mais de um.

(Cótimo)

Anta—Representação de um *dolmen*, e não do *tapir* ou *bicho da preguiça*.

(Antas)

Apontados—É a designação das figuras, quando se tocam pelas *pontas* ou *extremidades*.

(Ereda)

Aranha—Emprega-se em *pala* e *espalmada*.

(Aranha)

Arcadas—Diz-se das *caldeiras* que têm os arcos, ou aros, de outra côr.

(Caldeira)

Arco—Arma ofensiva. A posição do arco indica-se ao braço. A *corda*, pode ser de outra côr.

(Guante)

Ardente—Diz-se do baluarte em chamas.

(Berredo)

Ardido—V. *Galo*.

Armado—Diz-se, em geral, de qualquer animal, quando tem as unhas ou as garras de outra côr.

(Silva, Maia)

Arminhada—Qualquer peça ou figura, forrada, ou carregada de *pontos* de arminho.

(Gusmão, Jervis)

Arqueado—Diz-se do mundo, com respeito aos arcos que o envolvem.

(Fialho)

Arrancada—É a árvore que tem as raízes visíveis ou aparentes, podendo ser de côr diferente.

(Galo, Oliveira)

Arrebatando—Diz-se da posição da águia que se representa levando a presa nas garras.

(*Esquivel*)

Arruela—Peça honrosa de terceira classe. Ver *cap. II*.

(*Bustamante*)

Artilhado—É o castelo, torre ou baluarte, que deixa ver nas suas ameias as bocas das bombardas.

(*Menagem*)

Asna—V. *Cap. II*.

(*Frasão*)

Aspa—id.

(*Joanes*)

Atada—São as peças enfeixadas, e outras, que estão presas e envoltas por fita ou cordão da mesma cor ou de outra.

(*Correia, Juzarte*)

Atravessante—Diz-se da peça que atravessa o escudo de lado a lado, ou de canto a canto, passando por sobre todas as peças. V. *Brocante*.

(*Mendonça, de Baeça*)

Asa—Membro superior de uma ave. Brasona-se sempre em *pala*. Se são duas, devem ser adossadas.

(*Manuel, Pereira*)

Aves—V. *Cap. II*.

B

Baleia—Figura natural. Na heráldica portuguesa só se representa a cabeça.

(*Sardinha*)

Baleote—Figura natural.

(*Baleote*)

Ballon (Ao)—Maneira de colocar o escudo, muito em voga nos séculos XVI, XVII e XVIII. Em Portugal, desde o século XIV, que se encontra o escudo pôsto ao *ballon*. Consiste esta posição em suspender o escudo pelo ângulo esquerdo, de forma que o ângulo direito descaia da sua posição normal 22°,5.

Não é defensável o pôr o escudo desta forma.

Baluarte—Ângulo formado por dois lanços de muralha, e rematado por uma tôrre.

(Roboredo)

Banco de pinchar—V. *Lambel*.

Banda—V. *Cap. II*.

(Esmeraldo)

Bandado—V. *Cap. II*.

(Feio)

Bandeira—Figura artificial. V—*Hasteada*.

(Bandeira)

Barbada—V. *Cabeça humana*.

Barra—V. *Cap. II*.

(Sêco)

Barrado—V. *Cap. II*.

(Campos, de Flandres)

Bastão—V. *Cap. II*.

(França, do Bastardo de Alençon)

Batalhantes—Diz-se de duas cabeças de animais, dois braços, ou dois animais, voltados um para o outro, em atitude de combate.

(Matos)

Besantado—V. *Cap. II*.

(Sarmento)

Besante—V. *Cap. II*.

(Paz)

Besta—Antiga arma de guerra.

(*Besteiro*)

Bica—Bica de fonte, lançando água.

(*Botado*)

Bicada—É a ave que tem o bico de côr diferente do corpo.

(*Esteves*)

Bicudo—Pássaro brasileiro, de bico grosso e curto. Representa-se de perfil, pousado e com as asas fechadas.

(*Bicudo*)

Bilheta—V. *Cap. II*.

(*Almeida*)

Bilhetado—V. *Cap. II*.

(*Calvã*)

Boi—Figura natural. Representa-se *passante*.

(*Borja*)

Bolotas—Representam-se com o *casculho* ou cápsula, tendo um pequeno pé voltado para o *chefe* do escudo. Se está para baixo diz-se *invertido*. Qualquer outra circunstância deve ser especificada.

(*Bulhões, Cueler*)

Bombarda—Antiga peça de artilharia.

(*Leitão*)

Bordada—A peça que é contornada em tôda a sua periferia por outra côr, numa zona que mede a sexta parte da largura da peça.

(*Pessoa*)

Bordadura—V. *Cap. II*.

(*Alpoim*)

Bordão (de S. Tiago)—É o bordão de peregrino.

Tem duas ferragens; uma, no tôpo superior em forma de maçaneta; outra a dois têrços de altura, do formato de gancho.

Se as ferragens são de outra côr, diferente da da

vara, o bordão pode ser *ferrado*, *guarnecido* ou *maçanetado*.

(Falcão)

Bordos do escudo—V. Cap. II.

Botão—V. *Abotoado*.

Busina—Corneta de caça.

Se tem o *bocal*, e a *virola* da campânula, de outra côr, diz-se, respectivamente, *embocada* ou *virolada*. A posição normal da busina é voltada para cima, com o bocal voltado à direita do escudo. Quando tenham cordões, é necessário indicar essa circunstância, bem como a côr que devem ter.

(Monteiro)

Braço—Membro superior do corpo humano. Quando se apresenta no escudo, tanto pode ser o *direito* como o *esquerdo*, como *ambos*; como *nu*, *vestido* ou *armado*.

Quando se diz só *um braço*, é o *direito*.

(Correia, Horta)

Braço de leão—Membros superiores do leão. Representam-se sempre os dois e passados em aspa.

(Chanoca)

Brasão—V. Cap. I.

Brasonar—V. Cap. VII.

Bretessado—V. Cap. II.

(Júdice, moderno)

Brica—V. Cap. II.

Bridado—V. *Cavalo*.

(Portugal)

Brocante—É a peça ou figura que passa ou se sobrepõe a diferentes côres do escudo. Se passa por cima de tôdas as peças ou figuras que se encontrem no escudo, diz-se *brocante sôbre tudo*. Para a *banda* e para a *barra*

e seus desdobramentos pode empregar-se a expressão *atravessante*.

(Guimarães)

Burela—V. Cap. II.

(Valejo)

Burelado—V. Cap. II.

(Pires, de D. Lourenço Pires).

Busto—Parte superior do corpo humano, abrangendo o peito, ombros e cabeça. Sempre de frente; de perfil, só com indicação expressa.

(Lago)

C

Cabeças de animais—São sempre vistas de perfil, com excepção da do leopardo, que se coloca de frente. Podem ser *cortadas* ou *arrancadas*, conforme a secção do pescoço é em linha recta (o corte é feito em *barra*) ou sinuosa.

(Leote, Serra)

Cabeças humanas—Representam-se na sua *côr natural* ou *carnação*. É preciso indicar se são de *perfil* ou de *frente*, bem como se têm *cabelo* ou *barba*, e qual a *côr*.

As *cabeças de mouro*, representam-se normalmente a três quartos, e com turbante.

As *cabeças de negro*, representam-se de perfil, e são de *côr negra*. São, por vezes, cobertas com a *fota*, —uma espécie de toucado de pano, torcido, atado atrás e com as pontas pendentes. Assim se dizem *fotadas* ou *toucadas* de tal *côr*. Podem ser *coroadas*.

(Amorim, Jacques)

Cabra—Representa-se *passante*, ou saltante.

(Resende, Cabreira)

Cadeado—Figura artificial. Representa-se sempre *aberto*, tendo visível a fechadura.

(Souto)

Cadeia—E' formada por *fusis* ou elos, que têm de comprimento a tência parte da largura do escudo, podendo esta medida, no entanto, ser alterada, sempre que o desenho a isso obrigue. A cadeia pode colocar-se em *pala, faixa, banda, barra e orla*. Podem empregar-se os *fusis*, isoladamente, *abertos*.

(Sampaio, Zuniga)

Caldeira—Utensilio medieval. Compõe-se de *caldeira, asas e arco*. O *arco* termina nuns ganchos, que prendem nas *asas*.

O *arco* e as *asas* podem ser *serpentíferas*, se terminam em forma de serpente.

(Caldeira, Gusmão)

Camalha—Ou *camal*, peça defensiva da cabeça e ombros, em malha.

(Abendanha)

Camba—Parte de uma roda de carro. Representa-se horizontal e com a parte convexa para o *chefe*.

(Camba)

Camisa-de-armas—Também designada por *cota* ou *loreção*. Peça formada de tiras de couro, defensiva do tronco.

(Camisão)

(Continua)

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sobre uma serie de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e critica sobre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PREÇÁRIO

<i>Assinatura tomada directamente à Redacção:</i>	
cada série de cinco números.....	25\$00
por intermédio das livrarias.....	17\$00
Número avulso.....	10\$00
Volume avulso.....	35\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

Composto e impresso na TIPOGRAFIA POPULAR—Rua de Cândido Reis, 41—Figueira da Foz.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 91.º



NÚMERO 4

COIMBRA
1937

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A.—*Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.—*Vo-gais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

SUMÁRIO

<i>O espirito medieval—As forças espirituais de Portugal</i> , por Maria Madalena de Martel Patrício	285
<i>Um capítulo de história económica—As corporações de artes e ofícios</i> , por José Martins de Almeida	315
<i>Em defesa dos castelos portugueses</i> , por Jorge Larcher	339

O ESPÍRITO MEDIEVAL

AS FÔRÇAS ESPIRITUAIS DE PORTUGAL

A Europa pré-medieval, onde os bárbaros tinham destruído a civilização do Império, destruindo os monumentos, os teatros, as escolas representativas do Espírito e da civilização de Roma, recebeu, na invasão bárbara, pela própria destruição, e paragem dessas formas construtivas da civilização que findara, uma nova orientação social que veio a ser o esboço da directriz social da Idade Média.



Na organização guerreira dos cavaleiros nobres da Germânia para a defesa do seu domínio, que na organização romana era defendido pelo estado, na substituição dos escravos trabalhadores rurais pelo *servo*, servidor dedicado do nobre guerreiro, que o ajudava a defender o quinhão de terra conquistado e o cultivava para sustento desses primeiros agrupamentos de famílias da plebe e da nobreza conquistada na própria conquista, formaram-se, então, os futuros feudos da futura organização feudal da Idade Média, renovadora da Sociedade e da Governação da Europa, e

vai construir-se, pela destruição da requintada civilização do Império, uma nova Civilização, e um novo Espírito.

Os bárbaros invasores conquistavam para o Ocidente, ficando em Constantinopla um imperador que governava o Oriente, *conservando dois séculos ainda o Império Romano, metade dos seus domínios, até que os bárbaros slavos e os árabes, os conquistaram, ficando apenas a cidade, como último troféu, chamado o Império Bisantino.*

Foi o Espírito Cristão dos Artistas de Bisâncio que, através da Europa rude, ocupada na defesa das invasões e das guerras, começou a reconstruir a Arte, tornando-se o Centro da Arte Cristã, Constantinopla.

Os monges Artistas Bisantinos (diz Bayet) foram os bibliotecários do mundo, conservando os manuscritos gregos, dando à arquitectura religiosa uma nova orientação, e um importante lugar à arte decorativa que a completa, com as obras dos admiráveis mosaístas, dos pintores e escultores bisantinos, influenciados pela mística da Fé que praticam. A Arte Bisantina foi a Arte Imperial e monárquica por excelência (diz Louis Bédier) e se a Arte Bisantina nasceu num meio Helénico, (porque a antiga Bisâncio era uma colónia grega) teve por assim dizer a sua Arte posta ao serviço Neo-Cristão de Roma.

Ao simbolismo dos primeiros séculos a Arte Bisantina substitui as imagens individuais e os episódios concretos de história sagrada, que sempre no mesmo encantamento de côres, na mesma captação do interesse do Pensamento pela apreensão visual, é transmitida pelos artistas, e serão repetidas mais tarde na cathedral gótica, imitando os coloridos do vitral, os coloridos do mosaico, na descrição de episódios sacros.

A Europa, recebe a influência artística de Bisâncio

pela conversão dos slavs pelos bizantinos seus educadores, como os romanos tinham sido os educadores dos germanos.

Bisâncio é a influenciadora da Arte dos primitivos medievais, de tão profunda intensidade Cristã (base do Espírito da Arte Medieval) e a detentora, por assim dizer, da Arte Pré-Medieval, na Europa barbarizada da época, que recorria aos artistas bizantinos para toda a decoração dos templos e dos castelos, para a confecção dos objectos artísticos, acessórios da vida religiosa ou civil, indo os artistas do Ocidente formar-se na imitação bizantina.

Cristianizada parte da Europa pelos Monges de Bisâncio, missionários dos Souabos, começaram os germanos pagãos, ainda adoradores dos deuses Wottan e Friga, a converterem-se à palavra ardente do Monge Bonifácio, enviado do Papa, recomendado aos chefes da Germânia por Carlos Martel, tomando os títulos de arcebispo de Mayança.

Convertem-se a Thuringia e a Baviera. Nesses países, que para sempre guardaram a vivíssima fé Cristã que no Mistério da Paixão de Oberamergen há tantos séculos se comprova, se vêm recrutar os missionários que foram converter os saxões e os escandinavos. Córdova ficou na Europa o Centro da Arte Oriental, como um dos núcleos da religião árabe do Islam, que originou as lutas religiosas, as guerras entre cristãos e árabes que deram lugar às Cruzadas. Córdova influenciou os torneios medievais inspirados nas fantasias e nos jogos eqüestres dos cavaleiros árabes, influenciou a forma lírica da poesia provençal, aprendida nas Côrtes de Amor de Córdova e de Granada, precursoras do lirismo trovadoresco e do romantismo sentimental e descritivo.

Na magnífica exibição dos seus jardins floridos de rosas e ensombrados de arbustos, a civilização oriental mostra a necessidade da União da Beleza à Vida e no ocidente, para a imitar, começam a cultivar-se as primeiras rosas, influenciadoras da poesia, fôrça espiritual que a fôrça activa das Cruzadas necessitou para refúgio do espirito, cultivando as flores e alindando os jardins, para o encantamento visual e ocupação artistica para o repouso das guerras.

Fundam-se na Itália, em Espanha e na Gália congregações religiosas de monges activos e trabalhadores que vão missionando e cultivando as terras.

São Bento, nobre italiano, sôbre o templo de Apolo destruído no Monte Cassino em Nápoles é fundador do primeiro mosteiro da sua Ordem, a Ordem de S. Bento e, reprovando as ordens de exclusiva contemplação e as práticas ascéticas dos monges solitários da Thebaida, ordena aos seus monges *o Trabalho, porque, diz a sua ordem, que a preguiça é a inimiga da alma.*

A Regra de S. Bento, tornando-se a regra universal dos monges do Ocidente que fundaram os Mosteiros dos Beneditinos, foi a primeira base da fôrça espiritual do *Trabalho*, que na Idade Média, com a fôrça espiritual da Fé Cristã, construiu a Catedral, que foi a própria síntese da espiritualidade medieva.

Carlos Magno, filho do primeiro Rei dos Francos da familia dos Carlovingios, amada pelo povo e dedicada ao Papa, *tendo tomado a França, a Alemanha e a Itália do Norte, tendo concluído com o Papa uma aliança de fidelidade e de afeição, recebe a bênção apostólica e promete defender pela sua devoção, a Santa Igreja de Roma.*

Ficam no Ocidente governando dois poderes oficiais, o Papa e o Imperador.

Carlos Magno (diz Fustel de Coulanges) *amava as letras com a veneração dos homens incultos pelas coisas escritas e sobretudo, porque as achava inseparáveis da religião Cristã.*

Para que o seu povo pudesse penetrar mais facilmente nos mistérios das Santas Escrituras, ordenou que, cada catedral, cada mosteiro, tivesse uma escola anexa, assistindo por vezes Carlos Magno, na escola anexa à sua Corte, às lições dos discípulos, reunindo uma pequena Academia de letrados que, (percursores de influência latina nas letras da Renascença, dos séculos XVII e nas letras nórdicas) num encantamento pela doçura da língua e numa admiração pelos Mestres da antiguidade clássica, se apelidavam entre si com os nomes dos mais célebres latinos, tornando-se o latim em França a língua corrente para os actos oficiais, sendo certamente esse esforço, para a civilização intelectual, devido à influência de Carlos Magno, o primeiro passo para as realizações poéticas do lirismo provençal, inspirado nas cortes árabes de Córdoba e de Granada, que deram a forma literária às canções descritivas das Cruzadas.

A Exaltação da Fé dos cavaleiros nobres e do povo, numa vibração heróica de sacrifício, no espírito de aventura, pelo espiritualismo da Fé (base do Espírito da Aventura Portuguesa que originou as conquistas) inicia as peregrinações à Terra Santa, das quais, por assim dizer, a peregrinação de Carlos Magno e dos seus doze pares de França que tomam na Abadia de S. Deniz os bordões de peregrinos e seguem para Jerusalém, foi a heróica inspiradora do grande acontecimento mundial das Cruzadas.

Foi a peregrinação de Carlos Magno, decerto, a iniciadora de outras peregrinações de Reis e Santos, entre outras da peregrinação da Rainha Santa Isabel a S. Tiago da Compostela, com suas doze aias vestidas como ela de burel, com bordões de penitentes, simbolizando, como os doze pares de França, que em Jerusalém, nos tronos dos doze apóstolos se sentaram aos lados do Imperador, os mesmos doze apóstolos, que, certamente, por essa mesma inspiração, no túmulo da Rainha Santa, pelas suas doze aias são representados. Foi amortalhada a Santa, segundo a imagem representada no túmulo que em sua vida foi determinado, com seu traje de peregrina penitente, tal importância na sua vida espiritual essa peregrinação representou.

A peregrinação de Carlos Magno à Terra Santa, jornada longa, de sacrifício, em demanda de terras longinquoas desconhecidas e misteriosas, foi um grande acontecimento daquela época, que despertou e inspirou, pela curiosidade e a admiração de que essa iniciativa foi cercada, as primeiras crónicas dos primeiros cronistas, e as canções dos trovadores, que nessas canções descritivas, com relatos de jornada, foram, por assim dizer, os precursores dos relatos jornalísticos actuais.

Nessas canções descritivas, a jornada de Carlos Magno era de longe seguida pelos seus súbditos, que de longe, através da descrição dos trovadores, acompanhavam os peregrinos em pensamento, juntando-se, para os ouvir, em mercados e feiras, nas romarias de peregrinação às reliquias dos Santos, nas praças das cidades e dos burgos e nos pátios dos castelos, onde menestrais e trovadores faziam, perante o público atento de ouvintes, a narrativa rimada da jornada mística.

Como nota Funck-Brantano, essas crônicas, esses cantos, essa primeira forma de poesia, *não era ainda poesia de imaginação*, e representavam factos reais descritos e reproduzidos fielmente por trovadores e poetas.

Nessa mesma forma de poesia narrativa, acompanhada por música, que toma na realização a parte secundária, dando a parte principal ao poema, os cantadores portugueses do fado levavam e levam ainda, às aldeias onde não chegam jornais, na canção descritiva como a canção dos trovadores medievais, o relato do facto político ou social, sucedido longe dos ouvintes da canção, que assim tomam dêle conhecimento, confirmando a influência trovadoresca provençal na Canção Portuguesa do Fado, nessa primeira forma descritiva da própria canção, como noutras características que seguidamente serão enumeradas.

Depois da angustiosa espera do fim do mundo, no Ano Mil, num renascimento da Fé, parecia o mundo (diz o cronista Raúl Gabler, citado por Reinach) sacudir os seus velhos farrapos, querendo por tôda a parte revestir-se da brancura dos templos, para agradecer a Deus a Graça da Vida.

A ARQUITECTURA ROMÂNICA ESBOÇA-SE...

A queda de Roma, a desorientação das almas, as invasões bárbaras, tinham apressado a vinda de uma nova era, onde a Igreja forte, a única fôrça do mundo, dominava o mundo e acalmava as almas.

Na mistura febril de raças e de ideas, só o pensamento Cristão, forte e sereno, se impunha dominador.

A architectura românica tem afinidades com as pesa-

das construções do Norte, com os templos primitivos feitos com as madeiras das florestas que os lombardos desbastavam.

A catedral românica, diz Rodin, *opõe-se como um marco de eternidade à onda do século, com as suas linhas pesadas, os seus arcos baixos, a sua larga fachada, estilo humilde e sombrio, origem dos estilos arquitectónicos franceses, e o gótico, segundo Rodin, sucedeu ao românico, como a flor sucede ao botão, na influência espiritual das cruzadas, que trazem para a elevação espiritual da época a leveza alada da ogiva árabe.*

Santos, Reis, Cavaleiros e povos, numa afirmação exaltada de fé, percorrem o mundo, em jornadas de sacrifício, em peregrinações aos lugares santificados, e sobretudo, ao lugar santificado pelo próprio Deus, ao túmulo de Cristo em Jerusalém.

Da fôrça espiritual da Fé, nasce a fôrça espiritual confiante e activa da Aventura, a necessidade de ver, de observar o mundo e a humanidade, fôrça necessária à Civilização e à Arte, que se renovam sempre, pela acção e observação do Espírito da Época.

Ricos e poderosos, despojam-se dos seus bens, e junto dos pobres, seguem descalços, vestidos de burel, unidos na mesma exaltação de um mesmo ideal de Fé, as jornadas místicas do Oriente, das batalhas, ou da Vida!

S. Francisco de Assis é a síntese do misticismo da época. No espírito de sacrifício e de pobreza encontra a felicidade.

Santo António de Lisboa, nobre, rico e feliz, vivendo como S. Francisco a vida de opulência, segue, despojado por sua vontade de bens e haveres, a doutrina mística do

Santo de Assis, e Santo António é o Santo do Século, que consegue a espiritualidade portuguesa.

Santa Brígida, padroeira da Suécia, faz parte com S. Francisco e Santo António, dos Santos Revolucionários da Idade Média. Abandona riquezas e honrarias, a nobre santa nórdica, e partindo em peregrinação para a Terra Santa, representa, como Carlos Magno representou, na sua peregrinação, o simbolismo espiritual da Idade Média, sustentando o combate do Pensamento contra o espírito diabólico do seu século, luta entre o espírito diabólico e o espírito divino, que foi a grande luta da Idade Média, e que é novamente a luta desta nova Idade Média, com as mesmas características espirituais, que então, como agora, foi a causa das lutas religiosas, políticas e sociais.

A peregrinação de Santa Brígida, do grande escritor sueco, Verner de Heidenstam, das mais notáveis obras da literatura universal, é por assim dizer a própria síntese de luta do pensamento medieval, o símbolo do espírito da idade média, o admirável núcleo das forças espirituais do mundo!

Tomaz Errante, o trovador alquimista, poeta, guia a peregrinação de Santa Brígida e representa a fantasia, a aventura, o lirismo, a graça e o mistério.

Karl representa a acção, a mocidade, a vida; Karine, sua irmã, (filhos de Santa Brígida) representa o amor e o sacrifício, de que o Espírito Medieval na lenda de Tristão e Isolda, celebrizou a elegância e a pureza, centro, com a mística da fé, da força espiritual da Idade-Média e que formou a Arte e a Civilização Cristã.

Na peregrinação de Santa Brígida, a grande tempestade do Mar à vista da Terra Santa, é o símbolo da Paixão, da Morte e da Ressurreição à Vida do Espírito dos

companheiros da peregrinação de Santa Brígida, que, convertidos, saúdam Jerusalém de joelhos, como os apóstolos saúdaram a Terra Prometida, conquistada pela humildade de Santa Brígida, que conduz a peregrinação, humildade que é o timbre do Espírito Medieval, como diz Ruskin, mas a humildade unida no seu sentimento à lembrança tradicional da Família e da Pátria, características também do Espírito Medieval, êsse amor da Pátria, de que a família e a tradição são os símbolos, que os Santos e heróis da Idade Média, Santa Joana d'Arc e S. Nuno Álvares Pereira tão heróicamente defenderam.

Santa Brígida, na humildade da sua morte e do seu sacrifício, guarda até à morte o cordão de púrpura com borlas de ouro, sôbre o burel grosseiro do seu hábito de penitente, porque êsse cordão de púrpura, é o símbolo do seu nobre sangue real, porque, para ela, é a própria representação da família, da tradição e da Pátria, fôrças construtivas dos países civilizados, eternas ligações da alma humana à Terra, onde Deus pôs a alma para a peregrinação da Vida!

A Família, o Lar, a Pátria, a Tradição, são as bases em que se formaram as fôrças construtivas e poderosas dos países de navegadores que no mesmo espírito de aventura e de sonho, o mar uniu, que um milagre de patriotismo, o milagre de aventura do mar, conserva vivas e fortes, no mundo enfraquecido e desmoronado, reconstruídos na alegria de viver, na ordem e na paz, como exemplos para o mundo:

Portugal e a Suécia!

NA IDADE MEDIA

O espírito diabólico, para os povos escandinavos, era representado pelos Gigantes, rudes servidores de Satanaz, símbolos da sua fôrça orgulhosa, como os gnomos, os silfos, os duendes, criações espirituais mais elevadas, eram, na rudeza difícil da vida medieval, servidores e companheiros das acções e dos pensamentos humanos.

A lenda da Catedral de Sunn, que transcrevo de um artigo da ilustre escritora sueca, Fia Ohman, é o interessante documento da ligação do sobrenatural com tôdas as acções importantes que se realizavam, sobretudo, com a construção dos templos e catedrais, e da união dos espíritos representativos das fôrças diabólicas e divinas, para a mesma realização espiritual, da adoração a Deus.

A catedral de Sunn, que é a mais antiga cidade do sul da Suécia, na província de Sckane, uma das mais antigas cidades nórdicas cristãs, por doação do Rei Kunt, o Santo, deveria ser construída em louvor da Virgem Maria, como tôdas as catedrais.

S. Laurentino, o Santo padroeiro da cidade, chama em seu auxilio o gigante Finn, como o Mestre Gerardo, para construir a catedral de Colónia, chamara, para o ajudar, o próprio Satanaz.

Finn, acabada a catedral, tenta derrubá-la com sua mulher, encostando-se ambos às colunas da entrada, e o Santo, por milagre, os transforma nas estátuas de pedra que ficaram sendo os sustentáculos da própria catedral, obrigados assim, a ficar pelos séculos fora, em adoração a Deus!

A nossa velha Europa, rude, bárbara, humilde, só tinha aprendido ainda o rude ofício de batalhar, de construir para a defesa das terras a solidez do castelo, de desbravar charnecas e matos para colhêr o pão do seu sustento.

A educação da nobreza medieval era exclusivamente militar nos séculos X e XI. Os cavaleiros fortes, robustos, ávidos de movimento e de acção (diz Funck-Brentano) só sabiam o ofício da guerra, e só gozavam o prazer da caça.

Depois de conquistados os feudos, o Senhor Feudal, inactivo no seu feudo, pensaria em ocupar a sua actividade, tomando para si os feudos seus vizinhos, e iria ameaçar pela sua própria actividade a Paz da Europa, ameaçando a união de Espírito que deveria unir entre si os chefes e os reis dos países unidos entre si pela mesma idea espiritual da mesma fé em Cristo.

A vida era simples e rude na Idade Média, vida de Acção e de Contemplação mística na melancólica solidão dos castelos do Reno, da Áustria, das Florestas do Tirol e da Alemanha, dos castelos dos barões da Suíça, pobres e simples como o castelo da Rainha Berta, santa soberana dos povos rudes de lenhadores, que pelos invernos gelados lhes ensinava as filhas a fiar a lã e a cantar os cânticos de louvor a Deus.

Os burgos do Norte construíram-se com fortes muralhas para a defesa das guerras, e as almas recorriam à fôrça intensa das orações, construindo capelas, oratórios e catedrais, para nesse segundo periodo espiritual da Idade Média, que veio substituir a rudeza de costumes, pensamentos e acções que lhe timbrou o primeiro periodo materialista, se defenderem contra o demónio, que na Idade

Média, sintetizado na sua forma, na sua própria realidade clássica, atormentava e perdia as almas.

O demónio percorria os burgos e os castelos, as florestas, as planícies e as montanhas, descia dos rochedos do Hertz às montanhas de Salsburg ao encontro do Fausto, queria impedir o Mestre Arquitecto Gerardo de construir a catedral de Colónia, tentava derrubar os templos, pactuar com os alquimistas, perder as donzelas e as donas, e simbolizava, enfim, o Espírito diabólico do Orgulho, que procurava destruir a grandeza da elevação espiritual baseada no Espírito da Humildade.

As festas místicas do Natal, festejadas entre senhores e servos, esperadas com impaciência um ano inteiro como a promessa cumprida de Jesus nascendo humilde nas palhas de um presépio, eram o breve encantamento espiritual dos povos nórdicos na Idade Média, nos gelados invernos do Norte, eram, como ainda são, a União Anual de todos os povos Cristãos, a grande festa entre tôdas, celebrada por ricos e pobres.

Urbano II e Pedro o Ermita, por formas diferentes e por diferentes razões espirituais, foram, por intermédio das cruzadas que prègaram, os realizadores da futura forma civilizadora do Espírito Medieval, unindo entre si tôdas as nações rivais sob o signo luminoso da Cruz.

Num renascimento exaltado da Fé e do Sacrifício dos primeiros cristãos, no acontecimento importantíssimo das Cruzadas ao Oriente, Pedro o Ermita, e Urbano II, asseguraram a paz pela União dos Espíritos na mesma idea da conquista dos Lugares Santos pelos cristãos.

Assegurada por êsse meio a paz, inicia-se a construção e a civilização duma nova Europa, e de um novo Espírito.

A realização da Catedral, que foi, por assim dizer, a forma estabilizada do Espírito da Idade Média, resultou do movimento activo, espiritualista e observador da Arte Oriental dos artistas Cruzados na volta do Oriente, resultou da necessidade de manter na orientação do trabalho, grande fôrça espiritual da Idade Média concretizada na construção da Catedral.

Foram as Cruzadas as influenciadoras da Arte Medieval, da indumentária, que acompanha sempre o espírito e os factos importantes da Época, representando os altos toucados das damas a elevação das agulhas da catedral, os longos capuzes ponteagudos, as mangas em recortes e o calçado, recebem também a directa influência e a inspiração do Oriente.

Os vitrais recebem, para o ornamento por excelência da Catedral, como as iluminuras, na sua realização, a influência da Arte Oriental que as aguarelas e as estampas japonesas, com que na sua Arte, tantos séculos antes, se tinham inspirado, e num curioso intercâmbio artístico retrospectivo, vêm êles inspirar-se, esquecidos da inspiração que transmitiram, e «passam a representar o símbolo pelo objecto, como tanta vez se observa em vitrais e iluminuras que dêsses mesmos símbolos se serviram os artistas cristãos, dando aos animais, às flores, às plantas, como os artistas orientais, o mesmo papel de identificação de antanho, quando o Budismo revelava ao japonês que era necessário ter uma piedade unida à veneração pelos humildes irmãos que Deus criou com o homem, doutrina da mais alta elevação cristã que o Santo de Assis, S. Francisco, o revolucionário da Idade Média, praticou com Santo António e os seus discípulos Franciscanos.

O grande modelo para o artista oriental, foi a natu-

reza, o povo, a reconstituição dos velhos poemas, das velhas lendas poéticas, ou militares, que o artista procurou descrever. Na mesma orientação, o artista cristão, descreveu lendas poéticas, assuntos sacros e militares de feitos guerreiros das guerras religiosas.

A realidade, no Artista Oriental, está sempre próxima do sonho, é sempre aureolada pelo símbolo do pensamento que a realidade encobre, porque, o artista oriental e os artistas que dele receberam a influência artística, conserva no fundo do seu pensamento as reminiscências imortais dos sentimentos, das acções, e dos gestos de outras eras, e essas reminiscências que são a própria tradição, imprimem na Arte, em cada país, o Espírito da sua nacionalidade, a expressão da sua raça» (1).

A Arte Medieval inspira-se em tôdas as formas construtivas, picturais, e plásticas, na Arte Oriental, assim como a Poesia, forma de exprimir o sentimento com a beleza cantante da palavra rimada.

Do Oriente vem a inspiração para a realização construtiva da forma, da beleza, unida à vida, e logo que se aquietaram as guerras, na volta das Cruzadas, é esboçada a construção dos primeiros jardins, para serem cultivadas as rosas, trazidas do Oriente pelos Cruzados.

As rosas foram unidas à vida medieval como símbolos do Amor, da Graça, da Beleza, ficando por assim dizer como símbolos representativos do próprio Espírito Medieval.

(1) Estas notas sôbre Artistas do Extremo Oriente foram tiradas de estudos de Mademoiselle Paule Bayle.

*

* *

Avignon marcou o primeiro lugar na história da Civilização e da Arte medievais, sobretudo na literatura e na poesia.

Avignon, no século XII, conseguindo libertar-se do jugo germano, declarou-se independente até ser tomada aos irmãos de S. Luiz, pertencendo depois ao Conde de Provença. Foi por assim dizer o bérço do Renascimento do Pensamento e do Espírito, depois da época atormentada das Cruzadas e das guerras, renascimento que da Provença se espalhou pelo mundo, e de que Avignon foi o Centro, e a directriz.

Avignon torna-se o Centro da Arte, da elegância e da Riqueza. A côrte papal era então a mais poderosa e rica do mundo, reis, príncipes e artistas, poetas e eruditos da época, encontram em Avignon tôdas as maravilhas que lhes podiam satisfazer o espírito, desde o formidável palácio fortaleza-habitação dos Papas, decorado por «frescos» italianos, *única construção civil gótica capaz de rivalizar em grandiosidade com a arquitectura religiosa das catedrais, o mais belo e forte palácio do mundo*, como lhe chama Froissart, cronista da época, até à côrte de poetas, trovadores e menestrais da Condessa de Provença, que da sua Côrte de Amor partiram a espalhar pelo mundo as suas canções...

Avignon, como Coimbra, poderia chamar-se a cidade do Sonho e do Passado, com as suas ruas medievais, com as igrejas românicas concentradas e místicas, que é, como Coimbra, a cidade estudiosa e erudita, do Pensamento, da

Beleza, das tradições e das lendas, onde paira a Saúde, impregnada da poesia do Passado...

Avignon foi a realizadora das canções inspiradas na preocupação batalhadora da luta dos árabes contra os cristãos na Europa e na Ásia, a eterna luta do Islam contra a Fé Cristã, finalmente terminada nesta nova Idade Média, pelo agrupamento dos Espíritos contra a matéria, do Espiritualismo Cristão unido ao Espiritualismo deísta universal, contra as doutrinas negativas de Divindade!

As lutas religiosas deram lugar à criação das ordens militares dos Monges Guerreiros de S. Tiago, do Templo, de Cristo e de Aviz em Portugal, continuidade da mística dos cruzados inactivos no regresso do Oriente, continuando a combater pelo mesmo ideal.

Foram as lutas religiosas as inspiradoras dos primeiros poemas épicos, dos quais a Canção de Rolando, descritiva da heróica defesa de Roncesvalles dos mussulmanos almoravides e da morte do herói, é das mais antigas canções trovadorescas.

Poderá agrupar-se esta canção entre as canções fúnebres primitivas, para solenizar a morte de um herói, a que se seguiram as canções das Cruzadas, descritivas de factos e de acções, as canções provençais, de gestos, que se faziam eco dos grandes acontecimentos da época, que nos permitiam reviver os sentimentos medievais, as lutas contra os inféis, as alternativas de esperança e pessimismo, na luta contra o Islam, das quais, as dos guerreiros trovadores, Bertrand de Born, nascido em 1140, Folquet de Marseille, Gavaudan, Père Cardenal nos seus Châtiments do século XIII, ficaram célebres, segundo Alfred Jeanroy na sua «Poesie Lyrique des Troubadours», de onde tirei estas notas.

Os trovadores do século XII e do século XIII criaram

na Provença a poesia lírica, e daí se espalhou no Ocidente, com o aperfeiçoamento da beleza de rima, do ritmo musical, o culto da mulher, que começa a inspirar a Poesia no objectivo ideal do Amor Cortês, amor subtil e fino, precioso, apaixonado e sentimental, mas sempre impessoal e discreto, impregnado de misticismo, que toma as características do Amor, na Poesia Medieval, diferentes da confidência amorosa do Romantismo (1).

Nas canções trovadorescas provençais não há só canções de amor.

Além das *Plaintes* ou *Complaintes*, canções fúnebres, há ainda as alvoradas (*aubádas*), as pastorais e canções para acompanharem dança, as baladas, as *sirventes*, canções satíricas, comentando factos políticos, e tôdas essas formas de canções provençais trovadorescas vêm provar, mais uma vez, ao espírito crítico e observador, as semelhanças nas mesmas características, na forma lírica, descritiva, satírica, política, da Canção portuguesa do Fado, que, como na canção trovadoresca medieval, é acompanhado pelo ritmo musical em lugar secundário, deixando à poesia de forma narrativa a maior importância da realização.

Os «Chansonniers» de Montmartre, Xavier Privas, Sécretan, etc., admiráveis artistas compositores, por vezes, de canções admiráveis de graça, de encanto, de beleza, de sentimento, acentuando, marcando e descrevendo, numa canção, como os trovadores medievais, um momento da França ou do mundo, seriam, certamente, como os cantadores e poetas do fado português, os últimos trovadores da Saúdade e da Poesia, os últimos cronistas musicais, das tristes crónicas, do triste mundo, da nossa triste época...

(1) Jean Audien.

A canção descritiva dos trovadores medievais, na Provença e em Portugal com o vasto horizonte do Mar, inspirador da Aventura, pela própria Aventura, adquiriu o Sentimento da Saüdade, lirismo Sentimental da Tristeza, da Esperança, da melancolia, única e rara da raça latina, com raízes ancestrais arianas, raça entre tôdas admirável de bondade e de intuição, pelo próprio sentimento doce e raro da Saüdade, que é o núcleo admirável das admiráveis qualidades da raça portuguesa, porque é na Saüdade que se glorificam os grandes portugueses do passado, com a Saüdade que se vão construir os alicerces, para as fortalezas, das mocidades futuras!

«A Saüdade, que aproximou no Sentimento das almas as imagens e as presenças distantes, a Saüdade, Sentimento complexo, que guarda presente a memória do passado, que realiza na evocação das figuras as presenças queridas, que é o repouso da alma migoada na doçura da esperança...» (1)

A Saüdade é o Sentimento delicadíssimo que só pode ser concebido pela alma mística da raça portuguesa, sentimento inspirador do Sentimento de Tradição, a própria essência da poesia, na lírica emoção do Sentimento da raça portuguesa de poetas, de que nasceu Luiz de Camões, o maior poeta da Raça Latina, Luiz de Camões, que, na triologia de que faz parte com Vergílio e Dante, mais do que êles é essencialmente latino, porque Vergílio e Dante, tratando das paixões humanas, não especializaram como Camões, nos «Lusiadas», a Epopeia da Raça Latina, na Epopeia dos «Lusiadas»!

(1) *Princesses de Portugal Souveraines de Flandres* (da autora).

Portugal condensa no espírito da sua raça e do seu povo, a síntese da elevação espiritual do Espírito Medieval, que o Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira sintetizou na harmonia admirável da sua personalidade representativa das próprias forças espirituais de Portugal; no Exemplo admirável de Acção, de Tradição de Amor, de Poesia, de Trabalho a que foi subordinada a sua vida de Exemplo, que marcou na sua espada gloriosa, cravada na terra portuguesa, um marco de glória, a dividir duas épocas gloriosas, a Idade Média, que vai findar, e a Renascença, que vai iniciar-se, nas conquistas...

René de Anjou, Rei da Sicília, de Jerusalém e de Aragão, e Conde da Provença, surge, ao findar a Idade Média em França, unindo, pelo seu Espírito, o Espírito de duas Épocas.

René de Anjou, foi uma das mais curiosas e notáveis figuras de poeta e trovador do seu tempo, compondo cantares e canções no sentimento lírico da Época, e foi uma das mais notáveis personalidades do seu século, com tôdas as características, ainda, de Perfeito Cavaleiro Medieval.

Foi René d'Anjou, Rei da Sicília, de Jerusalém e de Aragão e Conde de Provença, o Bom Rei René, que para sempre deixou ao povo a imagem de um soberano esclarecido, bondoso, rodeado de sábios, de poetas, com uma das côrtes mais representativas dêsse final da Idade Média.

O Bom Rei René, trovador e poeta, encontrou-se pelas suas alianças no meio da actividade política Europeia como a Infanta Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha, que, certamente, com êle se teria encontrado nalgum congresso político, em que também ela era sempre solicitada

a comparecer, como sagaz diplomata que várias vezes conseguiu, pela sua inteligência, a paz da Europa.

O Rei René, companheiro de Joana d'Arc, herdeiro da Rainha Joana de Nápoles, chamado ao trono de Aragão pelos catalães revoltados, atormentado pelo seu sobrinho Luiz XI e por Carlos o Temerário, filho da Duquesa da Borgonha Isabel de Portugal, retirou-se, cansado de batalhar, para os seus domínios da Provença, e descansou, no ideal elevado da lealdade cavalheiresca, de poeta e cavaleiro, representante da espiritualidade medieval que ia findar, representante no seu próprio espírito, de mais alta elevação medieval, cavaleiro errante, cansado de lutar, para reconquistar os seus domínios! (1)

Em Angers, em Aix, em Avignon, esse admirável Rei de Lenda, criou em sua volta ocupações artísticas, científicas e literárias, notabilizou-se, como humanista, pintor, iluminista, amador e coleccionador de livros e de obras de Arte, rodeou-se de sábios, de astrólogos, de architectos, de vidreiros, de iluministas, e compôs obras várias em prosa e verso, que o colocaram entre os melhores prosadores e poetas do seu tempo, com François de Villon, Alain Chartier e Carlos d'Orleans.

O Conde da Provença, o Bom Rei René, foi, como os Altos Infantes de Portugal, os príncipes Artistas, e perfeitos cavaleiros da Dinastia de Aviz, o Arauto da Renascença que ia começar, na atormentada preocupação do trabalho do pensamento, de que a simplicidade da fé medieval e da vida activa das batalhas desconhecia o tormento, como as estátuas dos jacentes medievais e dos jacentes re-

(1) Chessin et Leon Varène.

nascentes, *na sua expressão calma e confiante, e na sua expressão curiosa e atormentada nos vem provar.* (1)

O Rei René, sem atingir a alta elevação espiritual do Santo Condestável D. Nuno Alvares Pereira, na sua mística cristã, foi, contudo, como êle, um dos últimos cavaleiros representantes do Espírito Cavalheiresco da Idade Média, tendo sido o Rei René o precursor do Espírito da Renascença, «de Ciência e Perfeição» (como lhe chamou Ruskin), ligando no conjunto de qualidades, na modalidade curiosa da sua personalidade, as duas Épocas, e os dois Espíritos da Idade Média que acabava, da Renascença que começava, como Madame Du Deffand, nas modalidades do seu espírito, uniu e representou os Espíritos dos séculos XVII e XVIII, em que viveu.

São já duas côrtes de dois príncipes da Renascença, as côrtes do Rei René em Angers e de Carlos de Orleans no seu castelo de Blois, quando, depois de 25 anos prêso pelos ingleses, o príncipe recuperou a liderdade.

«Entre a Côrte de Blois e a Côrte da Angers, onde René, rodeado de Artistas, vive uma vida luxuosa do maior interêsse intelectual, há uma troca constante de cartas, de poesias, de desafios poéticos, uma troca, entre os dois príncipes artistas, e as suas Côrtes, que assim estabelecem entre as duas províncias uma corrente muito importante dum comércio intelectual que irradia pela França e pela Europa, vindo ao encontro dos Espíritos Italiano e Português da época, no mesmo gôsto de trabalhar ideas e pensamentos, de as escrever, e de realizar obras de Arte.

«Carlos de Orleans, último representante dos Trova-

(1) Robert de La Cizeranne.

dores medievais (diz Chessin), foi o realizador da poesia elegante da sua época, feita de subtilezas, de conceitos, de madrigais, para o encanto das Damas, que presidiam às Côrtes de Amor, poesia bem diferente já das fainas descritivas das Canções de gestas representativas das Acções e das Batalhas, dos trovadores e dos menestrais dos primeiros períodos medievais».

Era já essa poesia revestida de delicadezas e atenções para a Dama, bem diferente também da simplicidade ingénua dos «Cantares de Amigo» do bom Rei português, trovador sentimental e apaixonado, D. Deniz, das canções descritivas de feitos heróicos como a nossa Canção do *Figueiral Figueiredo*, Canção fúnebre da Morte de Rolando em Roncesvalles, e as descrições das viagens e peregrinações.

O Rei René e Carlos de Orleans eram, como os Altos Infantes de Avis, e como o Condestável D. Nuno Alvares Pereira, assíduos leitores dos romances de Cavalaria, e, como todos os príncipes da época, que no final da Idade Média se começavam a intelectualizar intensamente, liam, também, como os nossos eruditos príncipes de Avis, correctamente, o latim, o provençal, o castelhano, o italiano, o alemão, o inglês, o grego, o árabe e o hebreu.

O Rei René, que foi um dos mais notáveis escritores e intelectuais de que a França se deve orgulhar, escreveu, inspirando-se em símbolos, poemas em prosa e em verso, que mereceram a Sainte Beuve a crítica elogiosa ao seu estilo, a quem o grande crítico francês chama «*a vara de condão talhada em ouro*», porque *esses poemas encantadores de graça, de frescura, de sinceridade, de observação da natureza, são eternamente novos como tôdas as obras escritas*

com simplicidade, sinceridade e inteligência que não envelhecem nem aborrecem.

O Rei René foi um pintor e iluminista de notável talento, um architecto de quem ainda se admiram as admiráveis construções, governando bem o seu povo, as suas províncias e estados. Foi justo, bom, e leal, amando com fidelidade, dedicação e respeito, como perfeito cavaleiro medieval, a sua Dama, Espôsa e Senhora Joana Laval, a inspiradora dos seus poemas e a companheira da sua vida.

*

* *

Finda também a Idade Média em Portugal, sintetizada na elevação espiritual da admirável figura do Santo Condestável que na sua notável personalidade, foi, como já dissemos, a síntese do próprio espírito medieval, que para Deus construiu a Catedral gótica.

O Santo Condestável, herói da sua época, foi na sua vida o alto exemplo do Perfeito Cavaleiro, e no Amor fiel à sua Dama, D. Leonor de Alvim, sua Espôsa, único Amor da sua vida, simbolizou o Amor da idade média, em que a «Dona» era a Dona do Castelo, a Senhora do Lar, a dirigente e governadora da família, dos servos e das terras, na ausência do Senhor, do Espôso e do Guerreiro, que em defesa da Pátria e do Espírito Cristão, batalhava contra os infiéis, na Europa, na Asia ou na África.

A «Dama», já pelo respeitoso nome com que era designada por todos, era o culto, a razão de ser, a razão da existência, da acção nas batalhas e nos torneios dos cava-

leiros, dos pagens e dos servos que dela dependiam, e que para ela viviam.

Dessa Cortesia, dêsse Amor Cortês e respeitoso do Cavaleiro pela Dama, que a distância e a ausência mais fortificavam e idealizavam, se criaram as Côrtes de Amor na Provença, criadoras, por sua vez, da Poesia Lírica para expressar já o sentimento individual, transformando a forma descritiva da acção, da primeira forma da canção dos trovadores, na forma lírica, precursora por assim dizer do Romantismo na confiança poética das emoções e dos sentimentos pessoais.

A poesia lírica das Côrtes de Amor da Provença, nessa mesma forma de confiança poética do sentimento pessoal, foi, me parece, a influenciadora do Fado Português na sua remota origem como já disse, a «Canção Portuguesa», que a nenhuma outra tem semelhança, e que é bem ainda a Canção trovadoresca medieval, até com as semelhanças cantantes da langue d'Oc provençal, com a cantante melodia da língua portuguesa, e na sua mesma forma romântica do lirismo confidente da emoção pessoal, essa mesma característica da primeira forma da canção trovadoresca provençal, que antes das requintadas formas poéticas das Côrtes de Amor, se encontra nos Cantares do Rei D. Deniz.

A Dama era para o pagem, para o vassalo, para o cavaleiro (diz André Maurois), no período Espiritual da Idade Média, um ser quasi divino, que, quanto mais longe e afastado e inacessível, mais respeitado e amado seria...

O Espírito Português, que na mística da Fé segue a linha espiritual dos cavaleiros do Graal, na Adoração ao

Sangue de Cristo, adorando as Suas Cinco Divinas Chagas, que na visão do primeiro Rei de Portugal em Ourique do Senhor Crucificado, por Deus lhe foram dadas, para timbre do Brasão de Portugal, concentra, nas admiráveis figuras das suas Rainhas e Donas, a Alta Espiritualidade de «Dona» de que a Rainha Santa Isabel é um símbolo. Segue com os seus Reis trovadores e poetas a fôrça espiritual medieva da poesia, e o espírito português, na grande fôrça espiritual do Trabalho, dá um admirável exemplo, construindo em louvor da Virgem, Santa Maria de Alcobça, onde instituíram os primeiros Estados públicos, os eruditos monges de Cister, no românico, grandioso, profundo e grave, como o próprio Espírito da Fé, profunda e grave, que os construiu, e Santa Maria da Batalha, solar da Fé da Alta Dinastia de Avis, dos Altos Infantes que deram os destinos ao mundo, traçando para Portugal os caminhos do mundo, onde os portugueses iriam levar a Palavra de Deus nas naves que *por mares nunca dantes navegados*, iriam conquistar o mundo a Portugal!

*

* *

O Amor atinge a elevação máxima no Espírito Medieval, feito de elevação pela própria elevação da Catedral, símbolo da Fé, no Amor à Virgem Maria, culto feminino representativo do respeito da mulher na figura da Mãe de Deus, Senhora e Dona de tôdas as Catedrais que em sua honra e louvor eram construídas.

O espírito de humildade, que construiu a exaltação sublime da Catedral, representava nessa construção a Pátria, no Pensamento que a ornamentava com os detalhes rerpe-

sentativos da sua própria flora, esculpidos e cinzelados na pedra, com a história da Pátria nos feitos dos heróis, dos santos, dos guerreiros pintados nos vitrais translúcidos, vitrais que eram o animatógrafo dos góticos, *porque a luz e a côr prestavam movimento às figuras dependentes da luz e julgadas por elas*, como disse Rodin.

Com a mesma riqueza da côr dos mosaicos e dos vitrais, a mesma ingenuidade descritiva do movimento das figuras, passaram os iluministas medievais, sempre inspirados nos miniaturistas do Oriente, a iluminarem os pergaminhos dos livros e dos missais, e para o embelezamento dos templos, foi-se aperfeiçoando a arte descritiva por excelência das imagens da natureza para os ornamentos, as alfaias, os acessórios e a indumentária indispensáveis à vida que necessitava modificar-se, embelezar-se, para empregar os artífices, os artistas e os trabalhadores, que necessitavam empregar as fôrças materiais do seu trabalho, e a acção espiritual da sua inteligência. *A organização corporativa* (uma das mais belas realizações sociais da Idade Média, diz Augusto da Costa) *impregnada de Espírito Cristão, Familiar e Patriarcal*, tinha em si o próprio estímulo da Criação da Beleza, criado entre os operários pelo próprio Espírito Medieval, *de Beleza e Sinceridade, Espírito Humilde e Sincero*, como lhe chamou Ruskin, da criatura que copiava sempre a Natureza, para louvar a Deus, seu Criador, sem a vaidade de criações individuais e que só por siglas reconhecidas apenas pelos companheiros de trabalho assinava as obras de Arte que criava...

Para o conjunto indispensável à beleza que vai tornar-se indispensável à vida na Europa, que aprendeu no

Oriente os requintes de civilização e de beleza, desenharam-se, na inspiração dos jardins orientais, visão de sonho que os cruzados trouxeram da jornada da Fé, os primeiros jardins em volta dos castelos para se cultivarem as primeiras rosas, dádiva da graça, da beleza, da fragilidade e do encanto, que das jornadas do Oriente os Cavaleiros Cruzados trouxeram a suas Damas, como dádiva de Amor, cuidadosamente trazidas com o carinho constante das suas Saúdades, a fragilidade das rosas vermelhas, que trazem no perfume estonteante, evocações dos jardins orientais de onde vieram para a rude Europa medieval, como mensageiras da Graça, ofertadas à Graça Feminina!

A Rosa, como a Mulher é a musa medieval, celebrada nos poemas, nos rimances e nas trovas, é o prémio dos torneios dado pela Dama ao Cavaleiro. A Rosa é indispensável nos jogos equestres, e nos jogos florais, das Côrtes de Amor é o prémio da melhor poesia.

A Rosa de Ouro é o prémio do Sumo Pontífice às virtudes de Donas e Rainhas; em louvor da Virgem reza-se o rosário, aos pés da Virgem florescem rosas.

A Maçonaria oriental, construtiva das catedrais, toma como símbolo as Rosas, e nos tribunais secretos medievais cultivam-se, em volta dos subterrâneos onde se realizam as reuniões dos irmãos, roseirais simbólicos. (1)

A Arte dos jardins, indispensável ao requinte da vida do Oriente, era desconhecida na rude Europa da Idade Média, que aglomerava a casaria dos burgos e das cidades no limitado espaço das fortificações para simplificar a defesa das batalhas e rodear os castelos feudais de fossos protectores.

(1) Robert, «O Tribunal Secreto».

Para cultivar as rosas, símbolos da Graça, trazidas do Oriente à Graça feminina como a novidade imprevista e rara, pelo Cavaleiro a sua Dama, começam-se a cultivar em volta dos Castelos, fora das fortificações, os primeiros roseirais, pretextos para as saídas das castelãs e das Donas com suas aias, como os jardins no Oriente, em volta das cidades, são os pretextos das raras diversões e passeios das mulheres orientais.

Mereceram as rosas a primeira tentativa de disposição construtiva dos primeiros jardins, que na Europa viriam a ser, em cada Época, unidos à decoração que a sintetiza, os comentadores vivos coloridos e perfumados dos séculos que passam, o próprio Espírito de cada Época pela vida que dela guardam e comentam...

As rosas foram os símbolos da Paz, da Estabilidade, da Conservação e da Beleza, e para conservar os roseirais e florirem as rosas, pararam as guerras!

*

* *

O Arco Cristão da Architectura Românica, pesada, sombria como a dolorosa espera do fim do mundo, sob a influência oriental, alongou-se, curvou-se, como a espada curva de um cavaleiro árabe na elegância aérea de ogiva gótica, e, num deslumbramento, subiram ao Céu as agulhas finas do gótico francês, cântico de pedra, que se eleva na imensidade!

Na harmonia da Catedral e no perfume das rosas, se marcaram as Fôrças Construtivas da Civilização, com a Fé, a Aventura, o Trabalho, a Poesia e o Amor, esse Amor Medieval feito da Espiritualidade e Sacrificio de

Tristão e Isolda, do Rimance de Amadis, obra-prima de reconstrução do grande poeta português Afonso Lopes Vieira, essas claras, deliciosas e românticas páginas de Amor Medieval, são, na espiritualização delicadíssima desse Amor Cortês, a própria Fôrça Espiritual da Idade Média.

A Idade Média, *que entre os raros períodos da estabilidade, que atravessam as sociedades humanas* (diz Maurois) foi um dos mais belos e felizes *para a sociedade da Europa, pelo equilíbrio político, social e religioso. Cada indivíduo tinha a boa intenção* de bem Servir a Deus, de se aperfeiçoar no respeito da Cortesia e da Coragem, no Amor da Pátria e no Amor do Próximo, fôrças espirituais que nas lutas em que o mundo se debate, Portugal, detentor nesta nova Idade Média da Elevação, do Espírito medieval, é o exemplo admirável das fôrças construtivas da Fé, da Bondade, do Amor da Pátria e do Próximo, e Portugal será construtor Espiritual dum Império, nas ruínas dum mundo e duma Época.

Casa de Flandes—Pombal, 28-5-1936.

Maria Madalena de Martel Lacerda

(Estes mesmos estudos foram lidos em versão francesa da autora na Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Museu do Carmo, sendo a mesa que presidiu a essa leitura formada pelas Senhoras D. Maria do Carmo Vieira Machado, espôsa do Ex.^{mo} Ministro das Colónias, D. Helena Vacaresco, pelo Ex.^{mo} Ministro da Roménia e pelo Ex.^{mo} Coronel Botelho da Veiga, Director da Biblioteca Nacional).

UM CAPÍTULO DE HISTÓRIA ECONÓMICA

AS CORPORAÇÕES DE ARTES E OFÍCIOS

Macte animo

VIRGÍLIO—*Eneida*

Siempre luchar!... del hombres es el destino.

D. VENTURA RUIZ AGUILERA—*Epistola*

¿ Quem vendo diante de si desfolharem-se-lhe
uma a uma todas as esperanças se não se retrai
do presente, e não vai pelo campo santo dos
séculos buscar e colher saúdades de consolação?

ALEXANDRE HERCULANO—*Ops.*, t. V

Espicaçada a nossa curiosidade ante o descritivo pinturesco, animado e vivo, da *Procissão de Corpus*, com a sua dramaturgia simbólica, suas momices espectaculosas e suas folias coreográficas—conforme no-la evoca a pena cintilante de Herculano nas páginas mestras do *Monge de Cister*—, uma atracção irresistível nos levou a reparar no papel preponderante dos mesteirais dos ofícios nessas espaventosas representações litúrgicas, em que êles eram os primeiros actores e únicos comediantes.

¿ Donde advinha tão magno valimento dos mesteirais dos ofícios mecânicos e como lograram êles usufruir, na idade média portuguesa, privilégios de uma numerosa classe, importante na sua representação social e na função económica que veio a desempenhar?

Evocar os mesteirais dos ofícios, arregimentados desde o século XIV em confrarias, é lembrar essás instituições típicas e características da Idade-Média, que foram as cor-

porações ou grêmios de artes e ofícios, tão instrutivas na sua organização particular e no seu funcionamento para a história do trabalho dos países onde floresceram e prosperaram logo, desde os primeiros alvares dos tempos medievos, como sucedeu nas riquíssimas cidades alemãs e flamengas. Entre nós, os grêmios ou *bandeiras* dos ofícios, formando o sistema restritivo das *Corporações*, são anteriores aos fins do século XV ou princípios do XVI, épocas nomeadas por Rebêlo da Silva para a sua introdução em Portugal⁽¹⁾, porquanto D. João I, em junho de 1395 e em resposta aos capítulos que lhe foram oferecidos pelos *mesteres* da Casa dos Vinte e Quatro, ordenara que alguns procuradores dos *mesteres* entrassem na Câmara de Lisboa⁽²⁾. Ora desde que uma das funções adstritas à Casa dos Vinte e Quatro residia na distribuição dos ofícios em doze grêmios ou *bandeiras*, competindo aos procuradores seus delegados com assento na Câmara votar nos assuntos referentes às corporações dos ofícios mecânicos e ao governo económico da cidade, o facto da intervenção dos *mecânicos* na administração municipal de Lisboa, nos fins do século XIV, pressupõe, como avisadamente pondera Gama Barros, uma organização especial dos diferentes grupos de *mesteres*⁽³⁾.

Parece, pois, que as Corporações dos Ofícios existiam já em Portugal anteriormente à época designada pelo historiador Rebêlo da Silva, como somos levados a crer pela instituição da Casa dos Vinte e Quatro, a cujos delegados no município cabia o alvedrio de também «lembrarem e

(1) *História de Portugal nos séculos XVI e XVII*.

(2) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, de Eduardo Freire de Oliveira.

(3) *História da Administração Pública em Portugal*, t. I.

requererem em Câmara as cousas do bem público da cidade e do povo dela». A Casa dos 24 exercia, pois, uma dupla função municipalista e económica.

Detenhamo-nos agora e, por momentos, na origem das corporações, que deve filiar-se nas vicissitudes do estado social da Europa durante a Idade-Média, quando o indivíduo, desafeiçoado da segurança e liberdade que geram as leis civis e imunidades políticas modernas, lutava com a fraqueza do seu isolamento e só à custa do próprio esforço conseguia adquirir direitos e reivindicações, recorrendo ao esteio vigoroso e forte da associação. Em pleno desabrochar do século XIII, o comércio europeu, sobretudo o das cidades da liga hanseática e o do litoral mediterrâneo, ostenta-se próspero e operoso e com êle cresce o desenvolvimento industrial, cuja especialização profissional e técnica deriva dessa actividade mercantil que estabeleceu certa unidade económica na Europa (1).

A indústria valoriza-se e numa época que coincide com o movimento comunal, arrastadas por um impulso irresistível de liberdade ansiosa de sacudir o jugo do trabalho servil, nascem as associações de artífices em que os agremiados, velando por seu ofício e derimindo entre si suas contendas para evitar a justiça, pouco segura e venal, se unem pelo juramento, o vínculo porventura mais vigoroso e robusto que enlaçava os homens numa época de profunda fé religiosa, como foi a Idade-Média. O juramento, porém, constituía apenas artigo de fé para os agremiados, achando-se os prevaricadores isentos de sanção penal; por isso, os membros das associações ou corporações solicitam dos detentores do poder—reis, príncipes ou conselhos

(1) *D. João II e a Renascença Portuguesa*, de Costa Cabral.

de cidades—que outorguem fôrça de lei às suas regras, obtendo ou à fôrça de dinheiro ou por condescendência dos representantes da autoridade as desejadas concessões, sempre individuais, fazendo objecto de numerosas cartas. «O que se torna notável nas corporações é a sua perfeita independência do poder» (1). De facto administram-se a si próprias, recrutam entre si os seus membros e julgam as infracções por elles praticadas, mostrando-se também ciosas em garantir a qualidade dos produtos manufacturados ou fabricados.

As corporações alargaram mesmo o âmbito da sua acção profissional para exercerem várias funções públicas e administrativas, como o de tomar assentos nos conselhos das cidades e intervir na administração municipal, cuidar da vigilância e policia e assumir o papel de distribuïdas do imposto, providência que chegou até aos nossos dias com a consignação na lei fiscal dos grémios repartidoras.

No dealbar da Idade-Média raro é que o artifice exercendo seu labor profissional, possa considerar-se legítimo possuidor da obra produzida, como sucede ser ainda menos vulgar o cultivador da terra possuir a gleba arroteada e livremente dispor das novidades do campo ou do pomar (2). Os costumes do feudalismo e as necessidades comerciais e económicas haviam distribuïdo ou localizado os artífices em bairros, favorecendo com o advento de alguma liberdade, o princípio da associação que logrou vingar, robustecer-se e proliferar. O agrupamento corporativo surge, fortalecido e vigoroso, atraindo a si os obreiros do mesmo mester, voluntariamente e sem qualquer

(1) *Nouveau Dictionnaire d'Economie Politique*, de Leon Say e Joseph Chailley.

(2) *Entretiens sur l'histoire du Moyen-Âge*, Jules Zeller.

espírito de coacção. Privado de quaisquer regalias ou direitos cívicos, o artífice tem todo o interêsse em se associar e participar da corporação do ofício. Procedendo assim só vem a lucrar e nada perde, porque vale mais para êle abdicar em favor do grupo dos minguados direitos que lhe restam do que tentar fazer uso de cerceadas regalias individuais que não existem, tornando o seu esforço de todo inútil ou improdutivo. D'ora-àvante o grupo profissional converter-se-á em património comum de uma comunidade operária, dando a cada um dos seus filiados os direitos e as regalias de que se tornara fiel depositário.

Para que o agrupamento profissional satisfaça aos seus fins deverá constituir um todo homogéneo e equilibrado e dêste modo os membros da corporação usufruíam os mesmos direitos e possuíam o mesmo grau hierárquico, de que resultou o espírito igualitário dos estatutos corporativos. É que a corporação possuía uma forte unidade e um arreigado espírito associativo, cabendo-lhe acertadamente o conceito de Herculano aplicado ao concelho, que na autorizada opinião do insigne historiador «era na realidade uma pessoa moral, cujos membros ligava o nexó de direitos e deveres comuns» (1).

Assim era a corporação, que na sua tríplice hierarquia de aprendiz, de oficial e de mestre da arte, formava um edificio sólidamente construído, cujas partes se ajustavam com perfeição ao conjunto da sociedade feudal (2). Como grupo organizado, pois, e sobretudo hierárquico, a corporação subsiste e atravessa ufana e vitoriosa tóda a Idade-Média, com a sua constituição própria, o seu carácter

(1) *Les Associations ouvrières au XVIII siècle*, de Germain Martin.

(2) *História de Portugal*, A. Herculano, t. VIII.

associativo e a sua dupla feição de organismo profissional e económico.

Simultaneamente associações patronais e operárias, as corporações regiam-se por estatutos, regimentos e compromissos que estatuiam obrigações e impunham deveres, umas e outras sujeitas a sanções e penalidades previamente estabelecidas. Antes de se tornar, por efeito da sua própria constituição associativa, intolerante e monopolizadora, como afirma Germain Martin, a corporação teve a vivificá-la desde as suas origens um largo hausto de liberdade, crescendo sua influência e importância com o advento da burguesia, o terceiro estado das nações modernas, à sombra da qual os agrupamentos profissionais lançaram raízes fundas e esbracejaram renovos de vigorosa seiva.

Como sua função específica, competia às corporações, em conformidade com o regimento interno, regulamentar o trabalho profissional, estabelecer o preço das matérias primas, velar pela excelência da qualidade dos produtos fabricados, fixar o preço de venda, determinar o tempo do aprendizado e ainda subordinar a regras e preceitos de um extenso formulário, a actividade de oficiais e mestres do ofício.

Brotando numa época de acesa fé religiosa, os grémios de mesterais em breve se confundiram com as confrarias de que se distinguiram pela sua feição intrinsecamente profissional. A corporação, como entidade associativa sobretudo moral, conseguiu fortalecer ainda mais a sua unidade com o laço religioso, sendo vulgar no século XIII a associação cristã de mestres do ofício, oficiais e aprendizes. Os mesterais erigem uma capela particular e reúnem-se em comunidade sob a protecção do orago da confraria, em honra do qual se promoviam os actos do

culto, se celebravam os ofícios divinos e se realizavam as comemorações festivas do ritual. Elaborando seus estatutos à maneira das ordens retintamente religiosas, os artifices recorriam à confraria para o efeito do casamento, do baptismo dos filhos e do enterramento dos irmãos falecidos. Esta espécie de assistência tornava-se mais efectiva com o sistema organizado do socorro mútuo e da concessão de pensões de reforma, no caso de invalidez ou impossibilidade de trabalho.

O sistema de trabalho, como fica esboçado, não podia deixar de oferecer regalias e vantagens ao obreiro e ao artifice, uma vez afastado o perigo duma concorrência ilimitada, porquanto apenas era licito ascender ao oficialato após o cumprimento das cláusulas estatutárias, que impunham certas condições de tempo e de aprendizado e até hábitos de moralidade, morigeração e economia (1). Aprendizes e oficiais tinham trabalho garantido e assim como os primeiros, cumprido o seu tempo, passavam de aprendizes a oficiais, estes contavam de ante-mão com o mestrado e, portanto, com o patronato.

As corporações de artes e ofícios, assim organizadas, subsistiram durante séculos, mas logo que intervieram as causas externas e políticas e as razões de ordem interna e económica, inerentes a cada país, condado ou província, que trouxeram consigo a desagregação do regimen feudal, o sistema corporativo dissolveu-se porque o mesteiral não vê a sua independência correr risco e já não carece de recorrer ao grémio do seu ofício ou arte para se defender (2). Os fins do século XV e os princípios do XVI, coin-

(1) Germain Martin, *op. cit.*

(2) Germain Martin, *op. cit.*

cidindo com o movimento pujante do Renascimento, marcam os primórdios da decadência das corporações, acelerada ainda pela invenção da imprensa, pela corrente das ideias novas, pela liberdade de pensamento e, sobretudo, pela abundância dos capitais ao findar do século XVI. É este o factor económico primordial que mais poderosamente concorre para o golpe certo vibrado no monopólio exercido pelos grémios de artes e ofícios, existentes em França, na Flandres e na Alemanha.

Entretanto, as corporações persistem até ao século XVIII, atravessando incólumes um largo período, até que a Revolução as aboliu em França, considerando-as inconstitucionais e atentatórias dos direitos da Liberdade e da Declaração dos Direitos do Homem.

AS CORPORAÇÕES EM PORTUGAL

Coincidindo com o seu declínio no estrangeiro, as corporações de artes e ofícios no nosso país começam a constituir-se, ao que parece, anteriormente aos fins do século XV, como pretende Rebêlo da Silva, visto que após a decisão de D. João I, confirmada nas côrtes de Leiria em 1438, os mestres ou procuradores da Casa dos Vinte e Quatro ficaram com assento na Câmara de Lisboa, votando nos assuntos que diziam respeito às corporações dos ofícios mecânicos⁽¹⁾. Entretanto, o erudito investigador sr. Joaquim de Vasconcelos afirma que o nosso corpo de documentos, relativos aos ofícios do país, remonta precisa-

(1) Freire de Oliveira, *op. cit.*, I, pág. 4.

mente ao ano de 1470⁽¹⁾, o que parece confirmar a asserção do historiador Rebêlo da Silva.

A escassez e mingua de documentação acêrca dos ofícios do país não permite rebuscarem-se as origens das corporações dos mesteres em Portugal, remontando o mais antigo dos manuscritos existentes na Biblioteca Pública do Pôrto relativos aos *Compromissos, Estatutos e Regimentos* de diversos ofícios, que compulsámos, ao século XVI e apresentando o mais moderno a era do ano de 1830. Na obra citada Joaquim de Vasconcelos põe em relêvo o excessivo laconismo dos autores portugueses acêrca das corporações, que considera, sem dúvida, focos da actividade industrial e artística muito importantes. O referido investigador e ilustre arqueólogo assevera que não encontrou estatutos portugueses antes do fim do século XV e que, confrontando os que achou com os regimentos espanhóis, sobretudo catalães e valencianos, «era manifesta a desvantagem para os nossos estatutos, em geral muito menos completos, redigidos com pouca precisão e clareza, e além disso inspirados por uma benevolência que deu origem a repetidos abusos e a demandas intermináveis».

A forma mais comum e vulgar dos grêmios de artes e ofícios portugueses foi a da sua constituição em confrarias, sob a égide de um patrono santo, à maneira da tradição medieval e conforme as arraigadas crenças católicas do povo português.

Os mesterais agremiados tinham a sua bandeira, outorgavam-se os estatutos ou compromissos por que haviam de reger-se e impunham-se as regras a que

⁽¹⁾ *História da arte em Portugal* (sexto estudo), Joaquim de Vasconcelos.

obrigava o exercício das indústrias manuais em que labu-
tavam, assegurando-se ao mesmo tempo não só a solida-
riedade económica, mas também o socorro mútuo e, até, a
beneficência pública (1).

Os regimentos das corporações, encerrando-se no
âmbito restrito do interêsse profissional, não diferiam nas
suas disposições estatutárias, as quais dispunham, conforme
nos elucida o *Livro dos Regimentos dos officiais mecânicos
da cidade de Lisboa*, de 1572, que no mês de janeiro de
cada ano se constituíssem os júris e prestassem os juizes
juramento de julgar sem ódio e sem paixão, que dois mes-
tres examinadores apreciassem as provas práticas e teóricas
dos que se propunham para officiais independentes, e os
juizes decidissem da capacidade, aprovando-os ou rejei-
tando-os; que o artífice pagasse 300 reais pelo diploma,
sendo português, e 600 sendo estrangeiro; e que os que se
estabelecessem sem carta de aprovação incorressem na
multa de 2:000 reais.

Os officios possuíam cada um sua bandeira e nela figu-
ravam as imagens dos santos padroeiros de cada arte, a
saber: a de S.^{ta} Catarina para os livreiros, a de S. Lucas
para os pintores, a de S. José para os carpinteiros, a de
N. S. do Destêrro com S. José para os atafoneiros, as de
S.^{ta} Justa e S.^{ta} Rufina para os oleiros, as dos mártires
S. Crispim e Crispiniano para os sapateiros, a de S. Miguel
para os boticários, etc., referindo apenas aqui algumas
corporações da cidade de Lisboa. Já tivemos ocasião de
notar que, além das obrigações e deveres pròpriamente
profissionais, os artífices agremiados ocupavam-se dos seus
interêsses recíprocos, provendo ao modo de ocorrer às

(1) *Origens e desenvolvimento da população do Pôrto (Notas his-
tóricas e estatísticas)*—Ricardo Jorge, Pôrto, 1897.

doenças e às outras eventualidades da vida, em que a miséria sempre agrava os padecimentos físicos e morais (1).

Ricardo Jorge, o médico eminente e escritor ilustre, evocando nas suas interessantíssimas *Notas históricas e estatísticas* (2) o Pôrto do Mestre de Aviz ao raiar do século XV, descreve-nos na sua linguagem tão original e no seu estilo de tão impressivo colorido, as *bandeiras* dos ofícios que se desenrolavam arruadas — *surradores* na viela dos Pelames, *ferreiros* e *armeiros* ao longo da Ferraria de baixo e da de cima, *caldeireiros* na Rua do Souto, *ourives* na Rua da Ourivesaria e *fabricantes de calçado* na Çapataria (3). Cedo floresceram no Pôrto da era de quinhentos as corporações de artes e ofícios e assim era de esperar numa cidade essencialmente votada ao tráfico mercantil e cujos habitantes, os antigos burgueses do Pôrto de que nos fala Herculano, sempre mostraram o seu génio comercial e a sua actividade, só comparáveis à altivez de ânimo por que se distinguem.

Da consulta que fizemos na valiosa colecção de manuscritos, relativa às corporações de artes e ofícios, na sua maioria portuenses, composta de 40 volumes e existente na Biblioteca Pública do Pôrto, obtivemos a convicção de que na industriosa cidade, onde vimos a luz do dia e que entranhadamente prezamos, os grémios corporativos cedo afirmaram a sua existência, multiplicando a partir do século XV e indo até ao prolegómenos do século XIX, uma acção vitalizadora e laboriosa que constitui um dos mais curiosos capítulos da história do trabalho e da oficina portuenses.

(1) Rebelo da Silva, op. cit., t. IV.

(2) *Origens e desenvolvimento da população do Pôrto*. Pôrto, 1897.

(3) Ob. cit. e *Lembranças da Terra*, de Carlos de Passos.

Folheámos com proveito muitos dos Compromissos e Estatutos que houvemos à mão e a sua leitura, a tantos títulos elucidativa e admirável, revelou-nos nos seus mínimos pormenores, a índole e a constituição íntima das *Corporações*, na sua triplice função profissional, religiosa e social. Vejamos de perto alguns dos *Compromissos* dos grêmios portuenses e analisemos os seus capítulos para melhor apreciarmos o regimento interno do ofício.

O primeiro dos livros compulsados dizia respeito ao ofício dos tamanqueiros, lendo-se no frontispício: «Do officio intitulado Tamanqueiro, encabeçado com o de Carpinteiro, Enxamblador, Torneiro, Polieiro, Escoltor, Entalhador e Violeiro, na Confraria de S.^m José e S.^m Braz, erecta no Convento de S.^m Francisco desta cidade, como consta do Estatuto, e Compromisso confirmado por Sua Majestade em vinte de Julho de 1694».

Antes de prosseguirmos, convém esclarecer que os manuscritos da Biblioteca Pública do Pôrto constam de cópias de documentos originaes havidos por autênticos e não são anteriores aos séculos XVII e XVIII.

O livro do ofício de Tamanqueiro já referido é acompanhado por uma nota que diz textualmente: «N. B. Esta copia foi extrahida d'huma certidão passada p.^{lo} Escriv.^{am} da Corr.^{am} da Com.^{ca} Joaq.^m Ant.^o Rib.^o e Silva de huma Sen.^{ca} obtida pelos Çapateiros contra os Tamanqueiros, a qual se acha no Cartório de S. Crespim desta Cidade.»

O aludido *Compromisso* do ofício de Tamanqueiro é já o resultado de acrescentamentos e adições ao Compromisso primitivo, como se deduz do breve preâmbulo que o precede, dêste teor: «E como tenha crescido nesta Cidade o numero de Officiaes do Officio de Tamanqueiro, exce-

dendo o numero de doze em cada hum anno, e se ache cada vez mais obras de calçado falsificadas, tanto de madeiras ruins, como improprias com cabedaes incapazes de uso, como por não ser isto facil de se conhecer pello publico ao mesmo tempo que hoje se nota estar tanto em uzo, e ser obra util ao exercicio do Povo, calçados por fora dos mesmos çapatos; e principalmente por evitar as desordens e Emullações com que huns Mestres perturbão e querem aruinar os outros; para regimen, e boa harmonia de todos da Corporação, e instar de muitos individuos, e especialmente por obedecer ao preceito que para o referido nos fez o Ill.^{mo} Senado da Camara com approvação do Juiz e lleitor da Confraria, determinarão fazer o compromisso seguinte:»

.....

Por estas palavras justificativas do *Compromisso*, verifica-se que o número de oficiais de tamanqueiro era de doze em cada ano e que, sucedendo ser esta condição do officio violada, as demais prescrições dos estatutos dos tamanqueiros se acharam postergadas, o que motivou a factura das obras que não eram examinadas, provocando-se assim a sua falsificação e, ao mesmo tempo, a concorrência desleal no mester de tamanqueiro.

O *Compromisso* em referência contém vinte e nove capítulos, dispondo o I que no dia de Reis de todos os anos se faça a eleição dos Juizes do Officio, e o cap. II que, dentro dos 15 dias seguintes à Eleição, os Juizes vão à Câmara «tomar o juramento para bem e verdadeiramente servirem os ditos empregos», sob pena, não o fazendo assim, de serem condenados em dois mil réis para a Confraria, e outro tanto para as despesas do Concelho.

O cap. III diz textualmente: — «Os juizes com o escri-

vão da Confraria serão obrigados a fazerem Correição de dois em dois meses nos dias que bem lhe parecer, e os poderão fazer tôdas as mais vezes que entenderem são precisas. Nelas verão tôdas as obras que acharem feitas, e se estão a favor do público, tanto na perfeição e bem feito delas, como na qualidade, assim das madeiras como do Cabedal de que se acharem feitas, e achando-as falsificadas as fará quebrar pela primeira vez, e pela segunda fazendo-se, condenarão o Mestre em cuja casa foram feitas ou achadas, em quatro mil reis a Confraria, e outrotanto para as despesas do Concelho e pela terceira vez quebrada a obra imperfeita, e falsificada pagarão as mesmas condenações em dôbro. Não se achando, porém, as obras totalmente falsificadas, mas de sorte que se possam usar sem prejuizo de quem as comprar, pôsto que algum tanto imperfeitas, os juizes lhe advirtirão ao dono das obras, ou Mestre que as fêz, os defeitos que lhe acharão, ou da má qualidade do Cabedal, ou do malfeito delas e não as fazendo quebrar, só condenarão os Mestres em quatro mil réis para a Confraria, e outrotanto para as despesas do Concelho».

Antes de quaisquer outras considerações, enumeram-se mais alguns dos curiosos e elucidativos capítulos do Compromisso dos Tamanqueiros: Cap.º IV — Todo o oficial dêste Ofício que tiver completado o tempo de três anos de aprendiz, e três de oficial mostrando-o assim por documento legitimo, poderão requerer o seu Exame, e constando que está em têrmos em casa de um dos juizes com assistência de ambos, lhe mandarão fazer um par de socos forrados de tôda a forma que se usar de duas pregagens, uma de taxa de ferro, outra amarela, tanto para homem, como para mulher, assim mais fará um par de socos de se meter sapatos de homem ou mulher, conforme fôr uso,

respondendo às perguntas respectivas que os juizes lhe fizerem.

Cap.º V—Ao official que assim fôr examinado, lhe mandarão os juizes passar certidão do seu Exame pelo Escrivão da Confraria, a qual será assinada por ambos os juizes e levada à Camera para se confirmar, e mandar passar Carta de Exame que ficará registada no livro do Senado da Câmara, sem cujo registo ficará o Exame e Carta de nenhum efeito.

Cap.º VI—De cada um dos exames terá cada um dos Juizes oitocentos réis, e o Escrivão quatrocentos e oitenta réis e pagará mais o official que se examinar para a Confraria quatro mil e oitocentos réis, e mais dois mil e quatrocentos réis para despesas que succederem haver, de cuja quantia farão os Juizes carga por entrada e saída em um *Libro*, e sem mostrar que tem pago estas sobreditas *esportolas*, lhe não passarão os Juizes certidão de exame, e fazendo o contrário, o pagarão os juizes e escrivão de sua *bolça* à Confraria e Cofre, assim como serão condenados em quatro mil réis para a Confraria, e outrotanto para o Concelho, praticando o contrário os ditos juizes.

Cap.º VII—Muitas vezes acontece que os officiais por empenhos conseguem de seus Mestres certidão de que têm o seu tempo acabado, tanto de official como de aprendiz, quando na verdade não é assim, e disto resulta prejuízo do público, e para o evitar, haverá um livro em que se matriculem todos os aprendizes do dito officio, declarando de nulo o dia, mês e ano em que o aprendiz entrou para o officio com o nome de seu pai, da freguesia onde é oriundo e do Mestre com quem aprende, cuja matricula mandarão os Juizes fazer no acto da Correição, sem levarem por isso *esportula* alguma.

Cap.º VIII—No acto do Exame conferirão os Juizes a dita Matrícula com a Certidão que os officiaes que hão-de ser examinados lhe apresentarão, e achando que ella não concorda com a dita matrícula, o não admitirão a Exame, e fazendo o contrario pagarão seis mil réis para a Confraria; e outrotanto para as despesas do Concelho.

Cap. IX — Quando algum dos officiaes que se examinarem não souberem fazer a obra determinada no cap.º 4.º, os Juizes o mandarão trabalhar mais tempo por official, e o não admitirão a outro exame senão depois de constar que já se acha hábil, o que praticarão quantas vezes aquêles forem reprovados, e do contrario pagarão de sua bôlsa dois mil réis para a Confraria e outrotanto para o Concelho.

.....

Os capitulos transcritos são de si suficientemente instructivos para nos elucidarem acêrca das obrigações e das cláusulas pelos quais se regia o officio de tamanqueiro, submetido a uma codificação de preceitos que tendiam a regularizar o exercicio de uma indústria de calçado das mais populares. É manifesto o prurido de legalidade, de probo e rigoroso escrúpulo de exacção com que se acham elaboradas as disposições do *Compromisso* e a preocupação antecipada de se velar pela sua observância fiel, de que é segura garantia a cominação penal das multas.

Ao mesmo tempo observa-se que são inflexiveis as normas estabelecidas para a verificação da qualidade da obra fabricada, não só pelo que respeita à mão-d'obra, mas também à matéria-prima e que o trabalho profissional na officina era exercido sob tôdas as condições da melhor preparação técnica e de absoluta proficiência por parte dos obreiros ou operários que se sujeitavam a um aprendizado mais ou menos longo, (nunca inferior a cinco anos na

maioria dos ofícios) e que antes de passarem à categoria de oficiais, deviam ser examinados pelos Juizes, recebendo depois a respectiva carta de habilitação, passada pela câmara e registada no livro do Senado.

A preparação profissional e técnica do mesteiral oferecia tôdas as garantias, como no-lo indicam as disposições do estatuto dos Tamanqueiros, e se tal recrutamento do operário não era isento de defeitos, devia ser o mais aperfeiçoado numa época em que, pelo que respeita ao nosso país, não se conheciam as proficuas e salutaes vantagens da instrução profissional. Organizada, porém, como se achava a oficina portuguesa, o regime de trabalho das *Corporações* denota um aperfeiçoamento de todo compatível com o alargamento da capacidade técnica do obreiro, obrigado a trabalhar o tempo requerido para se habilitar convenientemente. Assim preparado, o oficial da arte ou mester tinha diante de si abertas as portas da mestria, podendo por seu turno estabelecer-se, abrir loja, e recrutar para o seu serviço oficiais e aprendizes.

Não se tornam menos dignas de ponderação as disposições relativas à visita de correição, feita pelos juizes que deviam inteirar-se do bom acabamento e excelente qualidade das obras manufacturadas, defendendo-se assim os interesses do público, que, mercê do regimen económico das *Corporações* de artes e ofícios, se achava ao abrigo da especulação mercantil, comprando por seu justo preço a mercadoria e considerando-a no seu valor intrínseco.

Idênticas cláusulas à dos estatutos dos Tamanqueiros encontrámos em outros *Compromissos* consultados, nomeadamente os dos Tanoeiros e *Çapateiros*.

A primeira destas corporações achava-se unida à Confraria do bemaventurado S.^{to} António e os seus estatutos,

com data de 1621, rompem com o regimento interno da confraria relativamente às práticas do culto, às festas e solenidades do orago, à admissão, direitos, regalias e obrigações dos irmãos, aos encargos dos mordomos, à distribuição de esmolas, socorros e outras providências de assistência, incluindo enterramentos, etc. Ao regulamento da Confraria seguem-se os Estatutos do Ofício e nêles se dispõe que os Juizes se reúnam em 10 de Janeiro, dia de S. Gonçalo, no claustro do Mosteiro de S. Francisco, em a Capela dos Figueirós, para elegerem os novos oficiais que hão-de servir durante o ano «em que farão dois Juizes do Ofício, e dois homens dos milhores, e boas consciências d'entre 24 do povo e dois para servirem de quintadores».

O cap.º IV diz que «terão cuidado os Juizes do Of.º de dar varejo cada mês pelas tendas dos oficiais assim da cidade como de Vila Nova com o escrivão do Of.º e um meirinho, e achando algumas pipas grandes ou pequenas, que não sejam da medida, as poderão romper p.^a as tornarem a emendar, sem que o dito oficial que tal obra fizer, possa ir contra isso, ou pagará de pena mil reis p.^a a Confr.^a de S.^{to} António».

Estatue o cap.º V que «todo o oficial que se quiser examinar pedirá licença aos Juizes p.^a lhe darem ordem de onde e como se deve examinar, e p.^a isso lhe darão as medidas p.^a a obra que hão de fazer, a saber: um tonel, uma pipa, um quarto de dez almudes e um barril de três almudes, tudo muito bem feito e acabado por sua mão, a qual obra ha-de mostrar aos Juizes do Ofício batida uma vez e outra acabada como se costuma, e não sendo suficiente lha não receberão os Juizes, e sendo suficiente lha aceitarão, e lhe passarão sua certidão de examinação».

A carta de exame a que o capítulo anterior se refere,

autorizava o oficial a «pôr sua tenda e usar do dito Ofício, tanto na cidade como em Vila Nova».

O cap.º VII diz textualmente que «nenhum oficial examinado desta cidade, nem de fora dela poderá levar *praina* a casa de taberneiro, nem outra qualquer pessoa para haver de emendar pipas, que é meter aduelas por ser em muito prejuízo da República, porque acontece muitas vezes acrescentarem algumas pipas, e fazerem-nas fora da medida para que levem mais, o que é em prejuízo de quem lhe vende o vinho, e dos direitos de Sua Majestade, se não que os mandem vir a tenda do oficial para que se veja o que se faz pelo que nisso fica o povo e S. M. mais desenganado e quem o contrário fizer pagará de pena dois mil réis a metade p.^a cativos e a outra metade para a Confr.^a de S.^{to} António».

Êste capítulo visa a evitar a fraude, tão a contento dos taberneiros, de não se fabricarem pipas além das medidas legais, o que redundava manifestamente em prejuízo do Estado e do fisco que era lesado gravosamente nos direitos a cobrar. E assim preceitua-se que as emendas ou obra a fazer nas pipas, seja unicamente executada na tenda ou oficina do tanoeiro. De outro modo o oficial fica sujeito à cominação da pena.

Os cap.ºs VIII e IX proíbem ao obreiro que vá trabalhar a casa de tanoeiro ou de outra pessoa sem licença do mestre e que qualquer oficial compre madeira sem ordem do Juíz do Ofício.

Especifica o cap.º X as penas em que incorrem os Juizes não fazendo observar fielmente os Estatutos, e declara a obrigação que lhes compete de arrecadarem o dinheiro das multas, devendo pagá-las de sua *Casa* fazendo o contrário.

O cap.^o XI diz que «*todos os quintadores serão obrigados em dia S. Martinho a dar conta em cada ano dos arcos que quintarão aos mercadores e pessoas que os quintarem, os quais não quintarão senão de cinco um conforme o regimento e postura da camara com pena de quem o contrário fizer pagar de pena mil réis para a Confraria de Santo António e porá os quintos de sua Casa*».

Refere-se este capítulo ao pagamento do tributo do quinto pelos mercadores devido à fazenda municipal pelo negócio da venda de arcos de pipa, sendo o quintador o avaliador ou oficial encarregado da cobrança do imposto.

O cap.^o XIV preceitua que para os cargos do officio se devem eleger pessoas examinadas e com tenda aberta, e «*não as que andam trabalhando de jornal*», e o cap.^o XVII faz menção do termo por que os tanoeiros se obrigavam a cumprir os seus estatutos e que é do teor seguinte: «*Aos vinte e nove dias do mês de Junho de mil e seiscentos e vinte e um anos, estando todos os irmãos tanoeiros juntos em cabido e onde teem de seu antigo costume que é em S. Francisco na capela dos Figueirós com os mais officiais da mesa pelo bom zelo e desejo que tem de servir a Deus, a honra, e louvor do Bemaventurado Santo António para bom Regimento e govêrno de seu officio foram contentes que se fizessem estes Estatutos e Compromisso que a todos juntos foram lidos, e disseram que os haviam por bons firmes, e valiosos de hoje para todo o sempre e ao cumprimento dêles, e seus nomes, e dos que ao diante forem, obrigavam suas pessoas e bens, assim e da maneira que nos Capítulos dos tais Estatutos se contém, e pedirão aos srs. Juizes e vereadores os confirmassem, e julguem por sentença, interpondo sua autoridade para todo o que cair nas tais penas as pague sem remissão alguma, e para*

isso assinaram aqui os Irmãos Tanoeiros e Mestres do dito ofício com os oficiais dêle a honra de Deus, da Virgem Maria e do Bemaventurado Santo António a quem tomam por seu advogado».

O formulário do copioso e redundante termo deixa eloqüentemente demonstrado o carácter religioso e industrial das organizações corporativas dos mesteirais, a cujos estatutos não faltava também a base jurídica, fundamentada na obrigação contratual e no princípio da autoridade que os legitimava. Com efeito êsses Estatutos possuíam a sanção legal do senado da Câmara que os aprovava e confirmava, sendo acatados e observados como diplomas legislativos que chegaram a ter o *referendum* régio.

O cap.º XIX dos Estatutos dos Tanoeiros com que nos propomos findar a sua análise, dispõe que no dia de S. Gonçalo, isto é, a dez de Janeiro, se lavre um termo em que declarem as pessoas que hão de servir de rei e mordomo na Procissão de *Corpus Christi*, assentando-se também na quantia que cada oficial há de dar para a dança, a «qual será muito boa». O escrivão fará um rol das somas pagas pelos oficiais e entregá-lo-á ao Mordomo para êste arrecadar o dinheiro, e buscará quem leve a bandeira do Ofício, que todos os oficiais acompanharão. O oficial porta-bandeira ficava isento êsse ano de pagar para a dança. Passados oito dias após a procissão, o Mordomo convocava o Rei, o Escrivão e os Juizes do Ofício para lhes prestar contas pelo rol, revertendo os crêscimos, se os houvesse, para S.º António e dando os oficiais de seu bôlso o que faltava no caso de *deficit*. Ao figurante que fazia de rei na procissão de *Corpus Christi* dava-lhe o mordomo, para preparação, a quantia de quinhentos reis.

Das celebrações litúrgicas que se ostentavam à luz do dia, revestindo excepcional luzimento e pompa, a procissão de *Corpus Christi* sempre se distinguiu, desde remotos tempos, pelo seu aparatoso espavento, tendo nela parte saliente como já se fêz notar, os mesteirais dos ofícios que consignavam nos seus estatutos, como vimos, as disposições concernentes à sua representação no cortejo processional, em que realçavam com as suas insígnias figurativas.

Concluindo as considerações gerais onde tracejámos, em mal debuxadas linhas, a história dos Grémios ou Corporações de artes e ofícios e acentuámos o seu papel económico e a sua acção no desenvolvimento do trabalho nacional, convém aditar mais algumas palavras que conttenham, por assim dizer, as proposições que formulámos em demonstração das vantagens e utilidade dêsses organismos, que também tiveram os seus detractores.

Com efeito, acusaram-se as *Corporações* e os seus regimentos como lesivos dos interêsses económicos, pois o seu regimen tolhia, por um lado, a liberdade de trabalho e, por outro, prestava-se a uma exploração desleal por parte do mestre ou industrial em detrimento dos obreiros, mantendo também um monopólio afrontoso e intolerante que convinha destruir.

Longe de se tornarem baluartes de reacção e de intolerância, as *Corporações* dos mesteirais, dentro da sua autonomia e do seu espirito de classe, impõem-se ao observador desapaixonado e imparcial como escolas modelares de virtudes morais e cívicas, difíceis de achar em quaisquer outras instituições privadas. A solidariedade que unia os seus membros e que o vínculo religioso mais apertava; a dignificação do trabalho profissional pela

observância de regras equitativas e justas; a disciplina moral, proveniente da codificação de normas com que se fortalecia o carácter e se cultivava a virtude; o espírito de justiça, inflexível e vigoroso, com que se acatavam as disposições estatutárias, dando uma base jurídica insofismável aos compromissos e regimentos, e, finalmente, o exercício de práticas de assistência em que se vislumbram os benefícios da mutualidade moderna, tudo isto concorre para dar às *Corporações dos ofícios* um carácter eminentemente social, utilitário e prático.

Dêste modo concluimos êste modesto e desataviado trabalho, formulando as seguintes proposições:

1.º — Numa época de insólita prepotência em que as liberdades mal logravam vingar, abafadas pelo poder absoluto da realeza, dos nobres e do clero, os ofícios mecânicos proclamam a sua autonomia de classe e a si próprios e com plena liberdade de acção, prescrevem as leis pelas quais se hão de reger.

2.º — As corporações de artes e ofícios constituíram, pelo espírito da sua organização interna, uma sólida garantia para a instrução técnica e profissional do artífice, concorrendo assim para o progresso e desenvolvimento do trabalho industrial.

3.º — Os grémios dos mesteres, como organismos fortes e vigorosos, regendo-se por normas prèviamente estabelecidas e confirmadas pelas autoridades legais, actuaram eficazmente na educação moral dos obreiros e concorreram para a disciplina dos costumes.

4.º — As Corporações, impondo a fiscalização vigorosa dos juizes do Ofício, garantiram a melhor aplicação da justiça em tôdas as relações do inferior para o superior.

5.º — As *bandeiras* dos Mesteres, organizando-se em Confrarias religiosas, exerceram os princípios salutareos da caridade cristã, prestando aos mesteirais uma assistência efectiva, que, começando em vida, vinha a findar no túmulo.

JOSÉ MARTINS DE ALMEIDA

EM DEFESA DOS CASTELOS PORTUGUESES

Os castelos portugueses fornecem ao historiador e ao etnógrafo tão variados e preciosos subsídios, que seria razão bastante, se muitas outras não houvesse, para os conservar e defender da acção do tempo e da ignorância dos homens.

Cada castelo é uma escola de patriotismo onde a mocidade pode colher ensinamentos muito proveitosos, que contribuirão para a formação do seu espírito e para a revigorar no seu amor à Pátria.

Êste modestíssimo trabalho é dividido em duas partes: na primeira parte occupamo-nos da terminologia dos castelos; na segunda, prosseguimos na propaganda em defesa das fortalezas portuguesas.

Neste, como nos nossos trabalhos anteriores, a sua finalidade é a propaganda em prol destes monumentos nacionais, gloriosos padrões, evocadores das mais belas páginas da História de Portugal, que precisamos de conservar e guardar, não só como valiosa recordação histórica, mas também como elemento de estudo dessas épocas distantes.

Lá fora, em todos os países cultos, as velhas fortalezas são conservadas como relíquias de altíssimo valor histórico, e ainda recentemente o Japão, que possui bastantes castelos feudais, que constituem interessantes espécimes da arte mili-

tar medieval, resolveu não só reparar os que subsistem, como ainda reconstruir, à luz de documentos históricos, alguns dos seus célebres castelos demolidos, havendo também a tendência para nêles se estabelecerem os museus locais, onde são expostas as recordações históricas que se prendam ao monumento, assim como os produtos da região.

Nós, que possuímos tão formosos exemplares de arquitectura militar, sem dúvida dos mais valiosos monumentos históricos, temos por dever evitar que novos vandalismos vão destruir êsses inestimáveis monumentos que foram as mais vigilantes sentinelas do solo bendito da Pátria.

Oxalá, e por bem recompensado nos daremos, que estas páginas consigam interessar a nossa mocidade, integrando-a nesta benemérita cruzada de tão altos objectivos patrióticos e educativos.

I PARTE

TERMINOLOGIA DOS CASTELOS

Há certos termos de arquitectura, de arqueologia e de armaria da época medieval, empregados em obras portuguesas, que precisam de ser reunidos num vocabulário que lhes dê o seu verdadeiro significado.

Damião de Gois, Fernão Lopes, Herculano, Rebêlo da Silva e tantos outros, dêsse termos se serviram em muitas das suas obras, e hoje não poucas dificuldades se encontram para obter uma significação clara de certas palavras antigas, algumas delas já deturpadas com o decorrer dos tempos.

Vamos citar dois ou três casos, que confirmam por uma forma bem eloquente a indispensável necessidade da organização dêsse vocabulário, que prestaria um admirável serviço não só aos estudiosos, como até aos apaixonados da história e da arqueologia. Vejamos, por exemplo, as palavras *FALSA-BRAGA* e *BARBACÁ*.

E' natural, mesmo muito natural, que as citadas designações *falsa-braga* e *barbacã*, estabeleçam uma certa confusão nos indivíduos menos versados nestes assuntos, visto que muitos dos nossos dicionários omitem certos termos técnicos, ou, quando os registam, as suas significações são, por vezes, pouco claras.

Consultemos, para exemplo, três dicionários, e iremos

encontrar significações diferentes para a mesma palavra. Assim encontramos, no primeiro consultado, que a falsa-braga é o mesmo que barbacã; o segundo diz-nos que falsa-braga é a parte inferior da barbacã; e o terceiro dá como significados de falsa-braga-barbacã, parte inferior da muralha.

Supondo que foram estes os dicionários consultados, a que conclusão chegamos?

A uma única, sem dúvida: a de que falsa-braga e barbacã são uma e a mesma coisa, e que a parte inferior da muralha também é assim designada.

Mas não é assim, a nosso ver, e vamos, socorrendo-nos de escritores autorizados, esclarecer o assunto.

O *Elucidário* de Viterbo diz: «BARBAS-CAANS — Assim se nomeão em um Doc. de Coimbra de 1372 aquellas fortificações, que hoje dizemos Barbacãas, e erão como humas muralhas baixas que defendião o fosso, que ficava entre ellas, e o muro, e por isso lhe chamavão os latinos ante-murale.»

O *Castelo de S. Jorge*, por Augusto Vieira da Silva, diz: «julgamos que a face do castelejo tinha à frente uma barbacã, que era, como se sabe, um muro construído pela frente das muralhas, mais baixo que elas, para defender o fôso».

Leiria, por José da Cunha Saraiva: «A muralha era acompanhada exteriormente por um muro mais baixo que se chamava a barbacã, ficando muitas vezes um fôso entre as duas».

Está pois perfeitamente definido o termo barbacã. Vejamos, agora, o que é a falsa-braga.

O *Methodo Lusitanico*, por Luiz Serrão Pimentel, diz-nos: «são as falsabragas semelhantes às antigas barba-

cans que antes da invenção de artilharia se costumavão pôr ao pé das muralhas, & torres etc.»

Dicionário de Moraes: «FALSABRAGA (Fort. mod.), corresponde à barbacã dos antigos».

Em conclusão: a falsa-braga não é a mesma coisa que barbacã, pois aquela só aparece depois da invenção da artilharia; é uma obra mais moderna de fortificação.

Nos castelos medievais havia a barbacã, e só mais tarde na fortificação moderna surge a falsabraga, correspondendo à barbacã dos antigos.

Procuremos, agora, outros termos, e vejamos, por exemplo, como se pronunciam os dicionaristas e os vários escritores sobre as palavras *ameia* e *merlão*:

Panorama, de 1838: «O alto dos muros era coroado de ameias por entre as quais os de dentro faziam tôda a casta de tiros quando eram acometidos».

Dicionário de Moraes: «AMEIA—Nos muros, e tôrres, e castelos correm talvez por cima das cimalthas uns como pequenos parapeitos, separados entre si com pouco intervalo, a que se chamam ameias, detraz delas se punhão os defensores para se livrarem dos tiros, e vinhão às abertas das ameias para atirar ao inimigo».

Dicionário de Cândido de Figueiredo: «AMEIAS—Cada um dos pequenos parapeitos, separados por intervalos, na parte superior das muralhas e castelos. (Do lat. ad-moenia)».

Leiria, de José Saraiva: «êste era, geralmente, coroado de ameias que não entravam apenas como elementos decorativos, mas serviam principalmente para a defesa, e atrás d'ellas se abrigavam os defensores».

O Castelo de Guimarães, por Luiz de Pina—Pág. 32: «A tôrre é rematada por ameias pontiagudas».

Pág. 74: «Sómente esta tôrre e a que fica a Poente

do paço possuem ameias duplas, ou melhor formadas por duas peças».

Enciclopédia Universal Ilustrada, J. Espasa: «ALMENA —Fort. Cada uno de los prismas pequeños que, en la fortificación antigua, se levantaban sobre el adarve en lo alto de las muralhas. Generalmente estaban á distancias iguaes unos de otros, dejando entre ellos el espacio suficiente para tirar por la abertura y cubrirse en seguida detrás de los macizos. Se diferencian de las saeteras é troneras en que éstas son aberturas longitudinaes, praticadas en un muro que sigue por arriba. En rigor, el merlon de las baterias no és más que una almena grande de tierra.

«Los pueblos más antiguos conocieron estas construcciones, pues los vemos en los bajos relieves egipcios y assirios; los griegos y los romanos los tuvieron en sus murallas y torres, y algunas veces con saeteras abiertas en los macizos; su uso, sin embargo, no se hizo general hasta la Edade Media. Siguiendo la época y los estilos, hay almenas cuadradas (son las más frequentes) almenas cortadas en ojiva, sesgadas en escalerita como los almenas árabes, coronadas con pirámide de perfiles, semejantes á los de ciertas albardilas de muros; se les encuentra también coronando edificios religiosos».

Tesouro da Língua Portuguesa, de Fr. Domingos Vieira: «AMEIA — Espaço aberto no muro de uma fortaleza, interrompido a eguaes distancias, ordinariamente de largura do corpo de um homem, servindo para descobrir os inimigos e atirar-lhes».

Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira: «AMEIA— Abertura feita de distância em distância no alto do muro, tórre ou obra fortificada, para, por ela, atirar mais resguardo ao inimigo. O espaço entre ameias chama-se

merlão. Também se dá impropriamente, o nome de ameias ao conjunto dentado de merlões: «e pelo recôsto do muro subiu; e se pôs entre as ameias, bradando que lhe dessem um guião», Gaspar Correia, *Lendas II*, pág. 149; «os tiros da catapulta arrojados das tórres do mosteiro, as flechas despedidas dentre as ameias que lhe cingiam a frente», Herculano, *Eurico*, cap. 12, pág. 125, *Enciclopédia*. As muralhas e tórres medievais terminavam geralmente em forma denticulada. As partes salientes constituíram os merlões, de tipos diferentes, segundo os lugares e as épocas; os intervalos eram as ameias. Confundi-se o valor dos dois termos por efeito de não poder haver ameias sem merlões. Pelas ameias, ao longo dos adarves, não só se reconheciam os movimentos dos inimigos como se atacavam os mesmos, a coberto dos merlões.

Segundo as épocas e os estilos, há merlões quadrados (os mais freqüentes), cortados em ogiva, coroados com pirâmides, etc.

Fortificações, vide António de Ville; sôbre merlões, diz: «são aquellas porçoens do Parapeito que ficão entre as canhoneiras se podem fazer de 12.15.20. ou mais pés de comprimento exterior conforme quizeram abrir no Parapeito mayor etc.».

Enciclopédia, J. Espasa; Merlon: «Etim. merlon, cada una de las partes de parapeto comprendidas entre dos cañoneras; por extensión, se aplica á qualquer porcion de masa cubridora qui se levanta algo por encima del resto de ella».

Mais adiante, o mesmo autor diz: «El macizo comprendido entre dos cañoneras recibe el nombre de merlón».

Vocabulário de Bluteau, Merlão: (Térmo da fortificação)

«He a porção do parapeito que fica entre duas canhoneiras».

Dicionário de Cândido de Figueiredo: Merlão, «intervalo dentado, nas ameias de uma fortaleza».

Histoire d'une Forteresse, Violet—Le-Duc.—Merlon: «Partie de maçonnerie pleine entre les créneaux. Pendant le moyen-age les merlons sont habituellement percés, dans leur milieu, d'une archère. En temps de guerre, les créneaux étaient masqués pour des mantelets de bois qui se relevaient plus ou moins au moyen d'un rouleau tournant dans deux colliers de fer scellés aux angles superieurs des merlons».

Da consulta dos dicionários e das transcrições atrás feitas, facilmente se verificam as dificuldades que se encontram para definir claramente o que são ameias.

E assim notamos que, enquanto uns dizem que o macisso de pedra existente entre duas aberturas é a ameia, outros são de opinião que tal macisso tem a designação de merlão, e o espaço entre os merlões é a ameia, outros afirmam ainda que o merlão é o intervalo dentado entre as ameias.

Comparando alguns autores, mais facilmente se nota a confusão estabelecida; vejamos o que diz a *Espasa*:

«Siguiendo la época y los estilos, hay almenas cuadradas (son las más frecuentes) almenas cortadas em ogiva» etc.; comparemos este periodo com o que semelhantemente nos diz a *Grande Enciclopédica Portuguesa-Brasileira*, «segundo as épocas e os estilos, ha merlões quadrados (os mais frequentes) cortados em ogiva» etc.

Procuremos, agora, depois de muitas consultas e de ler as opiniões mais divergentes esclarecer o significado da palavra ameias.

Dá-se a designação de ameias ao conjunto dos macis-

sos de pedra, intervalados por aberturas, que coroam a parte superior das muralhas.

Impròpriamente dá-se a designação de merlão a êsse macisso de pedra, e aos intervalos entre êles, visto que o merlão é um t rmo de fortifica o moderna, depois da inven o da artilharia, que significa o espaço compreendido entre duas canhoneiras.

Pelos exemplos apontados já se pode avaliar, como confundidos andam muitos dêstes têrmos, que aparecem, às vezes, impr priamente aplicados por individualidades de indiscutível categoria intelectual.

Procurámos re nir, neste pequeno trabalho, algumas das verdadeiras designa es que constituem como que a nomenclatura de têrmos e palavras respeitantes aos castelos, material muito disperso e que precisava de ser rebuscado criteriosamente, de forma a poder apresentá-lo de uma forma clara e concreta.

Com esta terminologia e o auxílio dos desenhos da autoria do ilustre professor Armando de Lucena, parece-nos ter alcançado em parte o objectivo desejado, isto  , re nir e dar a cada coisa o seu verdadeiro nome, procurando assim desfazer confusões sôbre o significado de certas palavras e têrmos dos quais alguns dos nossos dicionários não nos fornecem uma idea exacta e clara.

Não obstante êste trabalho ser, especialmente, destinado   terminologia dos castelos, parecia-nos interessante descrever a evolu o da fortifica o em Portugal, desde os alvares da funda o da nossa nacionalidade. Não   fácil tarefa tal descri o que, para ser perfeita e desenvolvida, exigiria um aturado estudo, paciente e honesta investiga o e profundos conhecimentos, especialmente de história militar e de armaria.

Não cabe dentro dos limites dêste modesto estudo trabalho de tão largo fôlego, pelo que não daremos mais que um breve resumo, uma simples idea sôbre o assunto, socorrendo-nos dos elementos que julgamos mais honestos e esclarecedores, tanto de fontes nacionais como estrangeiras. A ausência de monumentos históricos essencialmente militares que nos mereçam crédito, e a falta de detalhes da organização e armamentos da época medieval, que se notam nas descrições das batalhas das antigas crônicas, dificultam êste estudo.

Nos cronistas e historiadores, tanto nacionais como estrangeiros, encontram-se a cada passo as mais insubsistentes afirmações, especialmente sôbre a designação das armas e engenhos de guerra utilizados nas diferentes batalhas e cêrcos daquela época e sôbre as datas precisas da sua evolução e emprêgo; e como o progresso das armas está, a nosso ver, intimamente ligado à evolução da fortificação, era indispensável um estudo cauteloso e cuidadoso da armaria, para que sem êrro sensível pudéssemos marcar o mais apròximadamente possível as épocas da sua evolução.

O instinto de defesa levou o homem, desde as idades pré-históricas, a servir-se de instrumentos de pedra adequados às suas necessidades e à sua protecção.

No Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, podemos admirar e acompanhar, em vista dos numerosos exemplares ali expostos, a evolução das armas dos tempos da idade da pedra lascada ou idade paleolítica, os da idade da pedra polida ou idade neolítica, os da idade calcolítica, e depois os da idade do bronze, cujo aperfeiçoamento se vai fazendo até alcançar mais completa perfeição na idade do ferro.

Os instrumentos de guerra e de caça vão melhorando de idade para idade acompanhando os progressos da civilização; simultaneamente, o homem vai melhorando o seu abrigo, a sua habitação, primeiro procurando lugares defensáveis, eminências quási inacessíveis, que se foram transformando para melhor se defender dos ataques dos adversários; dessas antigas habitações fortificadas ainda nos restam alguns exemplares, conhecidos pela designação de castelo, castêlo, cidade, cêrca, crastêlo, crestim, castelinho, citânia, cidadelhe, etc.

A civilização na sua marcha progressiva impulsionou fortemente os meios de ataque e defesa, e os povos, desde tempos remotos, para se garantirem das investidas dos seus vizinhos cercaram-se de meios defensivos consoante as armas ofensivas em uso naqueles tempos.

As povoações foram-se desenvolvendo, os povos organizavam-se mais fortemente para impedir as invasões dos seus territórios, criou-se a necessidade de procurar os meios de evitar o contacto com os seus rivais subtraindo-se à sua rapacidade e ambição, e os povos ameaçados cercaram os seus lugares de fortes e altas muralhas que os defendiam e lhe ofereciam vantagens para repelir o inimigo. A fortificação, que tem acompanhado lado a lado o progresso da civilização, só toma um carácter verdadeiramente defensivo quando cada povo, mais conhecedor das artes, cerca as povoações de muralhas bastante grossas para nelas estabelecer os seus defensores; estas muralhas eram coroadas na parte superior por um muro menos espesso, guarnecido de ameias, e que servia de parapeito. Mas em breve porém se reconheceu que não era fácil defender a parte inferior da muralha, e o inimigo podia manobrar à vontade, pelo que se tornou então necessário inventar um dispositivo

que permitisse ver o pé da muralha e defendê-la da acção das armas dos assaltantes; apareceram pois na parte superior das muralhas umas varandas de madeira, salientes, com aberturas na parte inferior, que permitiam ver a base das muralhas, e lançar pelas aberturas tóda a casta de projecteis, dos então usados, sôbre os assaltantes. Estas varandas foram conhecidas em França com a designação de «hours de charpente» mas como êste dispositivo era fâcilmente incendiado, substituíram-se estas varandas pelos varandis ou matacães (mâchicoulis) construídos de pedra, de que podemos ainda admirar vários exemplares em alguns dos nossos castelos. A acção combinada dêstes varandins com as ameias foi um dos grandes aperfeiçoamentos da fortificação militar.

Nesta primeira época da fortificação, o ataque fazia-se por escalada, servindo-se de escadas, e foi assim que, em 1147, D. Afonso Henriques se assenhoreou por surprêsa do forte castelo de Santarém, utilizando as escadas por onde subiram os assaltantes que, transpondo aquelas muralhas, aproveitaram a terrível confusão para massacrar os sarracenos e ficarem senhores desta importante praça.

Por êste tempo utilizou-se também no ataque a mina, que consistia na abertura de uma cavidade, na parte inferior da muralha, guarnecida de traves e madeiras que a sustentavam. Preparada a mina, enchia-se de matéria scombustíveis, cuja combustão arrastava as traves e produzia a queda de uma parte da muralha, e pela brecha assim aberta se dava o assalto. Mas tanto a escalada como a mina raramente eram bem sucedidas porque a defesa, nesta época, era superior ao ataque, e os assaltos prolongavam-se, às vezes, durante muito tempo e não terminavam senão por estratagemas ou traições. Verificou-se a necessidade

de aperfeiçoar o ataque, e recorreu-se às gatas (1) e às tórres de madeira formadas de diferentes andares, ordinariamente de base quadrada, com rodas; no primeiro andar abrigava-se, a miudo, o ariete destinado a derribar a muralha, e no terraço eram colocadas as armas de arremesso sendo estas tórres munidas duma espécie de ponte levadiça que baixava sôbre as muralhas dos sitiados, para dar passagem aos assaltantes.

Estas tórres, a mina, o ariete, a balista, as fundas, as flechas, etc., que, já se utilizaram em 1147 na tomada de Lisboa, e de que nos fala o cruzado Osberno, e outros escriptores, formavam um sistema mais completo do ataque.

Depois da invenção de todos estes potentes meios ofensivos, a arte da defesa consistia em fazer sortidas frequentes, procurando incendiar as tórres e esforçando-se por inutilizar os novos engenhos de guerra, com a acção de idênticas armas.

Melhorados assim os meios de ataque, a defesa perdeu a sua superioridade, e tornou-se necessário, nestas condições, adaptar a fortificação e aumentar o valor dos obstáculos materiais de forma a dificultar a acção dos assaltantes. Reconheceu-se que os machicoulis eram uma disposição insufficiente para vigiar e defender o pé das muralhas, e que seria vantajoso descobrir os flancos dos ataques dos assaltantes, e para tal se conseguir, cons-

(1) *Gata* — «Maquina de guerra, que consistia n'hum artificio de madeira, travejado com grossos madeiros, e conduzido sobre pequenas, mas reforçadas rodas, com o qual se chegavão os gastadores aos muros, e torres, e as podião picar a seu salvo. Lopes, *Chron*, P. I.º Cap. 25. Nas Inq. R. de 1290, se achou em Sesmir, freguezia de S. Pedro de Gostein, que «os do Espital tinhão por foro de hirem ao Castello de Santestevam fazer a gata.» (*Elucid.* de Viterbo).

truíram-se, fazendo parte da *cêrca*, tórres quadradas distantes, umas das outras, do alcance das armas empregadas pela defesa, nesta época, e ficando mais alta que as quadrelas, para assim dominarem e tornarem mais difícil e mais perigoso o emprêgo das tórres de madeira de que atrás falámos, dificultarem a operação da mina e impossibilitarem a realização das escaladas. Mais tarde, por se reconhecerem mais vantajosas, foram construídas as tórres semi-circulares em substituição das quadradas.

O flanqueamento reciproco das tórres, e as grandes profundidades do fôssco com que se rodeava a *cêrca* de alguns castelos, dificultavam extraordinariamente o ataque, e a defesa retomou sôbre êle o ascendente que, momentaneamente, havia perdido.

Com o uso da pólvora e das armas de fogo os castelos tiveram que sofrer profundas modificações no perfil primitivo para se poder estabelecer a defesa com as mesmas armas com que era atacada; mas depois, novas necessidades de defesa, especialmente, da costa marítima, e os grandes progressos da artilharia, levaram a abandonar os antigos castelos, para se generalizar a construção de outros tipos de fortalezas, segundo as regras da nova arte de fortificação que continuava evolucionando lado a lado com o progresso da armaria.

Os castelos, de todo abandonados, ficaram como recordações históricas de épocas gloriosas e como preciosos elementos de estudo do período medieval.

A fortificação dos castelos compunha-se de uma alta muralha circundante que se designava a *cêrca*; esta muralha seguia as ondulações do terreno e de espaço a espaço, isto é, na quebra da direcção, tinha uma *tôrre* (n.º 4 da

fig. 1) ou *torreão*, quadrado ou oitavado, que se designava cubelo (1) quando de secção redonda (n.º 1 da fig. 1).

(1) Em tôdas as plantas do precioso códice de pergaminho, do século XVI, denominado *Livro das Fortalezas do Reino*, por Duarte de Armas, encontramos a designação de cubelos dada unicamente às tórres de secção redonda; a mesma indicação nos fornece Frei Viterbo, no seu *Elucidário*, definindo «Cubo, o mesmo que cubelo». He húma obra Militar, especie de torre, perfeitamente redonda, que antigamente se usava nas Fortalezas e Praças defensaveis, principalmente a meia cana, que faciava ao longo do muro.» O falecido escritor Gabriel Pereira chamava bastião à tórre de secção redonda, e num artigo sôbre o castelo de Almourol diz: «A quebra de direcção era marcada por uma tórre-*bastião*, se era de secção redonda; *cubelo*, se era quadrada» (*A Arte e a Natureza em Portugal*).

Ora o termo bastião não pertence à fortificação da idade média, aparece mais tarde, é uma obra que se forma nos ângulos das praças de guerra, para defender os muros. E' certo que alguns castelos, com o advento da artilharia, sofreram várias modificações e alguns torreões foram convertidos em largos bastiões para receber as peças.

— «Uma das copias da planta de Tinoco, que existe no Commando Geral d'Engenharia, apresenta neste cubelo semi-circular uma interrupção que parece indicar uma porta». (*O Castelo de S. Jorge* — A. V. da Silva, pág. 40).

— E' vulgar encontrar aplicada impròpriamente a designação de cubelo às tórres ou torreões de secção quadrada.

Também encontramos a designação de caramanchão, que Viterbo, já citado, nos diz ser «obra avançada de fortificação antiga, que também dizião cubelo». «Hum (daquelles tiros) derrubou tres ameias de hum camaranchão... e os Mouros pareceo que tinham seu feito concertado, pois assi acertaron aquelle cubello. Chron. do Conde D. Duarte de Menezes... C. 56».

No *Panorama*, de 1838, referindo-se ao castelo de Santarém: «Nesta muralha ou cerca se alevantavam torres de espaço em espaço denominadas cubellos, bastilhões e caramanchões...»

— «... a cava era larga e funda; e a barbacã que a parapeitava, grossa e forte, e a demais defendida por pequenos cubelos ou cara-

O lanço da muralha compreendido entre duas tórres tinha a designação de *quadrela*, *quadrilha*, *pano de muralha* (n.º 2 da fig. 1), ficando cada um dêles a cargo de uma

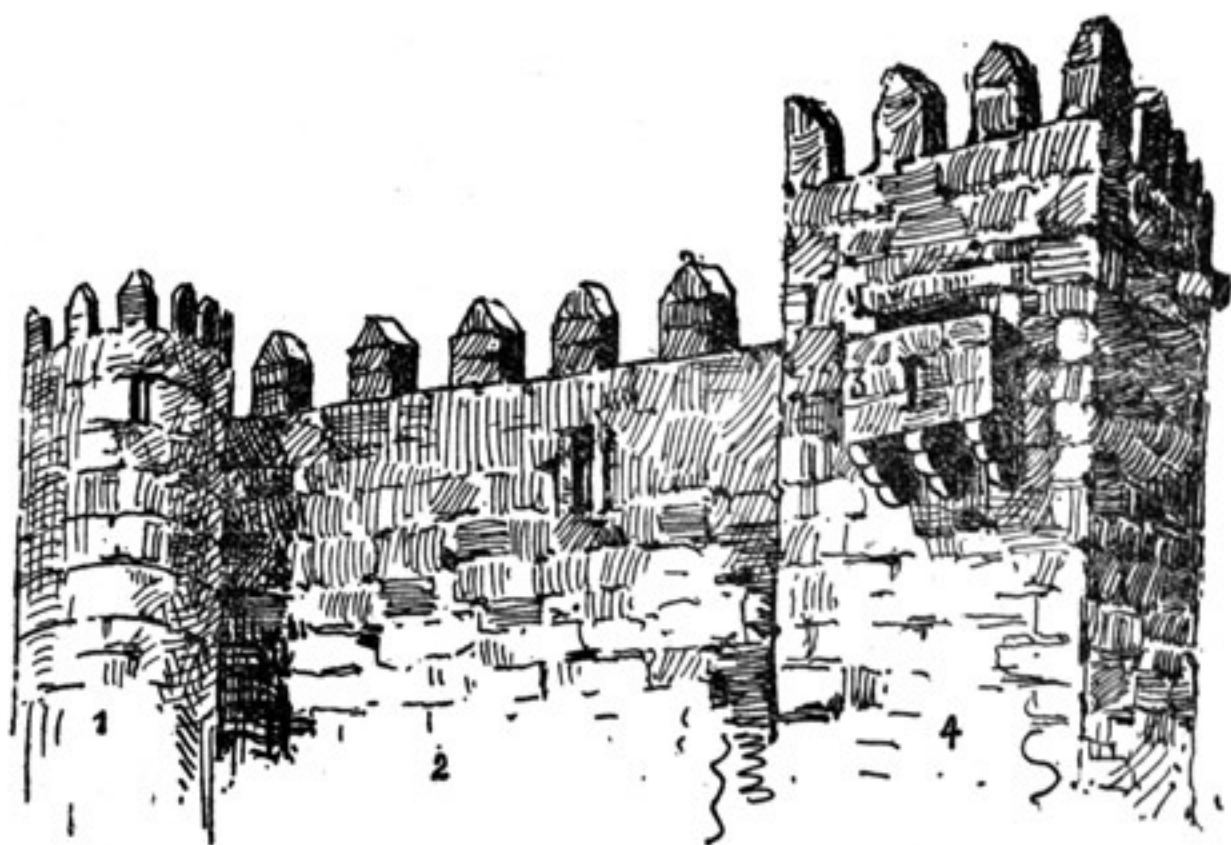


FIG. I

parte da guarnição, que se denominava também *quadrilha*.

O illustre cronista da *Lisboa Antiga*, Júlio de Castilho, diz que «entre as várias formas de tórres nos castelos e nas muralhas da idade média, quadrada \square , redonda O,

manchões que aqui e ali se erguiam sobre elas. (*O Bailio de Leça — Arnaldo Gama*)».

— A maior parte dos eirados dos torreões excedia em altura o nível dos adarves das cortinas, tendo sido alguns diminuídos no seu comandamento, com o advento da artilharia, por haver necessidade de lhes dar rampas e de os ampliar na guerra da Restauração, nomeadamente os dois que olham para Noroeste, de modo a poderem receber o canhão, convertendo-os assim em largos bastiões, como de resto aconteceu á maioria dos existentes nas fortalezas de Portugal com a chegada do renascimento. (*O Castelo de Bragança*, pelo T. cor. A. José Teixeira).

triangulares \triangle , de aresta partida $\bar{\triangle}$, havia umas, nada vulgares, que eram mais à própria uma protuberância ou saliência na cortina do muro. Aberta pelo lado interior, limitavam o corte horizontal a um semi-círculo, ou, quando muito, a $\frac{3}{4}$ de círculo $\text{—}\bigcap\text{—}$.

Além das tôrres e cubelos existentes nas muralhas, havia castelos que tinham uma ou mais tôrres, conforme a sua importância, constituindo corpo independente das muralhas, mas adentro do recinto da cerca.

Havia castelos, como o de Coimbra, Santarém, e S. Jorge em Lisboa, o de Guimarães e tantos outros, que possuíam mais de uma torre independente da cerca; outros, e estes em maior número, que só tinham uma torre, a de menagem, considerada uma das mais fortes dos castelos, onde residia o alcaide-mor e onde se sustentava a defesa do castelo até ao último transe, constituindo pois o último reduto de defesa da fortaleza.

Também alguns castelos tinham uma torre a que se chamavam *albarrã*, *alvarrã* ⁽¹⁾ ou do *haver*, onde se guardava o dinheiro da coroa, proveniente de impostos e de rendas.

(1) «E bem parece de razão que o conde houvera logo de trazer a infante ca el-rei mandou tirar d'aquella Torre do Haver, que estava no castello da cidade, uma corôa d'ouro feita de machas-femeas, obrada com pedras de grande valor.....» (*Crónica de D. Fernando* —Fernão Lopes).

--«Torre albarrã ou do haver, que era o deposito ou cofre dos productos dos impostos e das rendas». (*O Castelo de S. Jorge*—Augusto Vieira da Silva).

—«Em quanto durou a doença do monarca, o honrado Zacarias, na torre albarrã, fez vigilante sentinela aos seus maravedis». (*Ódio velho não cança*—Rebêlo da Silva).

A parte mais alta do castelo ou, mais pròpriamente, a tôrre mais alta, chamava-se *vara do castelo* (1).

Em volta da cêrca ficava o fôssô, ao qual chamavam *cava*, *carcava* (2), *carcova* ou *corcôva*, e por fora do fôssô uma outra muralha mais baixa que a da cêrca a que se dava o nome de *barbacan* ou *barbacã*; mais modernamente, depois da invenção de artilharia, nas obras de fortificação aparece a falsabraga semelhante às antigas barbacans, e pouco empregada na fortificação portuguesa. Os castelos que eram circundados de fôssô, tinham uma

(1) No *Vocabulario Portuguez e Latino*, do P.^o Rafael Bluteau, encontramos: «VARA DE CASTELO—A parte mais alta do castello de fabrica antiga, serve de descobrir de longe. *Altior in arce, vel castro turris.*» (Ficou só a torre muito alta, que chamão a Vara do Castello. *Corog. Port.*, t. I—212).

(2) «Pelas faces N. e O. bastava a aspereza da encosta para tomar facilmente defensavel o castelo; já assim não era nas outras duas, em que o terreno oferece um declive suave, e aumentaram os constructores a resistencia dessas faces, guarneecendo-as com um fosso, cava ou carcova» (*O Castelo de S. Jorge*, 1.^a edição — Augusto Vieira da Silva).

—Outro documento é o instrumento de aprazamento em 3 vidas, feito a João Peres «porteiro do Castelo, de uma casa, que soy de seer carcova e azinhaga, a partir com tendas, que foram de Garcia Fernandes, até ao muro da barbacan, pelo foro de 40 soldos da moeda antiga que corria no tempo dos reis D. Pedro e D. Fernando, ou o seu verdadeiro valor como el-rei mandasse pagar dos outros aforamentos feitos na mesma moeda, com a clausula de se fazer a casa, derrubando-a, porém, e abrindo a carcova, se guerra houvesse ou prejuizo ao muro e ao concelho.» (*Índice Cronológico dos P. e F. existentes no arquivo da C. Municipal de Coimbra*—Dr. Aires de Campos).

«...e augentaram os constructores a resistencia d'essas faces, guarneecendo-as com um fosso, cava ou carcova. (*O Castelo de S. Jorge*, 1.^a edição—Augusto Vieira da Silva, pág. 21).

ponte levadiça que baixava sôbre o fôssô e estabelecia em tempo de paz a comunicação do interior para o exterior e vice-versa.

As muralhas eram cercadas de pequenos parapeitos



FIG. 2

(ameias: n.º 5 da fig. 2) dentre as quais os sitiados faziam a defesa do castelo; nas fortalezas medievais a espessura destas muralhas dividia-se no remate em duas secções, a de dentro, plana e mais larga, e que corria ao longo de tôda a cêrca a que se dava o nome de *adarve*, *caminho de ronda* ou de *rolda* (n.º 8 da fig. 2) ⁽¹⁾; a outra, externamente,

(1) O *adarve* destinava-se à defesa e vigilância, e muitas vezes, como sempre sucedia na muralha exterior, desenvolvia-se em linha extensa chamando-se então o caminho ou passagem de ronda, ou de rolda, como diz Fernão Lopes—*Leiria*—Dr. José Saraiva.

—«Castelo tem quatro tôrres, tôdas de dimensões diferentes, ligadas entre si por fortes muralhas ameadas e *adarves* que formam a certa altura uma larga passagem de ligação e serventia de umas para outras... (*Algumas Vilas, Igrejas e Castelos do Antigo Priorado do Crato*—Tude M. de Sousa).»

mais alta, o parapeito ou peitoril (n.º 7 da fig. 2), no qual se assentavam as ameias.

Várias frestas se encontram abertas nas tórres, nos peitoris e nas muralhas, a que se dava o nome de *seteiras* (n.º 6) ⁽¹⁾, que depois foram também conhecidas, conforme a sua aplicação, por *friestras*, *frecheiras* e *besteiras* pelas quais se atiravam as setas e frechas e se davam os tiros da besta, e por *troneiras* das quais partiam os tiros das bombardas, por *buitreiras*, espécie de seteira terminada

(1) Ainda ao nível do solo, vemos bem construídos nichos-refundados na espessura das muralhas e dos cubos, também abobadados ou arqueados com tijolos e onde se abrem seteiras, besteiras ou buitreiras, destinadas algumas ao flanqueamento baixo. (*O Castelo de Bragança*—já citado pág. 11).

—«As suas seteiras cruciformes embelezam ainda mais o seu ameamento e terminando umas em orifícios para as garruchas, falções ou colubrinhas e outras fiestradas apenas para os tiros da bésta... (*O Castelo de Bragança*, já cit. M 15).»

—«*Troneira*—He tomado do Francez Troniére, que he húa abertura, que se faz nas batarias, & nos ataques, para disparar a artilharia. Apertura displodendis tormentis ou ad tormenta mittenda. Com seu fosso, banquetta, & parapeyto, em que havia Troneiras, porque disparavam a mosquetaria. (*Guerra do Alentejo*, 135).»

—«Na batalha de Aljubarrota foi pela primeira vez que os portugueses virão Canhoens, que os espanhóis, para seu dano, ali fizeram conduzir: «os nossos Maiores lhe chamarão Trons por onomatopeia, pois imittavão no fragôr, e estampido o mesmo trovão, e ainda hoje dizemos *Troneiras* as aberturas do muro por onde entrão as bocas dos canhoens. Porem o uso dos Trons, ou canhoens não embarçou, que ainda por muito tempo se não ficasse usando das Bombardas. Na *Chron d'El-Rei A. Afonso V.*, c. 140, diz Rui de Pina: «Foi a Villa de Alcacere pellos Mouros com bombardas, e trons, e outras armas, e com huma irosa perfia muitas vezes combatida. (*Elucidario*—Viterbo, já citado).

exteriormente por um buraco redondo para as garruchas, etc.

Dos varandins ou matacães⁽¹⁾, (mâchicoulis: n.º 3 da fig. 1), galerias salientes nas muralhas ou nas tórres de alguns cas-

⁽¹⁾ «A tórre é muito linda, de base quadrada, com ameias singelas e varandins ou matacães (mâchicoulis)... (*A tórre de Ucanha* — Artigo publicado no «Século», da autoria do ilustre mestre Dr. Leite de Vasconcelos).

— (Referindo-se à tórre de menagem). «Ainda, lá no cimo, do lado do norte, e como que a ornamentá-la, também está guardando a porta da entrada do Castelo e batendo a ponte levadiça dêste último reduto, a balhesteira, besteira machichoulis, ou mata-cães, sem soleira, mas apoiada em sólidos cachorros com as suas largas aberturas dando-nos o aspecto de elegante varanda de granito com suas seteiras verticais prontas a bater o atacante, que da porta se aproximasse, com virotes e pedregulhos, chumbo derretido e areia quente, azeite a ferver ou pez ardente... enfim com todos os projecteis do tempo e materiais inflamáveis, que então se usavam tanto!... (*O Castelo de Bragança*—Coronel António José Teixeira)».

—«Comparando esta tórre de menagem com as análogas de muitos castelos portugueses, nota-se a ausência de barbacã (machicoulis), varanda corrida ou somente parapeito, que servisse de defesa dos sitiados, como em Leça do Bailio, Travanca, Melgaço, etc. Parece-nos que uma parte superior desta tórre se arrazou e foi restaurada, desaparecendo aquelas construções. Ou então, como é possível, nunca existiram, substituindo-se a barbacã pelo vélho matacan ou hourd francês, isto é, por uma armação de madeira que se encaixava por fora das paredes, constituída por um varadim e respectivo resguardo; no pavimento desta plantaforma abriam-se fendas, por onde os atacados despejavam as suas frechas, as pedras, os líquidos ferventes, etc., com que agrediam os atacantes, no sopé das tórres.

A provar esta idea existem nas quatro paredes da tórre, do lado exterior e abaixo das ameias cêrca de 4 metros, uns orifícios quadrangulares que se não explicam senão pela serventia que tiveram para encaixe de vigas, neste caso as do hourd ou plataforma referida. (*O Castelo de Guimarães*». —Luiz de Pina, págs. 32 e 34).

telos e sôbre as antigas portas das cidades, isto é, das suas aberturas, se atiravam pedras e tôda a casta de projecteis para impedir o avanço dos sitiantes, e defender especialmente a parte inferior das muralhas; também estas galerias foram conhecidas em Portugal com a designação de barbacãs, balhesteiras ou besteiras. Os matacães (machicoulis), construídos de pedra, vieram substituir os «hourds de charpente», que fâcilmente se incendiavam. A França começou a fazer esta substituição nos fins do século XIII.

Parece que também nos nossos castelos existiram «les hourds», mais tarde substituídos pelos matacães.

No alto das tôrres ficavam uma espécie de guaritas de onde as sentinelas vigiavam o inimigo; a estas guaritas e às sentinelas dava-se a designação de *atalaias* ou *esculcas*.

Esta mesma designação era dada à obrigação de servir nas tôrres levantadas nas proximidades dos castelos para dar sinal da aproximação do inimigo.

«Nalguns documentos, diz Viterbo, distingue-se entre *sculcas* ou *atalaias do campo* e as *vigias* ou *arrocovas do muro*».

Arrécova, conforme se depreende de alguns documentos é o mesmo que *arricaveiro* ou *arrocova*, soldado tirado entre os paisanos ou moços de lavoura e que só em tempo de guerra prestava serviço como *guarda* ou *vigia* das *praças*, ou se empregava nas obras que se faziam para a sua defesa. Às sentinelas de guarda ao castelo dava-se a designação de *velas*, sendo êste serviço dividido geralmente por metade entre as tropas dos concelhos e as terras de coroa; mas desde os fins do século XVI pertencia aos alcaides prover a guarda dos castelos com renda das alcaidarias.

Nos eirados das tórres acendiam-se as *almenaras* (1), fachos ou fogueiras para transmitir sinais a outros castelos.

Nos primeiros tempos da monarquia, aos governadores dos pequenos castelos espalhados pelo país dava-se a designação de *castelões* ou *casteleiros* (2).

(1) «*Almenaras* — Fogos artificiais, e convencionados, com que desde os muros, tórres, ou atalaias se dava rebate de inimigos, ou se fazião outros avisos aos que estavam distantes. O seu número, duração, qualidade, repetição, etc., servião de anunciar o que se passava. Estes erão os Telegráfos, de que os nossos Maiores fizerão uso, e de que são resto, ou perfeição os nossos Fachos.»—Lapes, Azurara, Pina e outros». (*Elucidário*—Viterbo, já citado).

—«O clarão das almenaras ou rebate das trombetas não consentia nem leve repouso aos defensores da verdadeira Lei.» — (*Contos e Lendas*, Rebêlo da Silva).

(2) O sr. Tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, na sua obra *Estudos de História Militar Portuguesa*, a pág. 32, referindo-se ao castelo de Froião diz: «Não fala a acta em fossado, mas alude, quer ao pagamento da fossadeira em 1 de Janeiro, quer à anúduva; quer ainda, à prestação de alimentos pelos habitantes — cada um, sua vez por mês—ao casteleiro, quere dizer, se em êrro não estamos, ao delegado do fidalgo que teria, pelo Rei, o castelo». O Sr. Tenente-coronel Botelho da Costa é de parecer de que o casteleiro era o delegado do fidalgo que tem, pelo Rei, o castelo. No livro *Noções Gerais de História Militar, Lisboa, 1887*, encontramos sôbre êste assunto o seguinte: «Os governadores dos pequenos castelos que estavam espalhados avulsamente pela superfície do país tinham mais geralmente, nos primeiros tempos da monarquia, o nome de castelões ou casteleiros. Alexandre Herculano, na *História de Portugal*, tomo IV, pág. 133, referindo-se aos alcaides, diz: «O Govêrno das pequenas fortalezas colocadas junto de qualquer aldeia obscura, ou num êrmo, não tinha, nem podia ter valor igual ao das grandes povoações fortificadas. Assim achamos duas variedades nesta espécie de chefes militares, os castelões, ou casteleiros, exclusivamente membros de jerarquia de funcionários reais, de que a seu tempo havemos de tratar,

O governador do castelo de maior importância era o *alcaide mor*, ou *maior*, ⁽¹⁾ que residia em geral na torre de menagem, e era o delegado do poder central e do poder real tendo a seu cargo a guarda e governo

e os alcaides, também ministros reais, mas ao mesmo tempo municipais; os primeiros como tenentes ou governadores de pequenos castros espalhados avulsamente pela superfície do país, os segundos como chefes das alcaçovas ou castelos reais que defendiam e juntamente dominavam as povoações de certa importância... *Na Monarquia Lusitana*, tomo V, fls. 57 — Casteleiro — guarda do castelo. Aquele, por cuja conta corre o trato do castelo. Castelli custos odis. Mafc. Domingos de Basto, casteleiro da Vila de Monção.

⁽¹⁾ A cargo dos Alcaides mores estava a defesa e governo dos castelos. Era esta dignidade uma das mais importantes dos tempos antigos, nem se conferia senão a pessoas de ilustre ascendência..... Antes do reinado de D. Deniz, o alcaide-mor tinha também jurisdição civil..... Quando morria algum alcaide mor tomava conta do castelo o parente mais próximo, e quando o não havia faziam os moradores eleição de quem lhe parecia até el-rei prover no caso..... As rendas das alcaidarias consistiam em uma grande multidão de impostos e em multas que as leis cominavam contra vários crimes; havia além disso propriedades dependentes do castelo cujo produto aumentava os rendimentos do alcaide mor. Com isto era êle obrigado a defender o dito castelo e a tê-lo provido de gente de armas e mantimentos. Para fazer as suas vezes, em vários casos, tinha um alcaide menor ou pequeno que parece principalmente se ocupava em arrecadar os impostos, multas, e rendas pertencentes às alcaidarias. (*Panorama*, 1838). Como se vê acima, êste cargo era só dado a pessoas ilustres e alguns forais indicavam que o alcaide mor devia ser cavaleiro fidalgo. No foral de Vila Real declara El-rei D. Afonso III que o alcaide mor do Castelo, que ali se deveria fazer, fôsse sempre um cavaleiro fidalgo, natural de Portugal, que vingasse 500 soldos. No tempo d'El-Rei D. Afonso III, diz Viterbo, se começou a usar entre os portugueses da palavra fidalgo ou filho de algo para distinguir os cavaleiros e escudeiros de linhagem, dos que o não erão. No

dos castelos e de certas terras; para o auxiliar nas suas funções administrativas havia um *alcaide menor* ou *pequeno*.

foral que este monarca deu aos de Vila Real, se declara que o alcaide mor do castelo (quando o tivessem) seria sempre um cavaleiro «Filius de algo, natural de Portugal, que vingasse 500 soldos.

El-Rei D. Afonso V, ordenou que os alcaides mores fôsem fidalgos de pai e mãe e que vivessem sempre nos castelos; e que falecendo algum lhe sucedesse o parente mais chegado, que estivesse no castelo; e quando este faltasse, se faria eleição de alcaide, até que El-Rei o provêsse. Sobre a sucessão não se cumpriu sempre esta determinação de D. Afonso, pois que Fr. Manuel dos Santos, no livro *Alcobaça Ilustrada*, a pág. 426 e seguintes, diz: «Os officios seculares, q̄ apresentam os D. Abbades de Alcobaça nas suas terras sam os seguintes:

«Na villa de Alcobaça hum Alcaide mor da Villa & seu Castello, he officio perpetuo, mas nam heriditario, com vinte mil reis de ordenado..... No ano de 1701, como vagasse a Alcaidaria mor da Villa & Castello de Alcobaça, nam obstante que o Alcaide mor defunto havia deixado filhos, e D. Abbade a proveo na pessoa do D. Giraldo Pereira Coutinho, por se acharem no novo apresentado as mesmas prerogativas de nobresa, & pessoa, que pede officio tam honorifico; & da merce lhe mandou passar carta patente: (segue-se a carta patente).

«Alcaide mor, diz Fr. Manuel dos Santos, val o mesmo, que capitán, ou governador de alguma fortaleza, ou Castello. Entrou em Espanha este officio depois da invazam geral dos mouros no ano de 714. Tambem Fr. Manuel de Figueiredo no seu trabalho *Castello de Alcobaça* diz: «Alcaide foi nome introduzido pelos Mauritanos no tempo em que dominarão a Hespanha que he o mesmo que governador de huma Praça é principal chefe da Milicia, como ainda hoje se pratica nos estados do Imperador Marroquiense. Os Alcaides Mores tinham ás suas ordens outros alcaides, que erão os seus tenentes, ou substitutos, os quaes elles podiam nomear. As leys de Portugal declarão as preeminencias, e obrigaçõens que em commum respeitão aos Alcaides Mo-

Quási todos os castelos tinham pelo menos duas portas, a principal e a falsa, além das portas de menor impor-

res, o preito, e homenagem que devem fazer ao Rey com as circunstancias que são precisas para sêr solenne e legitima a sua posse. Os que apresenta o D. Abbade de Alcobaça por sentença do Juizo da coroa de 1655, e alvará do Senhor D. Afonso 6º de 8 de Agosto de 1657, e a este prelado fazem preito, e dão homenagem. O de Alcobaça por sentença do Corregedor de Leiria, não he obrigado a reparos do Castelo; apresenta o Alcaide pequeno, e tem ordenado 20.000 rs., cobra os foros das cazas confinantes com a cercada do mesmo Castelo e tem todo o dominio nesta propriedade..... Nos Foraes antigos, vide *Elucidário*, de Viterbo, já citado, e outros Monumentos se chamão Prætores em Latim os Alcaides Móres, e sem muita impropriedade, porque se o Prætores Romanos presidião ás armas, e á justiça, o mesmo praticavão os Alcaides Móres, se expressamente lhes não era prohibido; como no Foral de Vila Real em 1283 fez El-Rei D. Diniz, não lhes permittindo mais que a guarda do Castelo.

As alcaidarias móres foram extintas por alvará de 6 de Novembro de 1759. Desde esta época as attribuições dos alcaides móres ficaram pertencendo aos governadores das praças ou fortalezas e generais das províncias, conservando-se unicamente o título honorífico ou de rendimento até à queda do regimen absoluto. (*O Castelo e Fortaleza de Marvão*—Possidónio M. Laranjo Coelho).

«Para defesa, e guarda dos Castelos, e Fortalezas, havião também os Alcaides-Móres cujo Regimento se acha na Ord. Affonsina Liv. I tit. 62, d'onde passou para a Manoelina Liv. I tit. 55, e depois para Filippina Liv. I tit. 74; onde se podem ver quaes erão as suas obrigações, e emolumentos que percebião. Esta Dignidade data do principio da Monarquia; mas hoje está reduzida a Titulo Honorifico, ou de rendimento; pois que as suas obrigações passarão para os governadores das Praças, e Fortalezas, e Generais da Provincia.» (*Memória Estatístico—Histórica Militar—Lx.*, 1832 — António Joaquim Gouveia Pinto, pág. 12.

tância e de menor trânsito, que eram conhecidas pela designação de *postigos* (1).

A *porta falsa* (2), mais tarde denominada de traição,

(1) Referindo-se às muralhas de Guimarães: Tapa, & defende esta terra a porta da muralha, q̄ chamão do Postigo, por onde t̄ para fóra della a sua serventia a rua do seu nome». (*Corografia Portuguesa* — Padre António Carvalho da Costa, pág. 53—tomo I).

— «Postigo, e sabe-se mui bem que por êste nome, que ainda se conserva em várias terras do Reino, se designam as portas de menor consideração e trânsito». (Santarém—Artigo publicado no *Panorama*, de 1839).

— «.....na dita tôrre abria-se uma porta, pela qual se transitava entre o Largo da Oliveira e o Campo da Feira, chamado do Postigo, outra existia perto daquela tôrre». (*O Castelo de Guimarães*—Luiz de Pina).

(2) «Porta falsa» parece-me ser esta a verdadeira designação que nos primeiros tempos se dava à porta que hoje designamos por porta da traição ou postigo da traição.

No *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, já citado, não encontramos a designação de porta de traição mas sim de porta falsa.

A designação de porta de traição deve ser posterior ao período medieval; sôbre êste assunto diz o Dr. José Saraiva, na sua monografia *Leiria*: «O sugestivo dêste nome deu origem a uma lenda ainda hoje muito acreditada em Leiria: Dizem que estando o castelo em poder dos mouros veio D. Afonso Henriques a êle com determinação de o surpreender e tomar; e chegando, ainda com luz do dia, a um cabeço vizinho povoado de pinheiros nele se acobertou, com os seus homens à espera da noite. Em quanto ali gizava a maneira de entrar caladamente, aconteceu vir um corvo ao cimo de um pinheiro onde, com extranha inquietação, começou a crocitar e a bater com as azas, chamando a atenção de tôda a hoste, que tomou o caso em bom agouro. Cheios de confiança nele, foram os portugueses sondar os muros e encontraram descuidada uma porta pequena por onde entraram sem dificuldade. A guarnição desprevenida, gemeu sob o ferro

era uma pequena porta por onde os sitiados saíam para contra-atacar e por onde fugiam da praça em circunstâncias desesperadas.

Poterna ⁽¹⁾ é a designação dada á passagem subterrânea que existe nas fortalezas e que permite a saída para o exterior sem se ser visto pelos atacantes.

Ao muro que protegia as comunicações da parte baixa para a alta onde assentava o castelo chamava-se *cou-raça*.

cristão, a que não pôde resistir, ficando os portuguezes senhores do castelo—O têso em que êles pararam e ouviram o corvo do bom agouro tomou o nome de cabeça de El-Rei que ainda conserva, e a porta que lhes deu entrada ficou a chamar-se a porta da traição.

Não foi só em Leiria que esta designação deu lugar a explicações fantasiosas. É fama, e já vimos escrito, que a porta de traição do castelo de Badajoz foi assim chamada por terem por ali entrado em tempo de D. João I. (*Le Victorial, cron. de D. Pero Nino*, por Gutierre Diaz de Gomez; trad. franc. de Circourt e Paymaigne; Paris, 1867, pág. 118, nota.

Mais adiante diz o mesmo escritor: «A referida porta chamava-se correntemente da traição em Espanha e Portugal; êste nome aparece com muita freqüência nos cronistas de cá e de lá».

— «Ao norte do castelo vê-se tapada a porta que tem o nome de Postigo da traição». (*A Sé e o Castelo de Silves*, por Pedro S. Mascarenhas Judice).

— «A porta da traição foi logo quebrantada que nenhum não podia sahir nem entrar no castelo». (*Chronica d'El-Rei D. João I—Fernão Lopes*).

(1) *Poterna*—Almirante la define diciendo que «es una puerta pequeña, falsa ó escondida que antigamente se abria detrás del orejón, ó, en la cortina, cerca del flanco, para bajar al foso». (*Espasa—vol. XLVI*).

Quanto a impostos ⁽¹⁾ e obrigações que diziam respeito aos castelos havia entre outras a Adua, Annuduva, Anúduva, Anuduba, Annaduva, Anuda, Aduba, Adnuba, Anubda, Anupda, Anuguera, Anudiva e Annadura; de todos

(1) «No tempo de D. João I—Determinou-se mais que o terço das sizas fosse empregado em reparar as fortalezas, e que o rei, o condestavel, os bispos, as ordens militares e os grandes fidalgos fossem obrigados a ter sempre prontos um certo numero de arnezes, ao todo 1500». (Fernão Lopes—*Chronica de D. João I*, P. II, pág. 459).

Do estudo de *Historia Militar Portuguesa*, da autoria do sr. tenente coronel Botelho da Costa, limitamo-nos a transcrever alguns dos documentos citados pelo illustre escritor, que interessa conhecer.

—Pág. 32—«Os inquisidores mencionam a imposição geral da anúduva dentro da parochia pormenorizando que cinco casais, isto é, seus proprietarios ou herdadores, são obrigados a cortar e a aparelhar a madeira necessária às reparações do Casteloam a talar e a esnoar a madeira para o Castelo quanta lis mandar o Casteleiro».

—Pág. 33—Freguesia de Bico (P. M. H. Inq., pág. 359).

Contem 8 casais de herdadores que gragam fossodeira de.....
..... É geral a obrigação da anúduva, mas o encargo de levar madeira ao castelo vem apenas expresso para um casal.

§ 12.º—Julgado de Lamego

—Pág. 177-3—Castelo de Lamego (Inq. pág. 1026 a 1028)

O texto das inquirições é bastante minucioso e de grande importância historica militar porque nos revela os antigos usos e costumes (não havia foral escrito) dos chamados moradores do Castelo, habitantes do recinto muralhado. É a primeira vez que em nossa análise das inquirições isso nos acontece para uma povoação importante, fortificada e séde do bispado. Nas outras terras de igual categoria, os forais do século XII, introduzindo, por vezes modificações nos costumes, mal nos deixam entrever estes em sua forma primitiva. Aqui, pelo contrario, pode admitir-se que os preceitos da organização militar da Reconquista, em tempos de Fernando Magno, se prolongaram até à época das inquirições, pouco alteradas nos traços de remota origem (segundo o testemunho unânime das cronicões, a cidade foi tomada aos mouros em dia de S. Saturnino, 3 das kalendas

estes modos, diz Viterbo, se acha escrito, desde o IX até o século XV, certa imposição de dinheiro para reparar, compor, fazer de novo, ou aumentar nas cavas, tórres, muros, castelos, fossos e outras obras militares que se ordenavão à defesa da terra.

Também algumas vezes se chama *adua* a certas patrulhas, ou quadrilhas de gente plebea, que eram obrigados a trabalhar nas obras de fortificação.

Existia também o *castelático*, ⁽¹⁾ direito real que se não entendia concedido, se expressamente se não declarava; chamou-se *castelático* porque era uma contribuição que os vassallos anualmente pagavam para a fabricação, ou reparação do castelo, ou castelos do respectivo território.

Ao recinto que existia em alguns castelos e no qual estavam os paços, chamava-se a *alcáçova*.

No tempo dos moiros e mesmo depois do seu domínio

de Dezembro da era de 1095, isto é, 29 de Novembro do ano de 1057).

De aí seu valor histórico, como base de indução para o estudo, tão difícil, das instituições militares nos princípios do reinado de Afonso Henriques.

Serviço militar :

a) Hoste e anúduva—Todos os moradores de dentro do Castelo —ou, talvez melhor, da adjacente Alcaçova—são obrigados a hoste e anúduva.....

b) Vigilância do Castelo—A quem incumbirá a vigilância.

(1) Efectivamente o castelático, primitivo imposto que os vassallos pagavam anualmente para a conservação dos castelos do lugar ou do distrito, e do qual nem o clero nem as ordens religiosas se eximiam sem privilégio especial, foi depois substituído pelas *terças do reino*, contribuição a que os concelhos se obrigaram pela terça parte dos seus réditos, para construção de novas fortalezas e reparo das antigas. Ord. liv. 2.^o—tít. 28, § 2.^o

estes paços eram conhecidos pela designação de *alcaçar*, *alcacer* ou *alcáceres*, *alcáçova*, *alcáçerea* ou *alcáçeva* (1).

Mas *alcáçeva*, segundo Viterbo, era o castelo forte ou fortaleza quasi de todo arruinada.

Nos castelos, assim como nos outros monumentos portugueses, encontramos frequentemente uns sinais gravados nas suas pedras, de que usavam os artífices da época, mas até hoje ainda não foi descoberta a verdadeira interpretação a dar a tais sinais conhecidos pela designação de siglas. Também ainda hoje se encontra, em alguns castelos, a *matamorra* ou *matmorra*, celeiro subterrâneo do feitio de uma cisterna, com três ou quatro braços de alto, e largura em proporção, em que os mouros costumavam guardar os trigos depois de debulhados e limpos.

(1) Este rei comprou a particulares várias casas na Alcáçova. (*Lisboa Antiga*—Júlio Castilho—Vol. IV da 2.ª edição).

—«O restante espaço da actual freguesia, limitado por muralhas e que fica exteriormente ao castelejo, era denominado *alcaçova*, e também *cidadela*, applicando porém alguns autores esta designação simplesmente ao recinto do castelejo». *O Castelo de S. Jorge*, já citado).

—«Tambem ali era o assento do alcaçar do alcaide moiro, que el-rei D. Diniz transformou no seu paço das *alcaçovas*». (*Panorama*—artigo de Vilhena Barbosa).

—«Estas tórres ordinariamente no alcaçar, nome que ordinariamente se dava ao palacio ou casa fortificada no interior do castelo na qual residia o alcaide mór e que também se chamava *alcacerea*, *alcaçova* ou *alcaceva*». (*Panorama*—1838).

II PARTE

DEFENDAMOS OS CASTELOS

Tôda a propaganda realizada em defesa dos castelos se deve intensificar com o fim de conseguir despertar o interêsse e o amor por essas veneráveis muralhas, que são não só interessantes exemplares de architectura militar, como também admiráveis padrões comemorativos da fundação e consolidação da nacionalidade portuguesa.

É, absolutamente, indispensável evitar, por todos os meios possíveis, a continuação dos vandalismos que tem derruído as vélhas muralhas dos nossos antigos castelos, que tão valiosa documentação têm fornecido à História de Portugal.

É preciso punir, mas punir severamente, todos os que atentarem contra os nossos monumentos de antiguidade, pois se desta forma sempre se tivesse procedido, não teríamos, hoje, que lamentar a perda de valiosos exemplares que a ignorância duns e a imbecilidade doutros fizeram derruir.

«Os fidalgos, disse o ilustre escritor Vilhena Barbosa, foram lançando mão, e desfazendo para se aproveitarem dos materiais, dos edificios antigos, que existiam em ruínas e abandonados nas vizinhanças das suas propriedades. Assim desapareceram não poucos templos, castelos e outras edificações, de origem romana, visigótica e árabe. Os povos a seu turno, vendo nesses monumentos da anti-

guidade pedreiras da mais fácil exploração, começaram a derrocá-los até aos alicerces, levando-lhes as pedras para construção das suas habitações, das oficinas rurais e dos próprios muros com que vedavam as suas fazendas. Desta arte foram desfeitos inteiramente, ou quasi de todo, alguns outros templos gentílicos, e cujos restos ainda avultavam nos fins do século XVI e princípios do XVII».

Mas não foram só os fidalgos, e os povos que por sua iniciativa tantos crimes de lesa arte e de lesa patriotismo praticaram nos históricos monumentos portugueses, foram também, triste é registá-lo, as próprias entidades oficiais que muitas vezes utilizaram as pedras das fortalezas noutras construções, e dêsses crimes temos exemplos bem flagrantes nos desaparecidos castelos de Coimbra e de S.^{ta} Olaia, e também nos de Avô e Penela, para não citar tantos e tantos outros que igual sorte tiveram.

E para evitar a repetição de tais actos que ferem o nosso patriotismo e são impróprios de um povo civilizado impõe-se a propaganda que vimos fazendo em defesa dos castelos, como um dos meios de evitar que novos atentados vão destruir estas gloriosas páginas, em pedra, da história da nossa nacionalidade.

Felizmente alguns escritores têm tomado a defesa dêstes monumentos, mas poucos têm sido os que têm tido patriótica attitude; oxalá que novos valores venham tomar o seu pôsto, para que esta cruzada de tão alto significado patriótico possa atingir o seu elevado objectivo.

Vigorosa e brilhante é a doutrina do artigo «Castelos do norte de Portugal» do ilustre publicista Dr. Manuel Monteiro condenando as profanações e atentados que ultrajaram as fortalezas portuguesas.

Do seu interessante artigo reproduzo alguns períodos

bastantes significativos para serem lidos e meditados pelos governantes e governados.

Não lograram porém, diz o ilustre publicista, êsses exemplares da nossa architectura militar o respeito e o acato das gerações desde que ós meios de guerra se volveram outros.

Dado o rebate da sua inutilidade começaram a ser ultrajados pela brutal ingratição dos homens, a cujos antepassados tão prestimosos haviam sido pois que de alma estreita e pusilânime os transformaram em calçadas, paredes e vivendas, ou os aluíram num passatempo da mais inaudita imbecilidade.

As corporações administrativas, padecendo igualmente do morbo da ignorância, têm consentido ou provocado tais sevícias.

O poder central continua impassível a tais afrontas da história e da arte, quando não as patrocina, como a vetusta cidade de Braga, que foi despojada dum lanço de muralha e dos seus dois cubelos delimitantes, restando-lhe apenas a soberana tórre de menagem de D. Deniz e não sem o ameaço de esterminio...

Mais adiante, continua o mesmo ilustre arqueólogo, é tal a derrocada em que se encontram quási todos êsses documentos doutr'ora — páginas grisalhas, envelhecidas e esfaceladas!—que, em certos, só a imaginação dos eruditos, ávidos em desvendar o passado, será por ventura susceptível de os reconduzir à sua integralidade inicial. Todos imersos na desolação da ruína, a que a natureza tantas vezes dá o arranjo decorativo duma formosura surpreendente e bizarra, avolumando a saudosa comoção que as coisas doutr'ora inspiram, com o encanto do cenário feito de tons macios e gôstos seduzindo

sempre os temperamentos artísticos com amor e delícia!

Estes justos brados, estes gritos de alarme, incitam-nos a prosseguir com entusiasmo esta campanha em prol dos castelos portugueses com o único fim de evitarmos que novos crimes vão profanar ou destruir as velhas muralhas, que ainda nos restam e conseguiram escapar à acção destruidora do tempo e dos homens.

O nosso maior desejo é de que esta patriótica propaganda seja compreendida pelo povo de Portugal e não mais tenhamos de registar o mais pequeno ultraje aos velhos castelos de Portugal, as mais antigas e vigilantes sentinelas do solo bendito da Pátria.

Guardemos carinhosamente estes monumentos que são das mais gloriosas lembranças do nosso grandioso passado, não para adormecer, à sombra das suas muralhas, embriagados pela grandeza heróica desse passado distante, mas sim, para recobramos novas energias para os mais altos empreendimentos patrióticos que tenham por finalidade o engrandecimento da terra portuguesa.

O povo e em especial os novos, devem aprender a ler a História de Portugal, nessas muralhas já velhinhas, mas sempre dominadoras e altaneiras, hoje vivendo das recordações da sua mocidade gloriosa.

Como povo civilizado temos o dever não só de velar e conservar os nossos vetustos castelos, como também reconstituir com honestidade os que não estão de todo arruinados.

¿E porque não havemos nós de aproveitar alguns destes monumentos para neles instalarmos museus regionais à semelhança do que se faz no estrangeiro?

¿ Não seria a realização desta idea o meio mais pratico de manter a sua conservação?

Mas emfim, com museu ou sem museu, êles devem ser guardados, cuidadosamente, como peças de subido valor, em exposição permanente, neste grande museu histórico que é Portugal.

Na terra portuguesa daquem e dalém mar encontram-se algumas centenas de fortalezas, ganhas umas, reedificadas outras pelo esforço heróico dos nossos antepassados; são memoráveis padrões que assinalam admiráveis sucessos militares, rasgos de heroísmo e de bravura que orgulham e enaltecem a raça portuguesa.

No trabalho *Em prol dos Castelos de Portugal*, referi-me apenas aos Castelos de Guimarães, Feira, Leiria, Almourol, Tomar, Palmela e à Torre de Belém; hoje occupar-me-ei de mais alguns destes gloriosos padrões, mas muito ligeiramente, visto que, neste meu trabalho, o principal objectivo é a propaganda em prol dos castelos de Portugal.

Não é um estudo profundo, é uma breve evocação do passado e um apêlo patriótico a todos os portugueses para que velem com amor e carinho pelas vélhas muralhas dos nossos castelos, que foram noutros tempos as mais vigi-lantes atalaias do nosso torrão pátrio.

Os castelos não são só fontes inesgotáveis de preciosos subsídios históricos e arqueológicos, são também os mais belos padrões que simbolizam as grandes virtudes da raça portuguesa, e aos quais andam ligados actos de lealdade e de pundonor, e tão belos feitos de heroísmo, que a tradição se encarregou de os trazer até aos nossos dias, para viverem sempre lembrados no coração de todos os portugueses.

E assim, o castelo de Tôrres Novas evoca-nos um acto admirável do seu alcaide, que vem resgatar o papel humilhante representado por D. Fernando quando da invasão de Henrique de Castela.

Quando as tropas castelhanas passaram por Tôrres Novas, quizeram apoderar-se por assalto do castelo, mas, como o valente e brioso alcaide Egídio Pais o defendia com bravura, e não lhes convinha nem podiam demorar a marcha para continuar o cêrco a Lisboa, quizeram obter dêle a capitulação por outro meio que não o das armas. Apresentaram ao valente alcaide seu filho, que haviam aprisionado nos arrabaldes, e intimaram-no para que se rendesse, sob pena de vê-lo logo ali morto. O heróico alcaide fazendo calar os naturais sentimentos de pai, diante dos sagrados deveres que para com a Pátria contraíra, respondeu «que do filho, pois o haviam tomado, fizessem o que quisessem, mas da praça, não podia fazer outra cousa, salva sua honra, se não defendê-la por El-Rei seu Senhor, a quem havia feito homenagem de a sustentar».

Ouvida esta resposta tão cheia de pundonor e de patriotismo, ôs castelhanos enforcaram b̄rbaramente o pobre moço e continuaram a jornada falando com admiração da constância dêste valoroso alcaide.

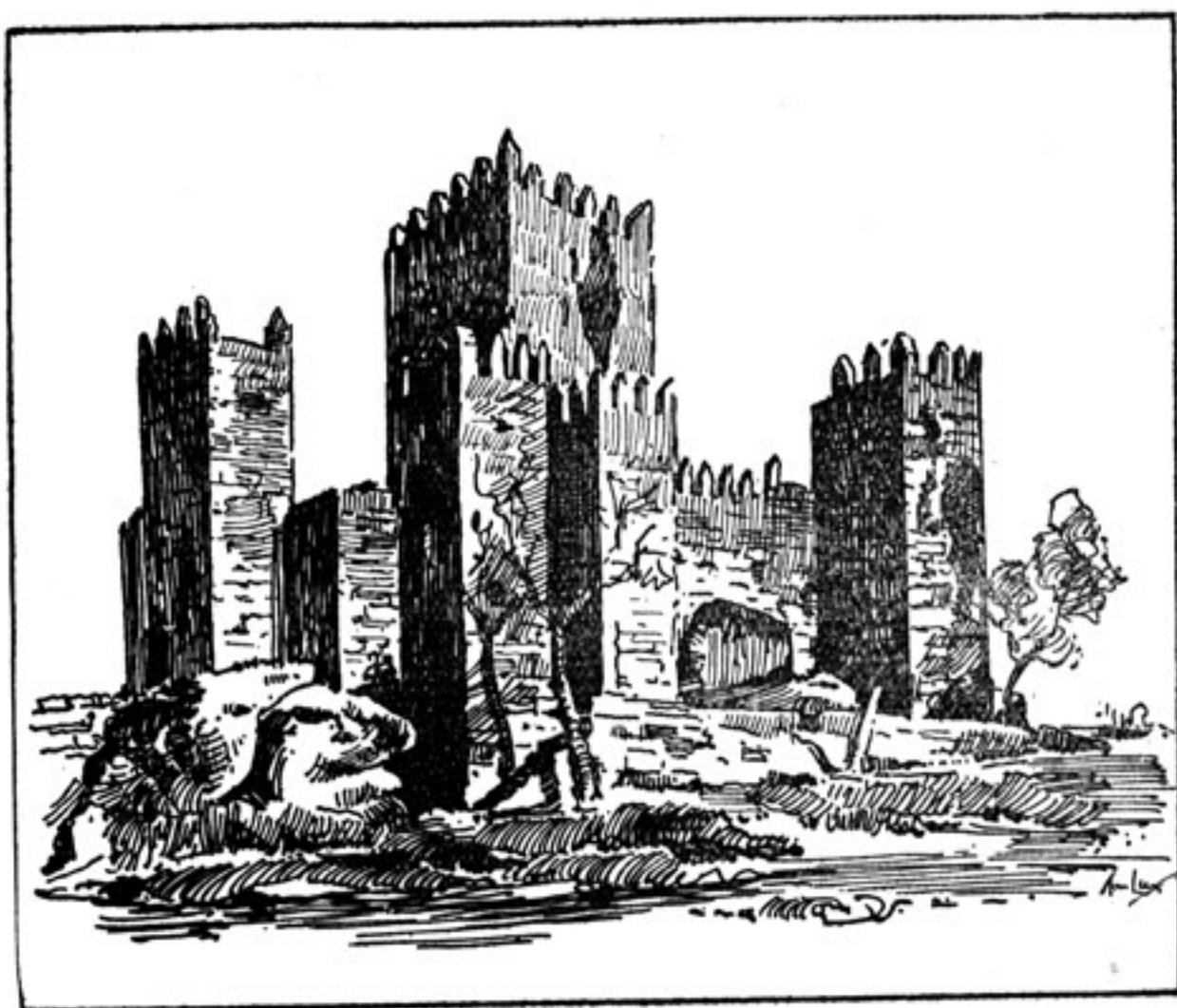
Mas como êste acto de extraordinária lealdade e de patriotismo, muitos outros de rara abnegação e de heroidade nos recordam as antigas fortalezas de Portugal, exemplos de elevada beleza moral, que não devemos esquecer, e assim aqui tendes êste outro acto, que os historiadores nos contam, tão admirável como o anterior:— «emquanto D. Henrique de Castela esteve cercando Lisboa, o adiantado da Galiza, Pedro Rodrigues Sarmiento, fêz uma excursão na provincia do Minho, e, encontrando-se

nos arredores de Barcelos com a pouca gente portuguesa, que o conde de Ceia pôde ajuntar, desbaratou-a e fêz-lhe alguns prisioneiros, entre os quais se contava o alcaide mor do castelo de Faria, Nuno Gonçalves, que viera com alguns soldados em socorro do conde, deixando o govêrno da praça entregue a seu filho. Temendo, porém, que a escassês dos meios de defesa entibiasse o valor do moço alcaide, resolveu o pai, fazendo sacrificio da própria vida, ir estimulá-lo à resistência, e para isso socorreu-se do ardil de propôr a Sarmiento que o mandasse conduzir ao sopé dos muros do castelo, para daí exortar o filho a que o entregasse. Chegado que foi à fala com o filho, recordou-lhe que o dever de um leal alcaide é de nunca entregar, por nenhum caso, o seu castelo a inimigos, embora fique enterrado debaixo das suas ruínas, e chamou sôbre o filho a maldição eterna se deixasse entrar na fortaleza os castelhanos sem tropeçarem no seu cadáver. No mesmo instante caía Nuno Gonçalves varado pelos golpes dos castelhanos, a quem tamanho logro irara, e ainda na hora extrema foram as suas últimas palavras: «Defende-te, alcaide!».

Mas ainda segundo a tradição lá está o castelo de Guimarães a evocar-nos o conhecido acto de lealdade e de nobreza de Egas Moniz: quando D. Afonso Henriques, sitiado por Afonso VII de Castela, se achava numa situação difícil, e impotente para resistir ao apertado assédio dos castelhanos, Egas Moniz vendo o perigo que corriam os portugueses, dirigiu-se ao acampamento de D. Afonso VII, e convenceu-o a retirar-se, prometendo-lhe que o seu amo e Senhor D. Afonso reconhecia o rei leonês como seu suserano, ficando como penhor a sua palavra.

Não cumpriu D. Afonso Henriques o tratado feito com

D. Afonso VII, por seu aio, mas Egas Moniz, português de lei, fidalgo leal e pundonoroso, considerando-se culpado e não querendo trair a palavra dada, marchou a apresentar-se a Afonso VII, com mulher e filhos de barçoço ao pescoço, para que o rei fizesse justiça ao homem que faltara ao cumprimento da sua promessa.



CASTELO DE GUIMARÃIS

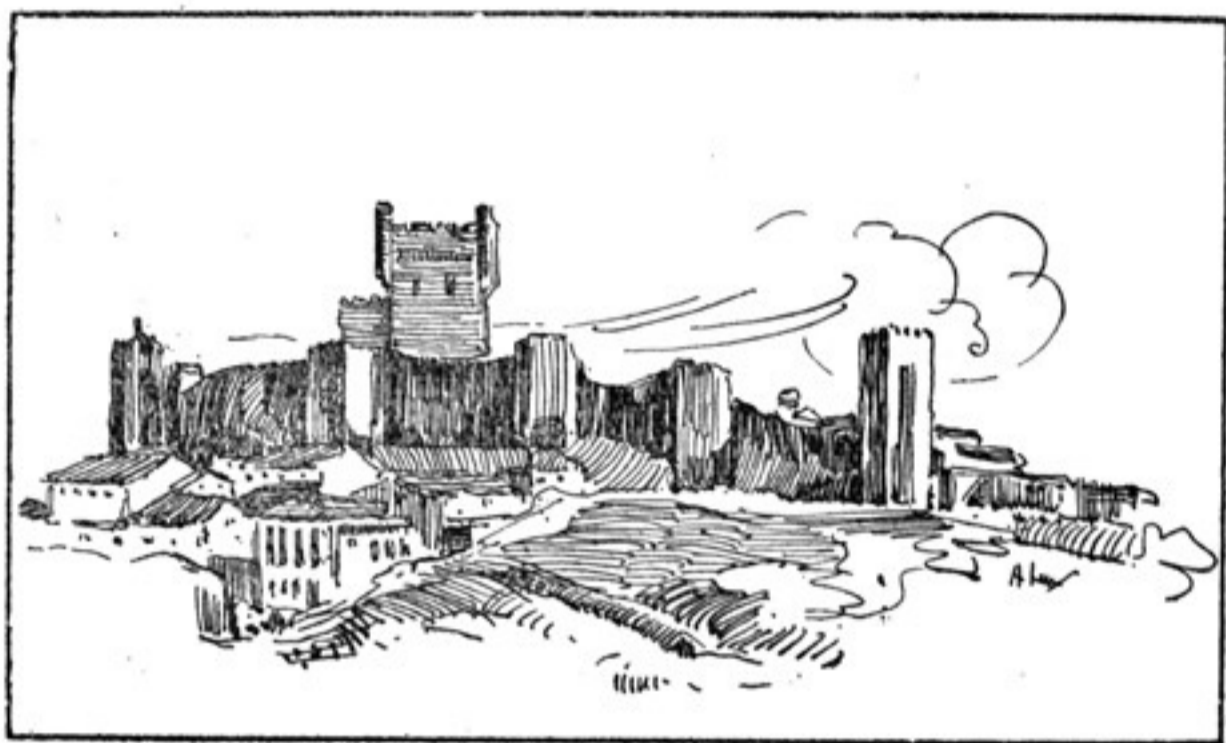
Afonso VII, admirado com este gesto de tão grande lealdade e honradez, perdoou a Egas Moniz, mandando-o em paz com a família.

Actos como os acabados de apontar são exemplos tão belos, que nunca é demais rememorá-los como lições de significativa beleza moral e patriótica.

Vou, agora, tratar muito ligeiramente de alguns dos nossos castelos, na impossibilidade de a todos eles me

referir mais desenvolvidamente; noutro trabalho ocupar-me-ei de outros exemplares que também não devem ser esquecidos pelos portugueses patriotas.

Limitar-me-ei, neste livro, a apresentar-vos o castelo de Bragança, antiquíssima fortaleza, que representou um importante papel desde os primeiros tempos da monarquia.



CASTELO DE BRAGANÇA

É um monumento nacional digno de ser conservado não só pelas suas recordações históricas, como também por ser um interessante exemplar de arquitectura militar.

A sua formosa torre de menagem de grande solidez e elegância é das mais belas que temos visto, concorrendo também para a embelezar as suas interessantes janelas em estilo gótico.

O conjunto exterior das suas torres e muralhas oferece-nos um admirável aspecto de impressionante grandeza.

Desta velha fortaleza ainda hoje se contam interessantes lendas como a de D. Brites, senhora de grandes virtudes e de encantadora beleza, filha do alcaide mor, João Pimentel, e que segundo resa a lenda tinha o condão de encantar

e enfeitiçar as pessoas que queria, tendo sido assassinada injustamente por seu marido, o alcaide do castelo de Évora, Martin Afonso de Melo.

À volta deste trágico acontecimento criou-se a lenda que ainda hoje se recorda.

Da secular fortaleza da Póvoa de Lanhoso resta apenas a sua histórica e forte torre de menagem, adornada das suas ameias, e apagados vestígios das suas antigas muralhas.

Numa situação quasi inexpugnável, assistiu desde recuadas eras ao desenrolar de notáveis acontecimentos.

Neste castelo estabeleceu a côrte D. Tereza, e aí viveu com o conde de Trava num dôce enleio de cego amor.

No castelo de Lanhoso, que foi noutros tempos propriedade dos nobres Barredos, à volta de um dos seus descendentes teceu a lenda ou a realidade a trágica história que vamos reproduzir.

O fidalgo D. Rodrigo Pereira de Barredo soube um dia que sua mulher, D. Ignez Sanches, traía a fidelidade conjugal.

Muito secretamente, D. Rodrigo espiou cuidadosamente os namorados, e ao ter a certeza da traição de sua espôsa, depois de mandar fechar de surpresa tôdas as portas da fortaleza, para que ninguém pudesse escapar ao cruel castigo que lhes reservava, lançou fogo ao castelo em que sua espôsa tinha cometido tão vil acção, que ardeu completamente, morrendo abrasados pelas chamas todos quantos lá estavam.

Outro castelo a relembrar feitos heróicos é o de Celorico da Beira, numa situação estratégica admirável e dominando a povoação.

De remotíssima fundação, aos romanos se atribui a

sua primeira construção, sofrendo no decorrer dos anos várias reedificações.

As suas resistentes muralhas apararam os golpes das invasões árabes, e mais tarde resistiram aos apertados cêrcos de leoneses e castelhanos.

Feitos valorosos se obraram à sombra das suas muralhas, que foram mudas testemunhas de importantes acontecimentos nos reinados de D. Sancho I, D. Sancho II e de D. José.

Evoca-nos êste castelo um acto de fidelidade, que nunca é demais recordar.

Quanto das desavenças entre o conde de Bolonha e o rei D. Sancho II, a maior parte dos nobres tomou o partido de D. Afonso, irmão do monarca, mas houve alguns que praticaram belos exemplos de fidelidade, mantendo-se ao lado do seu rei, e um dêles foi o alcaide dêste castelo, D. Fernando Rodrigues Pacheco, que se recusou a entregar a fortaleza que lhe fôra confiada por D. Sancho, arrostando com ás cóleras de D. Afonso III, que, vendo à temeridade do alcaide, resolveu pôr cêrco ao castelo.

À guarnição da fortaleza faltavam mantimentos; e dizimada pelos sucessivos recontros, manifestava o desejo de se entregar, e o alcaide, não vendo meio de prolongar o cêrco, estava prestes a render-se.

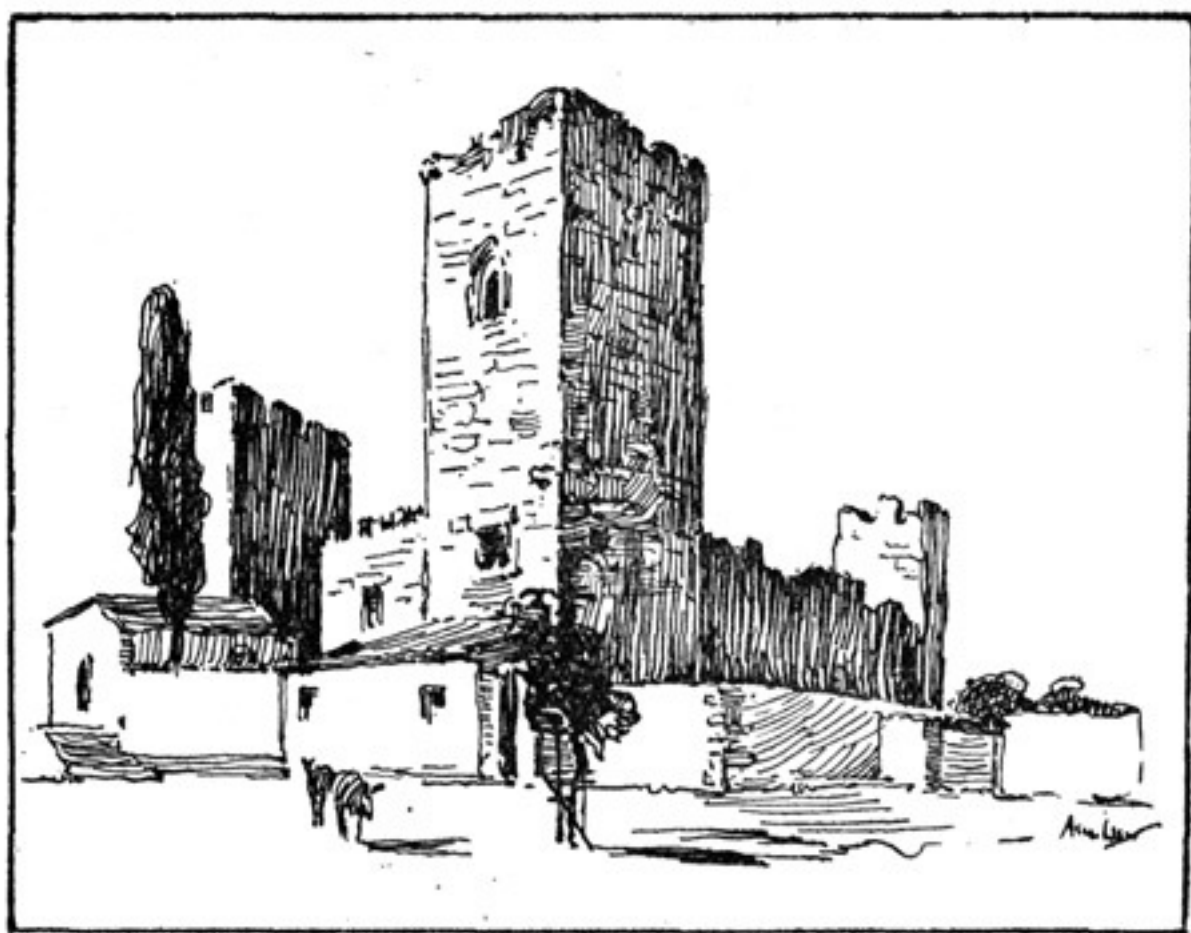
Deu-se, porém, um imprevisto um tanto fabuloso. Certa manhã, quando o desespero dos sitiados era maior, passou sôbre o castelo uma águia que levava uma truta no bico, deixando-a cair dentro dos muros da praça.

Logo o alcaide teve uma feliz lembrança, apressando-se a enviar o saboroso peixe a D. Afonso, como para lhe mostrar que viveres em abundância não faltavam naquela praça:—e o rei, iludido com a famosa idea do leal alcaide,

julgando que eles se encontravam de facto bem abastecidos, resolveu levantar o cerco evitando assim maiores sacrifícios.

Sobre este facto, real ou lendário, se formou o brasão de armas de Celorico da Beira.

O castelo da Amieira, teve, noutros tempos, grande importância. Divergências existem sobre o seu verdadeiro fundador.



CASTELO DA AMIEIRA

Mas a opinião mais seguida é a de que esta fortaleza foi mandada levantar por Fr. Álvaro G. Pereira, a que se refere a *Crónica do Condestabre*, que diz que o Fr. Álvaro Gonçalves Pereira entre as boas obras e boas causas que fez na Ordem, fundou o castelo da Amieira, que é castelo forte e mui formoso.

Este castelo é guarnecido de 4 tórres, tôdas de dife-

rentes dimensões e ligados por fortes muralhas formando um conjunto interessante e curioso.

Nele se desenrolaram alguns acontecimentos notáveis, mas nem sempre este castelo defendeu as melhores causas; bandeou-se, que nos recorde, depois da morte de D. Fernando, com Castela, mas em breve se voltou para o Mestre de Aviz.

Mais tarde, quando da regência do infante D. Pedro, este castelo pôs-se ao lado dos partidários da rainha viúva de D. Duarte sendo por isso mandado cercar e tomar.

De dirigir este cerco foi encarregado D. Álvaro Vaz de Almada.

Outros factos importantes se passaram nesta fortaleza, hoje considerada monumento nacional.

Neste castelo instalaram o cemitério, como se não houvesse outro local mais próprio para o colocar.

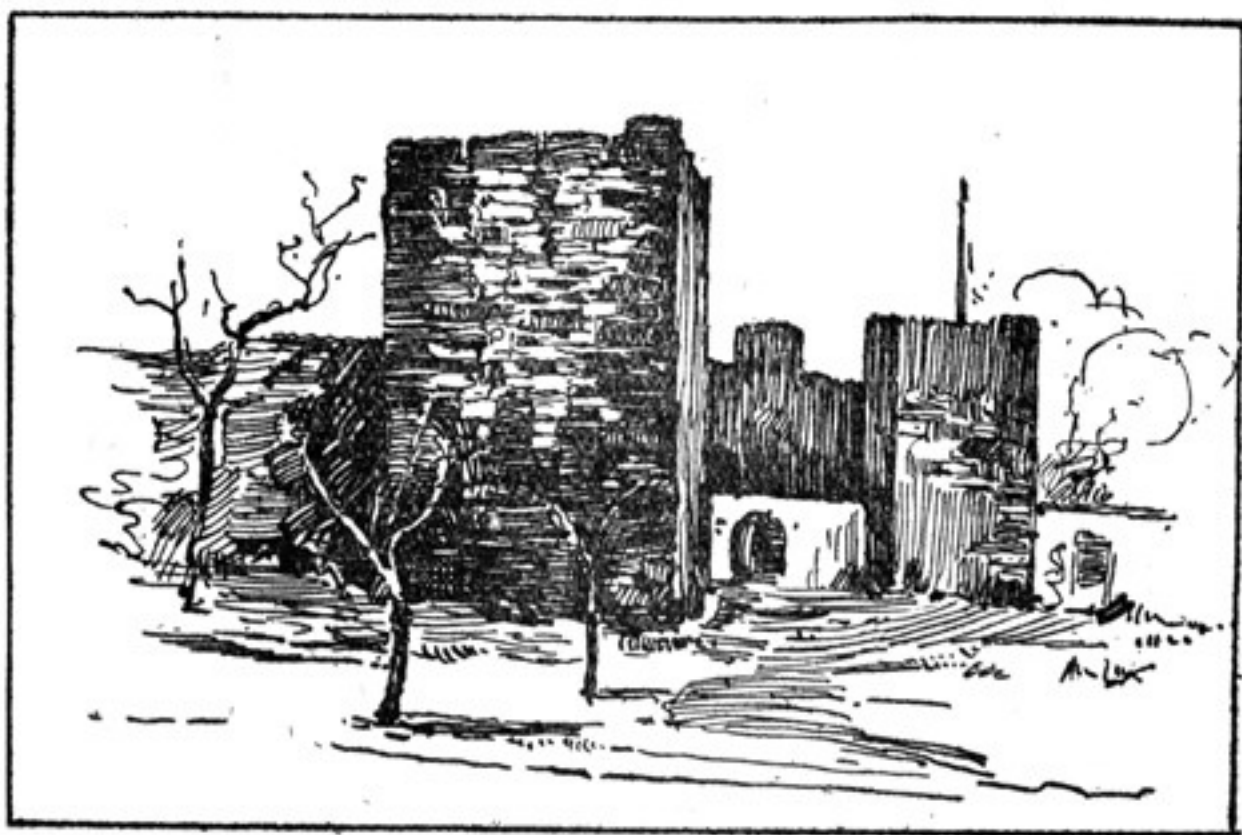
Durante muitos anos esteve este castelo abandonado, sofrendo grandes estragos, carecendo de algumas obras mais importantes para se conservar, evitando-lhe maiores ruínas.

Sobre o cerco dirigido por D. Álvaro Vaz de Almada, a que anteriormente me referi, não está ainda bem esclarecida a data.

«Mas há, diz o sr. Tude de Sousa, na Crónica de D. Afonso V uma passagem que, se fôsse verdadeira, do que eu duvido, nos levaria a determinar a data aproximada do cerco e tomada do castelo de Amieira: é aquela em que se diz que naquele cerco não aconteceram cousas dignas de menção, havendo-as porém, de agouro e que «na ora que aly aconteceram, porque pareciam muy duvydosas, se tomaram dellas testemunhos pablycos e mui autorizado. E foram, uma que, mal se acabou de assentar o cerco

desceu tres vezes á vista de todos uma águia sôbre um ninho de cegonhas que estava sôbre as casas do Prior, levando por duas vezes dois cegonhos novos e pela terceira o próprio pai, o que foi tomado como triste prognóstico.

«Outra foi o primeiro tiro que se fez; dando sôbre um escudo das armas do Prior, colocado sôbre a porta da vila, o despegou das mãos de dois anjos que o seguravam, sem os molestar, partindo-se em pedaços no chão.



CASTELO DE SILVES

Outra, finalmente, foi que, matando o segundo tiro um homem, o terceiro tiro, caindo sobre o seu cadáver, já então na igreja, o despedaçou».

Mas além dos castelos a que já me referi, quero ainda apontar-vos o importante castelo de Silves, de remota fundação, guarnecido de fortes tórres e muralhas, poderosa e importantíssima fortificação quando estava em poder dos muçulmanos aos quais foi tomado em 1060 por Fernando I de Castela, voltando novamente à sua posse pouco tempo depois.

Foi D. Sancho I o primeiro rei português que dela se apoderou, depois de uma luta violenta, mas esta posse não foi muito duradoura, porque os muçulmanos, que tinham nesses tempos o predomínio das terras do Algarve, reconquistaram esta importante fortaleza, que no reinado de D. Afonso III voltou então à posse definitiva dos portugueses, depois de um formidável e apertado cerco.

Esta velha fortaleza, de construção mourisca, é um exemplar digno de ser considerado não só como elemento de estudo, mas também como padrão evocativo de gloriosos feitos, que concorreram para libertar o Algarve do poder dos Mouros.

E por último, referir-me-ei ao antiqüíssimo castelo de Montemor-o-Velho, tão repleto de acontecimentos históricos e tão notável pela sua situação e fortaleza.

Dêle nos ocupamos mais largamente no 2.º volume da nossa obra «Castelos de Portugal», visto que, neste trabalho, o nosso principal objectivo é, como já vos dissemos, fazer a propaganda em prol dos castelos, condenando os atentados contra estes monumentos tão dignos do nosso aprêço e procurando criar em sua volta um ambiente de carinho e de respeito.

A história da fundação dêste castelo perde-se na escuridão dos tempos, «sabe-se que era já fortaleza muito importante antes da fundação» da nacionalidade portuguesa, e que representou um importante papel na defesa de Coimbra.

É dos mais curiosos e interessantes castelos do distrito de Coimbra, não só pela sua história, como também por ser uma larga e forte fortaleza que foi teatro de sangrentas lutas entre cristãos e muçulmanos.

A sua posição estratégica era admirável, sendo consi-

derado um dos melhores castelos de Portugal, e à sua sombra se desenvolveu a bela povoação de Montemor, tão laboriosa e hospitaleira, que se deve orgulhar do seu castelo, o mais belo brasão da sua fidalguia, do seu valor e do seu grandioso passado.

O castelo de Montemor é dos que merecem ser restaurados, é monumento de altíssimo valor histórico, e é um padrão evocativo de notáveis sucessos que ennobrecem a histórica «terra do Infantado», e que constituem uma fôlha brilhante da história da nossa nacionalidade.

A êle está ligada a conhecida lenda do abade D. João, já tão divulgada no estrangeiro, e que vou reproduzir o mais resumidamente possível, para vos não fatigar o espírito com um assunto já tão do vosso conhecimento.

A instâncias do renegado Garcia Janhés, que tinha sido familiar do abade João, o califa de Córdova pôs à disposição daquele traidor um poderoso exército, para atacar a Lusitânia.

Janhés, investido no comando dum forte exército, cai de surpresa sôbre Montemor, fazendo-lhe um cêrco apertadíssimo, mas o abade João e os seus companheiros resistem com heroísmo à brutal invasão; mas a falta de mantimentos começa a afligir e a tornar desesperada a sua situação.

Decidem então, para não serem vencidos, degolar tôdas as pessoas das suas famílias que os não podiam acompanhar na sua investida contra tão terríveis inimigos.

E depois de praticada tão estóica resolução, os montemorenses rompem com tal bravura e denodo contra as hostes sarracenas, que conseguem desbaratá-las e matar uma grande parte delas, entre os quais o renegado Garcia Janhés.

No seu regresso, diz a lenda, os cristãos acharam ressuscitadas tôdas as pessoas, que naquele acto de desesperação, haviam assassinado.

Limitarei as minhas breves referências aos castelos já citados; ficará para um próximo trabalho a evocação de alguns outros, que, como estes, têm a sua história e também são poetizados por interessantes lendas.

O seu significado patriótico é motivo bastante para que todos os portugueses se convençam de que é indispensável cuidar com urgência da conservação dos nossos castelos, evitando novas ruínas, e procurando restaurar, não com critérios fantasistas, mas com o mais rigoroso escrúpulo, essas vélhas fortalezas que são não só monumentos de subido valor histórico, como também preciosos elementos para o desenvolvimento do turismo em terras portuguesas.

Oxalá que esta admirável cruzada em defesa dos nossos castelos, principiada pelo Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, consiga interessar as entidades oficiais e o povo, porque só assim alcançará a realização dos seus patrióticos objectivos.

A escola tem um papel primacial a representar nesta obra de tão nobres intenções e de tão belo significado, não só familiarizando os novos com as pedras das vetustas muralhas das nossas fortalezas e explicando-lhes o que representam estas preciosas e artísticas iluminuras da História de Portugal, como também avivando-lhes no espirito os mais belos rasgos de heroísmo e lealdade e as acções cavalheirescas dos seus antepassados.

Com o robustecimento do poder real e com o aparecimento das bôcas de fogo, perderam os castelos todo o seu valor militar, mas é preciso não esquecer que, até aí,

êles eram os mais preponderantes elementos de defesa nacional, e os mais formidáveis obstáculos que opuzemos à invasão dos sarracenos e dos castelhanos.

Foi um castelo o bêrço da nacionalidade portuguesa, e foi ainda à sombra das muralhas dessas gloriosas fortalezas disseminadas pela terra portuguesa que se alargou o nosso território e se firmou e consolidou a independência de Portugal.

Como patriotas, temos o dever de conservar estes padrões, que são das mais belas e significativas recordações históricas que conservamos do nosso glorioso passado.

E razões temos, de sobra, para respeitar e acarinhar tão veneráveis ruínas que têm vivido pelos tempos fora a recordar aos portugueses o que foi o seu passado de grandezas e glórias.

Mas eu constato, com imensa satisfação, que alguma coisa de proveitoso se tem alcançado, nestes últimos tempos, em prol dos castelos portugueses.

Parece-nos ver aumentar dia a dia o número de patriotas que velam pela conservação dos nossos monumentos, criando-se um ambiente de amor e de respeito em volta destes gloriosíssimos padrões tão cheios de admiráveis evocações e de tão alto significado patriótico.

Prossigamos na nossa obra, que de-certo não deixará de frutificar, se não nos faltar o preciso e indispensável auxílio da imprensa, que muito tem feito, mas ainda muito mais poderá fazer, em favor desta louvável campanha, não só pela acção da sua larga expansão como também pela poderosa influência da sua leitura.

Mas de outro auxílio não menos valioso carece a nossa cruzada: é do concurso da mulher portuguesa, que, como mãe e como educadora, pode incutir no espirito dos seus

filhos, desde muito novos, o amor e o culto por essas pedras velhinhas dos nossos castelos, que nos lembram interessantes lendas e nos evocam soberbos episódios.

Não desanimemos, antes, pelo contrário, procuremos dar ânimo, insuflar alentos aos mais fracos, para prosseguir na luta, e estou certo de que, num futuro muito próximo, as velhas muralhas das nossas fortalezas não mais sofrerão os insultos dos homens, que, por ignorância uns, e outros por maldade, tão desastradamente aniquilaram uma grande parte desse rico e valioso espólio, herança dos nossos gloriosos avós.

É preciso que todos, numa estreita comunhão de esforços, cooperemos na obra patriótica das entidades que, à protecção dos monumentos portugueses, estão dispensando o melhor da sua dedicação.

JORGE LARCHER

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

de _____ PREÇÁRIO

Assinatura tomada directamente à Redacção:

cada série de cinco números.....	15\$00	25\$00
por intermédio das livrarias.....	17\$00	35\$00
Número avulso.....		10\$00
Volume avulso.....		35\$00

Annuaire de 296 pags.
A' cobrança
Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

Composto e impresso na TIPOGRAFIA POPULAR—Rua de Cândido Reis, 41—Figueira da Foz.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL.)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 91.º



NÚMERO 5

COIMBRA
1937

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A.—*Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.—*Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

SUMÁRIO

<i>Valores de Portugal—Ensaio de nacionalogia portuguesa</i> , por João Perestrelo	389
<i>A maré atmosférica lunar em Coimbra (1868-1929)</i> , por Prof. Sydney Chapman	445
<i>Os portugueses em Bordéus durante o século XVII</i> , por Alfredo de Carvalho	452
<i>Il lusitano Alfredo d'Andrade, sapiente restauratore di castelli piemontesi</i> , por Paolo Tosel	473
<i>La situation du Portugal en face du tourisme scientifique</i> , por Herbert Claiborne Pell	480

VALORES DE PORTUGAL

ENSAIO DE NACIONALOGIA PORTUGUESA

PREFÁCIO

O dever de consciência e reabilitação Constitui uma necessidade nacional, e portanto um dever patriocêntrico, oferecer às consciências individuais os meios de recordar e conhecer o que somos, o que valem, o que devemos ser e como nos cumpre trabalhar, integrados na vida social da nacionalidade portuguesa.

Esquecidos, por vezes, da nossa posição e valores, e conseqüentes direitos e deveres, o desígnio de reabilitar Portugal perante nós portugueses é não só legítimo, mas imperativo.

A nossa Raça histórica, étnica, lingüística, política e emfim nacional, a nossa raça portuguesa, possuidora de ricos e numerosos recursos, é digna de uma persistente defesa e de valorização⁽¹⁾. Contra as tentativas de retrocesso, amesquinamento e destruição da Pátria e da sua idea, devemos fortalecer o gôsto, a consciência nacional e um alentado ânimo social, consociados a favor da conservação e do progresso da Nação, «a bem da Nação».

(1) O nosso trabalho constitui um ensaio sôbre o estudo das matérias a inquirir para o conhecimento dos valores nacionais, acompanhado das formas normativas inquiricionais. *Prôpriamente a valorização do povo português* é-nos exposta no erudito trabalho que com êste título publicou o Dr. Armando Gonçalves Pereira em 1929.

A parte do sentimento Neste desígnio fica implicado o sentimento, a afectividade, que não nos dará ou permitirá transvios no caminho a seguir. Arrojado para longe o desprezível derrotismo, escolhemos, entre o pessimismo e o optimismo, o médio caminho do «miliorismo» (Ward) nas apreciações e nos desígnios, sem pôr de parte o sentimento, seguindo neste propósito o genial pensador de Port Royal, quando afirmava que «conhecemos a verdade não sòmente pela razão, mas pelo coração» (1).

Não nos ocupamos senão episòdicamente do «culto dos valores e das tradições que são a razão de ser moral e histórica da Pátria» (2).

Ideal Mantido sempre êste culto na intimidade da Consciência, procurámos enveredar de modo a conservar, em visão constante, a meta de Portugal, reconstituído e progressivo, «sem quebra de continuidade espiritual e evolutiva com o passado, com um passado em cuja contemplação inerte não devemos quedar-nos embevecidos, mas que não podemos nem devemos renegar, porque dêle vieram até nós, porque êle nos legou dons inestimáveis, estímulos preciosos, exemplos de virtudes de uma beleza imortal» (3).

Possuido de um profundo e justificado sentimento pátrio, o autor pode afirmar aos seus conterrâneos que

(1) Pascal—*Pensées*, IV, 282.

(2) Dr. Mendes Correia—*Martins Sarmento e a Consciência nacional*. Guimarães, 1933, pág. 3.

(3) Dr. Mendes Correia—*Raça e Nacionalidade*. Êste nosso grande antropólogo não segue pois o exclusivismo de Fustel de Coullange, quando êste afirma que «o verdadeiro patriotismo não é o amor ao solo, é o amor ao passado».

nada o move senão o desejo de ser útil. «A Bem da Nação» tentamos servir a nossa raça histórica ou nacional, a comunidade espiritual e étnica a que pertencemos, o Império continental, insular e ultramarino, nossa perpétua pertença, e o Estado emfim, que por nosso mandato nos representa, porque no dizer de Cicero «Res publica est res populi.»

Bases operativas Referentes à Nacionalidade Portuguesa, o estudo dos seus valores contém interessantes problemas de génese, de associatividade e de comunidade social. Ao abordar alguns dêles procurámos o apoio de princípios, de bases que marcassem o ponto de partida e o rumo próprio com o propósito preconcebido da pragmática objectiva, sem tentativas epidictas em defeza do autor.

Da simples crença e jactância poderiam parecer estas nossas palavras, se lhes faltasse a sua indispensável base científica. Esta nos será revelada por via de mais de dois sábios portugueses, como vamos expor.

Exemplo de fé nacional Ninguém como o Dr. A. Mendes Correia ⁽¹⁾ melhor compreendeu, a favor do que se denomina «a consciência da Raça imoredoura», o que Martins Sarmiento ⁽²⁾ applicou a esta nossa raça revelando «as fortíssimas raízes étnicas» do nosso país.

(1) A. A. Mendes Correia—*Martins Sarmiento e a consciência nacional*. Separata da Revista de Guimarães, fasc. 1-4 do Vol. XLIII. Guimarães, 1933. Pág. 15.

(2) Martins Sarmiento—*Os Argonautas*.

«Chama que se não apaga e não cinzas inertes» como lhe significa o Dr. M. Correia, é essa chama na qual «hauria vida e individualidade o plasma germinal das sucessivas gerações portuguesas». «A moderna biologia contrariando as ideas de Maupas sôbre a senectude dos organismos e a doutrina antropológica do rejuvenescimento dos povos pela mestiçagem afirma-nos que o plasma germinativo é imortal», diz-nos ainda o Dr. M. C. E, para terminarmos, acrescentamos ainda êste periodo do mesmo notável antropólogo: «Dêste modo não é uma *boutade* de patriotismo ôco, proclamar a convicção de que Portugal, expressão política de profundas virtualidades germinais, é eterno... Que esta crença nos dê a alegria e o orgulho de sermos portugueses».

Energia nacionalizante No panorama peninsular a eclosão de uma nacionalidade como a portuguesa, segregada de um núcleo mais vasto, mas contendo em germe uma autoctonia, conduziu-nos a estabelecer uma doutrina de racialização nacionativa no periodo de segregação, ou de uma nascente vida formativa. Provém esta de uma tendência à heterogeneidade e à dessemelhança com a periferia, em um grupo de nascença como que hologénica. Propõe-se lógicamente a existência de uma força naciogénica, nacionativa, que desenvolvida e posta em determinada direcção adquire a energia nacionalizante.

Contraste espanhol Assim se concebe uma espécie de determinismo na formação hologénica portuguesa em contraposição com o que sucedeu no resto da península pirenaica, na qual, em território hoje espanhol, as diversas forças nacionativas não foram senão efêmera-

mente nacionalizantes, sem intensidade suficiente para manterem a primitiva tendência nacionalista. Em certas regiões da Espanha persiste ainda essa tendência, que nunca pôde ir a termo definitivo ou defensável, não podendo passar de nações incipientes e desastradas, em contraste com o nosso caso de vigorosa e estreme nacionalização, no fecundo terreno que em parte constituiria a Lusitânia.

Êste nosso glorioso caso da génese portuguesa não tem semelhanças universais. A sua particularidade excita a investigação das causas, exigindo o estudo da concatenação dos acontecimentos «que poderá conduzir a uma exposição científica de que nos fala Hamilton (1), no vasto campo de um passado longínquo.

Heredismo racial A conservação dos caracteres raciais mantém-se e perpetua-se pela fôrça, como que predestinada, do heredismo somático, pelo decorrente heredismo étnico. Derivados da promiscuidade social, da repetição de actos semelhantes no contemporâneo e nos sucessivos tempos, mantêm-se no uso e nos costumes, radicam-se no subconsciente global ou colectivo, definindo-se como uma espécie de previsão mental, sentimental e prospectiva.

Esta persistência racial prova que a Raça Nacional está sujeita a um princípio de legalidade ou lei científica, permitindo ou impondo a subsequência de formas e de funcionamento na vida privada e nos grupos de agregação, e por consequência, nos «feitos», nos aspectos e nas tendências sociais, e até na instável psicologia da vida pública. Pelo contrário, tôdas as vicissitudes, alterações impre-

(1) *Discussions*. 1852, pág. 108, 109.

vistas e heterogéneas são insubmissas a uma lei, tal como é a da conservação da Raça, pois na maior parte das vezes lhe são hostis.

Estado comparativo A comparação dos caracteres raciais da Nacionalidade portuguesa (País, Povo e Estado) com o conjunto das nacionalidades desastradas de Espanha é difícil mas possível, tanto na forma qualitativa como na quantitativa ou estatística. A confinância dos dois países solicita essa comparação, cujo estudo deveria guiar-se pela «Classificação topológica» sobre a existência de superioridade ou inferioridade, a propósito de cada grupo de dados ou de qualidades (teoria de Hempel e Oppenheim).

A essência do conhecimento O conhecimento da Nação, conduzido a termos que representem uma perfeição relativa, provém da observação e estudo de três grupos de assuntos: a população ou Raça nacional, o Ambiente, e os produtos da actividade, com os feitos históricos e presentes. É no campo da observação que a colheita dos dados se exige por meio de uma inspecção, de uma análise pessoal não só dos factos como das causas determinantes, o que exige uma crítica e uma interpretação sagaz. A apreciação dos valores raciais realizando-se no domínio da fenomenalidade, onde cada objecto se apresenta confundido com a sua representação (Renouvier), necessário se torna que esse domínio não seja invadido pelos produtos da imaginação subjectiva ou pelo sentimento verbal. Tanto a colheita dos dados como as conclusões, para que se tende, em avaliação do inventário integral da Nação, exigem um elevado grau de cultura e de interesse espiritual e científico.

Nesse descobrimento do que venha a constituir afinal o campo da consciência colectiva, que se deve, como tal, insinuar como conhecimento intuitivo, como convicção social e individual da Raça e dos seus valores, está posto o desígnio de todos aquêles que desejam alargar e robustecer o conhecimento do existente, abrindo esperança de horizontes e de prospecções de futuros caminhos.

Os objectivos pensados no conceitual O assunto «Raça», transitado para o campo mental pode ser localizado numa proposição definitiva, enunciadora de um juízo afirmático. Neste campo restricto a definição que «uma Raça constitua uma invariância continuante num grupo de transformações de movimentos sociais» compreende os seguintes juízos inerentes :

A Raça é um *aggregatum*, dotado de interconexões funcionais e de comuns signos prospectivos, e é susceptível ou sujeito a transformações de situação ou de movimento no tempo.

As transformações provêm do dinamismo da Raça. Desta, algum *subtractum* invariante passa, de geração para geração; o facto da existência vital de um *subtractum* invariante postula a existência de um complexo causal mantido no tempo, continuante em um processo ilimitado nêsse tempo.

A definição expressa em termos conceituais é compreendida entre os limites de um «terminus a quo», que é representado pela existência primária de um grupo de transformações, e de um «terminus ad quem», protensivo na acção e prospectivo na consciência social do grupo transformável, ou da Raça.

Património re- Por êste caminho se concebe a exis-
sultante tência de um Património constituindo os
 valores da Raça, em cujo corpo devem existir os vestígios,
 que pelo heredismo possam vir até ao presente, desde as
 mais afastadas eras somáticas e etnológicas do prehistóri-
 co, até à actualidade neohistórica.

Nacionalogia A investigação metódica de tudo quan-
 to houver a observar na aparência e na
 íntima realidade das diversas raças, que partilham a esfera
 do mundo, o estudo do ambiente em que vivem, a reflectida
 comparação e avaliação científica dos resultados colhidos e
 bem registados pelos observadores, e, emfim, o estudo das
 causas dos fenómenos e sucessos históricos, tôda esta tota-
 lidade de estudos constitui, como resultado, um corpo de
 conhecimentos referidos de Nação a Nação, ao seu carác-
 ter, à sua história, ao ser ou entidade particular de cada
 uma. Fonte será esta de quási universais conclusões dou-
 trinais, raciais, descendo às particularidades de cada País.
 O estudo dêste corpo constantemente enriquecido por
 mais desenvolvidas observações não poderá ter outra de-
 signação que a de Nacionalogia.

A NACIONALOGIA ocupa-se de tudo, e estuda tudo
 quanto é observável e pensado em cada Nação: realização
 conceitual; e por outro lado, observa as ideações políticas
 da Raça nacional de cada uma e do seu País. A Naciogra-
 fia ocupa-se de tudo quanto, para o concreto conhecimento
 dos factos, se exige da atenção dos investigadores e das
 operações da sua colheita e classificado registo. Compreen-
 de, como vasta parte do seu cômputo, a Etnografia, da
 qual o supremo conhecedor é o nosso glorioso sábio Dr. J.
 Leite de Vasconcelos.

Entre os estudos nacionalógicos e a repartição classificadora da naciografia existe uma continuidade de conexões. Por outro lado os títulos classificadores divergem de autor para autor. Com o fim de esclarecer este obscuro campo de conhecimentos formulámos sob o título de «Quadros cumulativos e divisionários da Nacionalogia» a repartição classificadora e as coincidências designativas que ilustres

**Quadro
cumulativo**

cientistas apuzeram a seus estudos etnográficos. Acompanhámos esta partição capitular, que apresenta como que uma

genética ou genealogia, com um indiciamento correspondendo cada uma das suas letras aos títulos dos três quadros nos quais se desenvolvem, em mais particulares

**Quadros norma-
tivos**

subdivisões, os assuntos que neles se encerraram. A cada um destes novos e esmiuçados quadros demos o nome de

normativos, não como consequência de vaidosa imposição, mas porque a alguma coisa de mais práctico havíamos de chegar nesta parte formal, donde para eles pode, por isso, derivar o título de morfogramas.

O quadro cumulativo pode dar uma impressão, um conhecimento de conjunto da estructura, que julgámos a melhor para expormos a massa de conhecimentos mesológicos, raciais, antropológicos, emfim, que no estudo de cada Nação, para seu próprio interêsse de conhecimento e de defesa, é mister conhecer.

CAPÍTULO I

ESTUDOS NACIONALÓGICOS

Sumário: Preâmbulo; Estudos etnológicos; Terminologia comparada; Colheita dos dados de observação; Cômputo das nacionalidades; Pluralidades e unidades; Sínteses; Fronteiras naturais.

PREÂMBULO

Após a simples indicação, dada no prefácio, do que se deva compreender sob o título de Nacionalogia, cumpre demarcar-lhe os vastos domínios do seu conteúdo, desenvolvendo o programa postulado pelo assunto e que se oferece ao leitor inteligente, pela forma seguinte referida ao âmbito nacional.

Nacionalogia À Nacionalogia é exigido que seja no seu estudo uma aplicada cultivadora no campo da poderosa e excelsa Nacionalidade portuguesa nos seus pormenores e na visão extensa e global do vasto, luminoso e memorativo horizonte do que fomos, do que somos e do que queremos ser. Tudo quanto a Portugal pertenceu no domínio material, quanto produziu no domínio do espírito, tem de ser trazido ao inventário histórico, como eventualidades correntes, em continuidade bem concebida e conglobada, desde os alvares iniciais da Grei às fundações sôbre as

A série inicial

quais se erigiram as portentosas e resistentes muralhas da invicta Nação portuguesa, que abriga essa riquíssima herança dos bens espirituais e materiais que usufruímos e desenvolvemos.

**A pluralidade
dos
dados na unidade
de histórica**

Nesta nossa unidade histórica nacional é bem largo o campo de observação que é necessário adquirir e avaliar em tôdas as suas conglobadas ou esmiuçadas partes no tempo presente: tôda a série dos dados ambientais que condicionam a simples existência e os que coadjuvam a manutenção da população racial, as características e os valores morfológicos e funcionais da antropologia portuguesa, tôda a etnografia, os bens da vida material privada, externa e pública, as manifestações do génio, os produtos da vida espiritual, o seu alcance na vida internacional, a investigação da causalidade explicadora talvez, da invariância intrínseca da Raça, a previsão possível do seu porvir: eis o vasto domínio de estudo da Nacionalogia, bem mais amplo do que o já vasto campo da Etnologia; na sua aplicação etnográfica, na sinesia mais limitada no espaço e no tempo.

Neste complexo problema tratámos de estabelecer uma base coordenadora, cuja esfera conceitual fôsse até àquêles limites dentro dos quais se mantém a invariância da «res series», «longíssima», na verdade, como Vergílio o afirma (Aen. I.) a respeito das gerações.

«Fortia facta Patrum series longissima rerum».

**Invariância
estática
e resistente**

Na invariância desta «longissima series» há a considerar a sua parte intrínseca e a parte em que se mostra vitoriosa contra as adversidades peristáticas e peridinâmicas. As

duas mantêm-se geralmente coligadas, permitindo ao «*aggregatum*» e mesmo aos seus elementos dispersos a sua continuância como unitário homogéneo e holístico, dentro de um espírito preventivo, directivo e unitarista (holístico, prospectivo e homotrópico).

As duas séries Em todos estes assuntos há sempre a considerar a «series» objectiva dos dados e das observações e a «series» ideal ou dos conceitos. Tivemos sempre em vista que os fenómenos pertinentes à primeira série se possam coordenar na série ideal, de modo que, as observações a efectuar se possam elevar acima de uma simples relação de factos. E por outro lado tratámos, na série ideal, de ligar funções que mutuamente se implicam. Harmonizar completamente as duas séries eis o árduo problema, talvez de solução nunca completamente atingível.

A base nacionómica Procurámos finalmente ligar os conceitos e as conclusões sob o domínio de um princípio, representante nacionómico dos factos no conceitual, princípio que reivindicamos em prioridade, e que exprimimos pela seguinte forma: A Nacionalidade, considerada na sua essência, constitui uma

Princípios de Nacionalidade invariância continuante num grupo de transformações de movimentos sociais.

Êste «Princípio» constitui uma representação ligada a um conceito, donde resulta estabelecer um «juízo existencial». O conceito estabelece, no racional, uma lei limitativa do transformismo humano. Finalmente circunscreve-se a sua interpretação como um «princípio», porque o termo «invariância continuante» define uma representa-

ção por ser definidora de uma unidade ou individualidade para cada caso nacional, e define simultaneamente um conceito porque assume, no campo da realidade, as proporções de universal.

Possibilidades terminológicas No campo da Nacionalogia encontram-se dados de relativa fixidez para cada Nação em que se observe uma raça nacional diferenciada (tal o interessante caso de Portugal para com a Espanha). Tais os casos comprovativos morfométricos e hemáticos ou sorológicos, característicos de racialidade. Talvez que o estudo destas leis fixas merecesse o título de Nacionomia. E assim como Marin (como adiante indicamos) deu o título de Etnodicea ao «estudo normativo, essencial e objectivo das artes étnicas» não seria para estranhar que se pudesse justificar o título de Naciodicea ao estudo objectivo, mas principalmente interpretativo, que acompanhasse de perto, e esclarecesse, as obscuridades da Nacionomia.

Estudos de autorizados cientistas No prosseguimento do nosso estudo nacionalógico, em vista de nos podermos fixar sôbre formulários, a compor para a investigação do Indivíduo até à Raça, desde o Território ao País, desde o Povo à Nação, vamos dar alguns exemplos, e dos mais notáveis, de estudos de alguns dos mais distintos cientistas das especialidades antropológicas, etnológicas e sociais.

Sem discutir prioridades, começaremos por mostrar, por via de um notável investigador, o que um português já propunha em 1812.

ESTUDOS ETNOLÓGICOS

RESENHA SOBRE AUTORES

O primeiro exemplo de estatística social portuguesa

«Memória sôbre o modo de formar um plano de estatística de Portugal» apresentada em 25 de Janeiro de 1812, em sessão da Academia das Ciências ⁽¹⁾, notícia que lemos a pág. 79 do n.º de Abril de 1928 da «Revista do Instituto Superior do Comércio de Lisboa» nas notabilíssimas notas, colhidas e criticadas pelo eminente Director do Instituto Sr. Francisco António Correia. Dessa «Memória» vem transcrito um mapa intitulado «Estatística de Portugal» dividido em duas partes:

1.ª—País com as subdivisões de $\left\{ \begin{array}{l} \text{Sua geografia e limites} \\ \text{Sua qualidade} \end{array} \right.$

Estas são fixadas sob as designações seguintes: $\left\{ \begin{array}{l} \text{Produtos que fixam o comércio} \\ \text{Facilidades de comunicações} \\ \text{Divisão política de que depende a organização e administração} \end{array} \right.$

A 2.ª parte sob o titulo de «Nação» apresenta as subdivisões seguintes:

Carácter nacional

Quantidade de habitantes $\left\{ \begin{array}{l} \text{Por si só} \\ \text{Atendendo à extensão do território} \end{array} \right.$

(1) É seu autor o 2.º Visconde da Lapa e 2.º Barão de Mossâmedes, Manuel de Almeida de Soveral de Carvalho e Vasconcelos.

Constituição	{	Relativamente ao Governo
	{	Classe dos povos e dos estados
	{	Agricultura no sentido geral
	{	Fábricas e manufacturas
	{	Comércio
	{	Todos os outros meios de grangear subsistências
Subsistência nacional	{	Administração pública
	{	Enquanto à sua influência
	{	Religião, enquanto para a felicidade do Estado
	{	Educação pública
	{	Objectos da administração dos Tribunais de Justiça
	{	Sistema e tribunais de fazenda
	{	Fôrça armada de terra e mar
	{	Relações estrangeiras e coloniais

Doutrina de Boeck O célebre filólogo alemão Boeck (nascido em 24 de Novembro de 1785, em Carlsruhe, nomeado Prof. para a Universidade de Heidelberg e transferido em 1811 para a de Berlim) defendeu sempre a sua tese de que a Filologia constituía um método histórico, tendo por objecto restituir ao conhecimento tódá a vida social e política de um povo durante um período determinado.

Compreende a aplicação do seu tema duas grandes divisões no que respeita à parte pròpriamente histórica:

I—A Hermeneútica e a Crítica; estudo dos textos e outras fontes da história.

II—A vida prática e a vida teórica dos antigos, de qualquer período da sua vida e prolongando-se até ao presente.

As suas teorias «filológicas» foram expostas por K. P. Eize na obra «A Filologia considerada como sistema»—

Dessau, 1845. Sob o título «Das divisões da Filologia», H. Heichardi publicou também os seus trabalhos em 1846 em Tubinge.

A. Coelho Entre outros notáveis cultores das ciências etnográficas revelou-se sempre, como mestre mais antigo e propugnador d'esses estudos, o Prof. e Dr. pela Universidade de Goetingue, F. Adolfo Coelho. Assim, mais uma vez o revelou por ocasião do «Centenário do descobrimento da Índia», que a benemérita S. G. L. memorizou por várias e brilhantes formas, entre as quais teve lugar notável a realização de uma «Exposição Etnográfica Portuguesa». O desenvolvido programa, talvez sem precedentes na publicidade, foi organizado pelo nosso citado etnógrafo e filólogo, e corre impresso, conquanto já raro, em edição da S. G. L. de 1896.

Neste nosso trabalho de Nacionalogia fica naturalmente incluído êsse programa nas suas linhas gerais, com as modificações apropriadas, no que se refere a «objectos materiais próprios para dar idea da vida do povo português». Basta esta indicação para que êsse notável «programa» coincida (estrutura e valor à parte), a favor de F. A. Coelho, meu sempre lembrado amigo, com o objectivo que apropriamos segundo S. Thomas e Boeck «bens da prole» ou «bens da vida prática privada e pública», sinaladas dicotòmicamente sob as letras S_3b e S_3c .

Diz-nos F. A. Coelho: «um estudo completo do povo português compreenderia os seguintes elementos»:

- I—A Terra
- II—O Homem
- III—A História
- IV—A Vida Hodierna

É só relativa a esta IV parte que o programa foi desenvolvido e publicado.

Pelas divisões, que atribuímos à Nacionalogia, concluem-se as correspondências seguintes:

- I—A Terra — Mesografia M.
- II—O Homem — Antropologia I e R.
- III—A História — Nacionalogia cronológica P.
- IV—A Vida Hodierna — Antropologia Etnica S.

Marin Depois deste notável programa de F. A. Coelho, datado de 1896, só 29 anos depois, em 1925, é que apareceu impresso o mais completo *Questionnaire d'Ethnographie*, da autoria de L. Marin, President de la Societé d'Ethnographie de Paris. Êste notável trabalho, em opúsculo de 129 páginas, cujo subtítulo se explica como sendo uma *Table d'Analyse en Ethnographie*, é dividido em três partes: a primeira compreende a «Vida Hodierna»; a segunda parte, intitulada «Vie Mental» corresponde à que denominámos em geral I. e R.; e finalmente a terceira parte, «Vie Sociale», à nossa parte S.

Constitui o mais completo programa de estudo e de inquérito, repertório e memorandum indispensável para quem queira verificar se alguma coisa falta numa investigação a prosseguir.

No nosso trabalho de Nacionalogia tratámos de dar-lhe características mais nacionais, embora enquadradas em programa de maior latitude, com possibilidades de referências a casos a comparar com semelhanças estrangeiras, e sempre no propósito de manter o nível de consciência moral e patriótica do indivíduo e da comunidade portuguesa.

ESTUDO ANTROPOLÓGICO DO POVO PORTUGUÊS (1)

pelo DR. FRANCISCO ADOLFO COELHO

O seguinte quadro congloba os dados que se nos afiguram mais urgentemente necessários para um estudo inicial do nosso povo, no ponto de vista antropológico.

Condições somáticas normais	Caracteres antropométricos propriamente ditos	Medidas geométricas	Estatura
			Diâmetros e perímetros torácicos
	Dinamometria	Índice cefálico	
		Fôrça de pressão manual	
Caracteres cromáticos	Côr do cabelo	Côr dos olhos	Côr da cútis
Caracteres estesiométricos	Forma do nariz	Forma do rosto	Forma do cabelo
	Forma do cabelo		
Caracteres estesiométricos	Acuidade visual	Idem auditiva	Idem vertical (renal)

Devemos lembrar que os estudos antropológicos foram já iniciados em Portugal; continuá-los é honrar a memória

(1) Extracto do opúsculo do mesmo autor, intitulado *Esbôço de um programa para o estudo antropológico, patológico e demográfico do povo português*—Lisboa, 1890.

dos seus distintos iniciadores, tão cedo arrebatados aos seus inimigos e à ciência (1).

Afigura-se-nos que investigação rigorosa sôbre a alimentação do povo português, estudada nas suas relações com as condições somáticas e em especial com a estatura, trará importantes revelações. (pág. 8).

• II

ESTUDO PATOLÓGICO DO POVO PORTUGUÊS

Para nós a antropologia é essencialmente o estudo das raças no ponto de vista dos seus caracteres normais, que se completa pelo conhecimento de suas tendências ou imunidades relativas a tais ou a tais doenças, conheci-

(1) Êsses investigadores foram Francisco de Paula e Oliveira, cujos principais trabalhos se acham nas *Comunicações da Comissão dos trabalhos geológicos de Portugal*, tomo II, fas. I, e Arruda Furtado, nas *Memórias para o estudo antropológico dos povos açoreanos*, Ponta Delgada, 1884. Os importantes trabalhos antropométricos dos distintos professores dr. J. A. Serrano e dr. Sousa Martins, feitos por ocasião da expedição científica à Serra da Estrêla (1881), permanecem infelizmente inéditos; segundo as informações que pudemos colhêr, as observações respeitaram à estatura, dinamometria, número de pulsações radiais, traçado esfimográfico, número de respirações torácicas (numerosas medidas), capacidade pulmonar: têm, pois, carácter especial, deixando de lado muitos dados que interessam ao antropólogo e ao etnólogo. A sua importância no ponto de vista da determinação da robustez do nosso povo é, porém, muito considerável. O programa das medições e as fórmulas empregadas acham-se no Programa desenvolvido do curso de anatomia descritiva, professado na Escola médico-cirúrgica de Lisboa, por J. A. Serrano, lente substituto da mesma escola. Lisboa, 1886, págs. 13-17.

mento que o antropólogo, se não é médico, tem que aceitar da medicina.

Eis porque separamos o estudo da nossa patologia étnica do estudo antropológico. (*pág. 12*)

Limitamo-nos pois, a dar algumas indicações gerais no seguinte quadro, que exprime o que desejamos conhecer no que respeita àquelas condições, entregando à solicitude dessa Secção a organização dos questionários para os estudos a fazer. (*pág. 13*)

A. — Doenças que determinam o abaixamento da cifra média da vida	<table border="0"> <tr> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">{</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a) a hereditariedade</p> <p>b) o meio telúrico, o meio atmosférico a posição e acidentes geográficos as estações do ano</p> </td> </tr> </table>	{	<p>a) a hereditariedade</p> <p>b) o meio telúrico, o meio atmosférico a posição e acidentes geográficos as estações do ano</p>								
{	<p>a) a hereditariedade</p> <p>b) o meio telúrico, o meio atmosférico a posição e acidentes geográficos as estações do ano</p>										
B. — Estados mórbidos e de desenvolvimento imperfecto que, permitindo vida mais ou menos longa, tornam, todavia, os indivíduos menos aptos ou inaptos para a luta social	<table border="0"> <tr> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">{</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>c) os hábitos e condições naturo-sociais</p> <p>d) outros quaisquer determinados ou incertos</p> </td> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: top;"> <table border="0"> <tr> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">{</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a habitação</p> <p>o vestuário</p> <p>a alimentação</p> <p>o exercício e repouso</p> </td> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a idade</p> <p>o sexo</p> <p>a profissão</p> <p>a educação</p> </td> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a vida costeira e marítima</p> <p>a vida rural</p> <p>a vida urbana</p> </td> </tr> </table> </td> </tr> </table>	{	<p>c) os hábitos e condições naturo-sociais</p> <p>d) outros quaisquer determinados ou incertos</p>	}	<table border="0"> <tr> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">{</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a habitação</p> <p>o vestuário</p> <p>a alimentação</p> <p>o exercício e repouso</p> </td> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a idade</p> <p>o sexo</p> <p>a profissão</p> <p>a educação</p> </td> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a vida costeira e marítima</p> <p>a vida rural</p> <p>a vida urbana</p> </td> </tr> </table>	{	<p>a habitação</p> <p>o vestuário</p> <p>a alimentação</p> <p>o exercício e repouso</p>	}	<p>a idade</p> <p>o sexo</p> <p>a profissão</p> <p>a educação</p>	}	<p>a vida costeira e marítima</p> <p>a vida rural</p> <p>a vida urbana</p>
{	<p>c) os hábitos e condições naturo-sociais</p> <p>d) outros quaisquer determinados ou incertos</p>	}	<table border="0"> <tr> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">{</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a habitação</p> <p>o vestuário</p> <p>a alimentação</p> <p>o exercício e repouso</p> </td> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a idade</p> <p>o sexo</p> <p>a profissão</p> <p>a educação</p> </td> <td style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>a vida costeira e marítima</p> <p>a vida rural</p> <p>a vida urbana</p> </td> </tr> </table>	{	<p>a habitação</p> <p>o vestuário</p> <p>a alimentação</p> <p>o exercício e repouso</p>	}	<p>a idade</p> <p>o sexo</p> <p>a profissão</p> <p>a educação</p>	}	<p>a vida costeira e marítima</p> <p>a vida rural</p> <p>a vida urbana</p>		
{	<p>a habitação</p> <p>o vestuário</p> <p>a alimentação</p> <p>o exercício e repouso</p>	}	<p>a idade</p> <p>o sexo</p> <p>a profissão</p> <p>a educação</p>	}	<p>a vida costeira e marítima</p> <p>a vida rural</p> <p>a vida urbana</p>						

A investigação das causas da mortalidade infantil (inclusivè a morti-natalidade) pode ministrar dados importantes para a apreciação das condições somáticas, económicas e morais do povo português. (*pág. 14*)

SINTOMAS DA NOSSA VIDA SOCIAL (pág. 14)

Falta de iniciativa; espirito quasi constante de hesitação, que não exclui alguns raros impulsos enérgicos no comêço, mas seguidos em breve de abandono da empresa começada (excitabilidade exgotável). — Incapacidade progressiva para o trabalho e sobretudo para o trabalho intellectual persistente, a que se liga muitas vezes a consciência de inaptidão («an instinctive consciousness of inadequacy before us» Beard). — Pusilanimidade na vida pública manifestando-se principalmente na incapacidade de ter opinião independente; ou ao contrário, afirmação exagerada de ideas revolucionárias, de que se está longe de conhecer os fundamentos. — Grande pressa em chegar ás posições mais altas a que se pode aspirar; como que se receia (para empregar a frase vulgar) que o mundo fuja. — Predomínio dos sentimentos egoístas sôbre colectivistas, falta de espirito de generalidade. — Espirito excessivo de imitação tipificado é a nevrose de imitação, (latah dos malaios). — Insânia moral freqüente, manifestando-se em formas múltiplas. — Pessimismo, hipocondria e fatalismo social; o primeiro levando a nação a considerar-se como irremediavelmente perdida; o segundo fazendo-a considerar a sua sorte como dependente de condições fora de sua vontade. — Alternando com êsse pèssimismo a desconfiança de todos e de tudo a que êle leva, confiança momentânea, que faz aceitar como salvador o primeiro charlatão ou a primeira nulidade que se impõe por quaisquer circunstâncias externas; sonhos absurdos de grandeza, que tornam mais dolorosa a triste realidade quando ela se impõe com a brutalidade dos factos.

Como resultado da falta geral de iniciativa, de individualidade, retrocesso aos instintos gregários das sociedades animais, revelado na sujeição servil aos chefes que se impõem por um pouco de audácia e na convicção que se ouve exprimir tantas vezes de que só um despotismo pode salvar a Nação.

Não revelam essas deploráveis condições físicas do nosso povo um verdadeiro estado mórbido, que se há de manifestar igualmente em sintomas somáticos? Não atingiu entre nós a nevrose do século um alto grau? ⁽¹⁾
(pág. 17)

(1) Cf. Th. Meynert, *Cerveau et Sociabilité* in *Révue scientifique*, vol. 42 (1888) n.º 21-24, Novembre; Maudsley indica os seguintes graus na degeneração de certas famílias:

1.º—A ausência de exercício e por conseqüência o enfraquecimento e a destruição maior ou menor dos sentimentos sociais mais elevados, das tendências e das forças morais e voluntárias, e, ao mesmo tempo, o exercício indefinido e contínuo, durante tóda a vida, das paixões egoísticas desenvolvidas secundariamente ou sob a influência do meio social, produzem como resultado a degeneração moral duma dada geração e essa degeneração é acompanhada de certas mudanças na própria estrutura do sistema nervoso.

2.º—A geração seguinte apresenta-nos já alguma forma de perturbação física, e o mal desenvolve-se a ponto de se parecer quasi com a loucura, ou o crime.

3.º—Na terceira geração, encontrámos já insânia moral ou idiotismo moral, que é acompanhado, em certos casos, de perturbação intelectual. Logo que a família dada chegou ao terceiro grau da degeneração, os seus dias estão contados, e ela extingue-se, porque a degeneração de seus membros atinge tal grau que a sua propagação futura, a continuação mesma da sua existência, torna-se impossível.

Os títulos de L. Chaves Um notável quadro analítico, que facilita singularmente a investigação etnográfica, foi apresentado, sob o título de *Grei portuguesa*, pelo distinto folclorista Sr. Luiz Chaves (1), em 1930. O esquema, como o autor lhe chama, divide-se pelos títulos:

I—A terra

II—A gente

III—A arte

Correlação com os grupos de J. L. de V. Estes 3 grupos correspondem evidentemente ao grupo II da Etnologia do Dr. J. L. de V. ou à sua Etnografia (2).

A terra

- 1—Divisão popular e tradicional do País: província, região caracterizada.
- 2—Paisagem típica regional; serra, planície, litoral, aldeias, casas.
- 3—Caracterização do habitante (elemento regional) traços, linguagem, costumes salientes, cantos regionais (tipo médio, canção; melodia, coros, instrumental, quadras, coreografia).
- 4—Trabalho de cultura agrícola, regimen de cultura, constituição do trabalho, sistema de pesos e medidas.
- 5—Instituições locais (condicionadas pela terra) comunismo primitivo, (de direito público e privado).

(1) Sob o título de *Grei portuguesa*, inserto no vol. de 1930 da «Revista Lusitana», a pág. 49 e seg.

(2) Definida por Ratsel como fazendo parte das ciências naturais,

A gente

- 1—Crenças, práticas católicas, romarias.
- 2—Superstições, lendas, amuletos, esconjuros, bruxarias, almas e espíritos.
- 3—Medicina popular, curandeiros, benzedeiros, receitas.
- 4—Família.
 - a) namôro ou derrête, os conversados, o amor, costumes alusivos;
 - b) o casamento; actos preparatórios, costumes, festas;
 - c) vida doméstica, o lar, usos e costumes.
- 5—A aldeia, sua constituição racial, costumes de sociedade.
- 6—Festas tradicionais, religiosas e campestres, danças, fogos, touradas.

A Arte

- 1—
 - a) poesia teatral, narrativas, autos, romances e xácaras, literatura de cordel, quadras;
 - b) música, carácter, tipologia musical, canto, grupos corais, instrumental, coreografia.
- 2—Arte religiosa
 - a) escultura e votos, imagens de madeira ou de barro;

In—*Grei portuguesa*; «Notas para um programa de Etnografia portuguesa, por L. Chaves—*Revista Lusitana*, 1930.

- b) gravura, estampas;
 - c) pintura, alminhas, milagres e retábulos.
- 3—Arte profana
- a) construção, tipos de casa, edificação;
 - b) escultura, bonecaria popular;
 - c) entalhe, arte pastoril;
 - d) pintura, quadros rudes, decoração.
- 4—Indústrias tradicionais, origem, localização, tipo de trabalho, uso de ornamentações.
- a) indústria caseira;
 - b) indústria em comum, oficinas.
- 5—Mercados e feiras; sua organização, usos e fins.

ETNOGRAFIA PORTUGUESA

do DR. J. L. DE V.

O nosso grande sábio Dr. J. Leite de Vasconcelos apresenta-nos, a pág. 12 do 1.º vol. da sua *Etnografia portuguesa*, as principais divisões desta Ciência após nos mostrar várias opiniões sôbre o assunto, dizendo-nos —«Aparece-nos assim o quadro seguinte»:

Etnologia:

- I—Etnogenia
- II—Etnografia
 - a) Território e povo
 - b) Folclore
 - c) Ergografia
- III—Etnologia geral.

A pág. 24 apresenta-nos o plano geral das divisões que copiamos na íntegra:

Introdução:

- I—Definição de Etnografia
- II—Divisão da Etnografia portuguesa
- III—Fontes de investigação
- IV—Importância da Etnografia
- V—De como se organizou esta obra.

Livro I—*A Terra de Portugal*

Parte I—Descrição física

- » II—História sumária do território
 - A) Delimitação das fronteiras
 - B) Povoamento ou génese geral das povoações
- » III—Divisões territoriais antigas e modernas
- » IV—Panoramas regionais físico-políticos

Livro II—*O Povo Português*

Parte I—Origem

- » II—Grupos étnicos ou étnico-geográficos
- » III—Resenha da população no correr dos tempos
- » IV—Caracteres do povo português

Livro III—*Vida tradicional portuguesa (o indivíduo, a sociedade)*

Parte I—Costumes e tradições respeitantes ao nascimento do indivíduo. Infância. Entrada na luta da vida

Parte II—Costumes e tradições respeitantes à vida material do adulto

- » III—Vida psíquica
- » IV—Aproximação dos sexos. Família
- » V—Sociedade politicamente organizada
- » VI—Costumes, tradições e concepções respeitantes a doenças, e ao Funeral
- » VII—Costumes, tradições da morte, desaparecimento do indivíduo e outras consequências

Livro IV—*Símula ou síntese etnográfica*

ETNOGRAFIA REGIONAL E ESPECIALIZADA

TIPOS DE MUSEU

Depois da leitura destes programas a nossa atenção é solicitada para uma notabilíssima realização: a do Museu Municipal de Ílhavo, pelo seu duplo carácter regional ou topológico e pela sua especialização tão caracteristicamente vincada nas artes, em grande parte exclusivas, dessa tão portuguesa e tão pitoresca região. Tal é a notável realização, como não há outra congénere nas artes de navegação costeira e piscatória em Portugal, nem tem rival o notável programa, que em forma descritiva e de grande informação, nos deu no seu tão rico e bem formulado trabalho o Sr. Dr. A. Gomes da Rocha Madahil, tendo por título *Etnografia e História. Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo*—Ílhavo, 1934. Depois de indicar as fontes de informação, a história localizada do Concelho (pág. 33 e segs.), propõe a organização do Arquivo,

objecto tão geralmente descurodo pelas nossas terras concelhias, e seguidamente esboça a disposição artística, ou decorativa mural, das salas do Museu dentro do qual se dispõe na primeira sala as três secções da Fauna aquática, a Fauna das aves e a Flora tão variada da Ria. Pelas outras salas vai descrevendo, acompanhando sempre de uma rica informação bibliográfica, o que há a expor e a coordenar. De tão interessante leitura, incluindo trechos históricos, que se desenvolve até páginas 135, vamos dar em simples relação o que se extrae de tão atraente estudo.

I—Arquivo

Sala a

II—Fauna: Peixes, Moluscos e Crustáceos: do Mar da Ria de água dôce

Equinodermes

Espongiários

Moluscos, espécies conchiológicas populares

Espécies biológicas dos fundos batimétricos

Aves regionais e de arribação

IV—Flora: Algas do mar

do litoral

da ria e outras plantas

tais como em geral: Moliços, Sargaços, Bodelhas, juncos, bunhos e bajunças, etc.

Embarcações de pesca do alto, à vela
 Embarcações de pesca a motor. Arrastões e Trai-
 neiras.

Embarcações do litoral, à vela e a remos

Embarcações da Ria: Saleiro, Moliceiro com a
 matola, bateiras mercantéis, murtoseiras, Ílha-
 va de botirão, caçadeira, etc

Embarcações doutros litorais e de proveniência
 remota

Pertences de embarcações

Massame, poleame, cabos fixos, cabos de laborar.
 Velame. Amarras, bóias

Artes manuais de marinheiro. Utensílios. Manu-
 facturas: Pinhas, voltas, costuras, gaxetas, co-
 chins, lingas, unhões, mixelos, etc.

X—Artes decorativas das embarcações. Folclore
 marítimo

Testemunhos da vida religiosa. Ex-votos. Painéis
 de milagres. Promessas

Testemunhos da vida interna ou privada. Habita-
 ção. Modo de vida familiar. Indumentária

Sala d

(III) Vida Agrícola

Aprestes de lavoura

Meios de transporte. Carros, carretas. Cangas sim-
 ples e decoradas

Palheiros. Folclore festivo. Ajuntadas, etc.

Sala e

(IV) Vida industrial

Cerâmica popular

Cerâmica artística. Vidraria. Artigos de vime, etc.

Em forma de realização prática apresentamos «as linhas gerais», copiadas da citação feita pelo Dr. A. G. da Rocha Madahil no seu notável trabalho *Etnografia e História*—Ílhavo, 1934—e referentes à organização do Museu Etnológico de Lisboa:

I—Alimentação

II—Casa e seu arranjo

III—Épocas e circunstâncias da vida do indivíduo e da família: trilogia da vida; vestuário e coisas correlativas; vícios de fumar e de cheirar; meios de transporte

IV—Aspectos vários da evolução da humanidade: caça, pesca, pastoreio, agricultura

V—Religião e Magia

VI—Vida intelectual propriamente dita: escrita; escola primária; literatura de cordel; vida académica de Coimbra; história do livro; jornalismo; ciência; arte

VII—Indústria

VIII—Vida social em geral: folganças; actividade comercial; metrologia; história do correio; papel selado; heráldica; milícia; história de Portugal

IX—Vária

X—Etnografia insular.

Montadón (1) formulou o seguinte quadro normativo de conhecimentos etnológicos:

Classes etnológicas	Ciências antropoló- gicas	Antropologia geral	{ Generalidades Funcionamen- to biológico { Heredismo Adaptação
		Antropologia sistemática	
		Antropologia raciológica	{ Etnografia Ergografia
	Ciências linguísticas		
	Ciências culturais		
	Ciências das conexões étnicas		

Etnologia Para Montadón a Etnologia cultural compreende dois grupos assás diferentes. Assim, um deles, associa a Ergologia, estudo dos produtos materiais do trabalho humano, com a «animalogia», estudo dos produtos espirituais, e a sociologia como estudo da utilização das produções anteriores nas sociedades humanas. Por outro lado considera, e bem, a nosso ver, como compreendidos no mesmo título geral os seguintes capítulos: os ciclos culturais, os ciclos regionais, os ciclos locais ou facies culturais, acrescentando-lhes tôdas as modalidades observáveis.

(1) Montadón, *Traité d'Ethnologie culturelle*—Paris, 1934.

Ergologia Considera na Ergologia económica a Habitação, o Vestuário, as indústrias como a metalúrgica e a do armamento, e finalmente o comércio e a indústria dos transportes. Na sociologia não poderia deixar de considerar a família e as organizações sociais em geral, e, sob o título geral de animalogia reúne as crenças, a música, artes e ciências, incluindo a psíquica.

No assunto racial considera as seguintes classes: grandes raças, raças, sub-raças e grupos somáticos.

A doutrina do dr. W. Jawhowky⁽¹⁾ (de Breslau) resume-se no quadro seguinte:

Antropologia	}	Variabilidade
geral		Seleccção
		Heredismo
		Eugenia
Antropologia	}	Ciência do homem
especial		» da raça
		» dos tipos
Antropologia		
social		

(1) «Les bases et les limites de l'Anthropologie»—*Revue Anthropologique*, Julho de 1936, pág. 254 e segs.

I Morfologia	}	Esqueleto	
		Partes moles	
		Antropometria	<ul style="list-style-type: none"> { somatometria { somatoscopia { Variabilidade
		Sintomatologia	<ul style="list-style-type: none"> { Tipos de idade » constitucionais » sexuais » raciais » » bastardos » enfermiços { Relações mútuas
		Fixação estatística	<ul style="list-style-type: none"> { No espaço { No tempo
II Fisiologia	}	Sintomas fisiológicos individuais	
		Tipologia	<ul style="list-style-type: none"> { Grupos sanguíneos { Predisposições patológicas { Outros tipos { Mútuas relações
		Fixação estatística	<ul style="list-style-type: none"> { No espaço { No tempo { Variações
III Psicologia	}	Psicologia sintomática	
		Tipologia comparada entre os	<ul style="list-style-type: none"> { Tipos morfo » físico » psico
		Fixação estatística	<ul style="list-style-type: none"> { Espaço { Tempo { Variações

IV
Doutrina da
hereditariedade

V	Mecânica do desenvolvimento do homem	Ontogenia	{ Massa hereditária e meio
		Filogenia	
		Relações entre	
		Influência da simbiose humana	

VI	Antropologia social	Classificações sociais	{ Seleccção	
		Propagação qualitativa		Panmixia
		Propagação quantitativa		Incesto
		Eugenia		Graus de parentesco

TERMINOLOGIA COMPARATIVA

Expostas de um modo sucinto algumas das diversas concepções da Etnologia, convém indicar quais devem ser as bases de toda a classificação respectiva e mostrar, como esclarecimento, as correlações que se descobrem entre tão variados sistemas taxicológicos, neste particular da Etnologia e das ciências a essa conexas e interventivas.

Bases de classificação Poucos tão autorizados como o professor do Pôrto dr. M. Correia poderiam formular as bases classificadoras, como as expôs na sua erudita obra «Da Biologia à História» (Pôrto, 1934), pág. 107 e segs.

«A classificação etnológica deve ser NATURAL e não ARTIFICIAL... uma das tarefas preliminares do etnólogo

é a de procurar seriar os caracteres taxinómicos numa escala dos seus valores relativos, isto é, no ponto de vista da dominância ou subordinação respectivas, e por outro lado organizar grupos de caracteres associados, permitindo a destrição das divisões correspondentes às várias categorias taxinímicas, inspirando-se o mais possível tanto no modo como na realidade, e como êsses caracteres surgem associados nos diferentes tipos humanos».

Terminologia Começemos por distinguir por uma clara definição o que sejam Etnografia e Etnologia. Segundo o nosso grande Mestre dr. J. Leite de Vasconcelos, Etnografia é a ciência e o estudo dos diversos povos nos seus aspectos, usos e costumes. «Etnologia é o estudo da génese, das causas e do desenvolvimento dos factos e dos assuntos etnográficos, a ciência, emfim, filosófica, que critica a etnografia». Esta distinção vem excelentemente esclarecida no monumental trabalho do mesmo grande autor, *Etnografia portuguesa*, Lisboa, 1932.

ETNODICEA, é o nome que Louis Marin dá ao «Estudo normativo e objectivo das artes étnicas», isto é, ao valor absoluto das civilizações e dos seus elementos, (*Revue Anthropologique*, 1933—Janeiro e Março).

ETNIA é, e será sempre, o termo que engloba toda a terminologia destas matérias de investigação, todas as modalidades interpretativas, experimentais, ou mesmo apriorísticas, que se desenvolvem sobre os objectivos dos seres humanos, das civilizações, dos seus organismos e dos produtos das suas actividades.

ANTROPOLOGIA ETNICO-FÍSICA E PSÍQUICA foi o nome dado pelo dr. M. Correa ao objecto do Curso

de Etnologia, que se distingue doutro título, pelo mesmo autor formulado, sob a designação de Psico-etnologia-étnica. Um grupo notável de elementos nacionais encontram-se no país, «habitat» da Raça, coligados, na sua imaterialidade, à vida e normas do habitante. De carácter não material dão, ao complexo de uma Nação totalitária, a noção não menos totalitária, a impressão para o exterior, que se desenvolve nas apreciações feitas por elementos estranhos à Nação, isto é, à Raça e ao País da Raça. Todos estes factores da realidade observável fazem parte da *NACIONALOGIA*, ampla ciência, esta, compreendendo, além dos elementos ultimamente apontados, os dois grupos: a Raça do País e o País da Raça. Os elementos de observação a colher e estudar poder-se-iam denominar, respectivamente, Raciografia e Mesografia e os respectivos estudos críticos, ou filosóficos, seriam denominados: Raciologia e Mesologia.

Damos a seguir as terminologias de alguns autores. Títulos são estes donde alguns vão de parasinónimos à completa sinonímia. Grupamos esta variada nomenclatura em três classes:

I—*Mesografia e mesologia**O País da Raça*

Peristase	Bacon
Pressão externa	Taine
Antropogeografia	Ratzel
O LOGAR	Trouville
Geografia humana	Prof. Girão, Prof. Swalbach
Determinismo antro-po-geo-gráfico	Dr. Boleo
Etnografia	Dr. J. L. de Vasconcelos

II—*Raciografia e Raciologia* *A Raça do País*

Antr. biologia	Fisher
Bioantropologia	Regnault
Somatologia	Martin
Antr. somática	Deniker
» física	Dr. M. Correa
Antropologia mental	Fraser
Morfologia social	Durkeim
Fisiologia »	»
Antroposociologia	Allemaes
Antropologia sociológica	Papillault
Antropoétnica	Dr. M. Correa
Psíco étnica	Schmidt
» sociologia étnica	Dr. M. Correa
Etnografia	Dr. J. L. de Vasconcelos

III—*Ergografia e ergologia* *Produtos da actividade conjugada da Raça do País*

Poderes; bens espirituais da alma racional	S. Tomaz de Aquino
Vida teórica individual	Boeckh
Bens imateriais	J. A. Coelho
Vida prática privada	Boeckh
Bonum prolis	S. Tomaz de Aquino
Etnografia cultural	R. Lowiel
Vida pública	Boeckh

COLHEITA DOS DADOS

Preceitos gerais Indicámos até aqui as principais formas da sistemática e a variada terminologia, usadas no estudo objectivo de qualquer nação. Lembremo-nos de quanto é necessário a precisão no emprêgo da nomenclatura; por isso, deve a observação dos fenómenos ser:

intencional e não ocasional
ritmada e não episódica
continuada e não suspensa
metódica e não dispersa
seriada e não interrupta
classificada e não deslocada.

O grau de aproximação à verdade objectiva, à veracidade, depende das impressões recebidas da parte, do lado externo do observável e portanto depende do grau de aproximação e de possível penetração dentro de um convívio possivelmente preparado, e continuado pelo observador, segundo as seis regras acima expostas. Uma tal inquirição permitirá não só o conhecimento dos pormenores, como a possibilidade de adquirir conhecimentos de fenómenos surpreendíveis tão somente em repentinos momentos coligidos, na quási constância das observações. É pois possível, desta maneira, coligir elementos para a generalidade de uma avaliação, relativa às situações médias do estado da vida colectiva. O resultado depende também da dificuldade relativa da colheita dos dados. É assim por exemplo que são de fácil apre-

**Colheita
dos dados**

**Condições
naturais**

ciação os actos da vida, que segundo a definição de Boeckh «se traduzem do pensamento por símbolos» por terem o carácter de conhecimentos «ex datis», enquanto que, pelo contrário, bem árduas são as possíveis investigações daqueles, nos quais «o pensamento permanece como tal no intellecto»; tais as intimas ideas da Moral e da Religião.

A apreensão

Com numerosos dados, com um bom «cognitio ex datis» e com os cuidados acima oferecidos tão sòmente a esperançosos principiantes, pode-se constituir um corpo de entidades qualificadas. Das realidades objectivas do mundo real recebemos aquelas sensações ou impressões que são «dessas realidades os signais subjectivos» (Helmoltz).

São os factos apreendidos e colhidos para a apreciação «que julgam as ideas» (Claude Bernard).

O exame

De tais sentenças impende o seu rigor sòbre a seriedade do exame do que há já a observar, pois que «as verdades de facto são contingentes e a sua opposição é possível» (Leibnitz, Monadologia, § 33).

As realidades exteriores têm de ser apreciadas pela forma de um juizo afirmativo e daí resulta a noção com que se fica do facto. E daqui se conclui o grau de responsabilidade dos inventariantes àcêrca dos valores ambientais e raciais. A critica porém não lhes deve ser imposta. Bem pelo contrário, qualquer intensão ou gôsto interpretativo na colheita de dados pode prejudicar, em muitos casos, a clareza e a profundidade da investigação.

CÔMPUTO DA NACIONALIDADE

Tôda a Nacionalidade representa um fenómeno global integro e completo (territorial, social e politico). A integridade é o seu carácter expressivo e terminal.

Decomponível nas suas partes constituintes, aquelas que se concebem no seu âmbito interno são: a Raça do País, o País da Raça e os Bens resultantes da actividade conjugante, da Raça e do País, seu Habitat.

Decomponibilidade analítica A decomponibilidade analítica pode ir caminhando até aos extremos limites do observável e experimentável; todavia, em qualquer grau de análise em que se estacione, se observe e experimente, encontra-se sempre uma interdependência, uma mútua implicação na vida vegetativa e social, não só dentro de cada célula familiar como entre outros grupos corporativos de cuja origem, por ser de intensão e combinação imposta pelas mútuas necessidades, não são menos naturais, até certo ponto, que os grupos famílias, e podem, por outro lado, provir dos hábitos de comum localização, o que dá lugar ao fecundo regionalismo. Quando a decomposição analítica pára no indivíduo da Raça, só o isola para efeitos de observação, porque o homem só por si não é mais que «Uma Célula passageira e renovável da Raça» (Omarini).

Interdependência fenomenal Por parciais e individualizados que sejam os fenómenos secundários em relação à totalidade de que fazem parte e da qual foram

pela nossa análise deduzidos, nem por isso podem, na representação mental, ser tidos como independentes, postulando assim as ligações intervinculares que os coligam.

Integração reconstrutiva A reconstrução, a reconstituição, a síntese, emfim, do edifício de conjunto, pela apreciação concatenada dos fenómenos parciais constitutivos da Nacionalidade, tem de fazer-se abraçando também certos fenómenos secundários ou «à latere». Esta reconstrução pode realizar-se assim, depois de «desembaraçar a parte de cada circunstância particular no fenómeno geral». Êste tema geral (de E. Volkmann) não se aplica integralmente ao nosso caso, pois que a interacção ou mútua dependência dos fenómenos particulares constitutivos da Nacionalidade mantem-se sempre.

Condicionamento Ê também de reflectir que as propriedades ou qualidades gerais do conjunto Nação não estão potencialmente contidos nas partes dêsse todo, não são delas o somatório não obstante delas podem derivar por integração. Essas propriedades totalizantes gerais holísticas (como as denomina Sauts) só com uma severa crítica podem ser formuladas, precedendo-lhe uma severa e confiante heurística. E não é menos certo que é êsse domínio holístico que nos atrai, quanto mais não seja para nos poupar o trabalho mental com as sínteses que nos auxiliam para formular uma opinião, na conhecida angústia de a alcançar.

PLURALIDADES. UNIDADES.

Pluralidades unitárias Elementos materiais ou humanos, qualidades morais, acções do ambiente, tudo quanto no campo de uma raça domiciliada se pode observar e avaliar separadamente, pode ser relacionado e agrupado em conjuntos distintos, dentro de cada um dos quais a sua existência seja justificável pelo grau de semelhança, correlação ou interdependência, e seja acentuado numa escala de valores que só o próprio estudo objectivo pode indicar. Constituem-se assim pluralidades em cada uma das quais existe pelo menos *UM* carácter comum.

Unidades A existência dêsse (ou dêsses) carácter comum autoriza a designar tais pluralidades como «unitárias», ou, invertendo-lhe os termos gramaticais, denominá-las «unidades plurais» e finalmente, suprimindo-lhe a adjectivação, conservando-lhe a semântica, chamar-lhe simplesmente *Unidades*.

O simples aspecto de certos conjuntos dá imediatamente a licita conclusão de formação de grupos na nossa ideação reflectida: assim é inegável a unidade de formas, usos e aspectos da classe piscatória, da classe agrícola ribatejana, do carácter de extremos atenuados do clima costeiro; são estes casos imediatos designados por unidades dêmicas, locais, unidades climáticas.

No domínio social, os atributos exteriorizados, as qualidades apreensíveis, avaliáveis, dos grupos raciais, «predicados» que são, por constituírem caracteres, inalienáveis

dessas pluralidades unitárias, distinguem as raças e as nações.

Num primeiro grupo, a possibilidade de manutenção unitária provém da solidariedade dos seus elementos. Esta solidariedade dá-nos como que uma ideia objectivada da existência de um organismo ou corpo, cuja vitalidade constitui a condição de persistência de cada unidade colectiva, representando um *Bem*, termo bem ressuscitado da antiga nomenclatura. Tais persistências nos grupos raciais, nas pluralidades unitárias de carácter socio-político, é que permite denominar Raça, por esta indutiva construção, ao conjunto das pluralidades conjugadas pela força social que se denomina «Consenso orgânico moral».

Outro grupo distintivo iniludível é o da sua linha histórica continuada, homogénia e homotrópica.

Bases numéricas Para além destas formas intuitivas, a base do estudo não pode deixar de exigir peremptoriamente estatísticas múltiplas e rigorosas, investigações conscienciosas, e exactidão nos cálculos de probabilidades. Uma, como para provar o facto de uma unidade histórica, o qual é o caso de Portugal, bem pouco comum no resto da Europa, necessitam o estudo prolongado no maior âmbito do tempo. Outros casos exigem períodos de curtos limites temporais e larga localização, outros ainda devem ser rigorosamente isotópicos, mas a observar em largos períodos de tempo, para se completarem estudos regionais. Finalmente outros, como o que nos der a conhecer o valor e a existência de uma unidade patriocêntrica nos portugueses em geral, exigem o exame de condições de vida e de manifestações de sentimentos, por assim dizer em todo o mundo, e em largos períodos de tempo.

Condições homogénias Sejam quais forem o título designativo de cada grupo unitário, a confirmação da sua existência é fundada principalmente pelo grau de homogeneidade entre os seus elementos, justificados também pela sua situação no campo ecológico. Para dados análogos, na biologia humana, há a considerar, para a formação de unidades, a persistência de caracteres invariantes pela acção do heredismo e por êste explicado como resultante da acumulação de caracteres iniciais, desenvolvidos em meios sucessivamente pouco diferentes, marcando-se a isotonia e por outro lado a prospecção directiva, como circunstância condicional continuante. Assim a íntima correlação, e a invariância continuante no tempo marcam o condicionamento primário da existência objectiva de unidades pluralísticas.

Continuância

Prospecção

Condição de síntese O conceito sintético ou global, que se possa fazer exprimir sem longas descrições, de uma Nação, êsse topodémico e complicado conjunto, êsse «quid» que nos solicita a atenção, é só dado conhecer a privilegiados sêres de penetrante intuição do presente, e de conhecimento sagazmente conduzido pela crítica histórica, e sem preocupação teleológica, ou finalista e sentimental, em qualquer sentido. Fora dêste condicionamento regeitar-se-á o conceito como falso, deficiente ou tendencioso.

Condições negativas Os «Atributos» dos Cartesianos o «Módum» dos Escoláticos, que possam ser afirmados ou negados como inerentes a uma Nacionalidade

em juízos de predicação, não podem ser colhidos pelos aspectos sensíveis de superficiais observadores, sujeitos à tentação de resumirem em generalizações, que não são mais que sentenças subjectivas da parte formal, do que observam, e nunca a parte essencial, da qual dimana o determinismo dos actos externos, que fica oculto ou desconhecido.

Casos especiais Teremos, neste lugar, de atender a certos casos particulares da impossibilidade de representações, por meio de títulos concisos de «unidades». Tais são os de certas manifestações de carácter regional, e dos de centros de cultura, também irreductíveis a êsse formalismo concreto. É difícil de conceber e raro de observar, que uma raça corresponda inteira e globalmente a uma unidade psicoracial, pois que êste género de actividade mais se manifesta por categorias sociais, do que, total e uniformemente, por uma unidade rácica. Excepções, como a da população suiça, são dignas de alto apreço; a sua triracialidade permite-lhe, ilógica mas realmente, a existência de uma unidade psicoracial, precisamente por ausência orgânica de categorias sociais. Êste «statuo quo» não deve ser confundido com o que D. F. Harris denominou «inércia funcional» atribuível à parte fisiológica de um confinamento regional. Então acentua-se especialmente a existência de unidades, sem movimento.

Conceitos gerais O conceito *à posteriori* de Raça é constituído em extensão, por êsse conjunto de unidades ou o seu «representativo», adoptando esta terminologia de Renouvier, bem justificável, pois totaliza as qualidades do «aggregatum», fatalmente coligadas dentro

dos limites espaciais de um País, como dentro dos limites cronológicos da sua história.

É no campo da fenomenalidade, onde cada objecto se apresenta «confundido com a sua representação», (Renouvier) que a avaliação concreta se desenvolve. A designação das unidades e das culturas constitue o que, em generalidade, Leibnitz denomina «representatio propositionis per numeros». São então quantificáveis os predicados.

Esta quantificação foi proposta pelo filósofo inglês John Veitch (nos seus «Institutes of Logic»), por adopção das ideas do grande Hamilton. A avaliação quantitativa foi depois largamente estudada por Alf. Nicefore («Les indices numeriques de la civilisation et du progres. Paris, Flam., 1921.

SÍNTESES

Síntese conclusiva As chamadas unidades nacionais constituem-se pois pela conexão de materiais congéneres, sistemáticamente grupados sob uma classificação natural. Cada uma dessas unidades de cooperação, com diverso grau de consciência, dentro de uma finalidade global comum, entra para o conjunto racial ou nacional com o valor ou energia que lhe é pertinente, em qualidade e quantidade. A Raça, a Nação, a Nacionalidade, é pois o depositório e o repositório das energias e valores das suas partes essenciaes e formais, é um somatório orgânico e organizado, cósmico, antropológico, étnico e político-social, é uma equivalência concatenada das unidades nacionais, materiais e funcionais da existência e da vida da Raça e do País.

Nesta exposição, que acabamos de fazer, dos casos bem observados conducentes a uma formação objectiva, base de ejeção para a possibilidade do conceito fundamentado de Nacionalidade, procedemos a uma divisão metódica em três partes. Na primeira apresentámos a concepção de nacionalidade sob o aspecto visual ou perspectivo.

Na segunda procedemos à forma reconstrutiva.

Na terceira e última parte quisemos estabelecer o facto e a idea da Nacionalidade, nesta teoria geral da Nacionalogia, sobre bases sumariantes, sob intensão e título sinótico.

A estrutura e o funcionamento das Nacionalidades adquirem na teoria da Nacionalogia, ou no Nacionalismo racional, a sua confirmação mental e a sua defesa no corpo intellectivo.

Cômputo total Valores, capacidades estáticas, estruturais ou morfológicas, influências activas ou dinâmicas nas individualidades ou nos grupos funcionais, ou sejam de natureza moral ou energética na vida colectiva, todos os produtos da actividade, de aquisição e de produção, tãda esta riqueza, constituem os objectos espirituais, morais, materiais, históricos e proféticos do inventário da Nação Portuguesa.

O receptáculo nacional A actividade nacional, recatada no indivíduo ou manifestada nas comunidades, faz destas o seu receptáculo, operando como estimulante de novas actividades na produção e na distribuição, integrando-se na comunidade geral como se fôsse a aplicação de um princípio de «finalidade dos actos nacionais».

Causalidade Não menos importante é o conhecimento do domínio da causalidade, como objectivo e como destino de ensinância e de previsão, onde êle se possa encontrar. No campo ancestral uma análise apropriada, continuada até hoje, considerado neste o novo ambiente, dará o estímulo e a directiva no esforço presente. Não será de estranhar que, dêsse factos fundamentais, se induza algum pensamento conduzindo a um conceito teleológico, ficando assim abrangido tudo quanto nos pertence:

Finalidade no presente, o inventário material e racial com as suas conseqüentes actividades; no passado, a investigação causal e genética do presente; no futuro, a previsão do desenrolar dos acontecimentos, empregando o balanceado equilíbrio entre um constante e nobre esforço e uma virtuosa prudência.

O inventário da Nação faz, mas deficientemente, parte do ensino moderno. Aristóteles, Platão e Sócrates não tiveram como objectivo tal particularidade. Só Plínio alargou na célebre enciclopédia *História Natural* o conhecimento mundial. O que constava secundariamente sobre este objectivo nacional não fazia parte, certamente, da «Tria matemática», nem da «Sátira» de Capela (470 a. C.) ou das «Septem Disciplinis» de Cassiodorus (500 a. C.). As sete artes do ensino monástico, o «trivium», ou pròpriamente as artes: Gramática, Dialética ou Lógica e Retórica; e o «quadrivium» das ciências: Música, Aritmética, Geometria e Astronomia, não o incluíam. Não têm êsse desígnio as Instituições oratórias de M. Fabius Maximus Quintilianus.

Compreende-se que nas duas grandes classes de ensino, as «humanísticas e as realistas» (Paul Barth), se ensine

bastante, a propósito mas não sistemáticamente, o assunto pròpriamente nacional. Êste estudo, só especializado e desenvolvido se faz nas Faculdades de Letras, no ensino moderno. O estudo da topografia de Portugal, a mais aperfeiçoada, e a da história, no ensino secundário, deu um largo passo, mas é susceptível de aperfeiçoamento.

Variam os valores de qualquer nação num sentido de progresso, e pelo que acabamos de dizer, em cada região. Neste caminhar incessante, todo o inquerito terá de compreender duas partes. Numa haverá a investigar todos os elementos possíveis, que as ciências indicam como necessários para êsse próprio progresso, raras vezes atingido. Nas localidades onde falem, benéfico e esperançoso será o resultado da investigação. Por outro lado, a parte proveitosa para a colheita dos dados dará os elementos para as valorizações regionais e globais.

Quadros normativos Os nossos quadros normativos, simultaneamente de investigação e de inventário, poderão induzir o leitor a imaginar que o autor se deu ao trabalho de dar mostras de erudição. Êrro de apreciação será êste, pois apenas se vizou a sistematizar o trabalho de investigação e avaliação etnográfica, ou, melhor, nacionalógica. Ao mesmo tempo, outro fim se apresentou como necessário, tal é o da correlação dos diversos títulos que diferentes autores nacionais e estrangeiros deram ao mesmo assunto. Por todos estes motivos,

Títulos os dados regionais, raciais e ambientais e finalmente globais, terão de ser classificados e subordinados aos títulos seguintes:

Quadros Cumulativos e Divisionários da Nacionalogia
e de Correlação entre os títulos.

Unidades e Características estruturais e funcionais
da Nação Portuguesa

Inventário ideológico e prático dos Valores da Nação
na História e na actualidade,
pela Raça, pelo País e pelas actividades
particulares e públicas da Nação,
com a sinalética das duas partes.

FRONTEIRAS NACIONAIS

**Fenómenos
de confusão
mental** A forma exterior que a natureza de-
senvolveu nos contornos das penínsulas e
das ilhas, desperta sôbre elas a atenção
que se distrai simultâneamente sôbre o seu conteúdo, e no
que respeita às unidades políticas, dentro dêsses perímetros.

À debilidade mental de certos espíritos inferiores afi-
gura-se-lhes que às formas bem definidas das extremas ou
dos contornos correspondem ou devam corresponder no
interior a uma só nacionalidade, confundindo, na sua igno-
rância, formas geográficas, com os conteúdos ou repartições
entre entidades políticas provenientes da história de cada
Nação e dentro dêsses perímetros existentes.

**Dissimulada
cubiça** Por outro lado a hipocrisia política (e
a cubiça espanhola no caso da península
pirenaica), vício ancestral erigido sôbre as más qualidades
congénitas da inveja castelhana, produz nos espíritos dos

vizinhos um movimento permanente de agressão mental, acompanhado por vezes de ameaças de invasão e por uma permanente acção larvada de infiltrações e de torpezas. Vamos nas linhas seguintes pôr a claro a confusão, ignara ou propositada, sôbre as bem distintas e diversas cousas que são: os contornos geográficos e os conteúdos políticos.

Confusão terminológica O termo península, por demais o sabemos, em geografia física significa determinado tórno. A confusão lançada sôbre êste claro significado proveio de denominar *unidade* a êsse tipo periférico, donde resultou, por êrro de lógica geral e de conhecimento positivo e objectivo de cada caso particular, julgarem-se idênticas entre si, como unidades, as diversas regiões envolvidas por essa linha exterior limitativa da forma geográfica. Ainda sôbre isto, as tais unidades do conteúdo podem ser atribuídas a qualidades topográficas regionais ou a qualidades de distinção de política histórica ou da actualidade. Basta lançar a vista sôbre a América, a Austrália, a Balcânia, a Escandinávia e finalmente a vizinha Espanha, que se quer *envolvida* tendenciosamente com Portugal, como unidade.

Península variada A nossa península não constitui uma unidade geográfica interna: nem orográfica, nem hidrográfica, nem altimétrica, nem climática, nem étnica. Por outro lado não constitui uma unidade: nem histórica, nem política.

Contrastes peninsulares Em Espanha são múltiplas as unidades regionais, algumas correspondentes a respectivas unidades políticas, escravizadas e sempre efer-

vescentes. Em Portugal, pelo contrário, a Unidade politica é ainda e será uma das mais antigas do mundo e as pequenas variantes topográficas e climáticas regionais podem permitir mencionar o nosso país como uma entidade geográfica, bem distinta de Espanha. Podemos

Regiões ainda acrescentar que em tóda a península podem ser encaradas cinco grandes regiões, uma das quais separadamente é Portugal, bem distinto das quatro regiões restantes espanholas. Em relação com os mares, que limitam a península, pode esta dividir-se em três faixas: a vertente Cantábrica, a Oceânica com as variedades Galaica e Portuguesa, compreendendo o litoral algarvio, e a Mediterrânea, Andaluza e Levantina. Três faixas que pelos seus caracteres podem considerar-se como unidades Geográficas e Étnicas, principalmente a faixa portuguesa. Estas orlas litorais isolam a parte central de Espanha, que apresenta seu carácter unitário, limitada ao lado dos Pirineus por uma região Alpina, distinta do tipo estéptico do macisso central.

O litoral Cantábrico, Galego e Andaluz até ao Estreito é mais extenso que o português.

O seguinte esquema resume clara e indefinidamente o assunto:

Formas físicas { Perímetro geográfico
Área geográfica

Conteúdos das Formas físicas { Divisões em áreas regionais
Divisões em domínios, unidades políticas ou Nação

Opinião de R. Severo O ilustre Ricardo Severo, no seu interessante opúsculo *Origens da Nacionalidade portuguesa* (1.^a Ed. Lisboa—Teixeira, 1912. 2.^a Ed.

Coimbra—Imp. da Univ.—por ordem do Govêrno) não se libertou inteiramente, até esta última data, do imperfeito conceito de unidade Geográfica dada ao tipo de contorno peninsular. A respeito do conteúdo politico-histórico exprime-se assim: «são unidades mètricamente inferiores componentes de uma unidade mètricamente maior». Na realidade, o que é «mètricamente maior» é a linha periférica do contorno e a área que encerra a totalidade periférica mas não a unidade de conteúdo, a qual começa por dizer que não existe, visto afirmar serem múltiplas, dentro do contorno métrico de maior desenvolvimento.

Conclusão ⁽¹⁾ A noção imprecisa do termo fronteira permite que certos autores sigam, irrefletidamente, ao correr da pena, em confundir o significado de «fronteira» histórico-política, com certa sucessão de acidentes de natureza topográfica, a que chamaram insensatamente «fronteira natural», à falta de outra palavra, recusada pela deficiência do vocabulário ao predomínio de uma idea inconsistente.

Á identidade da terminologia seguiu-se, involutário ou propositado, o equívoco das ideas, talvez por certa confusão mental, derivada de um fenómeno de debilidade reactiva do espirito contra a conhecida influência das «frases feitas», que na sua propaganda segue a esteira de tôdas as sugestões, tão conhecidas neste caso com o nome de psitactismo.

Cada povo possui o seu «habitat» histórico e etnológico que se chama País, e êste apresenta uma linha perifé-

(1) Do «Princípio da Nacionalidade»—Lisboa, 1917, da nossa autoria.

rica, um limite marcado na história política e no território, dentro de cujo âmbito a totalidade, que nêle se encerra, se chama Nação.

Sôbre esta realidade objectiva e positiva de Nação se fundamenta a origem e o conceito filosófico e jurídico de Nacionalidade. Bem longe nos encontramos, pois, logo desde o comêço, da consideração de acidentes topográficos e da idea absolutamente secundária de «fronteira natural».

A existência de uma suposta correlação entre a idea de Nacionalidade, erigida sôbre os dados positivos da diferenciação histórica, e a noção das dificuldades, hoje bem removidas, de transpor linhas de água e de cumiadas, é pois fundamentalmente fútil na sua origem, e inepta como argumento na dialéctica internacional e em todo o comércio das ideas, sendo, pois, certo que uma espécie de fraqueza da mentalidade crítica tem permitido tal êrro e que êle não seja repellido com aquêle justificado desdém que é natural sentir-se pela obtusidade na autoria dos argumentos.

A atenção sôbre a ficção da existência de uma relação lógica entre acidente topográfico e limite político positivo, é solicitada pelos conflitos marcados na história do latrocínio internacional na qual se repete sempre o mesmo ou parecido caso: a falta dos tais acidentes na fronteira política é argumento para se tentar aniquilar completamente a alheia independência e domínio, e, no caso de existirem tais acidentes dentro da área cubiçada, êles constituem elemento basilar no projecto de invadir o território até encontrar êsses acidentes, conformemente com a capacidade do desejo e da realização. Diferem apenas os casos, no grau em que o latrocínio se pode realizar, não por limita-

ções da «consciência internacional», mas sim da força bruta e do teor da brutalidade disponível (1).

(Continua)

JOÃO PERESTRELLO

(1) O notabilíssimo geógrafo e etnólogo alemão, professor da Universidade de Greifswald, sr. Hermann Lautensach, publicou dois grossos volumes sobre a Geografia de Portugal, que percorrera por duas vezes, estudando todos os pormenores, para êsse monumental estudo do nosso país. Não contente com o seu notável trabalho publicou ultimamente no fascículo n.º 5 de 1937 da revista *Geographischer Anzeiger* uma explicação dos acontecimentos de Espanha fundada nas formas da sua constituição topográfica corroborando até certo ponto o que na grande geografia de Portugal demonstrara: ser o nosso país uma «unidade geográfica «autónoma» dentro do quadro geral da Península Pirenaica» justificando assim na mesografia a multiseular autonomia política.

Um outro observador alemão, em uma série de artigos sobre Portugal saídos no *Deutsch Allgemeine Zeitung*, defendendo-nos lisongeiramente em o n.º 5 do mês de Fevereiro dêste ano de 1938 e dá a seguinte impressão das nossas províncias fronteiriças:

«Todo o visitante neutral—escreve—tem de reconhecer com franca admiração o forte e juvenil nacionalismo dos portugueses que residem nas regiões fronteiriças. Todo o campo espiritual português, sem excluir as colónias, está impregnado do sentido da revolução nacional. Próximo da fronteira espanhola, assistiu-se aos horrores de que a guerra civil inundou o infeliz país vizinho. Ali, a população conhece, sem mais explicações, os perigos do comunismo».

São estes critérios de estrangeiros que mais deveriam convencer ignorantes e derrotistas, infelizes ou degenerados.

A MARÉ ATMOSFÉRICA LUNAR EM COIMBRA (1868-1929) (1)

1. Em trabalhos publicados pela Real Sociedade Meteorológica de Londres, apresentei cálculos da maré atmosférica lunar em certo número de observatórios largamente distribuídos pelo globo.

O presente estudo contém resultados derivados das longas séries de dados barométricos horários registados no Instituto Geofísico de Coimbra. Julgo que esta é a primeira determinação da maré atmosférica lunar sobre dados colhidos em observatórios portugueses.

Neste estudo incluímos também coeficientes harmónicos para a variação barométrica solar diária em Coimbra.

A fórmula harmónica empregada como expressão da variação diária solar é

$$\sum c_n \text{sen}(nt + \theta_n),$$

em que t representa o tempo solar médio expresso em ângulo (360° por dia) a partir da meia-noite local, e c_n é médio em microbares. A maré atmosférica lunar é representada somente pelo segundo termo ($n = 2$) numa fórmula semelhante, na qual o tempo t significa tempo lunar médio

(1) Tradução de Amadeu Ferraz de Carvalhó.

local em ângulo (360° por dia lunar médio) contado da passagem meridiana lunar local.

2. Os instrumentos empregados no Instituto Geofísico de Coimbra para o registo da pressão barométrica são um barómetro padrão Fortin e um barógrafo fotográfico construído por Adie. O barómetro padrão de Casella está em serviço desde 1918 e sucedeu a um instrumento mais antigo de Adie.

Nos Anais do Instituto Geofísico encontram-se notícias sobre estes instrumentos e sobre os métodos de leitura e correcção.

Nos valores horários publicados suprimiram-se os das horas *pares*, conquanto as médias sejam deduzidas dos 24 valores horários. É adoptado o tempo médio local de Coimbra.

Nos cálculos foram incluídos, em relação aos anos a que este trabalho se refere, todos os dias do registo horário completo. Nos anos de 1868 e 1880 faltam dados de alguns meses.

Os métodos de cálculo que empreguei já foram apresentados nos trabalhos anteriores a que acima me refiro e por isso me abstenho de os expor, mas devo notar que a variação solar diária foi retirada de cada grupo de dados ao determinar-se a maré lunar. Para isso os cálculos exigidos são muito extensos, visto que assentam sobre dados bi-horários relativos a um período de 62 anos. Facilita-os muito o uso de um conjunto de máquinas de cálculo de Hollerith, amavelmente cedido pela *British Tabulating Machine Company Ltd.*, à Secção de Matemática do *Imperial College of Science and Technology*, de Londres.

O material foi dividido em grupos que abrangem dez ou mais anos, na forma indicada nas tabelas; e também,

em relação a estes grupos, se adoptaram subdivisões sazonais que naquelas tabelas se representam pelas J, E, D, segundo a fórmula:

J = Maio, Junho, Julho, Agosto.

E = Março, Abril, Setembro, Outubro.

D = Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro.

As tabelas que contêm os resultados lunares dão também os erros prováveis, determinados pelos métodos de J. Bartels⁽¹⁾.

Indicam a probabilidade em θ_2 e em c_2 . A escala em que as variações barométricas irregulares afectam as determinações da maré atmosférica lunar exprime-se, segundo J. Bartels, pelo erro provável c_2^* de uma determinação dos dados relativos a um só dia. Em Coimbra c_2^* tem o valor de 0,27 milibares, o que é normal para a sua latitude.

3. A maré atmosférica lunar determinada na base de todos os dados e outras particularidades relativas ao observatório de Coimbra é:

Observatório de Coimbra	Lat. N.	Long. W.	Alt.	Período	Número de dias	Erro provável
						$C_2 \quad \theta_2$
	40°,2	8°,4	141.m	1868		
				1929	23394	15,8 ± 1,8 71°

A fase é francamente normal e corresponde a alta pressão barométrica passados 39 minutos de tempo solar depois das passagens meridianas superior e inferior da lua. A amplitude é sensivelmente pequena em relação com a latitude de Coimbra, como se mostra pelos valores seguin-

(1) J. Bartels, Veröff. Preuss. Met. Inst., 8, nr. 9, 1927, pp. 28-31.

tes calculados para outros observatórios em latitudes próximas:

Ponta Delgada	38° N	26° W	$c_2 = 22 \pm 1,6$	$\theta_2 = 55^\circ$
Santa Cruz	39 »	31	$18 \pm 2,2$	58
Tokio	36 »	140 E	$39 \pm 2,5$	60
Sapporo	43 »	141 »	$26 \pm 2,5$	69

4. Determinámos resultados correspondentes para diferentes grupos de anos, obtendo, com os erros prováveis indicados entre colchetes:

Período	Coimbra	θ
	c_2 (e. p.)	
1868-1882	14 (4,1)	46°
1883-1897	10 (4,2)	69
1898-1913	17 (2,8)	72
1914-1929	23 (3,0)	83

As diferenças entre os resultados dos grupos de anos separados são aproximadamente da grandeza correspondente aos erros prováveis em relação com as variações acidentais.

5. Para os grupos de anos 1868-1882, 1883-1897, 1898-1913, 1914-1929 e para o período total os resultados sazonais da maré atmosférica lunar são os seguintes:

Maré atmosférica lunar em Coimbra.

Período	J			E			D		
	c_2	(e. p.)	θ_2	c_2	(e. p.)	θ_2	c_2	(e. p.)	θ_2
1868-1882	21	(6)	83°	13	(9)	1°	17	(6)	35°
1883-1897	11	(6)	106	11	(7)	78	13	(8)	29

1898-1913	24	(4)	83	21	(5)	73	7	(5)	29
1914-1929	25	(4)	82	28	(5)	93	18	(6)	71
1868-1929	20	(2,5)	83	16	(3,3)	73	13	(3,2)	45

Mostram estes resultados que Coimbra apresenta a variação sazonal da maré observada noutros pontos e na qual o ângulo da fase D é inferior 38° ao da fase J, com um atraso de mais de uma hora lunar de preamar atmosférica de J para D.

O pequeno valor de θ_2 no primeiro período, estação E, deve ser devido a erro accidental.

6. Os dados harmónicos para a variação solar diária são apresentados nas tabelas seguintes. Na primeira entram os resultados médios anuais para os grupos de anos e para o período total; na segunda, os resultados sazonais só para este período.

Variação barométrica solar diária em Coimbra

Período	c_1	θ_1	c_2	θ_2	c_3	θ_3	c_4	θ_4
1868-1882	165	18°	586	$156^\circ,5$	88	341°	62	212°
1883-1897	163	5	584	$157,9$	64	348	41	224
1898-1913	129	9	573	$157,6$	64	352	37	229
1914-1929	124	25	595	$159,4$	71	368	38	236
1868-1929	143	14	585	$157,9$	70	352	44	224

Reconhece-se nestes números grau elevado de constância nos vários harmónicos, particularmente no segundo, em períodos diferentes.

A relação entre c_2 (solar) e c_2 (lunar) e a diferença das fases θ_2 (solar) e θ_2 (lunar) são para Coimbra:

Relação das amplitudes = 37;

Diferença de fase = 87° .

O primeiro valor é muito grande e o segundo sensivelmente pequeno; em Tóquio e Sapporo, de latitudes próximas, as relações da amplitude são 18,4 e 15,8 e as diferenças de fase, 109° e 108°.

7. Mostra a tabela seguinte como depende das estações a variação solar diária em Coimbra. Nela se encontram as constantes harmónicas c_n e θ_n (para $n = 1, 2, 3$ e 4) em relação a cada mês e para os grupos sazonais de meses J, E e D, calculadas para o período total 1869-1929, tendo sido omitidos os anos incompletos de 1868 e 1880. Estas constantes são deduzidas da análise dos resumos das seqüências de 24 médias horárias mensais de cada mês, publicadas nos anais do Observatório.

Variação barométrica solar diária em Coimbra
1869-1929 (1)

	c_1	θ_1	c_2	θ_2	c_3	θ_3	c_4	θ_4
Janeiro	145	348°	560	155	245	349°	112	207°
Fevereiro	151	3°	605	151	185	342	41	150
Março	185	2°	627	152	109	346	22	5
Abril	111	37	615	155	16	165	23	229
Maio	141	39	544	159	52	166	28	247
Junho	125	39	531	157	86	170	34	222
Julho	203	24	511	156	73	167	42	246
Agosto	180	29	587	159	25	159	47	264
Setembro	192	18	640	162	174	352	30	271
Outubro	126	7	599	164	131	358	34	228

(1) As diferenças entre a última linha desta tabela e a da tabela do § 6 são em pequena parte devidas à omissão dos anos de 1868 e 1880, mas derivam principalmente do emprêgo das seqüências dos 24 valores horários em lugar dos 12 valores bi-horários.

Novembro	74	326	582	161	175	4	81	205
Dezembro	115	345	560	157	222	358	121	208
J	161	31	543	158	59	167	36	246
E	150	14	618	158	74	353	18	279
D	118	348	576	156	204	353	85	201
Ano	137	14	579	157	73	355	41	222

Um resultado interessante revelado nesta tabela e que também se observa noutras estações é que θ_2 não sofre a grande diminuição de J para D como na maré lunar; pelo contrário apresenta maior valor. Também se verifica a inversão bem conhecida do terceiro harmónico de J para D e o grande aumento de c_4 na estação D.

Cumpro o grato dever de mostrar o meu reconhecimento pelo auxílio que me prestaram neste trabalho o dr. J. C. P. Miller e Mrs. P. M. Truscott, que verificaram os cálculos realizados no *Computing Bureau* anexo à secção de matemática do *Imperial College*. Aquêlê gabinete é subvencionado pela *Clothworkers Company* e o seu trabalho materialmente facilitado pela cedência, por parte da *British Tabulating Machine Company*, de uma instalação de máquinas de calcular de Hollerith.

Prof. SYDNEY CHAPMAN,
Imperial College of Science and Technology, Londres

OS PORTUGUESES EM BORDÉUS DURANTE O SÉCULO XVII (1)

II

OS PORTUGUESES NA HISTÓRIA DA CIDADE

Foi o século XVII uma época de agitações populares, de guerras intestinas, de calamidades públicas, de indisciplina nas ruas e de revolta nos espíritos (2). Uma atmosfera de intolerância cruel, de insubordinação contra o poder, derivada em grande parte do enfraquecimento deste, de instabilidade no campo económico, envolvia a vida social tanto nas altas camadas (3) como nos degraus mais baixos.

O século XVII foi em verdade no quadro da vida social uma época de crise, em que se chocaram confissões religiosas, entraram em conflito partidos políticos, se debateram interesses de classes e fizeram entre si guerra os altos poderes da cidade em uma implacável ambição de domínio. Houve assim uma ruptura de equilíbrio, uma

(1) Cont. do n.º 2, vol. 90, pág. 171.

(2) Muito expressivamente é apresentado semelhante aspecto do século XVII no vol. V do *Inventaire sommaire des Registres de la Jurade* (cap. sob o título *Émotions Populaires*).

(3) Queremo-nos referir não só às lutas de partidos no tempo de Mazarino mas também às que se travaram entre a Igreja e o Parlamento, entre este e a Jurada e o Governador.

solução de harmonia no jôgo das fôrças sociais então actuantes. Sôbre os escombros dum edifício arruïnado erguiam-se as paredes duma construção nova, mas os alicerces destas estremeciam ainda sob o tumulto das influências que se chocavam.

As guerras civis que no fim do século XVI⁽¹⁾ ensanguentaram o sul da França e cujos funestos resultados muito se fizeram sentir na Gironda e em Bordéus⁽²⁾, arruïnaram as grandes casas nobres e minaram nas suas principais fontes a riqueza particular⁽³⁾. A carestia da vida acentuou-se, as condições de trabalho dificultaram-se, os ódios recrudesceram, as garantias de segurança colectiva e individual apagaram-se à medida que nas esferas de comando a luta estoirava mais encarniçada; as inquietações que de semelhante estado de coisas resultavam estabeleciam no espirito da populaça um fermento perigoso de desordem.

Nem o poder se julgava bastante forte para evitar o galgar da onda, nem sequer existiam já os laços de unidade moral em que durante séculos anteriores se firmou a comunhão das almas.

O século XVII foi na sua maior extensão como a segunda metade do século anterior: crise, instabilidade, choque, transição violenta. Nas consciências, nas famílias, na sociedade, a civilização renascente com o seu espirito de livre exame, com o seu culto da personalidade, rompeu os diques da moral e da disciplina.

(1) As guerras religiosas entre os huguenotes e os católicos.

(2) Leia-se a êste respeito uma obra já atrás citada de Ernest Gaullieur sôbre a reforma em Bordéus.

(3) No livro *Histoire de Bordeaux*, de C. Jullian. (Cap. XXIV: *Bordeaux vers 1500. La société*).

Arruinadas as casas nobres, enfraquecido o clero pelas dissidências religiosas, abalado o poder público, alvoroçadas as massas por tôda a espécie de calamidades e misérias, ¿quem vai mandar em Bordéus? ¿A quem pertencerá afinal a fôrça do comando? Ao rei? Ao clero? À burguesia? Todos se atiram à conquista do poder.

Na correria, tempo houve em que êles se atropelaram uns aos outros. Foi porém a burguesia que venceu. No século XVII chegou ao poder a burguesia, não a antiga classe dos comerciantes mas a classe média que se distinguia pela sua cultura intelectual. O espírito viu então respeitados os seus direitos. Michel Montaigne, eleito *maire* de Bordéus, anunciou na história da cidade a nova fase.

O quadro social ficou constituído por um clero desmoralizado⁽¹⁾, uma burguesia triunfante e ciosa da sua fôrça, e a populaça roída pela miséria, pelas guerras e pelo fisco. Nesta populaça, que tomou os bairros de Santa Eulália e de São Miguel⁽²⁾, devemos distinguir dum lado os pobres e doutro lado a malta dos indesejáveis, dos «fora da lei»: estes últimos formavam a escória, que ao sabor da onda revolucionária se deslocou do campo para as grandes cidades e que veio alimentar aqui os tropéis de sedição e os bandos armados ao serviço dos partidos.

Os outros, os mendigos e os indigentes, asilavam nos hospitais, abrigavam-se à sombra protectora das igrejas, onde eram admitidos organizados em confrarias, e constituíam uma célula social viva e dentro da lei. Estes são

(1) Na obra citada de C. Jullian (pág. 432 e seg.)

(2) Os dois bairros estendem-se na parte sudeste da cidade, e um deles é ainda hoje habitado pelos operários e estivadores do pôrto de Bordéus e conserva a sua fisionomia medieval.

reconhecidos pelo Estado; aqueles foram manejados numa obra execranda de vinganças, a qual se assinalou por massacres, pilhagens, roubos e atrocidades inauditas.

Entre a burguesia que mandava e o povo miúdo que freqüentemente se insurgia, tomava lugar o clero repartido em alto clero, ordens monásticas e clero paroquial. Em um momento de transição caiu-lhe nas mãos a fôrça que as guerras civis arrancaram de vez à nobreza, mas a falta de moralidade nos seus costumes, a ambição desregada do mando no domínio temporal⁽¹⁾, os escândalos a que por isto mesmo se expuseram, destruíram naquela classe privilegiada todo o poder de que abusaram às vezes em luta uns contra os outros.

O século XVI desapareceu no meio dos fantasmas da peste e da guerra⁽²⁾. E logo em 1604 e 1605 as sombras funestas voltaram: a peste caiu de novo na cidade, ceifando vidas e espalhando o terror⁽³⁾.

A morte espalhava-se inexoravelmente no ar da cidade, no ar que todos respiravam, e das ruas imundas e dos pântanos infectos exalavam-se venenos que matavam. Só d'Ornano, após os primeiros alarmes, pensou a sério em

(1) Os conventos estabelecidos em Bordéus escandalizaram pelas suas rivalidades. O espírito cristão perdeu-se quasi no alto clero. Alguns arcebispos intervieram mesmo nas lutas do poder temporal.

(2) Em 1593 deu se o cerco de Blaye, como facto culminante da guerra civil entre católicos e os partidários do rei Henrique IV. Em 1585 a peste matou 14.000 pessoas.

(3) «Nous avons à signaler sous le règne d'Henri IV une peste terrible que ravagea Bordeaux pendant le cruel hiver de 1604. Le cardinal de Sourdis, le maréchal d'Ornano, lieutenant du roi, et toutes les autorités se signalèrent par leur dévouement.» (*Histoire de Bordeaux*, Henri Gradis, p. 224).

extinguir as origens do flagelo⁽¹⁾, e seguindo o seu exemplo fez outrotanto o novo cardinal Sourdis chegado a Bordéus em 1600.

As intrigas espalhadas pelo alto clero⁽²⁾, às quais não era alheio o próprio cardeal Sourdis⁽³⁾, as dissensões que se produziam entre certos colégios⁽⁴⁾, os focos de sedição sempre acesos nos bairros de sudeste da cidade, castigaram a população duramente.

A burguesia lutava dum lado contra as maquinações do clero e doutro lado contra as investidas de indisciplina popular. O Parlamento colocado entre o rei e a

(1) «Ordonnance qui enjoint à tous les habitans de nettoyer, chacun en droit soy, toutes les rues et places de la ville, et leur défend de laisser à l'avenir aucun bourrier sur les dites rues, mais bien de les porter hors de la ville (f.º 179) 5 avril 1603.

«Délibération portant qu'il seroit fait un proclamat pour défendre au public de porter aucuns bourriers ni delivres à la place des Chartreux, à peine de 1.000 livres.» (f.º 27) 1610 27 février.

Inventaire Sommaire des Registres de la Jurade.

(2) Lutas entre o cardeal Sourdis e o Cabido, e ainda entre o primeiro e o Parlamento vêm convenientemente referidas na obra de Dom Devienne.

(3) O cardeal Sourdis, natural do Poitou, onde nascera em 1575, foi nomeado arcebispo de Bordéus em 1600, com 25 anos de idade. Fundou na sua diocese numerosas casas religiosas, mandou construir a igreja da Cartucha e secar os pântanos infectos que cercavam esta igreja e fez edificar um hospital.

Notável parece ter sido a sua acção no campo da assistência. Sobre Sourdis leia-se a obra *Histoire du Cardinal François de Sourdis* por L. W. Ravenez in 8.º Bx. 1867. O arqueólogo do Perigord Jouanet escreveu em 1814 um elogio do arcebispo de Bordéus.

(4) As dissensões foram muito fortes entre o conhecido Colégio de Guiana e o Colégio dos Jesuítas. (*Histoire du Collège de Guyenne*, E. Gaullieur).

burguesia, entre a Jurada e a côrte, entre o poder municipal e o governador, foi quem sofreu os golpes mais rudes.

No século XVII o poder era desempenhado por três entidades diferentes:

- O Parlamento,
- A Jurada,
- O Governador.

O Parlamento governava em nome do rei. A Jurada era o órgão da administração municipal. O Governador não passava dum comandante militar. Êste e o Parlamento representavam na cidade a autoridade real: um administrava a justiça, o outro comandava a fôrça armada.

Emquanto os três poderes se exerceram em equilíbrio, cada um dentro da sua restrita jurisdição, a autoridade mostrou-se forte, disciplinadora, enérgica, e foi respeitada; mas logo que se rompeu o equilíbrio na dinâmica dos poderes, abriram-se as portas a tôdas as desordens e ficou a população sujeita aos perigos da instabilidade.

Ainda sob o govêrno do marechal D'Ornano se fêz sentir o primeiro rompimento. O cardeal Sourdis abriu guerra contra o Cabido e contra o Parlamento⁽¹⁾: longe foi a guerra, que o público seguiu apaixonadamente. Dela saíu esmagado o Cabido e ferido na sua autoridade o Parlamento.

Em 1622 tomou conta do govêrno da Guiana o

(1) Tôdas as obras em que se trata da história do século XVII em Bordéus referem os episódios desta luta. Dom Devienne occupa-se do assunto com muito desenvolvimento. (Vol. I, pág. 199 e segs., livro V).

Duque d'Epéron (1), e de novo se declarou um estado de luta aberta nas altas esferas. O Duque nem poupou a Igreja nem o Parlamento nem a Jurada. Se por um lado conseguiu sem custo assimilar e enfraquecer os Jurados, a guerra contra o Parlamento foi em verdade o perigoso promontório em que a coragem ardente do Duque se revelou plenamente. O segundo quartel do século XVII, o mais agitado de todos, o mais calamitoso também, ficou marcado pelos sulcos que deixou atrás de si a luta dos poderes.

É a fase da crise nos órgãos do poder.

É a guerra de forças que se excedem entre si.

É o terrível choque nos altos comandos, que se atropelam e se desafiam.

Dez anos se arrastou a luta no meio de alternativas em que os contendores não se diziam vencidos. Epéron resistiu com tôdas as energias da sua vontade e com todos os extremos da sua ambição sem limites, e resistiu à côrte, aos partidos, ao clero, aos Ministros, ao Parlamento. A Guiana sentiu muito o pêso da sua autoridade. Bordéus mais do que a Guiana acompanhou as reacções do temperamento dêle, insolente e duro.

(1) O Duque d'Epéron, Jean Louis de Nogaret, interveio nos negócios políticos dos reinados de Henrique III, Henrique IV e Luiz XIII. Era um ambicioso, um arrogante, ao mesmo tempo vingativo e corajoso até à imprudência. Foi uma das grandes figuras da sua época, o governador mais autoritário e sequioso do poder, que passou em Bordéus: execrado pela Liga, pelos protestantes, por Richelieu, o Duque d'Epéron encheu a história da Guiana com o seu nome célebre, a pesar-de tudo.

Leia-se sôbre Epéron:—*La vie du duc d'Epéron*, por G. Girard; *Notice sur les ducs d'Epéron*, por G. J. Durand; *Chronologie Militaire*, II, por Pinard.

Eis como Gradis nos apresenta o homem:

«C'était un seigneur riche et arrogant, qui avait de grandes propriétés en Guyenne. Héritier des anciens captaux de Buch, dont il descendait par les femmes, il possédait au centre même de Bordeaux, à Puy-Paulin, l'ancien château de Jean de Grailly, ce captal qui s'était illustré au temps du Prince Noir et qui avait contribué au succès de la bataille de Poitiers» (1).

Epernon viveu como um homem da velha nobreza (2). Pretendeu governar como um antigo senhor, êle acima de todos, êle primeiro do que todos. Desejaria êle ser, já no predomínio da burguesia, um agente de represálias e de vinganças da nobreza vencida contra uma classe nova que tomava o poder?

Logo à sua entrada no govêrno da Guiana, o Parlamento e o arcebispo se encontraram em frente do inimigo. Do lado do Parlamento veio à luta António de Gourgue. Enquanto Epernon governou com uma autoridade insolente que não se curvava perante a côrte, as divergências rompiam todos os dias, os pretextos de contendas saltavam debaixo dos pés, e produziam-se por vezes reacções escandalosas, que chegavam até ao primeiro ministro, obrigando-o a sucessivas intervenções.

Ora Epernon acusava o Parlamento de tomar decisões

(1) *Histoire de Bordeaux*, H. Gradis, pág. 232.

(2) Epernon pertenceu à grande nobreza da França. Foi o segundo filho de Jean de la Vallette e nasceu perto de Toulouse. Desempenhou os cargos de governador de Metz, do Delfinado, de Bolonha, de Calais, de Loches, mais tarde de governador da Provença e da Normandia. Gastou dois milhões na construção do seu palácio de Cadillac, um dos mais belos monumentos do fim do século XVI.

antes de obter a aprovação do rei; ora resolvia êle Duque, como grande senhor, não acatar as ordens da côrte e impor a sua vontade ao Parlamento e à Jurada. Daí os conflitos repetiam-se, as contendas recrudesciam, a fogueira ardia mais viva.

Os primeiros Ministros, que faziam a politica do poder central, ao qual só convinha o enfraquecimento das autoridades provinciais, davam razão ora a um ora a outro, afim de que o estado de conflito se mantivesse em prejuizo daqueles que mandavam em degrau inferior.

Emquanto a luta por todos os meios se desenrolava nas altas esferas, de novo a calamidade da peste assolava as ruas, os bairros pobres e as casas dos miseráveis. Em 1629 o terrível flagelo caiu sôbre a população, e só em 1632 deixou de se fazer sentir⁽¹⁾. A Igreja e a Jurada encarregaram-se dos serviços da assistência. Ainda antes dos primeiros casos de peste se haverem verificado organizou-se a defesa e o isolamento. Fêz-se a guerra ao perigo do contágio. A saúde dos habitantes (ao tempo cêrca de 50.000) foi protegida por todos os meios então conhecidos. A assistência ficou confiada ao médico Fran-

(1) «Eodem anno (1629), urbs Regula gravi ades pestilentia laboravit, ut, quadrimestri spatio, quadrigenti circiter homines extincti sint, et annonae tam grandi penuria fuerit per totam Aquitaniam, ut saccus frumenti viginti aureis venderetur; urgenteque rabida fame, inventi sint, qui cadaveribus equorum, canum, felium et, quod magis exhorrescas, humana carne vescerentur.» (*Sancti Petri de Regula Regalis Prioratus Historico-Chronologica Sinopsis seu de Rebus Notatu Dignis Monasterii Regulensis*. Cap. XLII. *Archives Historiques du Département de la Gironde*, vol. XXXVI, pág. 71).

cisco Lopes (1). Convocaram-se os principais médicos para se prepararem remédios destinados a doentes ricos e pobres (2). Fecharam-se as portas da cidade (3). Isolaram-se as casas onde se declararam os primeiros casos (4). Em poucos dias porém o contágio foi de tal ordem que se fecharam vinte e duas casas e se encheram os hospitais (5). Os primeiros casos apareceram em meados de 1629 (6): um mês decorrido os jurados tiveram que proibir formalmente a saída dos habitantes aterrados com o alastramento

(1) Médico da cidade de Bordéus, foi professor na Faculdade de Medicina em 1654 e escreveu o livro *Quaestio medica de crisi*. Morreu em 1655.

(2) «MM. Lopès et Maurès, médecins, rapportent en Jurade l'état de la Santé Publique, et disent qu'il étoit nécessaire d'assembler les principaux médecins pour faire une composition d'ingrédiens pour servir aux pauvres et aux riches, malades de contagions». (F.º 106. 28 juillet. 1625. *Inv. Som. des Reg. de la Jurade*).

(3) «M. le duc d'Épernon dit qu'on avoit proposé au Parlement de faire fermer certaines portes de la Ville, d'y faire garde, d'empêcher que les étrangers entrent en ville sans certificat...» (1629. 8 août. *Inv. Som. des Reg. de la Jurade*).

(4) «MM. les Jurats ordonnent que les vivres seroient donnés aux renfermés dans un panier ou ciste qu'ils feroient entrer par une fenêtre et que les portes ne seroient ouvertes qu'aux grandes extrémités». (F.º 11. *Ibidem*).

(5) «Délibération par laquelle il paroît que, depuis peu, la contagion avoit si fort augmenté à Bordeaux qu'on avoit fermé vingt-deux maisons et que l'hôpital de la contagion étoit plein». (F.º 105. 6 août 1629).

(6) «... le 9 du même mois (juillet), le sieur Dubois, chirurgien de la Santé, rapporta qu'une fille sortie de la rue des Bouviers et de la maison infecte étoit morte, et qu'une femme sortie de la même maison avoit un charbon.» (F.º 89. *Ibidem*).

da peste⁽¹⁾. Os bairros pobres foram atacados pela epidemia e os doentes afluíram aos hospitais em tal quantidade que já ali não cabiam⁽²⁾.

Nada retinha o desenvolvimento da peste. Faziam-se preces públicas, votos⁽³⁾, penitências gerais. Em Agosto os Jurados resolveram abrir um peditório entre os burgueses para auxiliar os doentes pobres, para ampliar as instalações hospitalares, para combater o flagelo⁽⁴⁾. Dois

(1) MM. les Jurats étant informés que, sous prétexte de la contagion, la majeure partie des habitans de la ville se dispoient d'abandonner la ville sans laisser personne dans leurs maisons, leur défendent sous peine de 10.000 livres et de privation de bourgeoisie, d'abandonner leurs maisons sans y laisser dans chacune un ou deux hommes pour servir la Ville en cas de nécessité, et aller à leur tour à la garde des portes...» (*Ibidem*. F.º 122).

(2) «...M. Lopès, médecin, rapporta qu'il y avoit 108 personnes dans l'hôpital de la Santé, grands et petits; que sur ce nombre il y en avoit 38 de malades; que faute de lits et de matelas, ils couchoient sur le plancher; qu'on devoit bruler ou ensevelir tous leurs mauvais habits; qu'il falloit leur avoir les ustensiles nécessaires, ainsi que des paillasses et des femmes pour faire la lessive...» F.º 122.

«La contagion augmente à Bordeaux au point que, depuis quinze jours, on avoit fermé plus de cent cinquante maisons, et que les hôpitaux étoient pleins.»

«Le Parlement, ayant mandé les Jurats, il leur dit de pourvoir à la Santé de la Ville, attendu que le sieur Vrignon, intendant de la Santé, avoit rapporté qu'il y avoit plus de cent maisons infectes dans la Ville.» (F.º 43. *Inv. Som. des Reg. de la Jur.*)

(3) «Le Parlement donne une lampe d'argent à l'église Saint-André pour qu'il plût à Dieu de faire cesser la contagion». (*Ibidem*, vol. III, pag. 543).

(4) «—MM. les Jurats commettent deux bourgeois pour quêter pour les pauvres pestiférés; ils agréent le sieur Baron, prêtre, pour faire le service divin dans l'hôpital de la Santé et pour exhorter les malades». (F.º 130).

burgueses tomaram o encargo de organizar o peditório⁽¹⁾. E nessa hora de infelicidades, de angústias, de fomes e de mortes, os Jurados de Bordéus recorreram aos comerciantes portugueses: destes veio para os hospitais de Bordéus a esmola de 500 libras⁽²⁾.

Em 1630 e em 1631 o contágio alastrou. O flagelo prometia devastar a cidade inteira. Era um braseiro soprado por ventos mortíferos. No combate ao flagelo distinguuiu-se à frente dum grupo de médicos o dr. Francisco Lopes⁽³⁾. Foi êle que dirigiu todos os serviços de defesa,

(1) «Les sieurs Chambon et Dautiège, collecteurs des deniers de la Santé, prient MM. les Jurats de les décharger de leur collecte, vu que la majeure partie des gens ne vouloient payer et étoient aux champs. Sur quoy MM. les Jurats les exhortent de continuer ce service aux pauvres; ils se refusent, et M. M. les Jurats leur enjoignent de le faire à peine d'en répondre en leur propre et privé nom.» (F.º 203).

(2) Les marchans portugois disent à MM. les Jurats qu'ils avoient reçu les billets qu'ils leur avoient envoyés pour faire prêt, chacun en particulier, des sommes y mentionnées, à fin de fournir à la nourriture et besoins des pestiférés, suivant l'arrêt du Parlement du 7 mars 1630; que comme ils avoient reconnu que tous ceux qui avoient reçu le billet étoient hors d'état d'y satisfaire, ils offroient de donner 500 livres à la ville pour subvenir aux nécessités desdits pestiférés, sans jamais en demander aucune répétition. Sur quoy il est délibéré que la dite somme de 500 livres seroit mise entre les mains des sieurs Dumale et Fouques, trésoriers de la Santé, pour la distribuer suivant les mandemens décernés par le Bureau de la Santé, et on remercie lesdits Portugais de cette aumône et gratification». (22 juin 1630. *Ibidem.* F.º 278.

(3) Continua suspenso o problema da origem do dr. Lopes. Será de origem espanhola? ou de origem portuguesa? Eis um problema de que nos ocuparemos em um futuro estudo sobre médicos portugueses em Bordéus.

de desinfecção, de ataque directo aos focos e de assistência aos doentes (1).

Já os últimos anos do primeiro quartel do século XVII haviam sido assinalados pelo perigo da peste que se declarou em cidades de países estrangeiros e depois em cidades do sul da França. Bordéus, a conselho dos seus médicos, utilizou todos os meios de defesa contra a invasão do mal. Começou por criar o Serviço Público da Peste (2). Impediu-se o descarregamento de barcos provenientes de lugares suspeitos (3). Regulou-se a entrada de estrangeiros na cidade (4). Não se acolhiam os pobres vindos de cidades empestadas (5), nem se recebiam mercadorias dali expedidas (6).

(1) Leiam-se nos *Registres de la Jurade* as decisões tomadas sobre a peste em: 28 de Julho (f.º 100), 14 de Agosto (f.º 122) e 23 de Agosto (f.º 132).

(2) «Deux arrêts du Parlement de Bordeaux concernant l'établissement d'un bureau de Peste». (*Inv. Som. des Reg. de la Jurade*, vol. III, pág. 356).

(3) Deliberações da Jurada nos f.ºs 282 e 284 a propósito da proibição lançada contra o barco do correio de Agen que se dirigia a Bordéus.

(4) «M. de Minvielle, jurat, rapporte que M. le Gouverneur de la Province avoit dit qu'il étoit important, pour la santé de la Ville, de faire tenir à Langon un bateau monté par des hommes armés, qui empêcheroient que les gens venant des lieux suspects de contagion approchassent de la ville, sans montrer un passeport en bonne et due forme Sur quoy il est délibéré d'exécuter l'intention dudit seigneur...» (f.º 261. *Ibidem*).

(5) «MM. les Jurats, pour éviter la communication de la contagion qui regnoit dans plusieurs villes voisines, délibèrent de ne point recevoir des pauvres dans la ville...» (f.º 172).

(6) «Le sieur Lourfeau, courretier, prie MM. les Jurats de luy indiquer un endroit dans la palu pour faire éventer des marchandises

Em 1628 espalhou-se a peste em Cahors, em Figeac, em Toulouse, em Villefranche, em Quercy, em Moissac e noutros sítios. Por isso não se permitia a entrada na cidade de viajantes vindos dalém de Agen⁽¹⁾, sem que apresentassem um certificado de saúde.

Em fins do ano de 1628 o flagelo caíra em Lyon e logo se publicou ordem terminante de não receber na cidade o correio de Lyon⁽²⁾. Em 1629 Agen foi dada como infectada.

A peste realizava avanços fulminantes, de mês a mês, de semana em semana.

Os primeiros casos anunciaram-se em Bordéus na primavera de 1629. Parece que em 14 de Maio se deu notícia do primeiro caso em uma habitação da rua do

prises à Londres où la contagion étoit, lesquelles étoient chargées dans un vaisseau écossois. Sur quoy il est délibéré que lesdites marchandises seroient déchargées au delà du pré de Car, dans la maison de Pineau ou autre, à condition que les personnes qui étoient à bord ni ceux de la dite maison n'auroient aucune communication avec le reste du peuple, sous peine de 500 livres et de confiscation de la marchandise». (F.º 47).

(1) «Sur les nouvelles certaines qu'on eut que la contagion augmentoit à Cahors, dans le Quercy, à Villefranche, Moissac, La Magistère et autres lieux, il est délibéré de défendre à toute sorte de personnes venant au-dessus de la ville d'Agen de s'approcher, sans rapporter un certificat en bonne et due forme, et il est défendu à tous les capitaines de la Ville d'en permettre l'entrée, et à tous mandians de la vuider» (F.º 232. *Ibidem*).

Leiam-se deliberações tomadas sôbre a defesa sanitária da cidade no vol. III do *Inv. Som. des Registres de la Jurade*.

(2) Deliberações tomadas pela Jurada em 9 de Setembro de 1628 (F.º 241), e em 13 de Outubro (F.º 259 e 262).

Ha (1). Em 18 de Junho, novos casos na rua *des Étuves* verificados pelo médico Clavet, cirurgião de *La Santé* (2). Entre 1629 e 1632 Bordéus conheceu tôdas as angustiosas realidades do mais negro flagelo daqueles tempos.

Os Portugueses marcaram com um gesto de caridade tocante essa época terrível de morte e de calamidade.

As pestes e as fomes espalharam-se na região da Guiana no tempo em que as guerras religiosas atingiam o seu termo no cêrco da Rochela em 1628, após uma série de episódios em que participou a fôrça armada de Bordéus, sob o comando de Sainte-Croix d'Ornano e do capitão La Salle.

Dissenções nos partidos que ambicionavam o poder, divergências levadas ao extremo entre os que mandavam, guerras civis com mortandades e pilhagens, com saques e incêndios, as calamidades da peste e da fome, a miséria e a sobrecarga do fisco, a influência subversiva dos vagabundos acolhidos nas grandes cidades, produziram nas massas populares uma baixa de disciplina social,

(1) «MM. les Jurats délibèrent d'écrire à M. Le Gouverneur de la province que la veille on avoit découvert, dans une maison de rue du Hâ, une fille agée de neuf à dix ans attaquée de deux charbons...» (F.º 60 a 62. *Ibidem*).

(2) «Le sieur Clavet, chirurgien de la Santé, représente que dans la rue des Étuves il y avoit dans la maison située vis-à-vis celle du susdits Castets, une fille de neuf à dix ans, qui avoit un bubon et un charbon, une autre de dix-sept à dix-huit ans qui avoit un charbon sur la joue, une grosse fièvre et les yeux étincelants, un couvreur et une Irlandaise attaqués d'une douleur de tête avec des vomissements.» (F.º 79 a 81. *Ibidem*).

que depressa se traduziu em factos alarmantes e graves (1).

¿Onde desceria o século XVII ao pêso dessa atracção de desordem e de indisciplina?

As células sociais, sem quadros definidos ainda, partiam aos saltos à descoberta do nível em que deviam fixar-se, e nessa corrida desatinada chocavam-se entre si.

Eis o ambiente turvado e perigoso em que se encontraram os judeus portugueses que se refugiaram em Bordéus nos fins do século XVI.

Em 1635 assistiu-se à primeira sedição popular que eclodiu por motivo duma taxa imposta aos taberneiros (2). Os tumultos começaram em Santa Eulália e em São Miguel, e tomaram logo uma violência inaudita. Por sua parte os Jurados não opuseram a necessária energia nas medidas de repressão que se seguiram (3); e os burgueses chamados à defesa da ordem não apareceram (4).

(1) Há na história do séc. XVII três fases:—a da transição, a da crise e a da reconstrução. A primeira decorre nos primeiros trinta anos, a segunda finda no 3.º quartel do século, e a última principia em 1675.

(2) Obra já citada de Dom Devienne. Leia-se a narrativa completa dos factos que se desenrolaram na sedição.

(3) *Inventaire Sommaire des Registres de la Jurade*, vol. III, pág. 338 e seg. e vol. V, pág. 115 e seg.

Obra citada de C. Jullian, pág. 474.

(4) «Mais les bourgeois ne laissèrent pas, comme em 1548, de regarder le mouvement sans déplaisir. Même parmi les habitants du Chapeau-Rouge, il y avait des citoyens «beaucoup plus disposés à suivre la mauvaise cause qu'à soutenir la bonne». (Obra citada de C. Jullian, pág. 474).

Assim a revolta popular encontrou fracas muralhas de resistência e espalhou-se depressa em toda a cidade, alarmante e indominável. A escumalha deu largas à sua fome de destruição e de violências.

O Parlamento cedeu às imposições do povo amotinado e suspendeu a aplicação do novo imposto (1). A revolta triunfava no primeiro ímpeto, mas o ódio contra os funcionários do fisco (2) ganhava novo calor perante as transigências do poder. Vindas do fundo do bairro turbulento de S. Miguel onde as ruelas e becos eram ninhos de desordens, as gentes avançaram aos gritos, aos uivos, até às portas dos Paços da Municipalidade e ali estilhaçaram as portas do edifício e as da Prisão (3), enquanto os jurados, de cabeça perdida, deixavam nas mãos do Parlamento a própria defesa deles. O povo ameaçava a cidade com massacres, incêndios e assaltos (4). Fortes com a fraqueza do poder, os sediciosos cometeram atrocidades contra a burguesia e lançaram-se à pilhagem de casas ricas.

O movimento rebentara em 14 de Maio e a primeira

(1) Vide *Inv. Som. des Reg. de la Jur.*, vol. V, págs. 116 e 117.

(2) «Cependant la populace brisoit les portes de l'Hôtel-de-Ville (que ceux de dedans deffendoient avec quelques piques) en criant que les gabelleurs y étoient et qu'on avoit qu'à les leur mettre en main, sans quoy on alloit mettre le feu partout.» (*Inv. Som. des Reg. de la Jur.*)

(3) «Là-dessus, les séditieux enfoncèrent les portes des dites prisons, et y étant entrés, ils ne firent qu'y chercher les gabelleurs, sans faire aucun mal aux dits sieurs Jurats et clerc de Ville, qui sortirent sains et saufs, ainsi que les prisonniers qui s'évadèrent.» (*Ibidem*).

(4) Os arquivos municipais foram incendiados: a várias casas foi também lançado o fogo pela populaça. (*Histoire de Bordeaux. Dom Devienne*).

concentração de amotinados fizera-se no cemitério de Santa Eulália, onde na manhã desse dia o jurado Desaigues havia passado. Todo o bairro de S. Miguel se levantara em armas. Nem os conselhos de Desaigues nem as primeiras manifestações de repressão organizadas pela Jurada apaziguaram os ânimos. Nesse mesmo dia a onda revolucionária estalava às portas dos Paços da Municipalidade e vencida a resistência. Assinalaram-se os primeiros massacres (1). Lançou-se fogo a parte do edificio. Foi chamado à pressa o governador que se encontrava em Cadillac (2).

Dois dias depois chegou o governador a quem as restantes autoridades vieram receber na porta de S. Julião.

A revolta atingia a altura culminante. Entretanto o Duque d'Epéron tomou os pontos de vigilância (3), reuniu tropas, deu-lhes grande quantidade de munições, assumiu o comando e enérgicamente atacou os focos revolucionários. Repressão violenta se seguiu e durante semanas a ordem pareceu restabelecer-se.

(1) Ledit sieur clerc de Ville aprit aussi que le dit Laforêt avoit été tué dans le cimetièrre de Saint-Eloy par la populasse, ainsi que les sieurs Desaigues Eymery (qui avoient certaines commissions), Lafargue, avocat, et un clerc qui avoit affiché les commissions (ledit Laforêt et ce clerc furent trainés et jettés dans la rivière).» (*Ibidem*, vol. V, pág. 120).

(2) «Le même jour, il partit pour Cadillac, où étoit M. Le Gouverneur de la Province, auquel il rendit compte de tout ce qui s'étoit passé, et ce seigneur fut bien fâché de ce que MM. Les Jurats ne l'avoient pas averty, surtout sçachant, deux ou trois jours avant la révolte les murmures et les propos que tenoit le peuple.» (*Ibidem*, vol. V, pág. 121.)

(3) Êsses pontos eram:—a avenida de Santa Cruz (Sainte-Croix), a torre de S. Miguel, e o Castelo do Hâ. A torre, que mede 109 metros de altura, domina toda a cidade.

Em Junho, porém, novos tumultos se produziram no bairro de S. Miguel⁽¹⁾, e segunda vez o governador foi chamado a reprimir o movimento de insurreição.

Em 30 de Junho, em pleno dia, eclodiu uma terceira revolta no bairro de Santa Eulália⁽²⁾, esta assinalada por incêndios, pilhagens e mortes.

Os episódios desta sedição continuaram ainda no dia primeiro de Julho, e nela participaram também camponeses dos arrabaldes que depois de haverem incendiado casas em Saint-Seurin⁽³⁾ se barricaram dentro da igreja principal daquele bairro: ali os foram atacar fôrças do comando do governador e ali se desenrolou o último episódio das sedições populares de 1635.

Em semelhantes desordens intervieram milhares de agitadores indesejáveis mais inclinados a matar, a pilhar e a espalhar o terror do que a defender direitos, a reclamar assistência ou a protestar contra medidas fiscais⁽⁴⁾.

(1) «Le 15, certains artisans de la Ville prirent les armes et firent des barricades dans le quartier Saint-Michel, au bout de la rue des Faures, à l'entrée du Marché-Neuf, près la maison de M. Canteloup, près la porte de la Grave et près la porte Saint-Jullien.» (*Inv. Som. des Reg. de la Jurade*, vol. V, pág. 122).

(2) «Le 30, à midy, le quartier de Sainte-Eulalie se révolta; le peuple fut mettre le feu à la maison du sieur Maurin, élu en l'élection, et la démolit.» (*Ibidem*, vol. V, pág. 124).

(3) É um dos bairros mais vizinhos do centro, no qual se destaca a formosa igreja de Saint-Seurin, (séc. VI), em cuja cripta se encontra o túmulo de Saint-Fort.

(4) Camille Jullian, ao estudar as causas da revolta de 1635, aponta como principais: *a*) o ódio do povo contra o fisco; *b*) o despeito dos camponeses contra os castelos e centros urbanos; *c*) o protesto da burguesia contra a perda das suas liberdades. (Obra citada, pág. 476).

A série de calamidades públicas não fechara ainda. Em 1648 a cidade sofreu um ano de fome e um recrudescimento da peste. As misérias não levantavam pé por muito tempo. Nem um fio de claridade relampagueava nos ares turvos e irrespiráveis. A dor e a morte tocavam a terra com mãos duras e rigorosas. Mais encarniçada do que nunca, prosseguia a luta entre Epernon, sempre autoritário e insolente, e o Parlamento cada vez mais cioso dos seus direitos.

A escassa colheita de trigo em tôda a França nesse mau ano de 1648 foi pretexto de novas desordens. Sucedeu que a Espanha, onde o preço do trigo subira, veio comprá-lo em quantidade em Bordéus, para o que interessou no negócio o grande comércio exportador da cidade. Epernon autorizou a venda do trigo à Espanha⁽¹⁾; mas quando se procedeu ao carregamento dos barcos, o povo reuniu, protestou e impediu a saída de cereais, alegando que o trigo colhido mal chegava para o consumo do país.

O quadro, em que os tumultos decorreram, foi a margem do Garona e principalmente o Chapeau-Rouge. Nos motins sobressaíram mulheres, e mais furiosamente do que os homens eram elas que guardavam os cereais destinados à Espanha⁽²⁾.

(1) Segundo alguns historiadores, Epernon autorizou a venda do trigo mediante condições que afectavam a honestidade do governador. (H. Gradis—*Histoire de Bordeaux*, pág. 242).

(2) «Sur l'avis donné d'une grande assemblée et rumeur de peuple sur le quay du Chapeau-Rouge, M.M. de Calvimont, Béchon et Lestrilles, jurats, y accoururent; ils trouvèrent une grande multitude de menu peuple, armés d'épées et de bâtons, qui protestoit vouloir s'opposer à la cargaison de grains, criant et se plaignant que la grande

A autoridade dos jurados nada conseguiu junto dos sediciosos. O próprio governador, a-pesar-da sua energia bem conhecida, não viu a sua intervenção coroada de êxito imediato. A populaça ocupava os cais do Chapeau-Rouge e de Chartreux, sempre em pé de guerra, sem atender conselhos nem ceder a ameaças.

(Continua)

ALFREDO DE CARVALHO

quantité de blé que les étrangers transportoient hors de la Province les mettroit à la faim.

«Les dits sieurs jurats représentent à cette populace que le Roy permettoit ces transports; qu'il n'y avoient rien à craindre; que le blé étoit à bon marché; qu'il n'y avoit nulle aparance de cherté et que l'abondance des grains régnoit dans la Province. La populace leur réplique en criant avec opiniâtreté qu'il falloit empêcher ces transports et qu'elle ne les permettoit pas. Cependant les dits sieurs jurats firent tant par leurs remontrances que tout ce peuple se retira. Cela fait, les dits sieurs jurats furent donner avis du tout à M. le Gouverneur, qui monta tout de suite à cheval, accompagné de sa noblesse et de ses gardes; il fut sur le port et au faubourg des Chartreux, pour contenir chacun dans son devoir; il ordonna auxdits sieurs Jurats de se retirer dans l'Hôtel-de-Ville, pour pourvoir à la sûreté d'iceluy, et d'avertir tous les capitaines de quartier de se tenir prêts, pour empêcher la continuation de ce désordre.

«MM. les Jurats s'étant assemblés dans l'Hôtel-de-Ville, délibérèrent que la patrouille seroit faite la nuit suivante; que certains d'entre eux garderoient le dit Hôtel-de-Ville pendant toute la nuit; que tous les capitaines de quartier et les bourgeois seroient avertis de se tenir prêts à marcher contre la populace et s'opposer à tout ce qu'elle vouloit entreprendre». —Ibidem. Inv. Som. des Reg. de la Jur. (f.º 11).

IL LUSITANO ALFREDO D'ANDRADE,
SAPIENTE RESTAURATORE DI CASTELLI
PIEMONTESI

È certamente non comune ventura quella di poter scrivere per una rivista che è emanazione dell'importante Società Scientifica e Letteraria avente sede in una dotta città quale Coïmbra, che fu fortissima ai tempi dei romani, che sopportò con animo impavido le offese degli uomini e della natura e da cui prese nome una delle più famose università.—

E la soddisfazione e l'orgoglio per esser stato ammesso a far parte del glorioso e quasi centenario Istituto di Coïmbra, mi saranno di sprone a collaborare, nel limite delle mie modeste possibilità, al miglioramento delle relazioni culturali fra le due nazioni sorelle, contribuendo così alla più larga e migliore conoscenza dei popoli che, oltre alle affinità etniche, hanno comunanza di ideali e di aspirazioni.—

Portogallo ed Italia! Lusitania ed Ausonia! Coïmbra e Roma! Nomi radiosi nella storia delle genti, regioni e città in cui vivono e prosperano popoli che traggono origine dallo stesso gentil ceppo latino, popoli leali e cavalereschi che ancor oggi si trovano riuniti sotto le stesse bandiere per un sacro ideale e per contrastare e debellare la montante marea del comunismo iconoclasta e brutale!

Un altro legame ancora cementa idealmente porto-

ghesi ed italiani ed è il ricordo dell'ospitalità concessa dai compatrioti di Vasco de Gama e di Salazar a Carlo Alberto, il magnanimo Re di Sardegna che dopo la fatal Novara si esiliò volontariamente ad Oporto dove morì di crepacuore nel 1849.

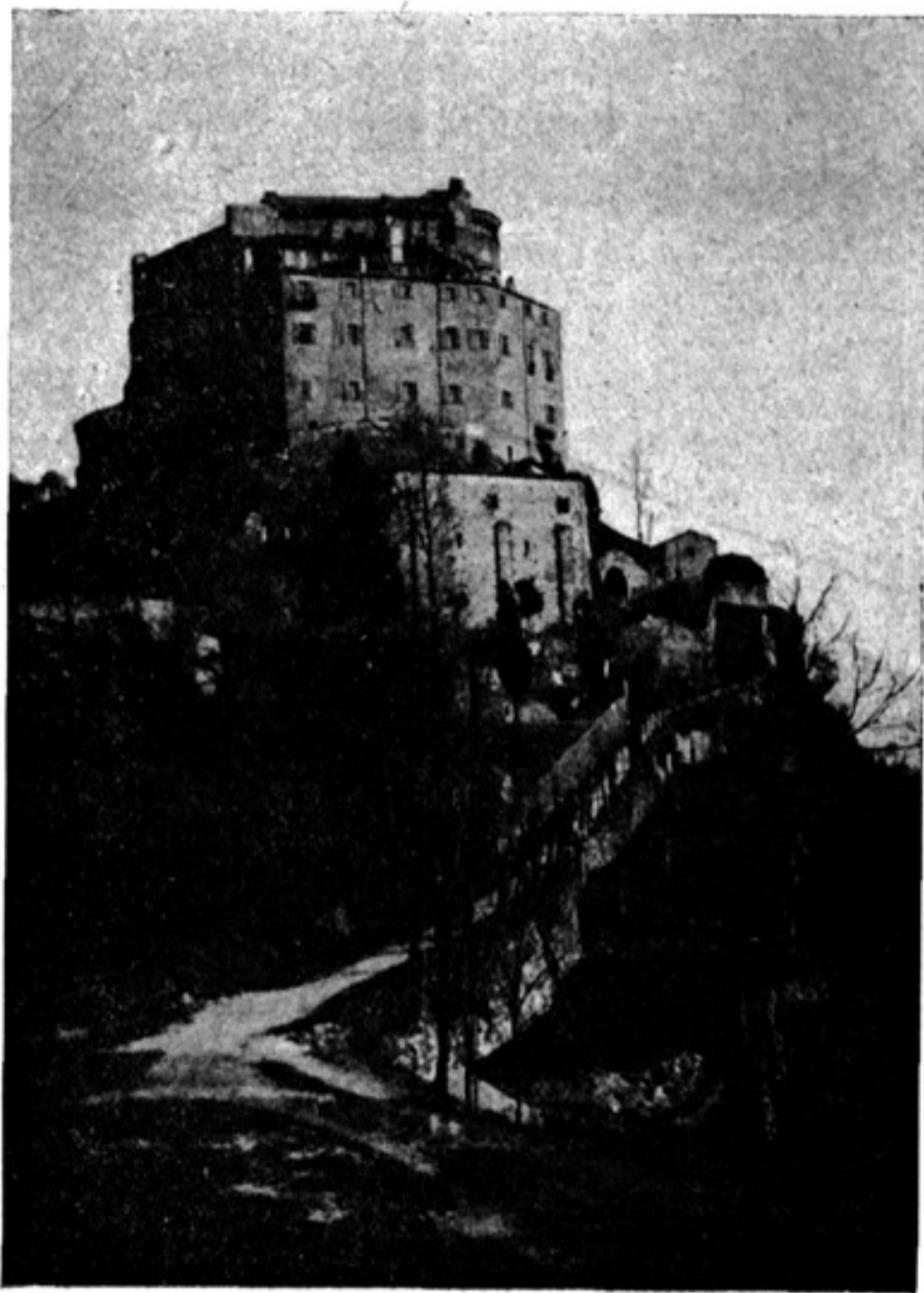
E mentre sono in tema di accostamenti colgo l'onorifica ed insperata occasione offertami per ricordare un grande portoghese che venne chiamato «lusitano di nascita ed italiano di core» per l'amore che portava alle bellezze d'Italia e per l'amicizia che lo legava ai nostri artisti e poeti di alcuni decenni or sono: alludo a quello spirito romantico ed innamorato di visioni e di memorie medioevali che fu Alfredo D'Andrade il quale era in dimestichezza coi nostri Avondo, Pastoris, Carducci, Panzacchi, De Amicis, Giacosa, Nigra...

Alfredo D'Andrade, nato a Lisbona nel 1839 e spentosi a Genova nel 1815, fu pittore, archeologo ed architetto di chiara fama che venne degnamente ricordato in quella monumentale opera bibliografica che è l'Enciclopedia Treccani. Studiò all'Accademia Ligustica di Belle Arti, dedicandosi specialmente alla pittura di paesaggio, e quindi si recò a Ginevra, attratto dalla fama di Calame; ma dopo un breve periodo, conosciuto il Fontanesi ed il ginevrino Castan, divenne ardente seguace del movimento pittorico novatore piemontese iniziato dalla cosiddetta «Scuola di Rivara». Nel 1870 espose alla Promotrice di Torino, e Lisbona conserva alcuni suoi quadri notevoli. Escursionista appassionato e disegnatore elegante e preciso, durante le frequenti peregrinazioni nelle dilette valli piemontesi, rilevava accuratamente elementi architettonici e decorativi, di mobilio ed arredi, particolarmente dell'epoca medioevale. Molti di questi disegni si trovano nel Museo

d'Arte Antica di Torino. Iniziò la sua carriera di architetto restaurando il castello di Rivara Canavese e coadiuvando Vittorio Avondo nei restauri del Castello d'Issogne. Questo caratteristico e principesco maniero del quattrocento fatto costruire dai Challant e degna cornice della giacosiana «Partita a scacchi» è un armonioso complesso architettonico, arricchito da una profusione di affreschi, stemmi, arabeschi, medaglioni e rosoni; il corpo di guardia e le botteghe costituiscono scene colorite e movimentate e sono preziosi documenti di vita dell'età di mezzo. Restaurò quindi il castello di Tagliolo e venne chiamato a far parte della commissione per la conservazione della porta di S. Andrea a Genova. Nel 1886, posto a capo della delegazione per la conservazione dei monumenti del Piemonte e della Liguria, continuò la serie dei restauri, nella esecuzione dei quali profuse i tesori della sua grande passione e della sua profonda competenza. Ridonò così le forme primitive e diede risalto alle particolarità costruttive ed artistiche di parecchi importanti edifici i quali, grazie alle sue cure sapienti, furono messi in grado di affrontare ancora i secoli per il diletto degli studiosi e degli amanti del bello. Restaurò così la rocca di Verrès, ch'è il più organico castello valdostano avente un aspetto accigliato che incute soggezione, il palazzo San Giorgio di Genova, il Priorato di S. Orso ad Aosta, il castello di Pavone, la Sagra di San Michele in Val di Susa, il castello di Fénis.

La Sagra di San Michele o Abbazia delle Chiuse è un maestoso edificio, costruito dai longobardi sulla sommità del monte Pirchiriano a pochi chilometri dalla regia Torino, il quale ebbe dal d'Andrade le prime cure veramente efficaci. Trattasi di una bizzarra e ciclopica mole nella quale s'intrecciano la storia, la leggenda, l'arte e la

religione e che per le particolarità costruttive ha un posto preminente fra la numerosissima schiera di castelli, abbazie e certose che costellano il Piemonte. Al millenario



La Sagra di San Michele

(Fot. Bossotto)

fabbricato primitivo si sovrapposero successivamente svariati edifici e ne risultò un insieme di costruzioni di diverso stile, dal gotico al romanico, che costituiscono un insieme sommamente grandioso e pittoresco. Nell'aerea chiesa a

tre navate, in cui si notano pitture murali cinquecentesche e sculture romaniche, riposano le salme di 25 principi sabaudi, e dalla loggia coronante l'abside si può ammirare un vastissimo e suggestivo panorama.

Il valdostano e turrito castello di Fénis, costruito nel 1350 da Aimone di Challant, venne acquistato nel 1895 da Alfredo D'Andrade che lo cedette allo Stato dopo averlo amorevolmente restaurato. Mentre questo tipico maniero ha dall'esterno un aspetto formidabile, il cortiletto triangolare interno ricorda la tranquilla ed intima vita che vi si svolgeva nell'età feudale. Le balastrate di legno tornito sono ancora intatte e sui loggiati si susseguono artistiche e multicolori teorie di santi e di filosofi; ogni figura reca un cartello con scritte in versi e massime gravi ed ironiche.

Il nome di Alfredo D'Andrade è pure legato al caratteristico Borgo Medioevale ideato e costruito a Torino per l'Esposizione Nazionale del 1884. Trattasi di un complesso di costruzioni stabili che costituisce tuttora una curiosità ed una grande attrazione del pittoresco parco torinese del Valentino. Nel Borgo, in cui ha sede il museo del libro, sono fedelmente riprodotti vetusti edifici tuttora esistenti in città subalpine; ad esempio nel castello si ritrovano il cortile, la scalea ed i loggiati del ricordato castello di Fénis. Il piccolo villaggio medioevale, a cui si accede per mezzo di un ponte levatoio, con la chiesetta, i portici ogivali, il ristorante con gli arredi dell'epoca affacciato sul Po, le botteghe nelle quali cartai, stampatori, incisori, compositori, legatori ed altri bravi artigiani sono intenti alla loro nobile fatica quotidiana, riproduce la vita che vi si doveva svolgere diversi secoli or sono, allorquando il tempo era misurato con le clessidre... Questa testimonianza del genio creativo dell'artista lusitano si aggiunge a quelle dei mo-

numerali edifici ch'egli difese dall'incuria degli uomini e dai danni del tempo.

Riporto alcuni brani di quel competente studioso di castelli valdostani che è G. Brocherel il quale ha tessuto



TORINO
Castello medioevale

un caldo e meritato elogio dello squisito e sensibile artista di cui mi sono proposto di illustrare l'opera. Scrive il Brocherel:

«L'antesignano del culto per la conservazione del patrimonio archeologico fu Alfredo D'Andrade, pittore portoghese trapiantato in Italia che una visita al maniero d'Issogne trasformò in fervente mecenate dell'archeologia piemontese. Nominato Soprintendente del primo ufficio regionale istituitosi in Italia per la conservazione dei monumenti, il D'Andrade dedicò la sua passione di raffinato artista e di erudito storico

alla salvezza del nostro retaggio archeologico. Se molte fra le più cospicue opere d'arte, romane e medioevali, del Piemonte e della Liguria, furono definitivamente sottratte all'ingiuria del tempo, ripristinando l'antico splendore, si deve all'ardente apostolato di questo prodigioso taumaturgo di antichità, che seppe ridonare palpiti di vita a monchi ruderi, e ricostruire poemi di bellezza da informi frammenti, dando la preferenza ai monumenti di maggior pregio storico ed artistico, non ai più pittoreschi e popolari. Egli salvò da certa rovina e pose sotto la tutela demaniale i tre più insigni edifici feudaleschi della Valle d'Aosta: i castelli di Fénis, di Issogne e di Verrès, che compendiano le caratteristiche più espressive dell'architettura valdostana, e ricordano la potenza di una famiglia che riempì dei suoi fasti otto secoli di storia valligiana: i Challant.»

Torino intitolò una via all'illustre e benemerito ospite, che venne anche nominato Commendatore della Corona d'Italia, e si è facili profeti prevedendo che sino a quando il culto del bello e l'umana gratitudine non sarauno parole vane, il nome di Alfredo D'Andrade rimarrà scolpito nell'animo orgoglioso dei lusitani ed in quello riconoscente degli italiani.

Pinerolo, 25 Dicembre 1937-XVI.

PAOLO TOSEL

LA SITUATION DU PORTUGAL EN FACE DU TOURISME SCIENTIFIQUE

Le Portugal a découvert le monde, et il est temps que le monde découvre le Portugal.

J'ai voyagé en automobile par toute l'Europe occidentale, et il n'y a aucun autre pays qui, dans un espace aussi commode, offre tant de choses au voyageur.

Pour presque tous, Lisbonne serait le centre d'où l'on partirait faire des excursions. La plus grande distance que l'on puisse couvrir de Lisbonne est jusque Bragança, qui est moins que celle de Paris à Grenoble. Viana do Castelo n'est que 17 kilomètres en plus que la distance de Paris à Belfort, et vers le sud, Vila Real n'est que 12 kilomètres en plus que le trajet de Paris à Angoulême.

Il est impossible de faire plus de vingt-cinq kilomètres entre Lisbonne et Braga sur n'importe quelle route sans que l'on ne se trouve dans des paysages naturels différents. Collines, plaines, forêts, champs et littoral se suivent comme dans aucun autre pays au monde. Suivant le changement de scène, je puis me figurer tour à tour que je me trouve en Italie, Allemagne, Écosse, France, ou dans l'ouest des États-Unis. Il n'y a jamais une longue suite de routes sans intérêt et de scènes répétées, en allant d'un monument à l'autre. Il n'y a pas d'autre pays qui puisse mieux récompenser le touriste qui n'a à sa disposition que peu de semaines.

Je crois que toutes les nations doivent encourager autant que possible les touristes et les voyageurs. Le tourisme est une des rares industries (car c'est devenu une industrie) qui montre seulement du gain et pas de perte à chacun des éléments qui le concernent. Ceci est vrai pour les milliers de touristes qui dépensent des milliers de *contos*, et c'est également vrai pour le voyageur qui, durant son séjour, long ou court, ne peut dépenser grand'chose.

Nous pouvons considérer le cas d'un Américain venant au Portugal, ou nous pouvons adopter la froide phraséologie des textes scolaires et parler des citoyens de l'État A visitant l'État B. Du point de vue de la nation visitée, le gain est évident. Les fournisseurs d'aliments et de vêtements, les petits industriels, hôteliers, etc., seront encouragés,—des moyens de communications meilleurs seront établis. Au Portugal, les orfèvres et potiers feront de bonnes affaires et seront encouragés à améliorer leur art.

Il y a aussi l'avantage qu'au moins un citoyen d'un pays étranger s'est fait mieux informer sur le point de vue du pays qu'il visite et que, dans n'importe quelle discussion, il sera disposé, au moins jusqu'à un certain point, à soutenir les intérêts de ce dernier. Ceci pour le point de vue du pays visité.

Voyons maintenant celui de la nation à laquelle appartient le touriste. Elle comptera un citoyen de plus qui sera mieux renseigné sur les affaires du dehors et qui comprendra mieux les idées étrangères. L'argent qu'il aura dépensé retournera nécessairement à son propre pays. Moi-même, en tant qu'individu, et la masse des voyageurs, en tant que groupe, payons pour les objets achetés avec des ordres sur les banques de chez nous. Ces ordres, qui n'ont pas de valeur par eux-mêmes, sont acceptés seulement

parce qu'ils peuvent être recouvrés—mais ils doivent l'être dans leur pays d'origine. Quelles que soient leurs pérégrinations de banque à banque ou de pays en pays, ils doivent finalement être payés chez nous à quelque étranger qui désire importer un article du pays du touriste. Il est parfaitement possible qu'un chèque individuel représentant de l'argent dépensé ici soit déposé par un banquier Portugais à son crédit à New York et qu'il s'en serve ensuite pour acheter des francs à Paris. À son tour, le Français pourra s'en servir pour acheter des livres à Londres, et le crédit pourra être finalement consommé par un importateur Siamois. Cependant, cet argent devra éventuellement être employé par quelque personne du dehors pour acheter des marchandises à moins qu'il ne soit employé par un touriste étranger, et dans ce dernier cas l'effet économique de l'échange de visiteurs serait nul, mais dans ce cas il resterait l'avantage pour chaque pays d'avoir un étranger qui comprenne mieux ses problèmes.

Dans le cas ordinaire, celui où le crédit est employé pour acheter des marchandises, nous devons toujours nous rappeler que ce crédit sera employé seulement pour encourager les industries du pays qui sont les mieux équipées et les plus effectives.

Chez lui, un individu peut être obligé, à cause des taux de frêt ou des impôts protectionnistes, à acheter des marchandises produites non-économiquement, mais aucun étranger achetant pour l'exportation ne touchera autre chose que les produits des industries les plus efficaces. Par exemple, un Américain traitant avec le Portugal n'y achètera pas du ciment ou de la pierre de construction, de même qu'un Portugais n'achètera pas de vin aux États-Unis.

Si vous examinez la liste d'exportation de n'importe

quel pays du monde, vous constaterez que les industries qui exportent le plus sont les plus efficaces et celles qui sont vraiment les plus profitables du pays, et par conséquent, celles qui sont les plus dignes d'encouragement. Ce sont les industries qui constituent un gain réel pour la communauté.

Les anciens économistes, remarquant que la Suisse, durant des années, avait développé constamment sa prospérité domestique, tandis que ses importations étaient toujours plus grandes que ses exportations, exprimaient l'idée fort clairement dans cette phrase: «La Suisse exporte ses paysages».

Il n'y a pas de raison pour que le Portugal n'exporte de la même manière ses vues magnifiques, la beauté historique de Batalha, le charme et la gloire de Coimbra, la magnificence unique de Madre de Deus. Votre histoire et les vies de vos explorateurs, votre climat, et surtout le charme et la courtoisie de votre peuple, constituent une source fertile et inépuisable d'exportations profitables. Elles ne vous coûtent rien. Vous pouvez les vendre toujours de nouveau sans perte ou attrition, et dans chaque nouvel acheteur vous ferez un nouvel ami.

Comme représentant d'un pays étranger, je ne prends pas sur moi de suggérer les moyens par lesquels ces résultats peuvent être atteints; je parle simplement ici comme membre de l'Institut et comme économiste.

Je suis très sensible à l'honneur que votre Société m'a fait. Je suis fier d'être l'un des vôtres et d'être associé à cet endroit de science. L'Université de Coimbra est une des grandes institutions du monde. Elle est fort connue, et son avenir sera brillant. Votre pays a produit ces hommes qui, les premiers, ont montré à des yeux euro-

péens les pays d'outre-mer. L'Amérique du Sud, l'Afrique, les deux côtes de l'Amérique du Nord et le long littoral de l'Asie jusqu'au Japon, ont toutes été vues et notées premièrement par des explorateurs Portugais.

L'ère de leurs travaux est passée, mais d'autres explorateurs, animés par leur esprit et conduits par un digne successeur du Prince Henri, trouveront dans les sphères inconnues de la science et dans l'expansion des connaissances humaines un domaine pour leur courage, leur intelligence et leur zèle, et ce sera de ce pays d'explorateurs, avec pour centre cette grande université, que partiront ces nouveaux aventuriers.

HERBERT CLAIBORNE PELL

ÍNDICE POR AUTORES

	Pág.
ALMEIDA (JOSÉ MARTINS DE)—Um capítulo de história económica —As corporações de artes e officios	315
ALMEIDA (P. CAMENA DE)—Les découvertes maritimes des portugais.	254
ANDERSEN (MARIA JOSEFINA PIRES DA BANDEIRA DE VASCONCELOS ABREU) Ibsen e Grieg	49
BARROS (MANUEL GASPAR DE)—Hidrogénio industrial—Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país .	25
CAMPOS (DEOCLÉCIO REDIG DE)—A inspiração platónica e cristã na «Stanza della Segnatura» de Rafael no Vaticano	5
CARVALHO (ALFREDO DE)—Os portugueses em Bordéus durante o século XVII.	452
CARVALHO (TENENTE-CORONEL ANTÓNIO BAPTISTA DE)—A indústria militar na mobilização.	214
CHAPMAN (PROF. SYDNEY)—A maré atmosférica lunar em Coimbra (1868-1929)	445
COSTA LÔBO (F. M. DA)—Complements à la «Théorie Radiante»	268
FERRAZ DE CARVALHO (AMADEU)—Vicomte de Guichen, <i>La Guerre de Crimée (1854-1856) et l'attitude des puissances européennes. Étude d'histoire diplomatique</i>	81
LARCHER (JORGE)—Em defesa dos castelos portugueses	339
MARTEL PATRÍCIO (MARIA MADALENA DE)—O Espírito Medieval—As forças espirituais de Portugal.	285
MATOS (ARMANDO DE)—Manual de Heráldica Portuguesa	274
NORONHA (MARIA DO CARMO DE)—L'Âme Portugaise	197

PELL (HERBERT CLAIBORNE)—La situation du Portugal en face du tourisme scientifique	480
PERESTRELO (JOÃO)—Valores de Portugal—Ensaio de nacionalo- gia portuguesa	389
TOSSEL (PAOLO)—Il lusitano Alfredo d'Andrade, sapiente restau- ratore di castelli piemontesi	473
VILHENA (JOÃO JARDIM DE)—Gaubier de Barrault	91

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
Âme Portugaise (L'), por MARIA DO CARMO DE NORONHA	197
Capítulo (Um) de história económica—As corporações de artes e ofícios, por JOSÉ MARTINS DE ALMEIDA	315
Comemoração das seculares relações entre a Inglaterra e Portu- gal—Sessão solene do Instituto de Coimbra realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra no dia 15 de Novembro de 1936	III
Compléments à la «Théorie Radiante», por F. M. DA COSTA LÔBO	268
Découvertes (Les) maritimes des portugais, por P. CAMENA DE ALMEIDA	254
Defesa (em) dos castelos portugueses, por JORGE LARCHER . . .	339
Espírito (O) Medieval—As fôrças espirituais de Portugal, por MARIA MADALENA DE MARTEL PATRÍCIO	285
Gaubier de Barrault, por JOÃO JARDIM DE VILHENA	91
Hidrogénio industrial—Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país, por MANUEL GASPAR DE BARROS .	25
Ibsen e Grieg, por MARIA JOSEFINA PIRES DA BANDEIRA DE VAS- CONCELOS ABREU ANDERSEN	49
Indústria (A) militar na mobilização, por Tenente-coronel ANTÓ- NIO BAPTISTA DE CARVALHO	214
Inspiração (A) platónica e cristã na «Stanza della Segnatura» de Rafael no Vaticano, por DEOCLÉCIO REDIG DE CAMPOS . . .	5
Lusitano (Il) Alfredo d'Andrade, sapiente restauratore di castelli piemontesi, por PAOLO TOSEL	473
Manual de Heráldica Portuguesa, por ARMANDO DE MATOS . . .	274
Maré (A) atmosférica lunar em Coimbra (1868-1929), por Prof. SYDNEY CHAPMAN	445

Portugueses (Os) em Bordéus durante o século XVII, por AL- FREDO DE CARVALHO	452
Situation (La) du Portugal en face du tourisme scientifique, por HERBERT CLAIRBORNE PELL	480
Valores de Portugal—Ensaio de nacionalogia portuguesa, por JOÃO PERESTRELO	389
Vicomte de Guichen, <i>La Guerre de Crimée (1854-1856) et l'attitu- de des puissances européennes. Étude d'histoire diplomatique,</i> por AMADEU FERRAZ DE CARVALHO	81

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890...* 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)* 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878* 4\$50
- Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895.....* 5\$00
- Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856.....* 4\$00
- Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856.....* 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854* 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

de _____
PREÇÁRIO

Assinatura tomada directamente à Redacção:

cada série de cinco números.....	15\$00
por intermédio das livrarias.....	35\$00
Número avulso.....	10\$00
Volume avulso.....	35\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

Composto e impresso na TIPOGRAFIA POPULAR—Rua de Cândido Reis, 41—Figueira da Foz.